



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2018**

São Luís-MA
2019

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 16ª REGIÃO

Av. Senador Vitorino Freire, 2001, Areinha

São Luís – MA

CEP 65.030-015

PABX: (98) 2109-9300

Brasil. Tribunal Regional do Trabalho. Região, 16ª.

Relatório de Atividades 2018. — São Luís, 2019.

242 f.

1. Relatório de Atividades –TRT 16ª Região I. Título

CDU 347.998.72(047)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

COMPOSIÇÃO

BIÊNIO 2018/2019

PRESIDENTE

DESEMBARGADORA SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO

VICE-PRESIDENTE CORREGEDOR

DESEMBARGADOR AMÉRICO BEDÊ FREIRE

DESEMBARGADORES FEDERAIS

**DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
DESEMBARGADOR GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO
DESEMBARGADORA MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA
DESEMBARGADORA ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
DESEMBARGADOR LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
DESEMBARGADOR JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS**

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

**SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA
NOREDIM OLIVEIRA REUTER RIBEIRO NETO**

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
VALEWSKA MEDEIROS DE CARVALHO GOMIDE**

**SECRETARIA DA CORREGEDORIA
MARCOS PIRES COSTA**

**DIRETORIA GERAL
CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA**

**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA
SAFIRA SERRA SOUSA MARTINS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÍLVIA MARIA PONTES DE CASTRO**

JUIZES TITULARES DE VARA

Francisco José de Carvalho Neto
Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes
Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota
Noélia Maria Cavalcanti Martins e Rocha
Juacema Aguiar Costa
Maria do Socorro Almeida de Sousa
Higino Diomedes Galvão
Antonio de Pádua Muniz Corrêa
Manoel Lopes Veloso Sobrinho
Francisco José Campelo Galvão
Maria da Conceição Meirelles Mendes
Rui Oliveira de Castro Vieira
Liliana Maria Ferreira Soares Bouéres
Manoel Joaquim Neto
Érico Renato Serra Cordeiro
Bruno de Carvalho Motejunas
Fernanda Franklin da Costa Ramos
Leonardo Henrique Ferreira;
Érika Guimarães Gonçalves Dovera
Nelson Robson Costa de Souza
Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos
Liliane de Lima Silva
Maurílio Ricardo Neris

JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

Márcia Suely Corrêa Moraes Bacelar
Carlos Gustavo Brito Castro
Carolina Burlamaqui Carvalho
Fábio Ribeiro Sousa
Elzenir Lauande Franco
Gabrielle Amado Boumann
Mario Lúcio Batigniani
Ângela Cristina Carvalho Mota Luna
Joanna D'Arck Sanches da Silva Ribeiro
Angelina Moreira de Sousa Costa
Sergei Becker
Lucas Silva de Castro
Paulo Fernando da Silva Santos Júnior
Guilherme José Barros da Silva
Ádria Lena Furtado Braga
Élbia Lídice Spenser Dowsley
Núbia Prazeres Pinheiro Bogéa
Luznard de Sá Cardoso;
Tália Barcelos Hortegal Braga
Ângela Ribeiro de Jesus Almada Lima
Theanna de Alencar Borges
Márcia Rocha de Nardin
Jedson Marcos dos Santos Miranda
Ticiano Maciel Costa
Gustavo Castro Picchi Martins
Inaldo André Terças Santos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1 PRESIDÊNCIA.....	12
1.1 Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa.....	44
1.2 Escola Judicial.....	52
1.3 Secretaria do Tribunal Pleno	64
1.4 Seção de Ouvidoria	65
1.5 Coordenadoria de Controle Interno.....	70
1.6 Coordenadoria de Precatório	79
1.7 Seção de Comunicação Social	87
1.8 Seção de Cerimonial	97
1.9 Seção de Biblioteca e Gestão Documental	101
1.10 Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão.....	115
1.11 Setor de Gestão Socioambiental	122
2 VICE-PRESIDÊNCIA E SECRETARIA DA CORREGEDORIA.....	129
3 DIRETORIA GERAL.....	143
3.1 Secretaria de Orçamento e Finanças	149
3.2 Núcleo de Assessoramento Jurídico.....	160
3.3 Núcleo de Folha de Pagamento.....	162
3.4 Seção de Engenharia	163
4 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA.....	168
4.1 Seção de Cadastramento Processual	170
4.2 Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e Acórdãos do CRJA	176
5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	177
5.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas	201
5.2 Coordenadoria de Material e Logística	209
5.3 Coordenadoria de Serviços Gerais	217
5.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações	219
5.5 Seção de Aquisições Públicas	231
5.6 Seção de Saúde	237



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

APRESENTAÇÃO

TRT 16 em ação! Orgulho do nosso valor.

Foi um trabalho de muitas mãos. Essa frase ilustra bem o sentimento com que a Administração do Tribunal Regional do Trabalho eleita para o biênio 2018/2019 desenvolveu suas atividades ao longo de 2018, constando em inúmeros discursos e estampada na revista “100 dias de gestão”, material este elaborado para prestação de contas junto à sociedade que servimos.

Com o trabalho desenvolvido, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região alcançou a **honrosa terceira melhor posição no ranking nacional**, dentre os Tribunais Trabalhistas, no Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-Jus, utilizado para análise da eficiência dos tribunais, **obtendo a maior evolução em pontos percentuais (20%) no referido índice comparado a todos os Tribunais do Poder Judiciário brasileiro**, passando o IPC-Jus de 77% no ano de 2017 para 97%, em 2018.

Reconhecer o nosso valor determina a forma como a pessoa ou organização interage com outros indivíduos e com o meio ambiente. Ausência de valores afeta a humanidade, que passa viver de forma egoísta, cruel e violenta.

Isso envolve não apenas reconhecer a importância da instituição, mas também de cada colaborador que dia a dia ajuda a construir a Justiça do Trabalho, magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, advogados, demais autoridades que atuam em parceria, dentre tantos outros.

Destarte, com o início da gestão, a Presidência promoveu inúmeras reuniões, destacando-se as realizadas com magistrados e gestores no intuito de fortalecer o modelo de gestão participativa, bem assim com a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores e com a presidência da Associação de Magistrados Trabalhistas, além das visitas institucionais em Brasília, para tratar de assuntos administrativos e orçamentários de interesse desta Corte Trabalhista.

Nesse espírito colaborativo, foi elaborado o Plano de Ação da Gestão para o biênio 2018-2019, oportunidade na qual foram eleitos quatro objetivos básicos para a gestão:

1. Assegurar a infraestrutura física da sede do TRT, mais condizente e adequada com as necessidades dos públicos interno e externo;
2. Implementar mais ações de valorização dos servidores, a partir da promoção de uma melhor qualidade de vida, com atenção especial a sua saúde, estimulando o esporte e a solidariedade social;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

3. Imprimir mais agilidade no andamento dos feitos administrativos, com a eliminação do retrabalho, da reanálise reiterada dos atos administrativos, eliminando a já superada gestão de controle; e,

4. Instituir trabalho permanente de articulação política junto aos Poderes Legislativo e Executivo, das esferas Federal e local, junto ao TST e ao CNJ, com vistas à criação de cargos, de funções comissionadas, de recursos financeiros e de todas as condições a que temos direito, para bem cumprirmos nossos deveres constitucionais, legais e as metas institucionais, tudo, em prol da nossa sociedade, para assim, elevarmos, a nossa 16ª Região ao patamar de excelência a que merece estar e que merecem estar os seus magistrados e servidores.

Destaca-se a visita ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sua Excelência o Ministro João Batista Brito Pereira para apresentação de relatório técnico descritivo da situação estrutural do prédio-sede, de requerimentos para realização de auditoria das instalações do prédio-sede e contratos administrativos e ainda, de liberação de recursos para as obras de reformas de prédios do TRT16ª. Nesta ocasião, a Desembargadora Presidente foi acompanhada por Juízes e Assessores.

Tendo em vista a escassez de recursos, tanto financeiros como do corpo de colaboradores deste Tribunal, bem como com o objetivo de dar maior transparência e objetividade à melhoria da infraestrutura física, foi elaborado o primeiro Plano Plurianual de Obras do TRT da 16ª Região, para o período de 2018-2022, exigência prevista na Resolução nº 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça e na Resolução nº 70/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Foram inúmeras intervenções realizadas já ao longo de 2018, dentre as quais destacamos as novas instalações do Setor de Almoxarifado, Setor Gráfico, Marcenaria, sala para os terceirizados realizarem refeições e descanso, o aluguel da nova sede para as duas Varas do Trabalho de Imperatriz e o respectivo Fórum Manuel Alfredo Martins e Rocha, cuja antiga instalação encontrava-se em situação de risco, reforma e adaptação dos banheiros do Prédio-Sede, que passaram a atender às especificações para pessoas com deficiência, e intervenções para melhorar a acessibilidade aos setores do Tribunal, como a construção de rampas de acesso.

Para além das iniciativas finalizadas ao longo de 2018, inúmeras outras foram iniciadas, como a realização da licitação para troca dos elevadores do Prédio-Sede, elaboração de projetos executivos e complementares para reforma do Pavimento Térreo, Fachada e modernização das instalações elétricas do Edifício Sede.

Não se pode olvidar, ainda, dos serviços de manutenção predial que foram realizados ao longo do ano pela Seção de Engenharia, em parceria com a Secretaria de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Administração, Coordenadoria de Serviços Gerais e a Diretoria Geral, tais como pinturas, revisão de coberturas, correção de infiltração no Fórum Astolfo Serra, reparos na pavimentação de pisos, reparos nas casas de bombas d'água, reparos na estrutura física das Varas do Trabalho do Interior do Estado, substituição de portas, dentre outros serviços elencados nesse relatório, tudo em paralelo às demais iniciativas já mencionadas.

Outrossim, foi realizada com êxito a licitação para contratação de dois restaurantes para atendimento ao público interno e externo, um localizado no Prédio-Sede e outro no Fórum Astolfo Serra.

No âmbito da gestão de pessoas, a Administração aderiu a diversas campanhas para melhoria da condição de vida, saúde e dignidade de todos os colaboradores, tais como à campanha "Março Lilás", campanha para vacinação, prevenção de acidentes, "Abril Amarelo", apoio ao Banco de Leite, segurança da informação, descarte ecológico de resíduos sólidos, dentre outras.

Em paralelo, esta Administração se preocupou, ainda, com a infraestrutura computacional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, ante a realidade do processo judicial eletrônico, e toda segurança de dados que este demanda. Assim, foram envidados esforços para aquisição do novo DataCenter reserva, o mais moderno dentre os órgãos públicos do Estado do Maranhão, aquisição da nova solução de firewall, novos switches, impressoras, e da nova unidade de fita robotizada.

Ademais, as iniciativas tecnológicas também buscaram incrementar a produtividade da atividade jurisdicional, tais como a nova versão do Gabinete Virtual, SIGEPweb, distribuição de equipamentos de multimídia, PJE-Calc Cidadão, dentre outros.

Registre-se que todos os atos de gestão foram feitos com a observância das restrições orçamentárias impostas pelo Novo Regime Fiscal, previsto na Emenda Constitucional nº 95/2016, cumprindo-se a determinação oriunda do Conselho Superior da Justiça do Trabalho quanto à redução e das despesas e da inscrição de valores em restos a pagar.

Isso foi possível mediante o planejamento do emprego dos recursos pela priorização das ações e programas que atendessem de fato aos anseios dos jurisdicionados, e que fizeram parte da Meta de Aperfeiçoamento dos gastos públicos para o biênio 2018/2019.

No campo estratégico, foi lançada pela Presidência a Gincana Judicial 2018, com objetivo de elevar a meta de processos baixados na primeira e na segunda instâncias. Após 74 dias corridos de duração, ao final da gincana apurou-se o cumprimento das metas por todas as Varas do Trabalho, com resultado geral de 24.389 processos baixados, ultrapassando em 5.756 processos a meta prevista, com percentual de cumprimento de 131%.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Por fim, ressalto que a redução do quadro de servidores neste Regional, agravada pelo elevado número de pedidos de aposentadoria a cada dia, bem como pela proibição de ingressos de novos servidores, também consequência da EC nº 95/2016, não foi barreira intransponível para que esta Administração, em conjunto com todo corpo funcional da Justiça do Trabalho no Maranhão, alcançasse bons resultados, em total sintonia com o planejamento estratégico da Administração deste Tribunal e de todo Poder Judiciário Nacional.



SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO
Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

1 PRESIDÊNCIA

O presente Relatório anual tem por escopo apresentar, de forma sucinta, mas circunstanciada, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete da Presidência do TRT da 16ª Região no exercício de 2018.

A Presidência deste TRT, no referido ano, foi exercida pela Excelentíssima Desembargadora Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro, que entrou em exercício em 1º de janeiro de 2018, com posse solene em 7 de dezembro de 2017, para o biênio 2018/2019.

O Gabinete da Presidência, nos termos do art. 4º do Regulamento Geral dos Serviços Auxiliares deste Regional, tem a seguinte estrutura:

SECRETARIA-GERAL

Noredim Oliveira Reuter Ribeiro Neto - Secretário-Geral

Viviane Tabosa Neves - Analista Judiciário

Daniel Pacheco Florentino - Técnico Judiciário

Iara Dubiraci Campelo Carvalhal - Servidora Requisitada

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

José de Ribamar de Sousa Chagas Júnior - Assessor Administrativo (2/1 a 15/4/2018)

Aline Cristina Sales Lobato - Assessora Administrativa

Abílio de Sousa Martins Neto - Servidor Requisitado

Ana Carolina Barroso da Silveira - Analista Judiciário

Jandilma Tereza Gomes Ferreira - Técnico Judiciário

Mariana Ribeiro Sampaio de Almeida – Analista Judiciário

ASSESSORIA JURÍDICA

Ana Maria Cordeiro Mendes - Assessora Jurídica (1º/1 a 15/4/2018)

José de Ribamar de Sousa Chagas Júnior - Assessor Jurídico (16/4 a 8/7/2018)

Cleonice Pacheco de Castro - Assessora Jurídica

Váldima da Conceição Mendes Câmara - Analista Judiciário

Luís Inácio Oliveira Costa - Analista Judiciário

NÚCLEO DE RECURSO DE REVISTA

Cleonice Pacheco de Castro - Chefe do NRR (1º/1 a 8/7/2018)

Fernanda Mesquita da Silva - Chefe do NRR

Karen Tavares Lima - Técnico Judiciário;

Cristiane Moreti Batista França - Técnico Judiciário

Fábio Hack Cechin Carlotto Guerra - Técnico Judiciário

DESPACHOS EXARADOS

Durante o ano de 2018, a Presidência deste Tribunal prolatou despachos em diversos

processos, conforme quantitativo apresentado na tabela abaixo:

a) Assessoria Administrativa e Secretaria-Geral.

DESPACHOS EXARADOS	
Assessoria Administrativa	2100
Secretaria-Geral	1821
TOTAL	3921

b) Núcleo de Recurso de Revista

RECURSOS ORDINÁRIOS		
(A) Interpostos		41
(B) Concluídos		35
(C) Recebidos		37
(D) Não recebidos		2
(E) Baixados (Acordos/Desistência/Fungibilidade)		0
(F) Pendentes	(F1) Suspensos ou sobrestados	0
	(F2) Exceto suspensos ou sobrestados	17

RECURSOS DE REVISTA		
(A) Interpostos		3.709
(B) Concluídos		3.021
(C) Admitidos		483
(D) Não admitidos		2.425
(E) Baixados (Acordos/Desistência/Fungibilidade)		41
(F) Pendentes	(F1) Suspensos ou sobrestados	32
	(F2) Exceto suspensos ou sobrestados	2.144

AGRAVOS DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA	
Agravos de Instrumento em Recurso de Revista	Quantidade
(A) Interpostos	1.682
(B) Remetidos ao TST	1.871
(C) Pendentes de Remessa	124

EXPEDIENTES EMITIDOS

No exercício de suas atribuições regimentais e regulamentares, o Gabinete da Presidência, em 2018, expediu:

Portaria GP	1223
Ofício GP	592
Ofício Circular GP	14
Memorando GP	142

Memorando SGP	1
Memorando Circular GP	192
Atos Regulamentares	14
Editais	3
TOTAL	2181

JUÍZOS AUXILIARES

- Juíza Auxiliar da Presidência

A Excelentíssima Senhora Érika Guimarães Gonçalves Dovera, Juíza Titular da Vara do Trabalho de Presidente Dutra, foi convocada por meio da Portaria GP nº 1211/2017 para atuar como Juíza Auxiliar da Presidência, prestando assistência a este Gabinete no exercício de suas atividades administrativas, no período de 1º/1 a 11/3/2018, quando retornou para a titularidade da VT de Presidente Dutra, conforme Portaria GP nº 336/2018.

- Juízo Auxiliar de Precatório

O Juízo Auxiliar de Precatório (JAP) foi instituído pela Resolução Administrativa nº 89/2006 (alterada pela Resolução Administrativa nº 116/2007), a fim de auxiliar, conciliar e agilizar a prestação jurisdicional neste Tribunal.

Em 2018, o JAP foi exercido pela Juíza Élbida Lídice Spenser Dowsley, tendo como substituta a Juíza Angelina Moreira de Sousa Costa, ambas sem prejuízo de suas atividades jurisdicionais nas Varas do Trabalho em que se encontram lotadas, conforme Portaria GP nº 14/2018 e Portaria GP nº 42/2018.

- Juízo Conciliatório de Recurso de Revista

O Juízo Conciliatório de Revista foi instituído e disciplinado neste Tribunal por intermédio do Ato GP nº 54/2011, com alterações constantes na Portaria GP nº 385/2012.

Foi presidido, em 2018, pelo Desembargador Américo Bedê Freire, de acordo com a delegação fixada na Portaria GP nº 5/2018.

Com a edição da Portaria GP 1179/2012, o referido Juízo Conciliatório foi reformulado, passando a ter a seguinte estrutura: Núcleo de Recurso de Revista / Agravo de Instrumento / Recurso Ordinário para o TST; e Seção de Conciliação em Recurso de Revista, Agravo de Instrumento e Recurso Ordinário para o TST.

No período de 2018, o Núcleo de Recurso de Revista, por meio do Juízo Conciliatório, realizou os atos consignados abaixo:

JUÍZO CONCILIATÓRIO		
Audiências	designadas	62
	realizadas	61
Acordos homologados		42
Valores pagos/arrecadados		R\$ 3.123.985,43

NÚCLEOS

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos foi instituído por intermédio da Resolução Administrativa nº 44/2011.

Em 2012, através da portaria GP nº 199/2012, a Presidência disciplinou o funcionamento do Núcleo e, por meio da Portaria GP nº 831/2018, estabeleceu sua atual composição, cuja coordenação é exercida atualmente pela Desembargador Américo Bedê Freire.

Núcleo ainda possui como membros os Juízes Manoel Joaquim Neto, Maria do Socorro Almeida de Sousa, Ângela Cristina Carvalho Mota Luna e Márcia Suely Correa Moraes Bacelar, além do servidor Fábio Henrique Soares, que atua como secretário do referido Núcleo.

Núcleo de Pesquisa Patrimonial

O Núcleo de Pesquisa Patrimonial foi instituído por meio da Resolução Administrativa nº 258/2014.

A Portaria GP nº 123/2018 designou o magistrado Paulo Sérgio Mont'Alverne Frola como Juiz Auxiliar e o magistrado Carlos Gustavo Brito Castro como Juiz Auxiliar Substituto.

Compete ao juiz auxiliar do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, dentre outras, promover a identificação de patrimônio a fim de garantir a execução, requerer e prestar informações aos juízos referentes aos devedores contumazes, propor convênios e parcerias entre instituições públicas e privadas, determinar medidas acautelatórias que garantam efetividade à execução.

COMITÊS E COMISSÕES

Com a finalidade de realizar ações voltadas à melhoria dos serviços prestados por este Tribunal, foram instituídos grupos de trabalho, comitês e comissões, cujas composições foram reformuladas, reduzindo as designações anteriores de 38 para 31, sendo 13 Comitês e 18 Comissões atualmente designadas para atuarem junto à Presidência na condução de políticas institucionais na Gestão 2018-2019. Dentre todas essas mudanças, merecem destaque:

- Nova composição da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Disciplinar (Portaria GP nº 40/2018);
- Designa nova composição da Comissão de Acessibilidade (Portaria GP nº 538/2018);
- Designa atual composição do Comitê Regional do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEP (Portaria GP nº 66/2018);
- Estabelece nova composição do Comitê Gestor Regional de Atenção Integral à Saúde (Portaria GP nº 67/2018);
- Revoga as Portarias GP nºs 703/2012 e 837/2014 e institui a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e determina suas atribuições (Portaria GP nº 82/2018);
- Designa os membros da Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (Portaria GP nº 83/2018);
- Designa os membros da Comissão de Gestão do Teletrabalho (Portaria GP nº 206/2018);
- Designa nova composição da Comissão de Avaliação e Classificação de Material Inservível (Portaria GP nº 283/2018);
- Designa nova composição da Comissão de Avaliação e Classificação de Material Gráfico (Portaria GP nº 376/2018);
- Designa nova composição da Comissão Permanente de Licitação (Portaria GP nº 4/2018);
- Designa nova composição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (Portaria GP nº 610/2018);
- Designa nova composição da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (Portaria GP nº 119/2018);
- Designa nova composição da Comissão Permanente de Segurança (Portaria GP nº 118/2018);
- Designa nova composição dos Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus (Portaria GP nº 147/2018);
- Designa nova composição do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau (Portaria GP nº 106/2018);
- Designa nova composição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGesTIC (Portaria GP nº 149/2018);
- Designa nova composição do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação - CGSIC (Portaria GP nº 152/2018);
- Designa nova composição do Comitê Gestor Regional do Sistema SIGEO (Portaria GP nº 122/2018);
- Designa nova composição da Comissão Regional Permanente de Efetividade da Execução Trabalhista (Portaria GP nº 192/2018);

- Designa nova composição do Comitê do Trabalho Seguro (Portaria GP nº 81/2018);
- Designa nova composição da Comissão Regional de Erradicação do Trabalho Escravo, Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (Portaria GP nº 93/2018);
- Designa nova composição da Comissão do Programa TRT na Escola (Portaria GP nº 173/2018);
- Revoga as Portarias GP nºs 175/2016 e 238/2017 e institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGovTIC (Portaria GP nº 31/2018);
- Designa os membros do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGovTIC (Portaria GP nº 35/2018);
- Designa nova composição do Comitê Gestor Regional do Sistema de Gerenciamento de Informações - e-Gestão (Portaria GP nº 44/2018);
- Revoga a Portaria GP nº 173/2016 e institui o Comitê Gestor do PJe-JT - CGRPJe (Portaria GP nº 68/2018);
- Designa os membros do Comitê Gestor do PJe-JT - CGRPJe (Portaria GP nº 91/2018);
- Altera o art. 4º, § 1º da Portaria GP nº 511/2012 e designa nova composição da Comissão de Avaliação de Planejamento de Obras (Portaria GP nº 534/2018)

PROJETOS, EVENTOS E AÇÕES

Abertura do Ano Judiciário

Em janeiro de 2018, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Desembargadora Solange Cristina Passos de Castro, apresentou os projetos e planos de ação da Administração para o biênio de 2018/2019, na solenidade de Abertura do Ano Judiciário, que contou também com a palestra "Ética no Trabalho" proferida pelo professor doutor Dante Marcello Claramonte Gallian.

Campanha de Conscientização Ambiental

Com o slogan "Doe uma semente para a Mãe Natureza! Salve vidas plantando vida nos canteiros da 16ª Região", o TRT-MA lançou campanha de conscientização ambiental voltada para a preservação da natureza. Na ocasião distribuiu mais de 200 mudas de plantas frutíferas a magistrados, servidores, terceirizados e estagiários.

Durante o ano de 2018, a presidência do TRT16 aderiu a inúmeras campanhas, dentre elas destacam-se:

- Adesão à Campanha "Março Lilás": conscientização para a importância da prevenção ao câncer de colo de útero;
- Campanha de vacinação: parceria com a Divisão de Imunização da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), com disponibilização de vacinas tríplice viral, hepatite B, tétano e febre amarela;

- Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho 2018 (CANPAT 2018): promovida pela Superintendência Regional do Trabalho a campanha alusiva ao Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, visa à formulação e a execução de ações nacionais e regionais voltadas à prevenção e à diminuição no número de acidentes no trabalho;
- Campanha Abril Amarelo - “Trânsito Seguro”: as fachadas dos prédios sede e Fórum Astolfo Serra receberam iluminação especial amarela, para destacar a campanha de conscientização para um trânsito seguro;
- Campanha de Apoio ao Banco de Leite da Maternidade Marly Sarney;
- Campanha de Segurança da Informação;
- Campanha descarte ecológico de resíduos eletrônicos;
- Campanha de incentivo à utilização do Programa Workrave;
- Campanha “Orgulho de Ser Brasileiro – COPA 2018”;
- Campanha de Avaliação Cardiológica para Agentes de Segurança;
- Campanha do TST “Não Leve na Brincadeira. Trabalho Infantil é Ilegal” ;
- Campanha de divulgação na Central ASSYST;
- Exposição "Centenário Josué Montello", evento que marcou a adesão do TRT26 às comemorações da 2ª Semana Nacional de Arquivos com o tema "Governança, Memória e Herança";
- Campanhas "Setembro Amarelo", “Outubro Rosa”, "Novembro Azul" e "Dezembro Vermelho" que contaram com palestras, rodas de conversa, manhã esportiva e exames preventivos, objetivando a conscientização para a prevenção dos problemas abordados em cada campanha.
- Gincana Judicial 2018: concebida e coordenada pela Presidência do TRT16 com o apoio da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa, foi realizada a Gincana Judicial entre os meses de outubro e dezembro de 2018, com o objetivo de incentivar as unidades judiciais da Justiça do Trabalho no Estado a elevarem a meta de processos baixados nas fases de conhecimento e de execução nos 1º e 2º graus de jurisdição.

Em 75 dias de gincana, as unidades judiciais baixaram 28.329 processos, que corresponderam a 36,42% do total de processos baixados no ano de 2018, alcançando a maior quantidade de processos baixados na história do Regional, superando a marca de 78.000 processos baixados nos 1º e 2º graus. O resultado também foi destaque nacionalmente como a maior baixa de todos os Tribunais de pequeno porte, nos últimos 10 anos.

Reuniões e Visitas Institucionais

A Presidência do TRT da 16ª Região, no exercício de 2018, promoveu inúmeras reuniões, destacando-se as realizadas com magistrados e gestores no intuito de fortalecer o modelo de gestão participativa, bem assim com a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores e com a presidência da Associação de Magistrados Trabalhistas, além das visitas institucionais em Brasília, para tratar de assuntos administrativos e orçamentários de interesse desta Corte Trabalhista.

- Reunião com Magistrados de 1º grau: objetivando ampliar o modelo de gestão participativa.
- Reunião de Gestores da Área Administrativa: diretrizes e prioridades da Administração. Importância da cooperação entre as unidades, autonomia, descentralização administrativa para o cumprimento de políticas judiciárias.
- Reunião com membros da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público Federal no Maranhão – SINTRAJUFÉ, destacando como um de seus compromissos a valorização dos servidores e sua autonomia na gerência dos atos administrativos (descentralização administrativa - art. 258 do Regulamento Geral TRT/MA).
- Reunião com o Presidente da Associação de Magistrados do Trabalho – AMATRA16, destacando como um de seus compromissos a promoção de uma administração compartilhada com magistrados e servidores.
- Visita Institucional: Reunião em Brasília com Presidente do TST, Ministro João Batista Brito Pereira para apresentação de relatório técnico descritivo da situação estrutural do prédio-sede, de requerimentos para realização de auditoria das instalações do prédio-sede e contratos administrativos e ainda, de liberação de recursos para as obras de reformas de prédios do TRT16ª. Nesta ocasião, a Desembargadora Presidente foi acompanhada por Juízes e Assessores.
- Visita Institucional: Reunião em Brasília com a Coordenadora de Orçamento e Finanças do CSJT, Dra. Kátia dos Santos Silva para apresentação dos relatórios de inspeção do Corpo de Bombeiros de São Luís sobre as condições estruturais de risco do prédio-sede do TRT/MA e requerimento de apoio para a realização de obras de reformas prediais e aquisição de bens. Nesta ocasião, a Desembargadora Presidente foi acompanhada por Juízes e Assessores.
- Reunião da Desembargadora Presidente com o Prefeito de São Luís, Edivaldo de Holanda Braga Junior e Assessores: requerimento de revitalização e limpeza de avenida, ruas e canteiros das áreas adjacentes à Justiça do Trabalho.
- Reunião da Desembargadora Presidente com Secretário Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), Canindé Barros e Assessores: requerimento de disciplinamento do trânsito, sinalização e barreiras eletrônicas nas imediações da Justiça do Trabalho.

Instituição do Banco de Horas

A partir do mês de abril passou a vigorar o banco de horas para os servidores do TRT16, a fim de registrar as horas excedentes para posterior compensação de carga horária.

Benefetorias na Infraestrutura do TRT16

Com o intuito de garantir a segurança, a salubridade, a preservação da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho, inúmeras obras de reformas, recuperação, adaptação e manutenção foram realizadas no prédio-sede deste Regional e no Fórum Astolfo Serra, contemplando várias unidades administrativas e judiciárias, além das Varas do Trabalho do Interior.

Dentre as unidades beneficiadas com a política prioritária de melhorias na infraestrutura adotada pela administração no exercício de 2018, podemos citar a Seção de Cerimonial e Eventos, o Setor Gráfico, a Seção de Almoxarifado e o Espaço de Convivência para os terceirizados.

Também foram inauguradas as novas instalações dos restaurantes e lanchonetes nas dependências do Fórum Astolfo Serra (FAS) e no prédio-sede do TRT16ª Região. As instalações passaram por reformas e adaptações e disponibilizadas para as empresas vencedoras do Pregão Eletrônico.

2ª Etapa do Projeto Carrinho de Leitura

Com o slogan “Justiça seja feita: quando leio, me livro”: foi dada a continuidade ao Projeto Carrinho de Leitura com a disponibilização de livros e publicações diversas a magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e ao público que frequenta a Justiça do Trabalho.

Dia Internacional da Mulher

No dia Internacional da Mulher, as magistradas, servidoras, terceirizadas e estagiárias foram homenageadas com a apresentação da palestra “Mulher – a melhor versão de si mesma”, pela Coach de notoriedade nacional Dra. Leila Navarro.

Comemoração do Dia Internacional do Trabalhador

Magistrados, servidores, terceirizados e estagiários participaram das palestras “O Sentido do Trabalho”, ministrada por Nehemias Pinto Bandeira, Professor do curso de graduação em Administração da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade CEUMA, e “Qualidade de Vida e Trabalho”, Ministrada pelo Professor Carlos César Ronchi, do curso de Administração da Universidade CEUMA.

Na ocasião, a Desembargadora Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro homenageou a todos os trabalhadores deste Regional, agraciando os gestores e chefes de unidades judiciais e administrativas com placas de agradecimento, representando os demais

servidores de sua unidade.

Comemoração do Dia das Mães

Com um especial café da manhã foi comemorado o Dia das Mães que contou com a presença de magistradas, servidoras, terceirizadas e estagiárias. Filhas e filhos de servidoras protagonizaram o momento mais emocionante da homenagem, quando fizeram uma performance relacionando o amor de mãe com os cinco sentidos físicos do corpo humano.

Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho

Em maio, foi realizada a solenidade de outorga de insígnias da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho, que condecorou 40 personalidades que se destacaram no Direito Trabalhista ou prestaram relevantes serviços à Justiça do Trabalho.

Homenagem aos Pais

Em comemoração ao Dia dos Pais, foi realizada uma programação especial com a presença de filhos de servidores, que prestaram homenagens aos magistrados, servidores, terceirizados e estagiários, com declarações de carinho e amor, que ressaltaram a importância da figura paterna.

Medalha do Mérito Jurídico Domingos Perdigão

A Justiça do Trabalho no Maranhão foi homenageada em solenidade do Centenário do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, oportunidade em que foi representada pela Excelentíssima Presidente desta Corte Trabalhista, Desembargadora Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro.

A medalha do Mérito Jurídico Domingos Perdigão é considerada a maior honraria concedida pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça.

Itinerâncias das Varas do Trabalho

Foram autorizadas por esta Presidência a realização de 40 (quarenta) itinerâncias, no exercício de 2018, merecendo ressaltar a participação das Varas do Trabalho de Barra do Corda e de Chapadinha, que realizaram, cada uma, 10 (dez) itinerâncias.

As outras itinerâncias foram realizadas pelas Varas do Trabalho de Barreirinhas (6), Bacabal (4), Açailândia (3), Estreito (2), Pinheiro (2), Presidente Dutra (1), São João dos Patos (1) e Balsas (1).

REUNIÕES DO COLEPRECOR

No exercício de 2018, como de praxe, ocorreram as reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho do país, oportunidade em que são fomentados o intercâmbio de experiências importantes na gestão, a uniformização de procedimentos, a criação de projetos e, sobretudo, o fortalecimento da representatividade dos regionais junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, junto ao Conselho Nacional de

Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Supremo Tribunal Federal.

A Presidente Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro participou das seguintes reuniões do Colégio de Presidentes da Justiça do Trabalho:

Mês	Dias	Reunião	Local
Fevereiro	7 e 8	Reunião Extraordinária	Brasília-DF
Março	21 e 22	1ª Reunião Ordinária	Brasília-DF
Agosto	8 e 9	5ª Reunião Ordinária	Brasília-DF
Outubro	24 e 25	7ª Reunião Ordinária	Brasília-DF
Novembro	21 e 22	8ª Reunião Ordinária	Brasília-DF

Programa TRT na Escola

O Programa “TRT na Escola”, realizado em parceria com o Programa “Trabalho, Justiça e Cidadania-TJC”, através da AMATRA XVI, foi implantado neste Regional em abril de 2012. Para a viabilização do programa, o TRT da 16ª Região e a AMATRA XVI firmaram um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Trabalho-MPT, a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria Municipal de Educação de São Luís e São José de Ribamar.

O programa está alinhado com os objetivos do Planejamento Estratégico do TRT da 16ª Região, na medida em que expressa o compromisso institucional com a responsabilidade social e consequente promoção da cidadania.

JUSTIFICATIVA

A iniciativa de desenvolver uma atividade diretamente voltada para a comunidade escolar da Educação Básica decorre da convicção da direção deste órgão judicial de que a realização da justiça é uma conquista que depende não somente dos atos processuais e estritamente jurídicos, mas de ações relacionadas à disseminação da informação para os cidadãos.

Foi em atenção a isso que se delimitou o público-alvo do programa, acreditando-se que, com intervenções em instituições escolares e atuando junto aos educadores, educandos e famílias, é possível colaborar com a formação de cidadãos cientes de seus direitos e deveres.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais

- Fomentar o debate sobre questões relacionadas ao Direito do Trabalho, estrutura e funcionamento da Justiça do Trabalho, acessibilidade à justiça e sobre temas relativos aos direitos da criança e do adolescente;
- Promover maior aproximação entre o Poder Judiciário, o Ministério Público do Trabalho e a sociedade;

- Romper as barreiras culturais e sociais que dificultam a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Objetivos Específicos

- Estabelecer parcerias entre o TRT 16ª, AMATRA XVI, MPT e as Secretarias de Educação e Ação Social, de modo a capacitar os educadores a atuarem como multiplicadores das temáticas propostas;
- Formar e sensibilizar os professores e educadores em geral, de maneira que incentivem os jovens estudantes a atuarem como agentes multiplicadores dos temas do programa no seio da família e da comunidade;
- Informar os estudantes de ensino fundamental e médio a respeito do funcionamento e estrutura do Poder Judiciário e do Ministério Público do Trabalho;
- Realizar visitas nas escolas com vistas à conscientização dos alunos e pais, para que não explorem e nem tolerem a exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

METODOLOGIA DO PROGRAMA

Na execução do programa foi observada a metodologia da multiplicação do saber, com as seguintes ações:

- Capacitação de coordenadores e professores;
- Repasse dos conteúdos aos alunos, pelos Coordenadores e professores;
- Realização de produções intelectuais pelos alunos;
- Momento tira-dúvidas com magistrados, membros do Ministério Público e servidores do TRT16 mediante visitas às escolas com participação dos alunos e seus pais;
- Apresentação das produções culturais dos alunos (Culminâncias).

Todas as ações do Programa (treinamento, visitas e culminâncias) são amplamente propaladas no site deste Regional, o que vem cooperando para o excelente desenvolvimento do Programa.

PARTICIPANTES DO PROGRAMA EM 2018

Juízes:

Angelina Moreira de Sousa Costa

Carlos Gustavo Brito Castro

Paulo Fernando da Silva Santos Júnior

Núbia Prazeres Pinheiro

Bruno de Carvalho Motejunas

Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota

Manoel Lopes Veloso Sobrinho

Antônio de Pádua Muniz

Procurador do Trabalho:

Luciano Aragão Santos – MPT/MA

Servidores:

Amanda Pereira Silva

Gustavo Napoleão Paiva Araújo

Tatiana de Moraes Lacerda e Silva

Mary Rose Viana Machado

Edvânia Kátia Sousa Silva

Municípios que participaram do Programa TRT na Escola em 2018

São Luís;

São José de Ribamar;

Bacabeira.

CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

O cronograma do Programa TRT na Escola estendeu-se por todo o ano de 2018, iniciando-se com a reunião técnica com as Secretarias de Educação, para apresentação do programa e indicação das escolas públicas participantes, e continuando nas fases de capacitação e multiplicação, com encerramento realizado no final do ano, com as Culminâncias nas escolas e Culminância Geral.

FEVEREIRO	MARÇO	MAIO	JUNHO	AGOSTO e SETEMBRO	OUTUBRO	DEZEMBRO
1ª Reunião técnica para definição do plano de capacitação dos Professores	Capacitação dos Gestores, Coordenadores e Professores	Entrega do Material (Cartilhas) nas Escolas Multiplicação do conteúdo da capacitação junto aos demais professores	Repasse do conteúdo junto aos alunos	Visita dos magistrados, procuradores e servidores às escolas	Produção Cultural pelos alunos das instituições - Culminância nas escolas	Visita ao Fórum Astolfo Serra Culminância Geral

ETAPAS REALIZADAS**Reunião Técnica**

- São Luís/MA, São José de Ribamar/MA e Bacabeira/MA – No dia 20 de fevereiro/2018, no Auditório “Professora Maria da Graça Jorge Martins”, da Escola Judicial do TRT-MA, foi realizada reunião técnica com os gestores de educação, oportunidade na qual foi apresentado o Programa “TRT na Escola”. A reunião foi coordenada pelo juiz Paulo Fernando da Silva Santos Júnior e pela servidora Amanda Pereira Silva. As Secretarias destes municípios indicaram 08 (oito) escolas para participarem da capacitação, conforme segue abaixo:

ESCOLAS	ÓRGÃO	ENDEREÇO
CE Bernardo Coelho de Almeida	SEDUC/São Luís	R. Celso Magalhães, 561 - Centro, São Luís - MA, 65020-710
CE Professor Mário Meirelles	SEDUC/São Luís	BR-135, 10100 - Pedrinhas, São Luís - MA, 65092-676
CE Vinícius de Moraes	SEDUC/São Luís	Av. Rio Claro, 12b - Jardim Eldorado, São Luís - MA, 65045-250
UEB Pedro Marcosini Bertol	SEMED/MA	Jaracaty, São Luís/MA
UEB Dom José Medeiros Delgado	SEMED/MA	353, R. Cinquenta e Um, 225 - São Raimundo, São Luís - MA
UED Rosália Freire	SEMED/MA	Quadra 65, Próximo ao número 10, R. Luxemburgo, s/n - Anjo da Guarda, São Luís - MA, 65085-790
IEMA - Unidade Plena de São José de Ribamar	SECTI/MA	Av. Panaquatira, 824 - Vila Roseana, São José de Ribamar - MA, 65110-000
IEMA – Unidade Plena de Bacabeira	SECTI/MA	Turilândia - MA, 65143-000

Capacitação dos Gestores, Coordenadores e Professores

- A Capacitação foi realizada no mês de março no Auditório “Professora Maria da Graça Jorge Martins”, da Escola Judicial do TRT-MA. Foram realizados 04 (quatro) dias de capacitação, um a cada semana.
- Os ministrantes apresentaram o conteúdo através de slides, que foram devidamente compartilhados com os professores, a fim de permitir a multiplicação do conhecimento junto aos demais docentes das escolas participantes.
- A capacitação se deu com o uso da metodologia expositiva e dialogada, com a participação ativa dos professores no compartilhamento de experiências e levantamento de dúvidas, com público médio de 20 pessoas. O conteúdo, ministrante, dia da formação e horário estão descritos no quadro abaixo:

CONTEÚDO	MINISTRANTE	DIA	HORÁRIO
Abertura	Juiz Paulo Fernando da Silva Santos Júnior	07.03	8h
Direitos e Garantias fundamentais	Juiz Carlos Gustavo Brito Castro	07.03	8h às 12h
Trabalho escravo e Trabalho infantil	Procurador Luciano Aragão Santos	14.03	8h às 12
Noções básicas de direito do trabalho - Poder Judiciário Trabalhista: estrutura e funcionamento	Juíza Nubia Prazeres Pinheiro	21.03	8h às 12h
Inclusão no Mercado do Trabalho	Juíza Angelina Moreira de S. Costa	27.03	8h às 10h
Trabalho Seguro	Engenheira Tatiana de Moraes Lacerda e Silva		10h às 12h





Entrega do material (cartilhas) nas escolas participantes

- Após a capacitação, realizou-se a entrega de material didático às escolas participantes, de maneira a auxiliar no desenvolvimento das atividades de multiplicação junto aos professores e alunos. O referido material, que vem em formato de cartilhas, aborda os temas trabalhados nas

capacitações junto a este Tribunal, tais como trabalho infantil, trabalho escravo e trabalho seguro.

- A entrega do material foi realizada pessoalmente pela equipe do Programa, em visita às unidades de ensino participantes, após comunicação expedida às Secretarias e de acordo com a disponibilidade/cronograma de ensino de cada escola, conforme cronograma que segue:

- Nestes encontros, além da entrega das cartilhas e explicação sobre seu conteúdo, foram realizadas reuniões com os professores, incluídos os que não puderam participar das capacitações, para breve exposição do programa e reforço de seus objetivos, assim como esclarecimento de dúvidas, a fim de incentivá-los à multiplicação do conhecimento em sala de aula.

- Foi distribuído o total de 2.395 (duas mil trezentas e noventa e cinco) cartilhas, de acordo com o quantitativo de alunos informado pelos gestores de cada escola, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO		QUANTITATIVO
Cartilhas - Trabalho Infantil	50 Perguntas e Respostas	1064
	Turma da Mônica	1064
	Brincar, estudar, viver... Trabalhar, só quando crescer	175
	Trabalho Infantil e Justiça do Trabalho: Primeiro Olhar	40
Cartilhas Trabalho Seguro	Trabalho Seguro e Saudável em quadrinhos	52
TOTAL		2.395

21/05 (segunda)	22/05 (terça)	23/05 (quarta)	24/05 (quinta)	25/05 (sexta)	30/05
<u>01. ROSÁLIA FREIRE (08h30-09h)</u> Endereço: Quadra 65, Próximo ao número 10, R. Luxemburgo, s/n - Anjo da Guarda	<u>03. MÁRIO MEIRELLES (PEDRINHAS) - (10h30 – 11h)</u> Endereço: - BR-135, 10100 - Pedrinhas	<u>04. VINICIUS DE MORAIS (08h30-09h)</u> Endereço: Av. Rio Claro, 12b - Jardim Eldorado	<u>06. IEMA SÃO JOSÉ DE RIBAMAR (09h)</u> Endereço: Av. Panaquatira, 824 - Vila Roseana, São José de Ribamar – MA	<u>07. IEMA BACABEIRA</u> Endereço: Rua Humberto de Campos - Bacabeira – MA	<u>08. JOSÉ MEDEIROS</u> Endereço: 353, Rua Cinquenta e Um, 225 - São Raimundo
<u>02. PEDRO MARCOSINI (10h)</u> Endereço: Jaracaty		<u>05. BERNARDO COELHO (10h)</u> Endereço: R. Célsio Magalhães, 561 – Centro			





MULTIPLICAÇÃO

- Nos meses de junho/julho/agosto, ocorreu a fase de repasse do conteúdo em sala de aula, com a multiplicação do conhecimento adquirido nas capacitações, viabilizando a expansão e desenvolvimento do programa.

VISITAS NAS ESCOLAS

• No mês de outubro, uma vez trabalhados em sala de aula os temas abordados nas capacitações, ocorreram as visitas às escolas, com o deslocamento de Magistrados e Servidores da equipe do Programa para o momento tira dúvidas em cada escola participante, conforme cronograma abaixo:

04/10 (quinta)	08/10 (segunda)	09/10 (terça)	10/10 (quarta)	11/11 (quinta)
<u>01. IEMA BACABEIRA</u> Horário: 8h Endereço: Rua Humberto de Campos – Bacabeira – MA Juiz: Paulo Fernando	<u>02. PEDRO MARCOSINI BERTOL</u> Horário: 8h Endereço: Jaracaty Juiz: Paulo Fernando	<u>03. ROSÁLIA FREIRE</u> Horário: 8h Endereço: Quadra 65, Próximo ao número 10, R. Luxemburgo, s/n - Anjo da Guarda Juíza: Angelina Costa	<u>04. VINICIUS DE MORAES</u> Horário: 8h Endereço: Av. Rio Claro, Jardim Eldorado Juiz: Paulo Fernando	<u>05. IEMA SÃO JOSÉ DE RIBAMAR</u> Horário: 8h Endereço: Av. Panaquatira, 824, Vila Roseana, São José de Ribamar Juiz: Paulo Fernando

• Nesta etapa, os magistrados e alunos realizaram encontro de grande interação, com momento tira-dúvidas e esclarecimentos sobre o conteúdo visto em sala de aula e, por vezes, sobre situações vivenciadas pelos alunos e por suas famílias. Por motivos de incompatibilidade de horários e reforma na escola, o C.E. Bernardo Coelho não pôde participar desta etapa.

• Ademais, é de conhecimento público as dificuldades que as escolas de ensino público enfrentam, principalmente quanto à ausência de professores para disseminação do conteúdo, dificuldades de gestão e problemas estruturais, entres estes que foram sofridos pela U.E.B. José Medeiros Delgado e o C.E. Prof. Mário Martins Meireles, que não conseguiram concluir suas participações no Programa. Esta Escola Judicial foi noticiada de tal impossibilidade, tendo comunicado as respectivas Secretarias de Educação acerca de tais fatos. O Programa foi cumprido até a fase de entrega de material nas escolas e, mesmo as referidas escolas não tendo condições de dar continuidade ao Programa junto a este Tribunal, foi recomendada a utilização dos materiais em sala de aula, dentro de suas possibilidades, ante a importância de tais conhecimentos para a promoção da cidadania.





CULMINÂNCIA NAS ESCOLAS

No mês de novembro encerraram-se as programações nas escolas com a realização de Culminâncias, consistentes na exposição de produções culturais dos alunos, que demonstraram com criatividade todo o conhecimento adquirido através do Programa. Nesta fase, os magistrados e servidores deslocaram-se até as escolas para registrar e prestigiar os trabalhos dos alunos, que costumam impressionar com suas produções, promovendo apresentações teatrais, declamação de poemas, exposição de pinturas, dentre outras iniciativas.





VISITA AO FÓRUM ASTOLFO SERRA

- Após, dando continuidade à inovação do ano de 2017, o Programa TRT na Escola providenciou a visita de alunos das escolas participantes ao Fórum Astolfo Serra, em visita guiada por servidores e magistrados do TRT16. No ano de 2017, a EJUD16 trouxe 15 (quinze) participantes de cada escola, dentre alunos e professores, que visitaram o Centro de

Memória e Cultura - CEMOC, Biblioteca, Sala dos Advogados e Sala de Audiência, com encerramento no auditório.

• Este ano, foram trazidos 20 (vinte) alunos da U.E.B. Pedro Marcosini Bertol, U.E.B. Rosália Freire, C.E. Vinicius de Moraes e C.E. Bernardo Coelho, e 40 (quarenta) alunos dos IEMAS, mais os professores acompanhantes, que seguiram a seguinte programação:

- Os alunos receberam as boas-vindas no Auditório pela servidora Edivânia Kátia Sousa Silva, do Centro de Memória e Cultura - CEMOC, que deu uma breve aula sobre a história do nosso Tribunal e sua atuação no Estado do Maranhão.

- Uma das paradas foi na Biblioteca, momento no qual a servidora Mary Rose Viana Machado repassou dicas para a melhor conservação dos livros e mostrou como uma biblioteca é organizada. Ainda, foi concedido tempo para que os alunos manuseassem os livros e lessem o que lhes interessasse.

- A Sala dos Advogados também foi visitada e alguns profissionais presentes voluntariaram-se, dando uma breve palavra sobre a carreira.

- Os alunos também visitaram as Salas de Audiência das 1ª, 3ª e 7ª Varas do Trabalho. Os magistrados Manoel Lopes Veloso Sobrinho, Antônio de Pádua Muniz Correa e Angelina Moreira de Sousa Costa os receberam e os estudantes puderam acompanhar, em tempo real, a realização de audiências de instrução, seguidas por momento de conversa descontraída. Ainda, os magistrados explicaram os procedimentos tomados e tiraram dúvidas e fotos. Os alunos do IEMA- Unidade Plena de Bacabeira foram recebidos pelo magistrado Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota, que os recebeu durante audiência de instrução e os levou para conhecer seu gabinete.

- Ainda, os alunos das escolas de ensino médio foram levados para conhecer o Centro Jurídico de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSC-JT), onde foram recebidos pela magistrada Ângela Cristina Carvalho Mota Luna, que explicou o funcionamento do Centro, tirou dúvidas e entregou mimos aos alunos.

- Por fim, as visitas encerraram-se no auditório, onde foi servido um lanche.











Culminância Geral

- O encerramento do Programa TRT na Escola, denominada de Culminância Geral, ocorreu no Auditório Ari Rocha, localizado neste prédio-sede. Da mesma forma que na visita ao Fórum, a EJUD16 providenciou a vinda de alunos e professores para conclusão do programa,

com a reprodução das produções culturais desenvolvidas pelas escolas participantes, assim como prestação de homenagens e entrega de certificados aos colaboradores e participantes do programa. Neste ano, a Culminância ocorreu no dia 14/12, às 9h, e contou com a apresentação artística de cinco escolas.





ESCOLAS	Nº de Alunos	Nº de Professores
01. UEB Pedro Marcosini Bertol	98	5
02. UEB Rosália Freire	158	5
03. IEMA – Unidade Plena São José de Ribamar	273	26
04. CE Vinícius de Moraes	201	5
05. CE Bernardo Coelho	240	6
06. IEMA – Unidade Plena Bacabeira	426	23
TOTAL: 1.396 alunos e 70 professores		

Conclusão

- Quantidade de alunos e professores atingidos pelo Programa TRT na Escola 2018:
- Encerramos o programa em 2018, satisfeitos com os resultados obtidos e já estamos em fase de prospecção das escolas que participarão em 2019.
- A Escola Judicial registra os seus sinceros agradecimentos a todos os juízes e servidores que uniram forças para que este projeto fosse realizado neste ano, e que muito contribuíram para a promoção da cidadania das crianças e adolescentes alcançados.

1.1 Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

A Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa (CGEEP), criada pela Resolução Administrativa nº 73, de 7 de abril de 2011, é diretamente subordinada à Presidência do TRT 16ª Região e responsável por assessorar as atividades relacionadas ao planejamento estratégico, aos planos de gestão, aos processos de trabalho, bem como avaliar resultados e acompanhar a execução das iniciativas estratégicas, propor indicadores de desempenho, metas estratégicas e projetos de otimização e modernização de procedimentos.

Esta unidade realiza o acompanhamento de 22 metas do Plano Estratégico deste Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, aprovado pela Portaria GP nº 1254/2014 e referendado pela Resolução Administrativa nº 187/2015, vigente de 2015 a 2020, no sentido de promover à melhoria da prestação jurisdicional.

A execução do Plano Estratégico decorre de processo de gestão participativa, buscando o alinhamento de ações e iniciativas de todas as áreas do tribunal.

Neste sentido, ao longo do ano de 2018, esta unidade realizou, coordenou, acompanhou ou contribuiu para diversas atividades, dentre as quais podemos destacar a seguir: **ACOMPANHAMENTO DAS METAS E OBJETIVOS DOS PLANOS ESTRATÉGICOS**

Nos termos da Resolução CNJ nº 198/2014, cabe a esta Coordenadoria de Gestão Estratégica acompanhar o cumprimento das 14 metas nacionais do Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça e as metas específicas constantes do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, disciplinado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O acompanhamento das metas é realizado seja pelo preenchimento mensal do Sistema “Justiça em Números” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (SIGEST), quanto pela conformidade de dados de relatórios de produtividade.

ALINHAMENTO PARA CUMPRIMENTO DE METAS

Elaboração de proposta de ações para cumprimento de metas e remessa ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho para acompanhamento e discussão junto ao Comitê da Estratégia Nacional.

Foram realizados alinhamentos de projetos e planos de trabalho visando o cumprimento dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico do Tribunal junto às unidades estratégicas deste Regional.

PREENCHIMENTO DE QUESTIONÁRIOS E PESQUISAS

Periodicamente, esta Coordenadoria de Gestão Estratégica responde questionários, pesquisas e questionamentos aos Conselhos Superiores e Tribunal de Contas da União, acerca do cumprimento das políticas judiciárias disciplinadas por estes órgãos, dentre os quais destacamos:

- Questionário de Avaliação da Estratégia Nacional;
- Questionário do Perfil de Governança de Pessoas;
- Questionário do Perfil de Governança de TIC;
- Questionário do Perfil de Governança.

ACOMPANHAR O PORTFÓLIO DE PROJETOS

Orientar e acompanhar as unidades na elaboração e desenvolvimento de ações e projetos.

Alinhamento de projetos e planos de trabalho visando o cumprimento dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico do Tribunal junto às unidades estratégicas deste Regional.

Abaixo descrevemos sucintamente alguns projetos desenvolvidos em 2018:

Iniciativas Estratégicas	Ações Relacionadas
Ações educativas e preventivas voltadas ao diagnóstico precoce, visando resguardar a saúde de magistradas e servidoras.	Campanha “Mulher, fonte de vida! TRT16 por sua saúde”.
	Distribuição de vasos de flores e confecção de cartazes com o símbolo da campanha Outubro Rosa, nos setores do TRT e do Fórum Astolfo Serra.
	Iluminação da fachada do prédio-sede e do Fórum Astolfo Serra.
	Caminhada pela Prevenção ao Câncer de Mama.
	Realização do “Chá Rosa”. Homenagens e depoimentos de servidoras e convidadas.
	Palestra com tema “Prevenção ao Câncer de Mama”, proferida pela médica ginecologista Terezinha Magalhães.
Campanha Carnaval Seguro	Distribuição de preservativos, incentivando a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.
Programa Trabalho Seguro	Iluminação da fachada do prédio-sede e do Fórum Astolfo Serra.
	Reativação dos restaurantes no prédio-sede e Fórum Astolfo Serra.
	Parceria com a Superintendência Regional do Trabalho, para atividades alusivas ao Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes do Trabalho

	Palestras com os temas “O Sentido do Trabalho” e “Qualidade de Vida e Trabalho”
Campanha "A prevenção está em suas mãos"	Realização de testes de glicemia e orientações quanto ao diagnóstico e prevenção do <i>Diabetes Mellitus</i> . Controle de Diabetes, Obesidade e Pressão Arterial.
	Calendário de Vacinação contra o vírus H1N1
	Orientação para a prevenção e controle de doenças cardiovasculares.
Projeto "Novembro Azul"	Campanha “Dê um drible no preconceito: cuide de sua Saúde”
	Testes rápido de hepatite (B e C), sífilis e glicemia, além de aferição de pressão arterial, peso e circunferência abdominal.
	Torneio de futebol entre terceirizados e servidores, dentre uma das atividades de incentivo ao bem estar, prática de atividades voltadas à saúde.
	Roda de conversa e orientações com os médicos Gustavo Duarte Rodrigues, Antônio Duarte Ferreira Júnior e com a nutricionista, Daniele Iza de Carvalho Maciel
Campanha "Dezembro Vermelho"	Campanha de Prevenção ao HIV, AIDS e outras DST com realização de testes de HIV, Sífilis e Hepatites B e C.
Campanha "Setembro Amarelo"	Com slogan " <i>Às vezes, o silêncio grita. Fique alerta à vida</i> ". Apresentação de palestras sobre a prevenção do suicídio.
Diagnóstico de Saúde Mental	Aplicação de um Questionário de Avaliação <i>BECK</i>
Reforma geral da fachada, adaptação e modernização de espaços físicos, instalações elétricas, mobiliários e equipamentos, assegurando os padrões internacionais de Acessibilidade, Ergonomia e Normas Técnicas de Segurança. (Dentre os quais enumeraremos sucintamente)	Banheiros masculinos e femininos de todos os andares do prédio-sede.
	Demarcação de garagens no prédio sede e Fórum Astolfo Serra.
	Calçada externa do anexo C do prédio-sede
	Construção de rampa de acesso do Anexo C ao prédio-sede.
	Instalação do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA
	Reformas em diversas Varas do Trabalho (pintura, limpeza, impermeabilização, adequação elétrica e reparos diversos)
	Reparos e readequações na calçada externa do prédio-sede
	Requalificação do revestimento da fachada do Fórum Astolfo Serra

	Afixação de placas de identificação visual em unidades do prédio-sede
	Novas instalações das unidades Setor Gráfico, Almoxarifado, Marcenaria, o setor de Cerimonial
	Readequação do hall dos elevadores no prédio-sede.
	Criação do Espaço de Convivência para os Terceirizados
	Reparo da infiltração na fachada prédio-sede (Gestão Estratégica, Escola Judicial, Diretoria Geral).
	Adaptações nos restaurantes do Fórum Astolfo Serra e do prédio-sede.
	Instalação de equipamento de segurança Raio-X no hall de acesso dos prédios do Fórum Astolfo Serra e prédio-sede.
	Recuperação estrutural da sala dos geradores de energia.
Plano de Logística Sustentável - PLS	Campanha de arrecadação de frascos para acondicionamento de leite materno para a Maternidade Marly Sarney
	Campanha "Doe uma semente para a Mãe Natureza!", distribuição de plantas frutíferas.
	Campanha "Resíduos Eletrônicos: Faça um Descarte Consciente", coleta e a destinação adequada dos resíduos eletrônicos.
	Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Companhia de Energia do Maranhão – CEMAR para substituição gratuita de 1.600 lâmpadas LED.
	Palestra "E eu com isso?" conscientização e esclarecimentos da política socioambiental deste tribunal, bem como apresentação do Plano de Logística Sustentável.
	Campanha 'Vá de Escadas'
TRT Solidário	Gincana Solidária para arrecadação de alimentos não perecíveis
	Arrecadação de lenços e alimentos não perecíveis para o Aldenora Belo
	Arrecadação de itens de higiene pessoal para o lar dos idosos
	Campanha 'Não é Mito', arrecadação de lacres para o Instituto Entre Rodas
Projeto "Carrinho da Leitura"	Espaço destinado aos empréstimos e troca de livros, revistas e materiais didáticos.
Gestão Participativa	Encontros envolvendo magistrados e gestores administrativos para definir diretrizes administrativas.

	Consulta Pública para aprovação de metas nacionais
	Reuniões de Análise Estratégica
Reestruturação do Portal da Estratégia	Criação de ícones de acesso com ferramentas aos sistemas judiciais
	Disponibilização do Sistema de Acompanhamento de Metas (SIAME)
	Disponibilização do Relatório de Desempenho das Metas
	Aquisição de solução de TI para acompanhamento das metas (Sistema PowerBi).
	Reestruturação do Portal da Transparência, para adequação do ranking da Transparência.
Celeridade Jurisdicional	Realização de audiências itinerantes.
	Designação de pautas especiais de conciliação; Semana Nacional de Conciliação, CEJUSC, JTe
	Disponibilização do Sistema Núcleo de Apoio Virtual (NAV), permitindo o apoio remoto entre unidade.
Inovação em Processo Eletrônico	Aplicativo para smartphone com várias funcionalidades de acompanhamento processual, permitindo inclusive a conciliação.
	Migração dos Sistemas Legados para o PJe/JT, via módulo "Cadastramento da Liquidação, execução e conhecimento (CCLE)".
Preservação da Memória Institucional	Recebimento para guarda e conservação, a medalha e o diploma do Mérito Jurídico Domingos Perdigão.
	Exposição "Centenário Josué Montello" - Semana Nacional de Arquivos - "Governança, Memória e Herança".
Reestruturação do Quadro de Pessoal	Implantação da Resolução CNJ 219/2016 - equalizar a distribuição da força de trabalho entre 1º e 2º graus, proporcionalmente à demanda de processos.
Política de Gestão de Pessoas	Elaboração e aprovação da Política de Gestão de Pessoas e do Plano Diretor da Gestão de Pessoas.
Política de Gestão da Comunicação	Elaboração de livreto dos "100 dias de Gestão", com as atividades desenvolvidas, nas Varas do Trabalho, no prédio-sede e FAS.
	Publicação de campanhas e informativos no banner eletrônico do portal
	Publicações e gerenciamento das mídias e redes sociais, tornaram-se ferramenta eficiente de comunicação, garantindo informações diretas, rápidas e em primeira mão para os seguidores das redes.

	Elaboração de elementos visuais e seus respectivos <i>slogans</i> para divulgação de campanhas e projetos institucionais
	Criação da rede social WhatsApp Institucional, para recebimento de informe, notícias, convites e demais informações de interesse da Justiça do Trabalho.
	Utilização do <i>E-mail Marketing</i> , para o envio de mensagens diretas ao e-mail institucional dos servidores, magistrados, setores Varas do Trabalho, aposentados e pensionistas.
	<i>Wallpaper</i> , publicações de informações e campanhas nas telas de inicialização dos usuários nos seus respectivos computadores.
	Cobertura jornalística dos eventos institucionais, por meio da produção de notícias, fotografias e divulgação em redes sociais
	Divulgação de campanhas por meio de outdoor e backbus.
	Elaboração da Revista Edição "Aniversário de 30 anos do TRT16".

REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)

Realização de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) trimestrais, com a participação de Gestores Judiciais e Administrativos, incluindo Magistrados, Diretores de Secretaria, Assessores de Gabinetes e chefes de unidades administrativas.

Por ocasião das reuniões são apresentados os resultados parciais de cumprimento de metas e as ações desempenhadas no período, com apresentação de gráficos e tabelas, elaborados pelo Núcleo de Estatística, demonstrando o grau de cumprimento de Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas da Justiça do Trabalho.

SISTEMA DE RELATÓRIOS JUDICIAIS - INTRANET

Esta unidade, em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações trabalhou no desenvolvimento de relatórios gerenciais de produtividade e acervo processual, que facilitaram o controle de tarefas, prazos e demais atividades no âmbito de todas as Varas do Trabalho, Gabinetes e Secretarias do 2º Grau, buscando integrar sistemas, conferindo sempre a mais alta confiabilidade dos dados.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE METAS - SIA

Durante a IX Semana de Formação de Magistrados, realizadas na Escola Judicial, foi apresentado o primeiro módulo do Sistema de Acompanhamento de Metas - SIAME, que poderá desde então ser consultado no Portal da Estratégia.

<https://www.trt16.jus.br/portalGestao/index.php?acao=conteudo/metasVara.php>

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E SITE DO TRIBUNAL

Esta Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa realizaram diversos ajustes no sítio eletrônico deste Tribunal no link da transparência, visando atender aos critérios do Ranking da Transparência, que premia os tribunais que atendem aos maiores padrões de transparência e acessibilidade de seus sites, e também dar cumprimento à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso de Informação (LAI) e demais regulamentos que disciplinam a publicação de informações no site.

Acompanhamento das atividades e envio de documentos comprobatórios do Selo Justiça em Números

Como forma de incentivar e premiar os tribunais no envio de dados estatísticos, o Conselho Nacional de Justiça instituiu o Selo Justiça em Números que classifica e reconhece os tribunais que mais atenderam às políticas judiciárias criadas por este.

Esta unidade trabalhou pontualmente para cumprir os requisitos de pontuação e cumprimento de prazos estabelecidos.

Atualização mensal de dados de Produtividade no Portal da Transparência

Mensalmente esta unidade atualiza os dados de produtividade de serventias do 1º e 2º graus no Portal da Transparência.

Apuração de metas físicas para a Secretaria de Orçamento e Finanças

Apurada a meta física para o ano seguinte, com base na quantidade média do triênio de processos distribuídos e baixados.

Elaboração do Relatório Integrado de Gestão - TCU

Consolidação do relatório de gestão do exercício de 2018, contendo infográficos, gráficos e demonstrativos de desempenho e cumprimento de políticas judiciárias e gestão administrativa do erário público.

O Relatório encontra-se publicado no site deste Tribunal.

(https://www.trt16.jus.br/site/conteudo/geral/arq_editais.php?idn=29136).

Relatório Justiça em Número

Preenchimento anual, mensal e semestral de dados estatísticos judiciais e administrativos para envio ao Conselho Nacional de Justiça, para apuração da efetividade deste Tribunal.

Relatório Anual de Metas Estratégicas Regionais

Elaboração de relatório de desempenho de Metas do Planejamento Estratégico do TRT16 referente ao exercício de 2018.

Questionários TCU

Preenchimento de questionários e compilação de dados para Auditoria do CSJT e Correição do TST.

Equalização da Força de Trabalho

Elaboração de estudo e atualização de cálculos para implantação da Resolução nº 219/2016 (Equalização da Força de Trabalho).

Atualização da Lotação das Varas do Trabalho

Atualização da média de casos novos no triênio, da lotação ajustada das Varas do Trabalho nos termos da Resolução nº 63/2010 – CSJT (padronização da estrutura organizacional e de pessoal).

Projeto Gincana Judicial

Esta unidade coordenou e acompanhou as ações das Varas do Trabalho e dos Gabinetes para o cumprimento de metas da Gincana Judicial, realizada no período de 19 de outubro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, com a finalidade de promover o aumento de processos baixados na fase de conhecimento e execução e conseqüentemente o aumento da taxa de congestionamento e efetividade judicial neste Regional.

Política de Gestão de Pessoas e do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas

Elaboração da política da Gestão de Pessoas em conjunto com o Comitê Gestor Local de Pessoas.

Elaboração de planilha de acompanhamento de portarias e atas de reuniões de comitês e comissões

Determinados grupos institucionais apoiam a governança e a gestão no TRT16. Os comitês, comissões e grupos de trabalho, tem seus atos constitutivos, portarias de designação de membros e atas de deliberação e atividades disponíveis para consulta em link específico do site institucional. O funcionamento desses grupos institucionais está regulamentado pelo Ato Regulamentar da Presidência nº 04 – 2015.

https://www.trt16.jus.br/site/conteudo/publicacoes/pub_inteiro_teor.php?id=39672

Esta unidade de Gestão Estratégica realiza a atualização do respectivo link no portal.

Representação e participação em eventos:

- V Seminário de Planejamento Sustentável do Poder Judiciário
- Workshop do Hórus - TRT8ª Região
- II Reunião Nacional da Estratégia da Justiça do Trabalho (Reúne–JT);
- Reunião Preparatória para o II Encontro Nacional do Poder Judiciário (Reunião Nacional sobre as Metas do CNJ);
- XII Encontro Nacional do Poder Judiciário (Reunião Nacional sobre as Metas do CNJ);

1.2 Escola Judicial

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (EJUD16) apresenta, neste documento, o relatório das atividades por ela desenvolvidas durante o ano de 2018. Todos os eventos formativos promovidos pela EJUD16 neste ano consolidaram as diretrizes gerais para formação e aperfeiçoamento de magistrados, conforme regras da ENAMAT, bem como as orientações contidas nas Resoluções nº 178/2013 e 192/2014, ambas do CNJ, que tratam sobre o Plano Nacional de Capacitação de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

A programação foi desenvolvida com base nas sugestões de magistrados e servidores, bem como por meio de intercâmbio com as demais Escolas Judiciais de diversos tribunais, com enfoque em temas palpitantes no âmbito do Judiciário Trabalhista

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÕES EM 2018

Eventos promovidos e custeados pela EJUD16

JANEIRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Abertura do Ano Judiciário (Palestra sobre Ética no Trabalho, com o Professor Dante Marcello Claramonte Gallian)	12 de janeiro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 24 Servidores - 85 Externo - 17 TOTAL: 126
Evento Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores (Palestra "Benefícios do Bom Humor para Saúde e Qualidade de Vida", com a Psicóloga Sandra Virgínia Ory Pinto Bandeira)	16 de janeiro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 14 Servidores - 110 Externo - 10 TOTAL: 134
Evento "Janeiro Branco" - Palestra "A importância do Cuidado com a Saúde Mental", com a Psicóloga Cristiane Castro da Silva Luna	29 de janeiro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 2 Servidores - 31 Externo - 2 TOTAL: 35

FEVEREIRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Curso REFORMA TRABALHISTA – Módulo I	23 de fevereiro, 2 e 16 de março	Servidores	48

Curso Sistema E-gestão – 1º grau - Módulo Básico (Turma I)	26 de fevereiro	Servidores	14
Curso Sistema E-gestão – 1º grau - Módulo Avançado (Turma I)	27 de fevereiro	Servidores	20
Curso Sistema E-gestão – 1º grau - Módulo Básico (Turma II)	28 de fevereiro	Servidores	12

MARÇO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Curso Sistema E-gestão – 1º grau - Módulo Avançado (Turma II)	1º de março	Servidores	22
Curso básico de defesa pessoal para mulheres "Transformando meu corpo em defesa"	6 de março	Magistradas e Servidoras	Magistradas - 2 Servidoras - 24 TOTAL: 26
Capacitação do Programa TRT na Escola	7, 14, 21 e 27 de março	Público Externo – professores da rede pública de ensino	83
Curso Sistema E-gestão – 2º grau: Efeitos nos indicadores e metas do TRT	19 e 20 de março	Servidores	18
V Semana de Extensão – pólo Imperatriz	19 a 22 de março	Servidores	19

ABRIL

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
V Semana de Extensão – pólo Caxias	16 a 19 de abril	Servidores	18

MAIO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Evento em Homenagem ao Dia das Mães – Palestra “A arte de educar”, com Cris Poli, ex-apresentadora do Programa Super Nanny	11 de maio	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 7 Servidores - 92 Externo - 88 TOTAL: 187
9ª Semana de Formação de Magistrados	15 a 18 de maio	Magistrados	43

7ª Semana de Formação de Servidores - "Palestra Ansiedade, Depressão e Estresse no Ambiente de Trabalho Corporativo", com a Psiquiatra Ana Beatriz Barbosa	15 de maio	Servidores Público Externo	Servidores - 104 Externo - 74 TOTAL: 178
7ª Semana de Formação de Servidores - Curso "Liderança com Propósito: como alinhar mente e coração para conquistar melhores resultados", com o Dr. Gilberto Cury	16 de maio	Servidores Público Externo	Servidores - 43 Externo - 9 TOTAL: 52
7ª Semana de Formação de Servidores - Curso "A construção e o Exercício da Parentalidade na contemporaneidade: desafios e possibilidades", com a Psicóloga Sandra Virgínia Ory Pinto Bandeira	17 de maio	Servidores Público Externo	Servidores - 26 Externo - 11 TOTAL: 37
7ª Semana de Formação de Servidores - Curso Finanças Pessoais: como manter a saúde financeira em tempos de crise, com Rafael Telles	18 de maio	Servidores Público Externo	Servidores - 46 Externo - 16 TOTAL: 62
Painel: "150 dias de vigência da Reforma Trabalhista: polêmicas e efeitos jurisprudenciais"	25 de maio	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 4 Servidores - 34 Externo - 16 TOTAL: 54

JUNHO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Curso de Brigada de Incêndio TURMA 1	7 e 8 de junho	Servidores	17
Curso de Brigada de Incêndio TURMA 2	14 e 15 de junho	Servidores	17

JULHO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
PJE 2.0 – 1º grau	4 e 5 de julho	Servidores	20
Curso PJE-CALC	12 e 13 de julho	Servidores	25
Debate "Magistratura e Previdência"	13 de julho	Magistrados	16
Curso Capacitação no Sistema Pje 2.0 - 2º Grau - Servidores de Secretarias	25 de julho	Servidores	10

Curso Capacitação no Sistema Pje 2.0 - 2º Grau - Servidores de Gabinetes	26 de julho	Desembargadores e Servidores	16
Curso Básico de Sistema de Gestão de Precedentes - NUGEP	30 e 31 de julho	Servidores	6

AGOSTO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
V Semana de Extensão – pólo Bacabal	13 a 16 de agosto	Servidores	12
Evento em Homenagem ao Dia dos Pais – Palestra “Limites na educação: uma prova de amor”, com o Psicólogo Rossandro Klinjey	15 de agosto	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 7 Servidores - 83 Externo - 257 TOTAL: 347

SETEMBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Palestra "Alta Performance Pessoal e Profissional", com Cláudia Infante	13 de setembro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Servidores - 31 Externo - 6 TOTAL: 37
10ª Semana de Formação de Magistrados	24 a 28 de setembro	Magistrados	42

OUTUBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Palestra "Estratégias de Redefinição e Reforço dos Direitos Sociais pela ONU", com a Professora María Esther Martínez Quinteiro	1º de outubro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 6 Servidores - 8 Externo - 30 TOTAL: 44
Curso de Reciclagem dos Agentes de Segurança - Turma I	15 a 19 de outubro	Servidores	14
V Semana de Extensão – pólo São Luís	22 a 25 de outubro	Servidores	18
Homenagem ao Dia do Servidor - Palestra "Inteligência Conversacional", com o Professor Cidinho Marques	26 de outubro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 2 Servidores - 50 TOTAL: 52

NOVEMBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Evento comemorativo 30 anos de promulgação da CF/88 - Seminário: "Direitos Sociais, Trabalho e Valores Constitucionais no Brasil após a Constituição Federal de 1988"	14 de novembro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 8 Servidores - 31 Externo - 142 TOTAL: 181
II Curso de Formação Inicial de Conciliadores - CEJUSC	19 a 23 de novembro	Servidores	23

DEZEMBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Curso - Ferramentas e Estratégias para uma Investigação Patrimonial Eficaz	7 de dezembro	Magistrados	9

Participações em cursos externos (custeados pela EJUD16)

JANEIRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Jornada Ibero-Americana - O Futuro do Trabalho no Mundo Globalizado	22 e 23 de janeiro	Magistrados	1

FEVEREIRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Seminário Internacional en Cultura de la Legalidad: "Los desafios del Estado de Derecho en el siglo XXI: El futuro de la democracia en países ibero-americanos"	1º e 2 de fevereiro	Magistrados	2
Curso de Aperfeiçoamento Gestão em Protocolo e Cerimonial	26 a 28 de fevereiro	Servidores (Seção de Cerimonial)	1

MARÇO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
57º CONEMATRA	1º e 2 de março	Magistrados e Servidores	Magistrados - 3 Servidores - 2 TOTAL: 5
Curso "Previdência dos Servidores Públicos: Cálculos de Aposentadorias e Pensões, Aposentadorias especiais, RPPS e Previdência Complementar	21 a 23 de março	Servidores (Núcleo de Folha de Pagamento)	1

ABRIL

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Curso Angular para WebApps RESTful	16 a 18 de abril	Servidores (CTIC)	6
Curso intensivo de Eventos, Protocolo e Cerimonial Nacional e Internacional	3 a 6 de abril	Servidores (Seção de Cerimonial)	1

MAIO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho	2 a 5 de maio	Magistrados	10
Curso "Formação de Pregoeiros, com Noções de Sistema de Registro de Preços, Pregão Presencial e Eletrônico	9 a 11 de maio	Servidores (Seção de Aquisições Públicas)	1
VI Congresso Internacional de Odontologia/XX Congresso Cearense de Odontologia/V Encontro Brasileiro de Halitose	19 a 22 de maio	Servidores (Seção de Saúde - Setor Odontológico)	1
II Congresso Internacional da CarioBra - Cardiologia integrada à Clínica Odontológica: Terapias para a cárie dentária e erosão	25 a 28 de maio	Servidores (Seção de Saúde - Setor Odontológico)	1

JUNHO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
58° CONEMATRA	14 e 15 de junho	Magistrados e Servidores	Magistrados - 1 Servidores - 1 TOTAL: 2
58° Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho - LTR	18 a 20 de junho	Magistrados	16

JULHO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Curso Infraestrutura Ágil com Práticas Devops	2 a 6 de julho	Servidores (CTIC)	1
Administração PostgreSQL com Alta Performance	2 a 6 de julho	Servidores (CTIC)	1
Curso de Capacitação em Software Livre - Linux Fundamentals in Cloud (EAD)	24 de julho a 21 de agosto	Servidores (CTIC)	3

AGOSTO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Curso "Angular 5"	29 a 31 de agosto	Servidores (CTIC)	1
Curso de Capacitação em Software Livre - JBOSS (EAD)	23 de agosto a 13 de novembro	Servidores (CTIC)	1

SETEMBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
59° CONEMATRA	13 e 14 de setembro	Magistrados e Servidores	Magistrados - 1 Servidores - 2 TOTAL: 3

OUTUBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
3° Congresso Nacional de Direito do Trabalho	8 a 10 de outubro	Magistrados	1
Jornadas Formativas Iberoamericanas	18 e 19 de outubro	Magistrados	6
Curso de Capacitação em Software Livre - Linux Security Sysadmin in Cloud (EAD)	1° a 22 de outubro	Servidores (CTIC)	2

NOVEMBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
60º CONEMATRA	22 e 23 de novembro	Magistrados e Servidores	Magistrados - 1
Seminário Internacional "Justiças do Trabalho nas Américas: trajetórias e perspectivas"	26 e 27 de novembro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrado - 1
Curso Veeam Backup & Replication (EAD)	28 de novembro	Servidores (CTIC)	2

DEZEMBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES
Curso Vmware Install, Configure, Manage (EAD)	10 de dezembro	Servidores (CTIC)	2
Evento <i>Microsoft Ignite</i>	11 e 12 de dezembro	Servidores (CTIC)	1

Eventos apoiados pela EJUD16

JANEIRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	APOIO DA EJUD
Curso sobre Sistema de Apoio Operacional ao PJE- Servidores de Secretaria e CTIC	22 a 26 de janeiro	Servidores	19	Inscrições Espaço físico Certificação
Curso sobre Sistema de Apoio Operacional ao PJE- Servidores de Secretaria e CTIC	22 a 26 de janeiro	Servidores	22	Inscrições Espaço físico Certificação

FEVEREIRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	APOIO DA EJUD
Palestra "Adequação de Súmulas do TST às alterações introduzidas na CLT pela lei 13.467/2017", com o Ministro Brito Pereira	9 de fevereiro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 17 Servidores - 103 Externo - 35 TOTAL: 155	Inscrições Certificação

MAIO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	APOIO DA EJUD
II Encontro de Gestores Administrativos do TRT 16ª Região	29 de maio	Magistrados Servidores	Magistrados - 15 Servidores - 85 TOTAL: 100	Inscrições Certificação

JUNHO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	APOIO DA EJUD
IV Workshop do Trabalho Infantil	12 de junho	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 4 Servidores - 41 Externo - 40 TOTAL: 85	Inscrições Certificação

AGOSTO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	APOIO DA EJUD
Curso 30 anos da CF/1988: Cidadania e Direitos Sociais - Módulo I	20 a 23 de agosto	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 2 Servidores - 12 Externo - 18 TOTAL: 32	Inscrições Certificação

SETEMBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	APOIO DA EJUD
Palestra GSUITE - Turmas I e II	4 e 5 de setembro	Servidores	62	Inscrições Espaço físico
Treinamento GSUITE - Turmas I e II	4 e 5 de setembro	Servidores	23	Inscrições Espaço físico Coffee-break
Curso sobre Tesouro Gerencial	10 a 12 de setembro	Servidores	9	Inscrições Espaço físico Coffee-break Certificação
Curso 30 anos da CF/1988: Cidadania e Direitos Sociais - Módulo I	10 a 13 de setembro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Servidores - 10 Externo - 16 TOTAL: 26	Inscrições Certificação

NOVEMBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	APOIO DA EJUD
Curso de Reciclagem dos Agentes de Segurança - Turma II	26 a 30 de novembro	Servidores	9	Inscrições Organização e apoio logístico Certificação

DEZEMBRO

EVENTO	DATA	PÚBLICO-ALVO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	APOIO DA EJUD
I Seminário sobre Trabalho Infantil e Contrato de Aprendizagem	5 de dezembro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 2 Servidores - 19 Externo - 122 TOTAL: 143	Inscrições Certificação
II Encontro Estadual de Adolescentes na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	5 de dezembro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 1 Servidores - 3 Externo - 76 TOTAL: 80	Inscrições Certificação
I Seminário sobre Violência no Ambiente do Trabalho e seus Efeitos na Vida do Trabalhador	6 de dezembro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Magistrados - 3 Servidores - 51 Externo - 34 TOTAL: 88	Inscrições Certificação
Oficina "Gestão dos transtornos mentais no ambiente do trabalho"	7 de dezembro	Magistrados, Servidores e Público Externo	Servidores - 9 Externo - 6 TOTAL: 15	Inscrições Certificação

QUADRO DEMONSTRATIVO DE REGISTROS DE CAPACITAÇÃO EM CURSOS (INTERNOS E EXTERNOS) PROMOVIDOS/CUSTEADOS PELA EJUD16

<i>ANO</i>	<i>MAGISTRADOS</i>	<i>SERVIDORES</i>	<i>TOTAL</i>
2018	229	1.178	1.407

QUADRO GERAL DE REGISTROS DE CAPACITAÇÃO NO ÂMBITO DO TRT-MA (CERTIFICADOS PELA EJUD16)

<i>ANO</i>	<i>MAGISTRADOS</i>	<i>SERVIDORES</i>	<i>TOTAL</i>
2018	273	1.567	1.752

BOAS PRÁTICAS

- A partir de 2018, magistrados e servidores aposentados do (TRT-MA) podem se inscrever para participar de cursos e palestras (online e presenciais) realizados pela Escola Judicial (EJUD16). A iniciativa da EJUD16 busca valorizar os aposentados, que embora afastados do tribunal, terão a possibilidade de continuar adquirindo novos conhecimentos;
- Consulta pública, no início do ano, a todos os magistrados e servidores, solicitando sugestões de temas, palestrantes e cursos de interesse para formulação do calendário letivo da Escola Judicial;
- Maior agilidade à tramitação dos Protocolos Administrativos, que passaram a ser protocolizados na própria Escola Judicial;

- Maior celeridade dada aos processos para pagamento de instrutoria, anteriormente protocolados e instruídos somente após a realização do evento. Em 2018, passaram a ser protocolados antes de sua realização, de maneira que a instrução processual e a verificação de dotação orçamentária agora ocorrem antes do evento, evitando assim obstáculos e imprevistos quanto à realização dos pagamentos;
- Interação entre a Escola Judicial e os setores administrativos deste Tribunal, a exemplo da Diretoria-Geral, Núcleo de Assessoramento Jurídico, Seção de Cerimonial, ASCOM e Seção de Transportes, por meio de colaborações mútuas e troca de informações acerca das contratações e eventos;
- Valorização e enaltecimento da Semana de Formação de Magistrados, de periodicidade semestral, investindo no conteúdo intelectual com a contratação de palestrantes ilustres que se destacam no cenário nacional;
- Realização da Semana do Servidor, no primeiro semestre, inovando com palestras de abordagens humanísticas para a melhoria da qualidade de vida dos servidores deste Tribunal;
- Regionalização e interiorização das ações de treinamento, com a realização das Semanas de Extensão da EJUD16 nos pólos de Caxias, Imperatriz, Bacabal e São Luís, reunindo as Varas circunvizinhas, com o objetivo de capacitar e atualizar os servidores lotados nas Varas do Interior;
- Utilização de lista de antiguidade para magistrado substituto/titular como critério para participação em eventos externos;
- Capacitação de assessores jurídicos dos Gabinetes e das Varas do Trabalho da capital e do interior;
- Modernização do site da Escola Judicial, proporcionando mais autonomia à comunidade do TRT16, com inscrições, frequência e emissão de certificados online, e, ainda, propiciando ao magistrado/servidor um espaço privativo dentro do site da escola, que refletem as suas capacitações;
- Parcerias em Workshops sobre Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, Trabalho Escravo e Trabalho Seguro no Maranhão;
- Preocupação com temas relacionados à saúde mental, destacando-se os eventos sobre qualidade de vida (benefícios do bom humor para a saúde mental) e comemoração do janeiro branco (cuidados com a saúde mental)
- Contratação da LTr Digital para magistrados e assessores e acervo com centenas de obras especializadas (aplicativo para tablet);

- Contratação de palestrantes de renome nacional e internacional, com destaque em suas áreas de atuação, em datas especiais como o dia das mães (Cris Poli – SuperNanny), Semana do servidor (psiquiatra Ana Beatriz Barbosa), dia dos pais (Rossandro Klinjey), comemoração aos 30 anos de promulgação da Constituição Federal (Des. Vólia Bomfim Cassar) e 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Prof. María Esther Quinteiro, da Universidade de Salamanca, Espanha);
- Pela primeira vez, visando o intercâmbio de culturas jurídicas e o estímulo ao estudo do Direito Comparado, a EJUD16 proporcionou a participação de magistrados em eventos fora do país, ocasião em que os juízes apresentaram seus artigos científicos no seminário realizado na Universidade Carlos III de Madrid, e terão seus artigos publicados na revista daquela universidade.

AÇÕES SOCIAIS

Programa TRT na Escola

A Comissão do Programa “TRT na Escola”/TJC, em 2018, foi composta pela Desembargadora Diretora da Escola Judicial, Márcia Andrea Farias da Silva, Presidente; Angelina Moreira de Sousa Costa, Coordenadora/Presidente Substituta, Juíza Substituta (representante da Amatra 16); Paulo Fernando da Silva Santos Júnior, Juiz Coordenador da Escola Judicial; Maria do Socorro Almeida de Sousa, Juíza Supervisora (indicada pela Presidência do TRT-MA por meio da Portaria GP nº 815/2018 e Amanda Pereira Silva, Técnico Judiciário – Área Administrativa, Supervisora/Secretária.

Devido à importância e alcance do programa, este possui um relatório específico, que segue em anexo ao presente.

DESTAQUES

As atividades da Escola Judicial sempre têm conquistado o interesse de magistrados, servidores, estagiários, terceirizados e público externo, contribuindo, assim, para o sucesso de nossos eventos.

Dentre os eventos de 2018, destacamos, devido à grande repercussão perante os magistrados e servidores, a abertura conjunta da Semana de Formação de Magistrados e Semana do Servidor, ocorrida em maio, com a palestra da Psiquiatra e autora de Best-Sellers, Ana Beatriz Barbosa, que proferiu a Palestra "Ansiedade, Depressão e Estresse no Ambiente de Trabalho Corporativo".

Também se destacaram os eventos alusivos ao dia da mães e dia dos pais, que tiveram como palestrantes a Cris Poli (*Supernanny*) e o psicólogo Rossandro Klinjey, respectivamente. Ambos os eventos resultaram na lotação máxima do auditório Ari Rocha, cuja capacidade é de 180 pessoas, sendo que na palestra proferida pelo psicólogo Rossandro

Klinjei foi necessária a utilização do auditório do Pleno como apoio, com transmissão simultânea por telão, vez que os presentes totalizaram 347 pessoas, excedendo, assim, a capacidade do auditório do TRT-MA.

O evento comemorativo aos 30 anos de promulgação da Constituição Federal de 1988 também ganhou destaque em nosso calendário, com a presença de palestrantes renomados, a exemplo da Desembargadora e autora de obras jurídicas Vólia Bomfim Cassar. O seminário contou com a presença de 181 pessoas, sendo mais um sucesso de público.

CONCLUSÃO

O ano de 2018 foi marcado pelo alto índice de interesse e participação de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados em todos os eventos e cursos promovidos pela Escola Judicial.

Chegamos ao término deste ano com o registro de 273 capacitações individuais de magistrados e 1.567 de servidores. Isso significa dizer que, em média, cada magistrado de nosso Regional participou de 4,7 eventos de capacitação e cada servidor de 2,9.

Além dos registros acima, cuidamos, também, de permitir a participação da sociedade em geral em alguns de nossos eventos, com a finalidade de compartilhar de nossa visão e preocupação com a saúde mental, transformação de atitudes e atualização jurídica.

Encerramos o exercício de 2018 satisfeitos com os resultados obtidos e gratos a todos que participaram de nossos eventos – todos preparados com a máxima dedicação e empenho.

O calendário de atividades para 2019 já está em fase de planejamento, e seguiremos no mesmo propósito que nos moveu ao longo de 2018: proporcionar aos nossos magistrados e servidores capacitação e aperfeiçoamento de excelência.

1.3 Secretaria do Tribunal Pleno

Segundo o Regulamento Geral dos Serviços Auxiliares deste Regional, à Secretaria do Pleno cumpre executar as seguintes atividades:

- Orientar, coordenar e supervisionar as tarefas relacionadas com o preparo, realização, registro e divulgação das Sessões das Turmas e do Tribunal Pleno;
- Providenciar a convocação dos Desembargadores e Juízes para as Sessões ordinárias e/ou extraordinárias, por determinação do Presidente do Tribunal ou da Turma e comunicar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas a participação dos convocados;
- Lavrar termo de posse de Desembargadores do Trabalho, Presidente, Vice-Presidente e Corregedor, de Juízes Titulares e Substitutos, Diretor da Escola Judicial e da Ouvidoria;
- Elaborar os relatórios de atividades e da inspeção judicial.

No desempenho de suas atividades esta Secretaria assim procedeu:

- Preparou 13 (treze) Pautas Administrativas;

- Preparou e encaminhou para publicar no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, 15 (quinze) pautas do Pleno, sendo 07 (sete) físicas e 08 (oito) do PJe; 64 (sessenta e quatro) pautas da 1ª Turma, sendo 26 (vinte e seis) físicas e 38 (trinta e oito) do PJe; 64 (sessenta e quatro) pautas da 2ª Turma, sendo 27 (vinte e sete) físicas e 37 (trinta e sete) do PJe;
- Emitiu 439 (quatrocentos e trinta e nove) certidões de processos físicos, sendo 11 (onze) do Pleno, 179 (cento e setenta e nove) da 1ª Turma e 249 (duzentos e quarenta e nove) da 2ª Turma;
- Emitiu 199 (cento e noventa e nove) certidões simples de adiamento/retirado de pauta, sendo 45 (quarenta e cinco) da 1ª Turma e 147 (cento e quarenta e sete) da 2ª Turma e 7 (sete) do Pleno;
- Lavrou 58 Atas de sessão de julgamento, sendo 10 (dez) do Pleno; 26 (vinte e seis) da 1ª Turma e 22 (vinte e duas) da 2ª Turma;
- Expediu 81 (oitenta e uma) certidões de comparecimento às sessões de julgamento para Universitários;
- Elaborou 219 (duzentos e dezenove) Resoluções Administrativas;
- Expediu 61 (sessenta e um) ofícios e 35 (trinta e cinco) memorandos;
- Expediu 08 (oito) certidões de degravação.

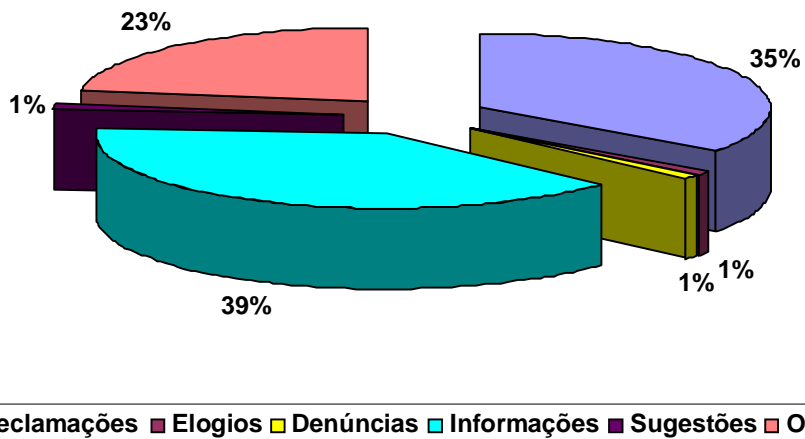
1.4 Seção de Ouvidoria

DADOS ESTATÍSTICOS DO ANO DE 2018

Tipos de manifestações

Informações	546
Reclamações	484
Outros	312
Sugestões	18
Denúncias	15
Elogios	11
TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	1386

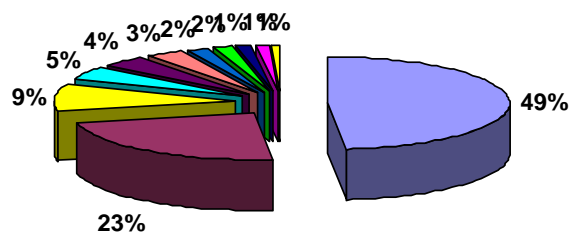
TIPOS DE MANIFESTAÇÕES - 2018



Assuntos abordados

Reclamação trabalhista Morosidade Processual (436) Consulta processual (228) Procedimento do juízo (04) PJe (02) Outros (1)	671
Concurso Servidor (322)	322
Outros Sugestão de alteração da proposta orçamentária do CSJT para fins de criação e provimento de cargos no âmbito dos TRT's	130
Agendamento de conciliação	66
Agendamento de execução	54
Fora do alcance da Ouvidoria Consulta Jurídica (15) Orientação sobre como proceder em processo em curso (13) Solicitação de fiscalização em empresas (09) Outros (09)	46
Procedimento da VT /TRT	29
Troca de experiências com outros Tribunais/ instituições	22
Tecnologia da Informação PJe (17) Outros (01) Site (01)	19
Ambiente de trabalho Outros (8) Estrutura física (04) Equipamentos (03) Relações interpessoais (1)	16
Fale com o Ouvidor (agendamento)	11

ASSUNTOS

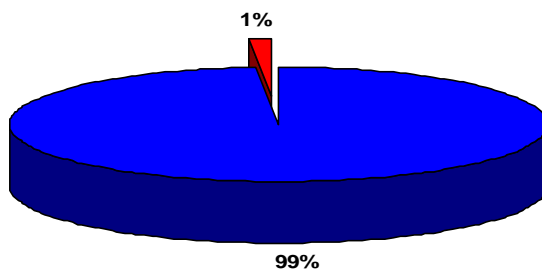


Reclamação trabalhista
Concurso
Outros
Agendamento de conciliação
Agendamento de execução
Fora do alcance da Ouvidoria
Procedimento da VT
Troca de experiências com outros Tribunais /instituições
Tecnologia da informação
Ambiente de trabalho
Agendamento com o Ouvidor

Solicitações com base na Lei de Acesso à informação (LAI)

Solicitações com base na LAI	20
Pedidos deferidos (20)	
Pedidos indeferidos em razão de sigilo (00)	

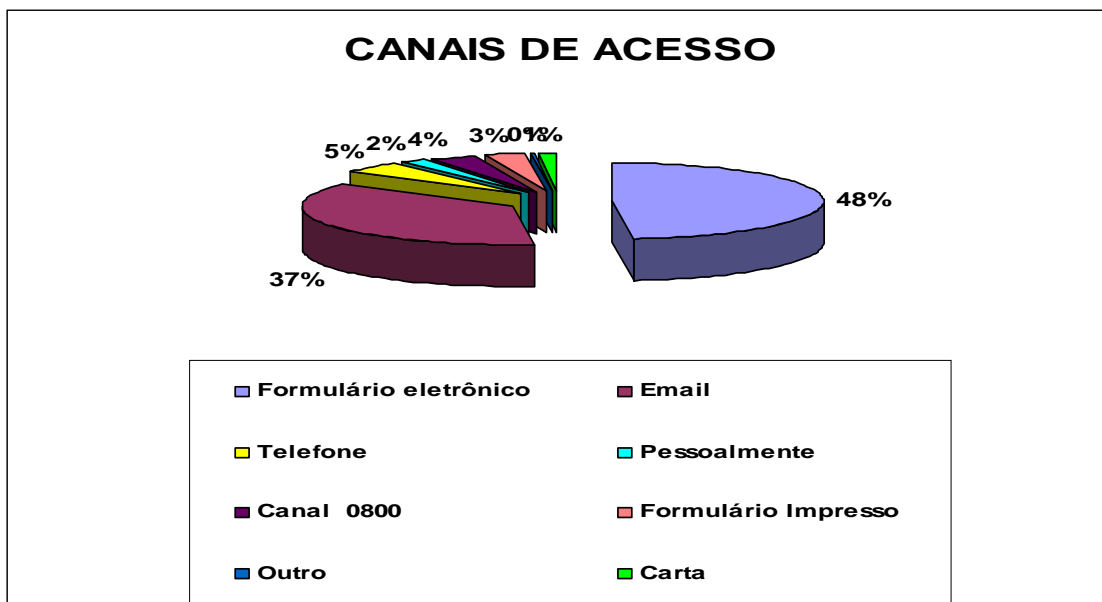
Solicitações com base na LAI



■ Manifestações ■ Solicitações com base na LAI

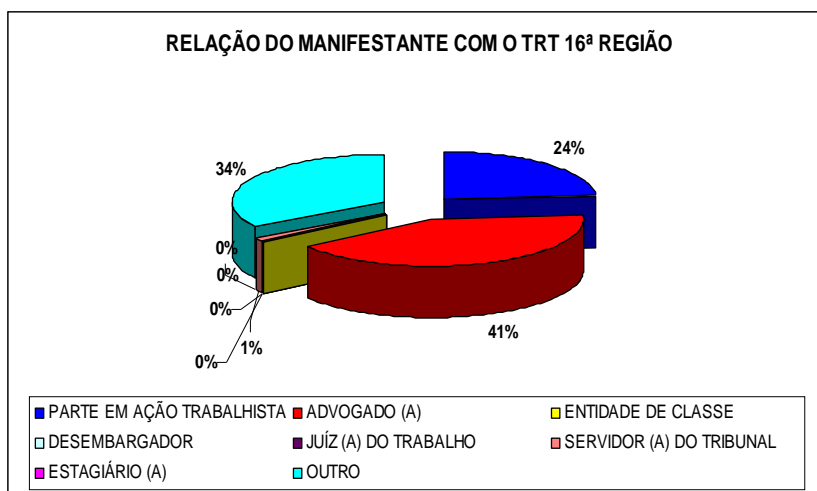
Canais escolhidos pelos usuários para contato com a ouvidoria:

Formulário eletrônico	715
E-mail	541
Telefone	73
Pessoalmente	27
Canal 0800	14
Formulário Impresso	08
Outro	07
Carta	01



Relação do manifestante com o tribunal:

Parte em ação trabalhista	568
Advogado	331
Outro	468
Servidor do TRT 16	18
Desembargador	01



Prazo médio anual para solução das manifestações:

O prazo médio anual para a solução das manifestações foi de **02 (dois)** dias.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGOST	SET	OUT	NOV	DEZ
SOLUCIONADAS (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
PRAZO MÉDIO (dias)	01	02	03	02	02	02	01	01	02	03	02	01

Unidades envolvidas na solução das manifestações recebidas pela Ouvidoria:

NUMERO DE MANIFESTAÇÕES	VARAS DO TRABALHO DA CAPITAL E INTERIOR	CONTATO COM A VT
43	1ª VT de São Luís	37
79	2ª VT de São Luís	23
40	3ª VT de São Luís	15
42	4ª VT de São Luís	28
68	5ª VT de São Luís	21
60	6ª VT de São Luís	15
11	7ª VT de São Luís	06
13	VT de Açailândia	03
10	VT de Bacabal	06
21	VT de Balsas	17
10	VT de Barra do Corda	07
02	VT de Barreirinhas	01
16	VT de Caxias	24
14	VT de Chapadinha	25
07	VT de Estreito	00
86	1ª VT de Imperatriz	41
58	2ª VT de Imperatriz	23
02	VT de Pedreiras	00
14	VT de Pinheiro	07
09	VT de Santa Inês	03
06	VT São João dos Patos	06
18	VT de Timon	10
01	VT de Presidente Dutra	14

SETORES DO TRIBUNAL ACIONADOS PELA OUVIDORIA	CONTATO COM A UNIDADE
Secretaria de Administração	09
Secretaria da Corregedoria	10
Coordenadoria de tecnologia da informação e comunicação	17
Coordenadoria de gestão de pessoas	20
Coordenadoria de serviços gerais	01
Seção de distribuição de feitos do Fórum Astolfo Serra	04
Central de mandados	02
Gabinete da Presidência	36
Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e Acórdãos	02
Diretoria do Foro Astolfo Serra	01
Secretaria do Pleno	01
Seção de Precatório	01
Setor de transporte	01
Seção de Pesquisa Patrimonial	01
Núcleo de Recurso de Revista	12
Gab. do Des. Luiz Cosmo da Silva Júnior	01
Gab. do Des. James Magno Araujo Farias	00
Gabinete do Des. Gerson de Oliveira Costa Filho	01
Gabinete da Desª. Márcia Andrea Farias da Silva	01
Gabinete da Desª. Solange C. P. Castro Cordeiro	00
Gabinete do Des. Américo Bedê Freire	02
Gabinete da Desª. Ilka Esdra Silva Araújo	06
Gabinete do Des. José Evandro de Souza	02
Seção de apoio ao PJ-E	07
Seção de saúde	01
Secretaria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa	01
Núcleo de folha de pagamento	02
Escola Judicial	04
Diretoria Geral	03

1.5 Coordenadoria de Controle Interno

Em atenção ao disposto no artigo 70 da Constituição Federal, esta Coordenadoria de Controle Interno, no cumprimento de suas atividades laborais durante o exercício de 2018, atuou nas áreas administrativas deste Regional, acompanhando a execução orçamentária, financeira e patrimonial, mediante a realização de auditorias nas áreas de gestão de pessoas, Licitações e Contratos, orçamento e finanças, gestão de tecnologia de informação, bem como no acompanhamento da gestão e orientação de procedimentos destinados às diversas unidades deste Regional.

Contribuiu, também, como órgão auxiliar, nas atividades do controle externo do Tribunal de Contas da União, cumprindo diligências emanadas daquela Corte de Contas, bem como atendeu a todas as solicitações advindas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

As atividades de auditoria foram implementadas com a maior abrangência possível, de modo a atingirem um grande número de áreas relevantes para o Tribunal. Além disso, foram executadas ações de monitoramento e controle para avaliar o cumprimento das recomendações indicadas nos relatórios de auditorias que foram acatadas pela Presidência desta Corte no decorrer do exercício de 2018.

DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO DE 2018.

O Plano Anual de Auditoria Interno – PAAI do exercício de 2018 direcionou as ações desenvolvidas por esta unidade e foi elaborado de acordo com as diretrizes constantes na Resolução CNJ nº 171/2013, com o objetivo de colaborar com a Administração no tocante à regular aplicação dos recursos públicos.

Na área de auditoria interna, esta Coordenadoria realizou diversas ações no âmbito da sua competência. Dentre as auditorias desenvolvidas durante o ano de 2018 houve maior concentração nas áreas de gestão de pessoas e de licitações e contratos, considerando-se que tais áreas concentram a maior parte dos dispêndios do Regional, necessitando de um acompanhamento estratégico constante para garantir o aprimoramento dessas despesas públicas.

Também foram desenvolvidas ações de controle de gestão, sendo realizadas duas auditorias com o objetivo de analisar a conformidade e a maturidade dos processos de gerenciamento dos serviços de tecnologia da informação.

A execução das atividades de auditoria no ano de 2018 culminou com a realização de 14 (catorze) Auditorias, cujos resumos são apresentados a seguir:

Resumo das auditorias realizadas no exercício de 2018

01. CONTRATAÇÃO DA EMPRESA INAJUS			
ESCOPO: As contratações, por inexigibilidade de licitação, da empresa INAJUS CUROS PREPARATÓTIOS LTDA realizadas mediante os protocolos administrativos n°s 9199/2017, 441/2018 e 451/2018.			
OBJETIVO: Aferir a legalidade da contratação da empresa INAJUS CURSOS PREPARATÓRIOS LTDA (INAJUS) para realização de ações de capacitação nesta Corte por inexigibilidade de licitação.			
RELATÓRIO DE AUDITORIA			
PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	OBJETO	DATA DE EXPEDIÇÃO
1711/2018	Relatório de Auditoria n° 001/2018	Inexigibilidade de Licitação	04.04.2018
CONCLUSÃO: Isto posto, respondendo a questão de auditoria formulada pela Presidência desta Corte, podemos afirmar que as contratações da empresa INAJUS CURSOS PREPARATÓRIOS LTDA mediante protocolos administrativos n°s 9199/2017, 441/2018 e 451/2018 não obedeceram os pressupostos legais que regem as contratações por inexigibilidade de licitação, em especial os arts. 9º e 26 da Lei n° 8.666/1993, a Resolução CNJ n° 07/2005 e o art. 46 e 73 do Ato Regulamentar GP n° 001/2015.			
RECOMENDAÇÕES: Tendo em vista que é dever desta Coordenadoria de Controle Interno orientar a Administração visando sempre ao aperfeiçoamento e fortalecimentos dos controles internos com a finalidade de garantir os princípios da eficiência e eficácia na gestão deste Tribunal, sugerimos a adoção das seguintes medidas complementares a serem avaliadas e implementadas pela Administração:			
a) Que seja alterada a redação do art. 73 do Ato Regulamentar N° 001/2015 para que este passe a exigir das empresas interessadas em contratar com este Regional, por dispensa e inexigibilidade de licitação, declaração de que não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou magistrados deste Tribunal.			
b) Adoção de check list nas contratações de dispensa e inexigibilidade de licitação onde conste: a observância aos ditames da Resolução CNJ N° 007/2005; a observância do art. 26 da Lei n° 8.666/1993 e a observância do art. 9, III, da Lei n° 8.666/1993.			
c) Treinamento dos servidores da Escola Judicial e do Núcleo de Assessoramento Jurídico na área de contratação pública por dispensa e inexigibilidade de licitação;			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Todas as recomendações propostas por esta unidade de controle foram implementadas pela Administração desta Corte Trabalhista.			
RESULTADOS OBTIDOS: Fortalecimentos dos controles internos das unidades administrativas, Núcleo de Assessoramento Jurídico e Escola Judicial, no que tange às contratações de eventos de capacitação por inexigibilidade e dispensa de licitação.			

02. DESCENTRALIZAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO CSJT			
ESCOPO: Recursos descentralizados pelo CSJT nos exercícios de 2016 e 2017.			
OBJETIVO: Avaliar a efetiva utilização dos bens e serviços de Tecnologia da Informação custeados com recursos do orçamento do CSJT.			
RELATÓRIO DE AUDITORIA			
PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	OBJETO	DATA DE EXPEDIÇÃO
946/2018	Relatório de Auditoria n° 002/2018	Tecnologia da Informação	25.04.2018
CONCLUSÃO: Finalizados os trabalhos de auditoria, podemos afirmar que o objetivo de monitorar a efetiva utilização de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações custeados pelo CSJT nos exercícios de 2016 e 2017 foi alcançado por intermédio do exame de todas as contratações de TI nestes exercícios, obtendo-se as respostas conclusivas para as questões de auditoria levantadas.			
Da análise dessas contratações, constatamos que foram realizados processos de contratação para a utilização de todos os recursos descentralizados pelo CSJT, nos exercícios de 2016 e 2017, e que todos os bens adquiridos foram entregues neste Regional.			
Quanto à avaliação do efetivo uso dos bens, verificamos as seguintes pendências: Presença de 100 (cem) unidades de teclados e mouses armazenados na Seção de Almoxarifado; 32 (trinta e duas) unidades de microcomputadores modelo positivo master C-820 ainda sem destinação definida; Inconsistências nas informações de extensão de garantia dos componentes Blade; Componentes Blade sem efetivo uso; Licenças dos softwares Veeam Backup & Replication e VMWare vCenter-vSphere sem uso; Licenças do Windows Server 2016 sendo parcialmente utilizadas; 03 (três) NO-BREAKs de 10 KVA.MODELO.SINUS ainda não instalados; dispensa do "termo de			

contrato" na contratação dos softwares VMWare vCenter e vSphere apesar da existências de obrigações futuras pelo fornecedor.

A contratação do VMWare vCenter-vSphere disponibiliza a este Tribunal o suporte técnico do fabricante no período de 22/12/2017 a 21/12/2020, tendo um custo total de R\$ 17.115,00 para o Support/Subscription VMware vCenter Server 6 Standard for vSphere 6 (Per Instance) e de R\$ 87.560,00 para o Support/Subscription VMware vSphere 6 with Operations Management Enterprise Plus. Considerando que esses softwares não estão em uso, o total da despesa pelo período não utilizado importa em R\$ 11.630,57 (onze mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos).

Dos servidores Blade DELL, doados pelo TRT da 9ª Região a esta Corte, constatamos que apenas os equipamentos referenciados pelas etiquetas de serviço (Services Tags) 646J2V1, 9CHPZV1, J2SM2V1, 8VSM2V1 estão em uso, sem que haja previsão para o pleno funcionamento dos equipamentos ainda não utilizados.

Todavia, foi contratada garantia do fabricante para todos os equipamentos, mediante Contrato TRT 16ª Nº 34/2017, iniciando-se em outubro de 2017 e finalizando-se em 31 de dezembro de 2018.

O referido contrato prevê uma despesa mensal com a extensão de garantia para os equipamentos não utilizados de R\$ 4.402,96 (quatro mil, quatrocentos e dois reais e noventa e seis centavos), e se considerarmos o período de outubro de 2017 a abril de 2018, temos o valor de R\$ 30.820,72 (trinta mil, oitocentos e vinte reais e setenta e dois centavos).

Isto posto, podemos afirmar que nem todos os equipamentos contratados estão sendo utilizados por este Regional e que esta situação merece atenção especial por esta Corte Trabalhista, pois tal fato já registrou um prejuízo ao Erário no valor de R\$ 42.451,29 (quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos).

RECOMENDAÇÕES: Tendo em vista que é dever desta Coordenadoria de Controle Interno orientar a Administração visando sempre ao aperfeiçoamento e fortalecimentos dos controles internos com a finalidade de garantir os princípios da eficiência e eficácia na gestão deste Tribunal, sugerimos a adoção das seguintes medidas complementares a serem avaliadas e implementadas pela Administração:

1. Monitoramento, pelo setor de almoxarifado, da distribuição dos 100 teclados e mouses destinados a atender a demanda ordinária por esse tipo de item tendo em vista a distribuição e efetivo uso ainda no período de garantia contratual;
2. Definição da destinação e inclusão das 32 unidades de computadores no processo de distribuição dos equipamentos conforme PA de Distribuição 8730/2017;
3. Acompanhamento da retificação das informações de extensão de garantia para os equipamentos identificados pelas etiquetas de serviço (Service TAG) 1YY0TS1 e 2YY0TS1;
4. Imediata utilização dos componentes da infraestrutura de equipamentos servidores Blade DELL evitando-se a caracterização de contratação antieconômica considerando-se a extensão de garantia adquirida conforme Contrato TRT 16ª Nº 34/2017.
5. Imediata utilização das licenças dos Softwares Veeam Backup & Replication, VMWare vCenter-vSphere e Windows Server 2016 e a instalação de 03 (três) NO-BREAKs de 10 KVA.MODELO.SINUS evitando-se a caracterização de contratação antieconômica.
6. Elaboração e assinatura do Contrato referente a aquisição das licenças do software VMWare vCenter e vSphere conforme PA 8840/2017.
7. Abertura de sindicância para apurar a responsabilidade de quem deu causa ao prejuízo ao Erário decorrente dos achados de auditoria nºs 3.5 e 3.6.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: As recomendações propostas por esta unidade foram acatadas pela Presidência desta Corte mas ainda não foram implementadas pela unidade técnica.

RESULTADOS OBTIDOS: Não foi possível mensurar os impactos das recomendações propostas em virtude da não implementação das mesmas.

03. CONTRATAÇÕES DIRETAS

ESCOPO: Contratações diretas com valores acima de R\$ 4.000,00 do exercício de 2017, excetuando aquelas realizadas pela UGR 80046.

OBJETIVO: Verificar a regularidade e legalidade das contratações diretas realizadas por este Regional no ano de 2017.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	OBJETO	DATA DE EXPEDIÇÃO
3398/2018	Relatório de Auditoria nº 003/2018	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.	03.08.2018

CONCLUSÃO: Isto posto, respondendo às questões de auditoria formuladas na matriz de planejamento, podemos afirmar que as contratações diretas deste Regional possuem deficiências no processo de planejamento,

potencializados pela ausência de mapeamento do processo e controles administrativos falhos na aderência do processo às normas que regem a matéria.

RECOMENDAÇÕES:

1. Planejamento anual das contratações deste Regional para o exercício de 2019 na forma do Ato Regulamentar GP N° 001/2015, incluindo as contratações diretas;
2. Mapeamento do processo de contratação direta com definição clara dos responsáveis e suas competências;
3. Capacitação dos servidores envolvidos no processo de contratação direta;
4. Adoção de check list de verificação contemplando todas as fases do processo de contratação direta, a ser adotado por todos os setores envolvidos no mesmo;
5. Notificação da concessionária CAEMA para revisão dos valores das faturas de novembro de 2016 e novembro de 2017 e posterior compensação do valor pago a maior na próxima fatura, se for o caso.
- 5.1 Notificação da concessionária CAEMA para revisão dos valores das faturas de dezembro de 2016 e dezembro de 2017 e posterior compensação dos valores pago a maior na próxima fatura.
6. Capacitação dos servidores designados como fiscais de contrato, com vistas ao aperfeiçoamento de seus controles internos para a fiscalização do objeto dos contratos.
7. Elaboração do termo de contrato para as contratações efetivadas através dos protocolos administrativos n° 5174/2017, 5175/2017 e 6199/2017.
8. Alterar o art. 45 do Ato Regulamentar GP n° 001/2015 para que os prazos ali constantes reflitam a escassez de servidores da área administrativa do TRT 16ª Região.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:

RESULTADOS OBTIDOS

04. CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

ESCOPO: Licitações e demais formas de contratações promovidas por este Tribunal os critérios de sustentabilidade ambiental no exercício de 2017.

OBJETIVO: Avaliar a implementação de ações e práticas de sustentabilidade ambiental, bem como os critérios de sustentabilidade nos editais de licitação nas aquisições, bens, serviços e obras.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	OBJETO	DATA DE EXPEDIÇÃO
1379/2018	Relatório de Auditoria n° 004/2018	Sustentabilidade ambiental	08.08.2018

CONCLUSÃO: Entretanto, foi possível constatar que, além da necessidade de ajustes no Plano de Logística Sustentável, a fim de aferir os resultados traçados nas ações sustentáveis implementadas por este Regional, faz-se necessário atentar ao cumprimento efetivo das diretrizes, critérios e práticas sustentáveis insertos no Guia de Contratações Sustentáveis nas contratações realizadas por este Regional.

RECOMENDAÇÕES:

- 1 Que a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável em conjunto com o Setor de Gestão Socioambiental promova a retificação do Anexo II da Portaria GP N. 1187/2015, com a fixação de ações, metas e forma de cálculo de medição dos indicadores mínimos de desempenho para avaliação das metas, nos moldes daqueles constantes no Anexo I da Resolução 201/2015 do CNJ;
- 2 Que a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável em conjunto com o Setor de Gestão Socioambiental promova a retificação do período do PLS do Regional para período idêntico ao estabelecido no Planejamento estratégico desta Corte Trabalhista, bem como a fixação de indicadores e metas do PLS em harmonia com aquelas da mesma natureza fixadas no Planejamento estratégico 2015/2020 do Tribunal;
- 3 Capacitação dos setores envolvidos nas exigências constantes do Guia de Contratações Sustentáveis, para cumprimento das diretrizes apontadas no Guia nas contratações;
- 4 Observância estrita ao teor do parágrafo único do art. 2º do Decreto n° 7.746/2012 nos termos de referências e projetos básicos, com a devida justificativa dos critérios de sustentabilidade utilizados na contratação e, por consequência, a aplicação do art. 2º da IN n° 01/2010 nos editais, a fim de preservar o caráter competitivo da demanda;
- 5 Aplicabilidade efetiva dos critérios e práticas sustentáveis previstos no Guia de Contratações Sustentáveis nos termos de referências, projetos básicos e contratos administrativos ou a devida justificativa para a não adoção nas aquisições de bens e contratação de serviços;
- 6 Inserção, nos projetos básicos e contratos administrativos, da comprovação pela contratada, da destinação adequada dos resíduos sólidos, nos termos da legislação vigente.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:

RESULTADOS OBTIDOS

05. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO REGIONAL

ESCOPO: A auditoria buscou aferir a conformidade das atividades desenvolvidas pelo Setor de Transportes com os normativos que regem a matéria, atentando para as regras que afetam o patrimônio público, como as multas aplicadas e acidentes envolvendo veículos oficiais deste Regional, além da aferição e funcionamento dos controles internos administrativos da gestão da frota de veículos, verificando ainda se estão de acordo com a legislação disciplinadora, com atenção às questões de auditoria formuladas que fazem parte do escopo de auditoria.

OBJETIVO: Verificar se este Regional está cumprindo os normativos legais que regem a aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção e controle de veículos oficiais, bem como se está obedecendo ao regulamento interno que normatiza a matéria no âmbito do Tribunal.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	OBJETO	DATA DE EXPEDIÇÃO
4521/2018	Relatório de Auditoria nº 05/2018	Gestão da Frota de Veículos do Regional	01.10.2018

CONCLUSÃO: Observou-se, em análise aos mapas de controle de tráfego de veículos oficiais, que não são realizados os registros de entrada e saída dos veículos de representação e transporte institucional.

Verificou-se que o Tribunal não possui Plano de Anual de Aquisição de Veículos devidamente formalizado, o que dificulta o planejamento da renovação da frota de veículos oficiais.

Constatou-se que nos protocolos administrativos de aquisições de veículos oficiais não foram juntados os mapas de controle de desempenho e manutenção dos veículos, a fim de demonstrar que os veículos a serem substituídos se tornaram antieconômicos.

Analisando-se os relatórios de combustíveis gerados pela Plataforma de Gerenciamento da empresa contratada, verificou-se inconsistências de informações relativas às quilometragens e gastos com combustíveis de alguns veículos em decorrência de erros de alimentação do sistema pelos frentistas dos postos de combustíveis.

Constatou-se, ainda, não haver regramento interno formalizado de procedimentos para pagamento de multas sofridas por condutores e quando do envolvimento de veículos oficiais em acidentes de trânsito.

Por fim, verificou-se que a redação do Inciso I do Art. 21 do Ato Regulamentar G.P. N. 06/2010

diverge da Resolução 231/2007 do Conselho Nacional de Trânsito que estabelece regras para o sistema de placas de identificação de veículos.

RECOMENDAÇÕES: Considerando que é dever desta Coordenadoria de Controle Interno orientar a Administração visando sempre o aperfeiçoamento das atividades de planejamento, execução orçamentária e financeira, bem assim o de proporcionar o uso de bens e aplicação dos recursos de forma regular e racional para que os resultados obtidos gozem do conceito da eficiência e eficácia de gestão, sugerimos a adoção das seguintes medidas administrativas com o objetivo de fomentar maior controle e melhorar a eficiência da gestão do acervo patrimonial deste tribunal, contribuindo para o atingimento da Meta da Eficiência Operacional no Tribunal:

1. Que o Setor de Transportes promova o controle de entrada e saída de todos os veículos oficiais destes Regional, conforme determina o Art. 17 do ARGP N. 06/2010;
2. Que o Setor de Transportes proceda a elaboração do Plano Anual de Aquisição de Veículos com base nos mapas atualizados de controle de desempenho e manutenção dos veículos oficiais, os quais aferem o estado da atual da frota de veículos do Regional;
3. Que quando do abastecimento dos veículos oficiais em postos da rede credenciada da contratada, os motoristas condutores diligenciem no sentido de evitarem que se insiram valores errôneos de quilometragem na plataforma de gerenciamento da empresa contratada para evitar distorções em dados relevantes de consumo de combustível dos veículos;
4. Que a Administração do Regional formalize normas de procedimentos em caso de envolvimento de veículos oficiais em acidentes de trânsito, bem como o para pagamento de multas sofridas por seus condutores, conforme prevê a Resolução CSJT N° 68/2010;
5. Que a Administração do Regional proceda a alteração da redação do Ato Regulamentar G.P. N° 06/2010 para adequação à Resolução N° 231/2007 do CONTRAN e ao Decreto N° 9.287/2018.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:

RESULTADOS OBTIDOS

06. ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

ESCOPO: Verificar se a Coordenadoria de Gestão de Pessoas está cumprindo as disposições contidas na Instrução Normativa nº 067/2011 do Tribunal de Contas da União, por meio de fiscalização sistemática da relação dos magistrados e servidores que autorizaram o Tribunal de Contas da União a ter acesso às Declarações de Ajuste

Anual do Imposto de Renda Pessoa Física apresentados à Secretaria da Receita Federal, bem como as retificações dos referidos documentos, através de acesso no formulário disponibilizado por este Tribunal.			
OBJETIVO: Verificar a regularidade da entrega das Declarações de Bens e Renda ou autorizações de acesso pelos magistrados e servidores que ocuparam cargo em comissão ou função comissionada, durante o exercício de 2017, na Coordenadoria de Gestão de Pessoas deste Regional, na forma estabelecida na Instrução Normativa N° 067, do Tribunal de Contas da União.			
RELATÓRIO DE AUDITORIA			
PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	OBJETO	DATA DE EXPEDIÇÃO
5544/2018	Relatório de Auditoria n° 06/2018	Entrega de Declaração de Bens e Rendas e/ou autorização de acesso de servidores e magistrados	10.10.2018
<p>CONCLUSÃO: Finalizados os trabalhos de auditoria, verificamos que, do universo analisado de 395 (trezentos e noventa e cinco) servidores e 59 (cinquenta e nove) magistrados, todos apresentaram tempestivamente os formulários de autorização, conforme informações enviadas pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas por meio dos Documentos 009 e 012, do P.A. 5544/2018.</p> <p>Entretanto, este Regional encaminhou apenas no dia 03 de outubro de 2018, por meio do Ofício CGP N° 123/2018, Doc. 012, do P.A. 5544/2018, ao Tribunal de Contas da União as informações dos magistrados desta Corte acerca das autorizações de acesso aos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física apresentadas à SRF, estando em desacordo com o art. 7º, da Instrução Normativa N° 067/2011 do TCU, que estabelece o "<i>prazo de 30 (trinta) dias após a data-limite estipulada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física</i> .</p>			
<p>RECOMENDAÇÕES: Tendo em vista que é dever desta Coordenadoria de Controle Interno orientar a Administração visando sempre o aperfeiçoamento das atividades de planejamento, execução orçamentária e financeira, bem assim o de proporcionar o uso de bens e aplicação dos recursos de forma regular e racional para que os resultados obtidos gozem do conceito da eficiência e eficácia de gestão, sugerimos que seja implementada, pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, rotina para envio ao Tribunal de Contas da União das autorizações de acesso aos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil dos magistrados desta Corte.</p>			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:			
RESULTADOS OBTIDOS			

07. PENSÕES CIVIS			
ESCOPO: Será examinada a totalidade das pensões civis concedidas no período de janeiro de 2015 a 24 de agosto de 2018.			
OBJETIVO: Avaliar a legalidade e conformidade das concessões e pagamentos de pensões civis deste Regional.			
RELATÓRIO DE AUDITORIA			
PROTOCOLO	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA	OBJETO	DATA DE EXPEDIÇÃO
5965/2018	Relatório de Auditoria n° 07/2018	Pensões Civis.	23.11.2018
<p>CONCLUSÃO: Finalizados os exames de auditoria, podemos afirmar que estes possibilitaram o alcance dos objetivos planejados, bem como fundamentaram as respostas às questões de auditoria inicialmente formuladas.</p> <p>Na primeira indagação, restou confirmado que este Regional cumpre adequadamente a legislação que norteia a concessão de pensões civis, vez que não se comprovou nenhuma inaplicabilidade aos normativos que regem a matéria.</p> <p>Na segunda indagação restou demonstrado que não há qualquer irregularidade quanto aos valores, limites e distribuição de quotas. Quanto a questão do reajuste, apesar de haver sido confirmado o achado relacionado à inaplicabilidade da regra da paridade ao caso aplicado no PA 109/2015 este foi imediatamente sanado pela unidade responsável, solucionando-se a questão.</p> <p>No mais, deixamos consignado a observação feita por esta auditoria quanto a recomendação inserta no § 1º do art. 222 da Lei n° 8.112/90 que salienta que o beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições referidas. Acerca desse aspecto sugerimos à Administração deste Regional seja acrescentado ao art. 20 da Resolução TRT n° 192.2017 a realização de avaliações periódicas para os casos de pensões motivadas por invalidez, por incapacidade ou por deficiência, para cumprimento do dispositivo supra.</p>			

Em conclusão, e respondendo às questões de auditoria formuladas na matriz de planejamento, podemos afirmar que este Regional cumpre de forma eficiente e regular os trâmites que envolvem a concessão de pensão civil.
RECOMENDAÇÕES: Finalizados os exames de auditoria, podemos afirmar que estes possibilitaram o alcance dos objetivos planejados, bem como fundamentaram as respostas às questões de auditoria inicialmente formuladas. Na primeira indagação, restou confirmado que este Regional cumpre adequadamente a legislação que norteia a concessão de pensões civis, vez que não se comprovou nenhuma inaplicabilidade aos normativos que regem a matéria. Na segunda indagação restou demonstrado que não há qualquer irregularidade quanto aos valores, limites e distribuição de quotas. Quanto a questão do reajuste, apesar de haver sido confirmado o achado relacionado à inaplicabilidade da regra da paridade ao caso aplicado no PA 109/2015 este foi imediatamente sanado pela unidade responsável, solucionando-se a questão. No mais, deixamos consignado a observação feita por esta auditoria quanto a recomendação inserta no § 1º do art. 222 da Lei nº 8.112/90 que salienta que o beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições referidas. Acerca desse aspecto sugerimos à Administração deste Regional seja acrescentado ao art. 20 da Resolução TRT nº 192.2017 a realização de avaliações periódicas para os casos de pensões motivadas por invalidez, por incapacidade ou por deficiência, para cumprimento do dispositivo supra. Em conclusão, e respondendo às questões de auditoria formuladas na matriz de planejamento, podemos afirmar que este Regional cumpre de forma eficiente e regular os trâmites que envolvem a concessão de pensão civil.
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:
RESULTADOS OBTIDOS

Análise e remessa ao TCU dos atos de admissão e de concessão e alteração de aposentadorias e pensões civis

Esta Coordenadoria analisou os atos de admissões de pessoal para encaminhamento ao Tribunal de contas da União, via Sisac, bem como analisou as concessões e alterações de aposentadorias e pensões civis de servidores e magistrados deste Tribunal ocorridas no exercício de 2018, para encaminhamento ao TCU, conforme instruções contidas na IN/TCU nº 55/2007.

No ano de 2018 foram encaminhados a esta Coordenadoria o montante de 26 (vinte e seis) atos de pessoal, distribuídos da seguinte forma:

Atos	Quantidade
Atos de Admissão	11
Concessão de Aposentadoria	14
Concessão de Pensão civil	01
Total	26

Todos os atos de admissão, concessão e alteração de aposentadorias recebidos no exercício de 2018 foram remetidos à Douta Corte de Contas, via SISAC, no prazo designado, para apreciação e registro, com parecer pela **legalidade**.

OUTRAS ATIVIDADES

Esta Coordenadoria Também ultimou diligências oriundas do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cujos

atendimentos foram plenamente satisfatórios pela informação às instâncias superiores no tempo regulamentar.

Diligências, determinações e recomendações do TCU

Ao longo do exercício de 2018 este Regional recebeu 02 (dois) pedidos de providências do Tribunal de Contas da União - TCU, todos relacionados com a área de pessoal e governança.

Esses pedidos foram recebidos nesta unidade de controle, encaminhados aos setores competentes para o fornecimento das informações requeridas e depois enviados para o TCU, na forma e no prazo estabelecidos. Não havendo nenhum item dos pedidos pendentes de atendimento.

Demonstrativos dos cumprimentos das deliberações do TCU em 2018

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC 002.775/2018-2			Diligência	Ofício nº 1521/2018-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Tribunal de Contas da União/SEFIP					
Descrição da Deliberação					
Avaliar os controles referentes ao pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GECJ/GAJU) nos órgãos de 1ª e 2ª instância da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e da Justiça do Distrito Federal e Territórios.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência e Corregedoria					
Síntese da Providência Adotada					
Foi encaminhada a solicitação à Presidência e a Corregedoria que fizeram o levantamento das informações solicitadas em conformidade com os layouts anexos ao Ofício 1521/2018-TCU/SEFIP. Foi enviado email ao TCU contendo o questionário preenchido juntamente com a documentação comprobatória das informações ali constantes.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foram atendidas as informações solicitadas no Ofício 1521/2018-TCU/SEFIP.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 017.368/2016-2			Diligência	Ofício nº 0450/2018-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Tribunal de Contas da União/SEFIP					
Descrição da Deliberação					
Encaminhamento da cópia do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário que trata de avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos oficiais das organizações dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como do Ministério Público da União e de empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo Federal.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Gestão Estratégica e Estatística					

Síntese da Providência Adotada
Foi editada a Portaria GP nº 1210/2018 atribuindo a algumas unidades administrativas a competência para publicação e atualização das informações no Portal da Transparência, no sítio eletrônico deste Regional, com auxílio desta unidade de controle quanto a observância do acordo.
Síntese dos Resultados Obtidos
As unidades indicadas na Portaria GP nº 1210/2018 estão levantando e atualizando as informações para publicação no portal da transparência desta Corte, com auxílio da CTIC.

Diligências, determinações e recomendações do CSJT

Durante o exercício de 2018, o CSJT enviou a este Regional 03 (três) Requisições de Documentos e Informações (RDIs), assim distribuídas: uma na área de obras e serviços de engenharia e outra tecnologia de informação. Essas requisições foram recebidas nesta unidade de controle e encaminhadas aos setores relacionados para o fornecimento das informações requeridas e após os esclarecimentos prestados, foram enviadas para o CSJT.

Demonstrativos dos cumprimentos das deliberações do CSJT em 2018

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		
Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida
01		RDI CSJT N° 040/2018
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Encaminhar à CCAUD/CSJT o questionário, acompanhado das evidências resultantes da realização da Ação Coordenada de Auditoria promovida pelo CNJ.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pelo atendimento		
Coordenadoria de Controle Interno		
Síntese da Providência Adotada		
Foram enviados os resultados da Ação Coordenada de Auditoria promovida pelo CNJ ao CSJT, via FTP.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Cumprimento da RDI CSJT N° 040/2018 no prazo estabelecido.		

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		
Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida
02		RDI N° 63/2018
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Envio de documentos e informações relacionados à operação do sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pelo atendimento		
Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações.		

Síntese da Providência Adotada
A documentação e as informações solicitadas foram disponibilizadas ao CSJT, no prazo estabelecido, por meio de email.
Síntese dos Resultados Obtidos
Cumprimento da RDI N° 63/2018.

UNIDADE JURISDICIONADA		
Denominação Completa		
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região		
Deliberações do CSJT		
Requisições de Documentos e Informações		
Ordem	Processo	Comunicação Expedida
03		RDI N° 75/2018
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		
Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT		
Descrição da Solicitação		
Questionário solicitando informações acerca do pagamento de passivos com recursos descentralizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pelo atendimento		
Núcleo de Folha de Pagamento		
Síntese da Providência Adotada		
A documentação e as informações solicitadas foram disponibilizadas ao CSJT, no prazo estabelecido, por meio do servidor FTP (<i>File Transfer Protocol</i>).		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Cumprimento da RDI N° 75/2018.		

Neste relatório a Coordenadoria de Controle Interno apresenta as principais atividades realizadas durante o ano de 2018, buscando exprimir, em linhas gerais, o que entendeu ser mais relevante e significativo, sem a pretensão, entretanto, de abranger toda a complexa gama de atribuições desenvolvidas pela unidade, com o que espera haver contribuído com informações imprescindíveis ao trabalho de todos os compõem este Regional.

1.6 Coordenadoria de Precatório

A Coordenadoria de Precatórios no decorrer do ano de 2018 cumpriu e fez cumprir suas atribuições constantes no art. 109 do Regulamento Geral deste Regional, dirigiu e acompanhou todos os trabalhos concernentes à sua competência, submetendo-os à apreciação superior e desempenhou as atividades a seguir :

- Recebeu os ofícios precatórios das Varas Trabalhistas os quais são analisados quanto à sua regularidade, e caso estejam conforme o Ato Regulamentar n° 10/2015 e Resolução n° 115/2010 do CNJ, os mesmos têm seu pagamento requisitado, através de ofício requisitório. Na hipótese de não ser observada a regularidade das peças, estas são devolvidas à origem para as providências cabíveis. Como a Coordenadoria de Precatórios do TRT/16ª Região, se verifica, ainda, de forma física, tanto com os processos antigos, como com os processos eletrônicos advindos das Varas do Trabalho, via malote digital, dos quais são

extraídas/impressas as peças necessárias, ambos são autuados após o recebimento do Ofício Precatório;

- Prestou informações, no balcão e via telefone, pertinentes a precatórios e outros processos, no que se refere ao andamento e à situação da ordem cronológica;
- Analisou todos os processos em trâmite na Coordenadoria;
- Elaborou minuta de despacho, submetendo ao Juízo Auxiliar de Precatórios;
- Providenciou a expedição de ofícios, notificações, mandados judiciais, conforme determinado nos despachos;
- Expediu memorando para as providências que se fizeram necessárias;
- Certificou prazos e submeteu à consideração do Juiz Auxiliar de Precatórios;
- Expediu alvará dos processos de Requisição de Pequeno Valor da União e precatórios;
- Controlou o pagamento, em ordem cronológica, de precatórios dos Municípios, do Estado e da União;
- Forneceu relatório de precatórios, em ordem cronológica para as partes interessadas;
- Forneceu relatório estatístico mensal das Requisições de Pequeno Valor da União e Precatórios;
- Forneceu relatório para a Secretaria de Planejamento e Corregedoria;
- Realizou levantamento e análise da ordem cronológica de todos os precatórios com propostas de disponibilização de pagamento.
- Realizou levantamento de todos os Municípios com orçamento para 2018, onde se verificou: a quantidade de precatório por Município, a ordem cronológica, a média do Fundo de Participação;
- Solicitou junto ao TST crédito para pagamento de precatórios da Administração Direta e Indireta da União;
- Solicitou junto ao TST crédito para pagamento de precatórios e requisição de pequeno valor da União;
- Expediu proposta de pagamento aos Municípios enquadrados no Regime Geral, conforme as EC's 94/2016 e 99/2017, com orçamento para 2019;
- Realizou Audiências de Conciliação na Coordenadoria de Precatórios;
- Atualizou os cálculos de todos os precatórios no momento da liberação do pagamento;
- Desenvolveu outras atividades determinadas pelo Juízo Auxiliar de Precatório.
- Abaixo apresentamos os resultados estatísticos das diversas atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Precatórios:

No ano de 2018 foram autuados 359 Precatórios e 25 Requisições de Pequeno Valor, conforme demonstram as tabelas abaixo.

QUANTIDADE DE PRECATÓRIOS AUTUADOS EM 2018

ESFERA	AD. DIRETA	AD. INDIRETA	TOTAL
FEDERAL	09	04	013
ESTADUAL	64	05	069
MUNICIPAL	277	00	277
TOTAL	350	09	359

QUANTIDADE DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR EM 2018

ESFERA	AD. DIRETA	AD. INDIRETA	TOTAL
RPV	16	09	25
TOTAL	16	09	25

Os dados relativos à gestão de precatórios do TRT/16ª Região em dezembro de 2018, infra consignados, contemplam, a um, a quantidade de precatórios pendentes de pagamento, conforme seu respectivo ente público, bem como as RPV's (Requisições de Pequeno Valor), conforme demonstram as tabelas abaixo.

QUANTIDADE DE PRECATÓRIOS PENDENTES DE PAGAMENTO

ESFERA	AD. DIRETA	AD. INDIRETA	TOTAL
FEDERAL	013	09	022
ESTADUAL	193	12	205
MUNICIPAL	1.031	00	1.031
TOTAL	1.237	21	1.258

QUANTIDADE DE RPV – REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR PENDENTE DE PAGAMENTO

ESFERA	AD. DIRETA	AD. INDIRETA	TOTAL
RPV	03	01	04
TOTAL	03	01	04

Os municípios inseridos no regime comum/geral de pagamento de precatórios, no total de 129 (cento e vinte e nove) em 2018 se encontravam na seguinte situação: 11 (onze) municípios com acordo em andamento perante este Regional, que se efetivam mediante bloqueios de percentuais ajustados em conta da fazenda pública devedora; 22 (vinte e dois) municípios com propostas já acatadas pelo ente público respectivo para pagamento de seus precatórios; 02 (dois) municípios na pendência de conclusão do desfecho quanto às propostas recebidas em 2019; e quanto aos 94 (noventa e quatro) municípios remanescentes, ou não têm dívida inscrita em precatórios ou o débito corresponde ao ano orçamentário de 2020; Quanto a ente Federal, a União com suas autarquias e fundações, no total de 22 (vinte e dois), conforme demonstra tabela abaixo.

ENTES PÚBLICOS EM REGIME COMUM: FEDERAL E MUNICIPAL

ORD	MUNICÍPIO	QDT. PRECATÓRIO	VALOR DV R\$
1	AFONSO CUNHA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
2	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	01	58.683,17
3	ALCÂNTARA	01	6.389,48
4	ALTAMIRA DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
5	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	02	178.792,95
6	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
7	ALTO PARNAÍBA	02	405.644,73
8	AMARANTE DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
9	APICUM AÇU	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
10	ARARI	01	35.187,24
11	BACABAL	02	175.000,00
12	BACURI	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
13	BACURITUBA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
14	BARÃO DE GRAJAÚ	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
15	BELÁGUA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
16	BENEDITO LEITE	01	50.300,29
17	BERNARDO DO MEARIM	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
18	BOA VISTA DO GURUPI	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
19	BOM JARDIM	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
20	BOM JESUS DAS SELVAS	01	113.153,77
21	BOM LUGAR	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
22	BREJO	01	31.576,88
23	BREJO DE AREIA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
24	BURITICUPU	01	9.264.433,01
25	BURITIRANA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
26	CACHOEIRA GRANDE	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
27	CAJAPIÓ	01	86.605,10
28	CAJARI	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
29	CAMPESTRE DO MARANHÃO	01	90.176,33
30	CÂNDIDO MENDES	01	586.564,50
31	CAPINZAL DO NORTE	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
32	CARUTAPERA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
33	CEDRAL	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
34	CENTRAL DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
35	CENTRO DO GUILHERME	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
36	CODÓ	76	1.611.079,08
37	COELHO NETO	01	42.308,03
38	DOM PEDRO	04	3.305.062,51
39	DUQUE BACELAR	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
40	ESPERANTINÓPOLIS	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
41	FERNANDO FALCAO	01	70.531,82
42	FORMOSA DA SERRA NEGRA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
43	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
44	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	05	198.472,09
45	GOVERNADOR NEWTON BELLO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
46	GRAÇA ARANHA	02	85.350,63
47	GRAJAÚ	16	732.279,37
48	GUIMARÃES	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
49	ICATU	08	1.298.592,64
50	IGARAPÉ DO MEIO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
51	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
52	ITAPECURU MIRIM	01	68.182,93
53	ITINGA DO MARANHÃO	09	5.294.406,38
54	JATOBÁ	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
55	JENIAPAO DOS VIEIRAS	03	102.254,89
56	JOSELÂNDIA	06	45.640,57

57	JUNCO DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
58	LAGO DOS RODRIGUES	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
59	LAGOA DO MATO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
60	LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	01	110.118,26
61	LAJEADO NOVO	02	81.124,18
62	LORETO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
63	LUÍS DOMINGUES	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
64	MARACAÇUMÉ	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
65	MARAJÁ DO SENA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
66	MARANHÃOZINHO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
67	MATA ROMA	01	49.167,19
68	MATINHA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
69	MILAGRES DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
70	MIRADOR	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
71	MIRANDA DO NORTE	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
72	MORROS	03	1.284.038,31
73	NOVA COLINAS	03	414.411,48
74	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
75	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÁS	05	314.24,85
76	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
77	PARAIBANO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
78	PARNARAMA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
79	PASTOS BONS	02	80.577,92
80	PAULINO NEVES	02	8.866.258,44
81	PAULO RAMOS	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
82	PEDRO DO ROSÁRIO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
83	PERI-MIRIM	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
84	PINHEIRO	XXXXX	XXXXXXXXXX
85	PIO XII	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
86	PIRAPEMAS	03	133.385,32
87	PORTO FRANCO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
88	PRESIDENTE MÉDICI	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
89	PRESIDENTE SARNEY	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
90	PRIMEIRA CRUZ	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
91	RAPOSA	06	2.013.757,53
92	RIACHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
93	RIBAMAR FIQUENE	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
94	SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
95	SANTA LUZIA	01	5.144.775,25
96	SANTA LUZIA DO PARUÁ	03	19.873,94
97	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
98	SANTA RITA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
99	SANTANA DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
100	SANTO AMARO DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
101	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
102	SÃO BERNARDO	02	101.802,29
103	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	01	129.284,28
104	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	03	184.571,00
105	SÃO FÉLIX DE BALSAS	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
106	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	02	3.203.116,20
107	SÃO JOÃO BATISTA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
108	SÃO JOÃO DO CARÚ	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
109	SÃO JOÃO DO SOTER	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
110	SÃO JOÃO DOS PATOS	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
111	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	16	362.003,32
112	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
113	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
114	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
115	SATUBINHA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX

116	SENADOR ALEXANDRE COSTA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
117	SENADOR LA ROCQUE	01	36.946,18
118	SERRANO DO MARANHÃO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
119	SÍTIO NOVO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
120	SUCUPIRA DO NORTE	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
121	SUCUPIRA DO RIACHÃO	01	42.042,48
122	TASSO FRAGOSO	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
123	TRIZIDELA DO VALE	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
124	TUNTUM	16	3.433.643,07
125	TURIAÇU	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
126	TURILÂNDIA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
127	TUTÓIA	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
128	URBANO SANTOS	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
129	VITORINO FREIRE	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX

LEGENDA:

■	Sem precatório e sem acordo orçamento 2020;	■	Com acordo no TRT;
■	Com proposta de pagamento acordadas para 2019;	■	Com proposta pendente de acordo para 2019.
■	Pagamento regular		

Os enquadrados sob o regime especial de pagamento de precatórios, no total de 88 (oitenta e oito), de acordo com as emendas constitucionais 94/16 e 99/17, possuem conta especial aberta no TRT/16ª Região para recebimento de valores administrados e repassados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para fins de cumprimento do procedimento de pagamento de precatórios trabalhistas deste Regional. Na esfera Estadual, temos o Estado do Maranhão e o do Pará.

ENTES PÚBLICOS EM REGIME ESPECIAL: ESTADUAL E MUNICIPAL

ORD	MUNICÍPIO	QDT. PRECATÓRIO	VALOR DV R\$
1	AÇAILÂNDIA	42	836.565,50
2	ALDEIAS ALTAS	xxxxx	0,00
3	AMAPÁ DO MARANHÃO	xxxxx	0,00
4	ANAJATUBA	2	76.391,93
5	ANAPURUS	xxxxx	0,00
6	ARAIOSES	4	403.860,47
7	ARAME	36	1.519.673,84
8	ARAGUANÃ	39	811.615,95
9	AXIXÁ	1	74.766,84
10	BACABEIRA	xxxxx	0,00
11	BALSAS	7	259.845,48
12	BARREIRINHAS	1	318.301,59
13	BARRA DO CORDA	8	575.356,87
14	BELA VISTA DO MARANHÃO	9	53.864,06
15	BEQUIMÃO	18	401.636,94
16	BURITI	xxxxx	0,00
17	BURITI BRAVO	1	41.927,57
18	CANTANHEDE	xxxxx	0,00
19	CAROLINA	31	1.396.859,26
20	CAXIAS	1	12.648,50
21	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	xxxxx	0,00

22	CHAPADINHA	3	134.833,27
23	CIDELÂNDIA	4	196.493,22
24	COLINAS	xxxxx	0,00
25	CONCEIÇÃO DO LAGO AÇU	1	37.787,09
26	COROATÁ	4	245.837,98
27	CURURUPU	xxxxx	0,00
28	DAVINÓPOLIS	2	344.756,83
29	ESTREITO	4	227.197,94
30	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	7	436.211,90
31	FORTUNA	8	275.972,13
32	GODOFREDO VIANA	xxxxx	0,00
33	GONÇALVES DIAS	13	3.679.903,70
34	GOVERNADOR ARCHER	xxxxx	0,00
35	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	12	720.732,61
36	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	xxxxx	0,00
37	GOVERNADOR NUNES FREIRE	xxxxx	0,00
38	HUMBERTO DE CAMPOS	1	17.419.806,41
39	IGARAPÉ GRANDE	xxxxx	0,00
40	IMPERATRIZ	2	40.286,16
41	JOÃO LISBOA	6	283.176,99
42	LAGO DA PEDRA	8	1.313.227,42
43	LAGO DO JUNCO	7	148.212,36
44	LAGO VERDE	xxxxx	0,00
45	LIMA CAMPOS	xxxxx	0,00
46	MAGALHÃES DE ALMEIDA	1	127.036,45
47	MATÕES	xxxxx	0,00
48	MATÕES DO NORTE	xxxxx	0,00
49	MIRINZAL	xxxxx	0,00
50	MONÇÃO	1	33.429,72
51	MONTES ALTOS	1	62.575,93
52	NINA RODRIGUES	1	38.511,09
53	NOVA IORQUE	3	216.280,11
54	PAÇO DO LUMIAR	39	4.686.294,06
55	PALMEIRÂNDIA	44	830.945,13
56	PASSAGEM FRANCA	6	238.788,30
57	PEDREIRAS	6	239.157,08
58	PENALVA	xxxxx	0,00
59	PERITORÓ	15	623.821,37
60	PINDARÉ-MIRIM	1	38.083,27
61	POÇÃO DE PEDRAS	84	1.495.736,66
62	PORTO RICO DO MA	xxxxx	0,00
63	PRESIDENTE DUTRA	xxxxx	0,00
64	PRESIDENTE JUSCELINO	xxxxx	0,00
65	PRESIDENTE VARGAS	xxxxx	0,00
66	ROSÁRIO	3	103.171,27
67	SAMBAÍBA	xxxxx	0,00
68	SANTA HELENA	47	562.415,43
69	SANTA INÊS	1	12.848,96
70	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	11	3.265.177,27
71	SÃO BENTO	140	3.262.284,38
72	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	3	126.452,59
73	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	3	2.398.425,06
74	SÃO LUÍS	98	12.997.290,28

75	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	2	70.172,93
76	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	xxxxx	0,00
77	SÃO PEDRO DOS CRENTES	1	36.964,15
78	SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	1	60.035,85
79	SÃO ROBERTO	xxxxx	0,00
80	SÃO VICENTE FERRER	28	214.487,11
81	TIMBIRAS	xxxxx	0,00
82	TIMON	4	329.675,62
83	TUFILÂNDIA	xxxxx	0,00
84	VARGEM GRANDE	10	1.142.779,96
85	VIANA	xxxxx	0,00
86	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	xxxxx	0,00
87	VITÓRIA DO MEARIM	xxxxx	0,00
88	ZÉ DOCA	xxxxx	0,00
89	ESTADO DO MARANHÃO	216	28.277.554,08
90	ESTADO DO PARÁ	01	91.096,91

Os dados relativos à gestão de precatórios do TRT/16ª Região em 2018, infra consignados, contemplam, a um, a quantidade de precatórios pagos, conforme seu respectivo ente público, bem como as RPV's (Requisições de Pequeno Valor), conforme demonstram as tabelas abaixo.

VALORES DE PRECATÓRIOS PAGOS EM 2018

ITEM	QUANTIDADE	VALOR R\$
UNIÃO ADM. DIRETA	00	00
UNIÃO ADM. INDIRETA	02	178.166,29
ESTADO ADM. DIRETA	08	839.022,80
ESTADO ADM. INDIRETA	00	00
MUNICÍPIO ADM. DIRETA	312	17.722.285,68
MUNICÍPIO ADM. INDIRETA	05	382.174,56
TOTAL	327	19.121.649,33

VALORES DE RPV – REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR PAGOS EM 2018

ITEM	QUANTIDADE	VALOR R\$
RPV	22	2.586.230,94
TOTAL	22	2.586.230,94

Outras atividades desenvolvidas no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
JUNTADAS	3.190
RECEBIMENTO DE PETIÇÕES/ DOC.	1.147
CERTIDÕES	3.768
INFORMAÇÕES	308
GUIAS EXPEDIDAS	431
MEMORANDOS EXPEDIDOS	121
MANDADOS	01
OFÍCIOS REQUISITÓRIOS	360
NOTIFICAÇÕES DIVERSAS	97
OFÍCIOS EXPEDIDOS	745
ALVARÁS EXPEDIDOS	421
PROCESSOS REMETIDOS À VARA	449

PROCESSOS BAIXADOS	1.081
PROCESSOS REMETIDOS AO SOF	34
PROCESSOS COM MINUTA DE DESPACHO	991
ANDAMENTOS PROCESSUAIS	15.027
AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÕES	17
PROPOSTAS ENCAMINHADAS PARA MUNICÍPIO	24

VALORES DE PRECATÓRIOS PAGOS NO ANO DE 2018 POR JURISDIÇÃO TRABALHISTA

VARA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL LIBERADO
AÇAILÂNDIA	28	R\$ 1.421.711,31
BACABAL	11	R\$ 574.544,59
BALSAS	13	R\$ 581.440,83
BARRA DO CORDA	22	R\$ 1.003.119,91
BARREIRINHAS	31	R\$ 985.024,85
CAXIAS	22	R\$ 704.459,52
CHAPADINHA	14	R\$ 574.700,33
ESTREITO	12	R\$ 604.279,42
1ª VT IMPERATRIZ	05	R\$ 637.209,36
2ª VT IMPERATRIZ	XX	XXXXXXXXXX
PEDREIRAS	23	R\$ 847.724,08
PINHEIRO	34	R\$ 1.228.982,78
PRESIDENTE DUTRA	11	R\$ 585.615,82
SANTA INÊS	20	R\$ 426.774,01
SÃO JOÃO DOS PATOS	14	R\$ 585.375,84
TIMON	06	R\$ 350.864,33
1ª VT DE SÃO LUIS	15	R\$ 2.863.182,76
2ª VT DE SÃO LUÍS	09	R\$ 312.908,05
3ª VT DE SÃO LUÍS	07	R\$ 1.903.028,05
4ª VT DE SÃO LUÍS	17	R\$ 1.490.336,61
5ª VT DE SÃO LUÍS	02	R\$ 28.698,49
6ª VT DE SÃO LUÍS	09	R\$ 1.390.213,45
7ª VT DE SÃO LUÍS	02	R\$ 21.454,94

OBS: Os valores foram fornecidos pelo Sistema

1.7 Seção de Comunicação Social

Durante o ano de 2018, a Seção de Comunicação Social, ratificando o objetivo estratégico de aprimorar o relacionamento institucional e de primar pela boa imagem deste Tribunal, potencializou a comunicação com os públicos interno e externo por meio da divulgação de notícias no site institucional e nas redes sociais, com publicações temáticas de cunhos institucional e/ou judicial.

Em 2018, a Seção de Comunicação contou com um quadro de quatro servidoras: duas jornalistas - Gisélia Castro Silva (até 13/6), Maria Suely Cavalcante Pinto, uma profissional de Relações Públicas - Rosemary Rocha Araujo - e uma servidora da área administrativa - Regina Irene Arôso Mendes González e 5 (cinco) estagiárias: Layane Farias Couto - (até 1/8), Isabella Priscila Pereira Nunes (a partir de 13/8) - área de Design; Nanajade Rinaldi Pinheiro (até 26/5), Kellyne Niedja Martins Lobato (a partir de 6/8) - Jornalismo; e Adriana Moraes Pereira - Relações Públicas.

A unidade, em 2018, sobrelevou o objetivo estratégico de fortalecer a imagem institucional do TRT do Maranhão e as relações com outros poderes e instituições, visando a fortalecer a comunicação com os públicos com que a Instituição se relaciona interna e externamente, e também atuou na área de Gestão de Pessoas, buscando a melhoria do clima organizacional, ao desenvolver e participar de projetos com outras unidades, fazendo divulgações, inclusive externas, por meio da mídia, de outdoors e de backbus.

Manteve a publicação diária na mídia local de notícias por meio da Agência de Notícias Institucionais, o que resultou na manutenção da imagem positiva da Instituição, além de preservar a Agência Judicial. Para dar ênfase ao planejamento estratégico da Justiça do Trabalho do Maranhão, manteve sua atuação com foco em ações direcionadas de comunicação, como o calendário institucional e campanhas, com ênfase na Visão, Missão e Valores do TRT16.

A Seção de Comunicação também atuou como parceira das outras unidades institucionais, divulgando todas as atividades desenvolvidas pelas varas trabalhistas, bem como noticiou as visitas correccionais e itinerâncias no período em tela. Também foram realizadas coberturas jornalísticas e outras atividades afins das campanhas de iniciativa dos Tribunais Superiores (Conciliação, Execução, Trabalho Infantil e Trabalho Seguro) e de iniciativa local, tais como: campanhas da CTIC ("Segurança da Informação", "Migração do Sistema Zimbra para o GSUITE-Google"), do Setor de Gestão Socioambiental ("Resíduos Eletrônicos", "Apoio ao Banco de Leite da Maternidade Marly Sarney"), da Seção de Saúde ("Outubro Rosa", "Novembro Azul"), "Orgulho de Ser Brasileiro - Copa 2018", Whatsapp TRT16 Institucional, dentre outras, e das atividades da Escola Judicial, especialmente do TRT Na Escola e das capacitações de magistrados e servidores.

Além disso, atendeu às demandas esporádicas das demais unidades administrativas e judiciais, conforme surgiram as solicitações destas.

MONITORAMENTO DE MÍDIAS

São recortes de notícias e artigos, predominantemente das áreas jurídica e institucional, incluindo matérias sobre o Conselho Nacional de Justiça-CNJ, Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT, Tribunal Superior do Trabalho-TST e sobre o TRT da 16ª Região, publicadas em jornais de circulação nacional e local, e em sites.

Até 2013, havia um processo de contratação de empresa terceirizada de monitoramento de mídias, o que profissionalizava o serviço e melhor atendia às unidades administrativas e judiciais do TRT. Mediante este serviço, era possível para esta Seção de Comunicação fornecer os resultados de monitoramento de mídia (impressa, internet, radiofônica e televisiva).

Neste Relatório, assim como nos anteriores, a partir de 2014, não será possível mensurar as matérias positivas, neutras ou negativas publicadas sobre a Instituição, uma vez que o serviço de monitoramento de mídias foi dispensado pela Administração por não considerá-lo de interesse relevante. Contrariamente, o que se verifica é que, sem este serviço, não há como esta Seção monitorar o que a mídia divulga sobre a Justiça do Trabalho no Maranhão.

DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL EM VEÍCULOS PRÓPRIOS

Site

Publicação de notícias originadas de coberturas fotográficas e/ou jornalísticas dos eventos institucionais e decisões judiciais com envio de releases à imprensa local, regional e nacional, de acordo com o assunto/evento objeto da cobertura. As coberturas realizadas atenderam às necessidades de divulgação, de acordo com as editorias institucional ou judicial, a saber:

- **Agência Institucional**

Visa à divulgação de notícias da área institucional no site do Tribunal; e também tem como objetivo divulgar projetos como, Varas Itinerantes do Trabalho, TRT Ambiental, Semana Nacional de Execução, Semana Nacional de Conciliação, Gestão Estratégica, Escola Judicial, além de atividades da Corregedoria, da Seção de Saúde, das varas trabalhistas, de capacitação de magistrados e servidores, inaugurações, licitações e demais atividades desenvolvidas pela Instituição. Em 2018, foram divulgadas 507 (quinhentas e sete) notícias institucionais no site.

- **Agência Judicial**

Visa à divulgação de notícias da área-fim, levadas ao público externo por meio da agência de notícias judiciais, que conscientizam o cidadão sobre seus direitos e deveres, decisões do Tribunal e das VTs, atualizações sobre o mundo jurídico, além de ser um serviço de utilidade pública. A ação prevê, também, outras atividades de sensibilização com a finalidade de propagar as decisões da Justiça do Trabalho, como workshops, seminários etc. Foram divulgadas 11 (onze) notícias judiciais em 2018. O pequeno número de notícias deveu-se ao número reduzido de servidores na unidade, restringindo o devido acompanhamento à demanda factual.

Informativos Impressos

- **Calendário Institucional 2019 - (PA- 4899/2018)**

O calendário institucional é uma publicação anual para dar divulgação de informações sobre a Justiça do Trabalho e os direitos sociais. Torna-se importante na função de publicizar as ações e projetos, bem como servir de fonte de pesquisa sobre os feriados e jurisdição das varas trabalhistas.

Distribuído para um mailling de 1.000 pessoas, entre autoridades do Estado, presidentes dos TRTs, TST, CNJ e CSJT, sindicatos, veículos de comunicação (imprensa), assessorias de comunicação, associações, universidades, faculdades de direito, magistrados, servidores e recepcionistas deste Tribunal.

Produzido durante o ano de 2018, o Calendário Institucional 2019 da Justiça do Trabalho do Maranhão tem como tema "30 anos do TRT16-MA". Em 26 de maio de 2019, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, com jurisdição em todo o Maranhão, completará 30 anos de sua instalação no Estado. A publicação do Calendário Institucional temático integra a programação comemorativa, apresentando as pessoas como destaque (parte colorida das fotos em fundo preto&branco), enaltecendo suas qualidades pela utilização dos verbos pertinentes aos objetivos de cada iniciativa institucional.

O calendário é composto de 12 (doze) iniciativas desses 30 anos, que foram se consolidando gradativamente, sempre com foco na pessoa humana, o bem mais precioso desta instituição de Justiça.

Em função da excessiva demanda de trabalho ao longo de 2018, nesta Seção de Comunicação, e redução do quadro de servidoras, os 1.000 (mil) exemplares do Calendário 2019 da Justiça do Trabalho se encontram em fase de distribuição.

Informativos Eletrônicos

- E-mail Marketing

É a utilização do e-mail institucional como ferramenta de marketing direto, respeitando normas e procedimentos pré-definidos, analisando o retorno gerado através de relatórios e análises gráficas e gerando campanhas cada vez mais otimizadas. Dessa forma, o e-mail marketing fornece uma forma simples de se conectar e ser lembrado. Esta ferramenta, a princípio inexpressiva, não apenas permite enviar mensagens direcionadas regularmente, mas também recebe respostas rápidas, alcançando resultados imediatos.

Quantitativo de E-mail Marketing em 2018: 258 (duzentos e cinquenta e oito) e-mails.

- Telas de Inicialização nos Computadores do Tribunal (wallpaper)

São as telas que remetem aos domínios dos usuários, quando da inicialização dos seus respectivos computadores e que vêm sendo utilizadas, com sucesso, como veículo para divulgação de informações e campanhas junto ao público de magistrados, servidores e estagiários.

Quantitativo de Telas de Inicialização em 2018: 56 (cinquenta e seis) telas.

- **Banners Eletrônicos**

Banners são peças publicitárias que podem ser criadas para publicação em sites e portais na internet ou impressas em lonas, papéis, tecidos e plásticos para serem utilizadas como materiais promocionais em pontos de venda, exposições e demais eventos.

No contexto eletrônico, os banners na internet podem ser estáticos, animados, interativos ou seguir o padrão de Pop-Up (não propriamente um banner, mas ainda assim uma peça eletrônica). Dentre estes, os banners animados e/ou interativos são os que chamam mais a atenção e conseqüentemente trazem mais resultados. São peças que precisam ser muito atrativas e que têm sua mensagem lida e compreendida em poucos segundos. Por isso, o ideal é trabalhar com pouca informação.

No caso dos banners eletrônicos do site do TRT-MA, é trabalhada a divulgação generalizada de seus eventos e atividades institucionais que se deseja chamar mais a atenção dos usuários, tais como Programa Saúde da Mulher, manutenção do PJe-JT, desligamento programado de energia e/ou equipamentos, campanhas de sensibilização, localização de reclamantes para recebimento de documentos nas VTs, capacitações de magistrados e servidores, dentre muitos outros temas.

Cada banner permanece no ar de acordo com o tipo de informação veiculada e sua necessidade de divulgação.

Quantitativo de Banners Eletrônicos em 2018: 266 (duzentos e sessenta e seis) banners eletrônicos.

- **Revista Eletrônica do Biênio 2016-2017**

Esta edição pretende registrar a história do TRT16, com seus avanços e conquistas alcançadas pela gestão do Biênio 2016-2017. Portanto, tem como principal objetivo ser uma ferramenta de preservação da memória institucional deste Regional.

A Revista do Biênio 2016-2017 elaborada por esta Seção de Comunicação Social permanece em fase de aprovação, desde março/2018, pelo ex-presidente deste Regional, desembargador James Magno Araújo Farias, para divulgação. Dada a extemporaneidade de tal divulgação, a publicação perdeu o objeto.

ATIVIDADES DE ASSESSORIA

- **Notas Oficiais**

Foi expedida 1 (uma) nota oficial que foi publicada no site do TRT e nas redes sociais.

- **Sugestões de Pauta**

No decorrer do ano, foram distribuídas 9 (nove) sugestões de pauta à imprensa em geral.

- **Notas de Pesar, Falecimento e Missa de 7º dia**

Ao longo de 2018, foram publicadas 6 (seis) notas de pesar, falecimento e/ou missa de 7º dia no site oficial deste Tribunal.

- Releases

Visa à disseminação de notícias da área-fim e da área institucional aos veículos de comunicação locais, regionais e nacionais para divulgação.

Em 2018, foram expedidos 366 (trezentos e sessenta e seis) releases.

REDES SOCIAIS

O uso das redes sociais pelo TRT do Maranhão tem diretrizes estabelecidas pela Resolução Administrativa nº 212/2011, mas o Tribunal só ingressou nas redes no dia 19 de março de 2012, quando passou a fazer uso do Flickr, Twitter e Facebook. As páginas institucionais são gerenciadas pela Seção de Comunicação Social. Os conteúdos postados têm caráter informativo, sem cunho oficial. Também estão baseados em critérios jornalísticos como objetividade, clareza, temporalidade e precisão.

A rede está em fase de constante crescimento e construção, consolidando a imagem da Instituição e confiabilidade no trabalho desenvolvido, e no retorno que oferece à sociedade.

- Twitter

O TRT vem atingindo níveis consideráveis de influência nas redes sociais, consolidando-se como fonte de informação para os internautas. Em dezembro de 2018, o perfil do TRT-Maranhão no Twitter contava com **6.920 seguidores** (468 novos seguidores, o que corresponde a um aumento de **7,25%** em relação a dezembro/2017, que registrou 6452 seguidores, e de 194,34% em relação ao início do monitoramento, em abril de 2013, quando eram apenas 2.351 seguidores) e essa quantidade continua aumentando diariamente, o que representa interesse dos internautas pelas notícias do Tribunal e confiabilidade na Instituição e no conteúdo disponibilizado.

- Facebook

Além do Twitter, a Instituição está inserida no Facebook, a maior mídia social dos últimos anos, com **1.913 amigos** (dezembro/2018) no **perfil TRT-Maranhão Ascom**, administrador das Redes Sociais do TRT-MA.

Em dezembro de 2018, o grupo **Magistrados e Servidores do TRT16-MA** contava com **178 membros**.

Conforme estatísticas desta Seção de Comunicação Social, o número de **curtidas na fanpage** também aumentou: em dezembro/2018, já somava **3.070**, o que equivale a um crescimento de 4,78%, em relação a 2017, que era de 2.930; e essa quantidade também continua aumentando diariamente.

- Flickr

Caracterizado também como uma Rede Social, o **Flickr** do Tribunal, em dezembro/2018, contava com **196 álbuns**. O **Flickr** apresenta o registro fotográfico dos eventos institucionais de maior relevância.

- Whatsapp TRT16 Institucional

Lançado em setembro/2018, o **Whatsapp TRT16** é uma nova ferramenta para divulgação das mais variadas informações de interesse da Justiça do Trabalho. Em dezembro/2018, já contava com 59 (cinquenta e nove) destinatários na sua lista de distribuição.

- Novas Redes

Em 2018, não foi possível colocar em atividade as novas redes **YouTube** e **SoundCloud**, cadastradas em 2015, tendo em vista o reduzido número de servidores lotados nesta Seção. As contas se encontram em fase de elaboração da normatização para a devida oficialização.

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

A Seção de Comunicação apresentou à Administração do Tribunal, dentre outras iniciativas de menor envergadura, as seguintes campanhas:

- Campanhas externas (outdoor e backbus)

Em 2018, foram desenvolvidas 5 (cinco) campanhas externas de **outdoor e backbus**, a seguir discriminadas: 4ª Semana Nacional de Conciliação Trabalhista, Campanha Trabalho Infantil 2018, Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, 8ª Semana Nacional de Execução Trabalhista, e XIII Semana Nacional de Conciliação do CNJ.

- Campanhas internas (outdoor, banners, adesivos, cartazes, etc)

Utilização das placas internas de **outdoor** do Fórum Astolfo Serra e do TRT em 7 (sete) eventos, a seguir discriminados: 4ª Semana Nacional de Conciliação Trabalhista, Campanha Trabalho Infantil 2018, Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, 8ª Semana Nacional de Execução Trabalhista, XIII Semana Nacional de Conciliação do CNJ, I Seminário sobre Trabalho Infantil e Contrato de Aprendizagem e I Seminário sobre Violência no Ambiente de Trabalho e Mensagem de Fim de Ano/Boas Festas do TRT-MA.

A criação da arte, confecção e distribuição de 40 (quarenta) **banners físicos** alusivos à Abertura do Ano Judiciário 2018, II Etapa do Projeto “Carrinho da Leitura”, 9ª Semana de Formação de Magistrados, Palestra “Limites na Educação: uma prova de amor”, Semana de Extensão de Bacabal, 10ª Semana de Formação de Magistrados, Outubro Rosa, Curso de Formação de Conciliadores, Seminário Direitos Sociais, Trabalho e Valores Constitucionais no Brasil após a Constituição Federal de 1988, I Seminário sobre Trabalho Infantil e Contrato

de Aprendizagem, I Seminário sobre Violência no Ambiente de Trabalho e Campanha de Arrecadação de Lacs.

A criação da arte, confecção e distribuição de 3.000 (três mil) **adesivos** referentes à Campanha de Arrecadação de Lacs.

Também houve distribuição de **cartazes** alusivos à Abertura do Ano Judiciário 2018, 9ª Semana de Formação de Magistrados, 7ª Semana de Servidores, "Orgulho de Ser Brasileiro" - Copa 2018, "Doe frascos de Vidro", Resíduos Eletrônicos, entre outros.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS

Em 2018, a Seção de Comunicação Social participou dos seguintes eventos:

- XIV Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação e Justiça-CONBRASCOM 2018: realizado na cidade de Cuiabá-MT, nos dias 20 a 22 de junho, organizado pelo Fórum Nacional de Comunicação & Justiça-FNCJ, tendo como tema geral: "Como emplacar resultados em comunicação", destinado a assessores de comunicação, ministros, magistrados, procuradores, promotores, advogados e jornalistas, para tratar de temas de interesse relevante aos referidos profissionais.

COBERTURAS JORNALÍSTICAS

Coberturas jornalísticas judiciais

- 4ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista

A Semana Nacional de Conciliação Trabalhista, promovida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ocorreu no período de 21 a 25 de maio de 2018, em todas as varas trabalhistas, no CEJUSC e no Juízo Conciliatório em Recurso de Revista deste Regional. A cobertura jornalística completa, realizada por esta Seção de Comunicação, foi composta de 3 (três) notícias, divulgadas no site institucional, redes sociais, banner eletrônico inserido no site do TRT e 1 (uma) campanha de outdoor (interno e externo) e backbus.

- 8ª Semana Nacional de Execução Trabalhista

A Semana Nacional de Execução Trabalhista no Maranhão ocorreu no período de 17 a 21 de setembro de 2018, em todas as unidades judiciárias deste Regional. A cobertura jornalística completa, realizada por esta Seção de Comunicação, foi composta de notícia, divulgada no site institucional, redes sociais, banner eletrônico inserido no site do TRT, 1(uma) campanha externa de outdoor e backbus e 1 (uma) campanha interna de outdoor.

- XIII Semana Nacional de Conciliação

A Comunicação procedeu à divulgação da Semana Nacional de Conciliação 2018 por meio de banner eletrônico inserido no site do TRT, 3 (três) notícias divulgadas no site institucional, redes sociais, 1(uma) campanha externa de outdoor e backbus e 1(uma) campanha interna de

outdoor. A XII Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo CNJ, foi realizada no período de 5 a 9 de novembro de 2018.

- Audiências de Conciliação referentes à greve anunciada pelos rodoviários

A Seção de Comunicação fez a cobertura das 2 (duas) audiências de conciliação referentes à greve anunciada pelos rodoviários, divulgando 3 (três) notícias sobre o tema no site institucional, com releases encaminhados à imprensa local e nas redes sociais.

Coberturas jornalísticas institucionais

- Cobertura dos Cursos de Capacitação, Seminários, Palestras, Oficinas e outros eventos administrativos.

Todos os cursos de capacitação (magistrados e servidores), assim como seminários, palestras, oficinas, posses, visitas, assinatura de contratos e relevantes reuniões realizadas em 2018 foram noticiados por esta Seção de Comunicação no site do TRT, redes sociais e informes por e-mails marketing institucionais aos setores, magistrados e servidores, obedecendo às programações desenvolvidas, pelo Gabinete da Presidência, pela Escola Judicial e por outras unidades deste TRT.

Coberturas de eventos culturais e outras atividades

Durante o ano de 2018, também foram realizadas coberturas de variados temas desenvolvidos em eventos e demais atividades institucionais, a saber:

- Abertura do Ano Judiciário com lançamento da Campanha "Doe uma Semente para a Mãe Natureza";
- Apresentação da comédia Pão com Ovo e do Grupo Folclórico Bicho Terra;
- Comemoração ao Dia Internacional da Mulher; Dia das Mães, Dia do Trabalho; Dia dos Pais; Dia do Servidor e Confraternização Natalina;
- Programa de Habilitação para Descontos;
- Abertura e encerramento da capacitação de gestores e professores para o Programa "TRT na Escola", culminância geral e encerramento das atividades do referido programa, edição 2018, desenvolvido pela Ejud;
- Solenidade de outorga das Medalhas da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho deste TRT-MA;
- Exposição "100 anos de Josué Montelo";
- Inaugurações das novas instalações da Seção de Cerimonial, Setor Gráfico, Restaurante do FAS, Restaurante do TRT, Setor de Almoxarifado, requalificação da fachada do FAS, novas instalações do Setor de Marcenaria e Espaço de Convivência para os Terceirizados;
- Cobertura da realização de vários serviços de reformas no Prédio-Sede,
- anexos, FAS e VTs do Interior;

- Campanhas implementadas pelo Gab. da Presidência, CTIC, Sec. de Administração, Coord. de Gestão de Pessoas, Seção de Saúde, Seção de Comunicação, Setor de Gestão Socioambiental, Seção de Biblioteca e Gestão Documental;
- Aprovação do Plano Plurianual de Obras 2018-2022 do TRT-MA, em sessão do Tribunal Pleno;
- Projeto Gincana Judicial do TRT16;
- Projeto de Eficiência Energética no TRT-MA;
- Ações executadas pelo "Comitê do Programa Trabalho Seguro" e pela "Comissão Regional de Erradicação de Trabalho Escravo e de Combate ao Trabalho Infantil e Contrato de Aprendizagem";
- Demais informações administrativo-institucionais de interesse dos público interno, externo e/ou geral.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Memorandos – 32 memorandos expedidos.

Agenda do Dia – É o expediente interno da Seção de Comunicação que serve para os servidores e estagiários conhecerem as suas atividades diárias. Em 2018, foram feitas 154 agendas do dia, sendo 12 em janeiro, 16 em fevereiro, 14 em março, 13 em abril, 13 em maio, 13 em junho, 13 em julho, 11 em agosto, 16 em setembro, 13 em outubro, 11 em novembro e 9 em dezembro.

Ordem de Serviço - expedidas 23 ordens de serviço.

Despachos - 97 despachos expedidos.

Gestão de Processos Administrativos

- Processos Administrativos gerenciados em 2018

Em 2018, a Seção de Comunicação foi gestora de 21 (vinte e um) processos administrativos:

- Redes Sociais – PA 3750/2012;
- Reforma para mudança da Ascom - PA 2827/2015; arquivado em 20/2/2018;
- Divulgação do Programa Portal "Trabalho Seguro"- PA - 3160/2016;
- Divulgação do Programa Portal "Combate ao Trabalho Infantil" - PA - 3161/2016;
- Aquisição dos Expositores dos Elevadores do Prédio-Sede - PA 3125/2015; arquivado em 23/3/2018;
- Aplicação de penalidade Gráfica Liceu (Calendário 2015) - PA - 710/2016; arquivado em 11/7/2018;
- Outdoors e Backbus 2017 - PA - 960/2016; arquivado em 22/3/2018;

- Banners e Adesivos 2017 - PA - 4475/2016; arquivado em 8/2/2019;
- Calendário institucional 2018 - PA - 5866/2017; arquivado em 23/3/2018;
- Outdoors e Backbus 2018 - PA - 6836/2017;
- Fotografias 2018 - PA - 8032/2017; arquivado em 31/1/2019;
- Projeto calendário online - PA - 8990/2017;
- Assinatura de jornais - PA - 293/2018;
- Plano de divulgação institucional para 2018/2019 - PA - 423/2018.
- Documentação dos eventos do TRT na INTRANET - PA - 1255/2018;
- Banners e Adesivos 2018 - PA - 2267/2018;
- Reformulação do site institucional do TRT 16 - PA - 2621/2018;
- Calendário Físico de 2019 - PA - 4899/2018;
- Fotografias 2019 - 2ª Edição - PA - 5002/2018
- Solicitação de Licenças de Software - Adobe Photoshop- PA – 7544/2018;
- Solicitação de Licenças de Software – CorelDraw – PA – 7545/2018.

1.8 Seção de Cerimonial

A Seção de Cerimonial foi regulamentada em 20 de setembro de 2005, data da publicação do Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região no Diário Oficial do Poder Judiciário.

Anteriormente, as atividades de Cerimonial e Eventos eram desenvolvidas pela Secretaria-Geral da Presidência e Serviço de Comunicação Social com a participação de servidores de Setores diversos designados para participar na realização dos Eventos desta Corte.

A Seção de Cerimonial passou a desenvolver suas ações, a partir de julho de 2005, sob a direção da Secretaria-Geral da Presidência.

EVENTOS REALIZADOS

- Organizou a Solenidade de Abertura do Ano Judiciário, ocorrida em 12/1/2018, oportunidade em que fora lançada a campanha "Doe uma semente para a mãe natureza! Salve vidas plantando nos canteiros da 16ª Região";
- Apoio ao evento sobre qualidade de vida, realizado pela Escola Judicial em 16/1/2018, que contou com a palestra "Benefícios do bom humor para a saúde e qualidade de vida", proferida pela psicóloga Sandra Ory, e com a apresentação da peça "Pão com Ovo";
- Organizou a solenidade de lançamento da 2ª etapa da campanha "Doe uma semente para a mãe natureza! Salve vidas plantando nos canteiros da 16ª Região", realizada em 23/1/2018;

- Organizou a palestra "Adequação de Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho às alterações introduzidas na CLT pela Lei 13.467, de 13/7/2017", proferida pelo Excelentíssimo Ministro João Batista Brito Pereira, em 9/2/2018;
- Organizou a programação em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ocorrida em 8/3/2018, bem como distribuição dos cartões às mulheres deste Tribunal;
- Organizou a solenidade de lançamento da II etapa do programa "Carrinho da Leitura", realizada no dia 12/3/2018;
- Apoio na Semana de Extensão em Imperatriz, realizada no período de 19 a 23/3/2018;
- Apoio na Semana de Extensão em Caxias, realizada no período de 16 a 19/4/2018;
- Organizou a programação em comemoração ao Dia das Mães, promovida pelo TRT no dia 10/5/2018, bem como a distribuição das lembranças às mães do TRT 16;
- Apoio na palestra "A arte de educar", promovida pela EJud 16 em comemoração ao dia das mães;
- Organizou a solenidade de abertura da 9ª Semana de Formação de Magistrados e VII Semana dos Servidores, em 15/5/2018;
- Apoio na VII Semana dos Servidores, organizada pela Escola Judicial, ocorrida de 16 a 18/5/2018;
- Organizou a solenidade de condecoração da Ordem Timbira, realizada no dia 25/5/2018;
- Organizou a programação em comemoração ao Dia do Trabalho, ocorrida em 28/5/2018, que contou com a palestra "Sentido do Trabalho e Qualidade de Vida", lançamento do livro "100 dias de gestão", lançamento do slogan da gestão para o biênio 2017/2018 e homenagem aos servidores do TRT;
- Apoio no encontro de gestores, realizado em 29/5/2018;
- Organizou a abertura da Exposição "100 Anos de Josué Montello", realizada em 7/6/2018;
- Organizou o "IV Workshop Trabalho Infantil: Não leve na brincadeira. Trabalho Infantil é ilegal", realizado em 12/6/2018;
- Organizou a campanha de adesão e distribuição das camisetas da torcida organizada do TRT 16ª Região;
- Organizou a ação "Mingau Junino", realizada no dia 26/6 no FAS e, no dia 28/06, no prédio-sede do TRT;
- Organizou a cerimônia de condecoração com a medalha da Ordem Timbira do Mérito Judiciário, às personalidades indicadas pelo Exmo. Desembargador Luiz Cosmo, que não puderam comparecer à solenidade realizada em 25/5/2018;

- Organizou a cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação firmado pelo TRT16 e a CEMAR, bem como a palestra de Eficiência Energética, realizados em 3/8/2018;
- Encaminhou mensagem de felicitações aos magistrados e advogados, pelo seu dia, 11/8;
- Organizou a comemoração ao dia dos pais, ocorrida em 13/8/2018;
- Apoio na V Semana de Extensão em Bacabal, ocorrida de 13 a 16/8/2018;
- Apoio na palestra "Limites na educação: uma forma de amor", promovida pela EJud 16 em comemoração ao dia dos pais;
- Organizou a entrega de comenda da Ordem Timbira ao Sr. João Maurício Adeodato, realizada por ocasião da aula inaugural do curso de Direito da UEMA, em 17/8/2018;
- Organizou a cerimônia de abertura do curso "30 Anos da Constituição Federal de 1988: Cidadania e Direitos Sociais", a ser promovido por este Tribunal, como parte das comemorações dos 30 Anos da CF/88, bem como deu suporte durante toda a realização do evento;
- Organizou a cerimônia de entrega das novas instalações da Seção de Cerimonial, realizada em 21/8/2018;
- Organizou a cerimônia de entrega das novas instalações do Setor Gráfico, realizada em 22/8/2018;
- Organizou a inauguração do novo restaurante do FAS, ocorrida em 28/8/2018;
- Organizou a inauguração do novo restaurante do prédio-sede do TRT, realizada em 31/8/2018;
- Organizou a cerimônia para a assinatura do contrato de locação do prédio no qual funcionará o Fórum Trabalhista da cidade de Imperatriz, realizada em 4/9/2018, na cidade de Imperatriz/MA;
- Apoio no II módulo do curso "30 Anos da Constituição Federal de 1988: Cidadania e Direitos Sociais", realizado no período de 10 a 13/9/2018;
- Apoio na palestra "Alta performance pessoal e profissional", promovida pela Escola Judicial no dia 13/9/2018;
- Apoio, em 17/9/2018, na palestra "Prevenção ao Suicídio: falar é a melhor solução", promovida pelo TRT 16ª Região, por meio da Seção de Saúde, da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa e do Comitê de Gestão de Pessoas, como parte da programação da Semana de Saúde Mental;
- Organizou a cerimônia de entrega das novas instalações da Seção de Almoxarifado, realizada em 21/9/2018;

- Organizou a solenidade de abertura da 10ª Semana de Formação de Magistrados, em 25/9/2018;
- Apoio na palestra "Estratégias de redefinição e reforço dos Direitos Sociais pela ONU", organizada pela Escola Judicial e realizada em 1º/10/2018;
- Apoio à palestra "Prevenção ao Câncer de Mama", promovida pela Seção de Saúde em 17/10/2018, como parte da programação alusiva ao Outubro Rosa;
- Organizou a cerimônia de abertura do "I Encontro Regional dos Gestores da Área Judicial", bem como prestou apoio aos demais dias do evento, ocorrido nos dias 17 e 18/10/2018;
- Organizou a abertura da "V Semana de Extensão - SLZ", realizada em 22/10/2018;
- Apoio ao evento promovido pela Escola Judicial, no dia 26/10/2018, em comemoração ao Dia do Servidor Público;
- Apoio à campanha "+ Servidor", promovida pela ANAJUSTRA em 26/10/2018, que teve a distribuição de brindes aos servidores;
- Apoio, em 30/10/2018, ao "Chá Rosa", evento idealizado pela Seção de Saúde como parte da programação alusiva ao Outubro Rosa;
- Organizou a "Feijoada do Servidor", ocorrida em 31/10/2018, evento promovido pela Presidência do TRT em comemoração ao Dia do Servidor Público;
- Apoio, em 9/11, à Vivência de Ikebana;
- Organizou, em parceria com a Ejud, o Seminário "Direitos Sociais, Trabalho e Valores Constitucionais no Brasil após a Constituição Federal de 1988", realizado em 14/11/2018, bem como prestou apoio durante a realização do evento;
- Apoio à palestra "E eu com isso?", realizada em 19/11/2018;
- Apoio à palestra "Previdência Complementar do Regime Próprio dos Servidores Públicos", ocorrida em 20/11/2018;
- Apoio ao torneio de futebol realizado no dia 24/11, como parte da programação alusiva ao "Novembro Azul";
- Organizou, em parceria com a Seção de Saúde, o Café da Manhã e Roda de Conversa, realizado em 29/11, finalizando a programação da campanha "Novembro Azul";
- Apoio ao "I Seminário sobre Trabalho Infantil e Contrato de Aprendizagem" e "II Encontro Estadual de Adolescentes na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil", realizados no dia 5/12/2018;
- Apoio ao "I Seminário sobre violência no ambiente de trabalho e seus efeitos na vida do trabalhador", realizado no dia 6/12/2018;

- Apoio à "Oficina de Gestão dos Transtornos Mentais no Ambiente de Trabalho", realizada no dia 7/12/2018;
- Apoio à campanha "Dezembro Vermelho", organizando a cerimônia de abertura da referida campanha, bem como às atividades desenvolvidas no decorrer do dia 11/12/2018;
- Apoio à Culminância Geral do Programa TRT na Escola, realizada no dia 14/12/2018;
- Organizou a cerimônia de requalificação da fachada do Forum Astolfo Serra, em 17/12/2018;
- Organizou a confraternização natalina, realizada em 18/12/2018;
- Organizou a cerimônia de inauguração das novas instalações do Setor de Marcenaria e dos Setores e convivência dos terceirizados, realizada em 18/12/2018;
- Organizou a cerimônia de entrega das cestas natalinas aos terceirizados e colaboradores do TRT 16ª Região, realizada em 19/12/2018.

1.9 Seção de Biblioteca e Gestão Documental – SGBD



SEÇÃO DE BIBLIOTECA

Durante o ano de 2018, a Seção de Biblioteca e Gestão Documental- SBGD, buscando sempre a excelência no atendimento, ofertou ao corpo funcional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região produtos e serviços de qualidade.

Ressalta-se a aquisição de material bibliográfico, compreendendo livros e periódicos, nas modalidades: compra e doação, que ampliaram o acervo bibliográfico deste egrégio Tribunal, acrescendo 420 títulos ao seu acervo.

ATIVIDADES REALIZADAS

Março: Lançamento do Projeto Carrinho da Leitura na sede do TRT;

Abril: Participação na campanha de vacinação;

Maior: Participação na Palestra de Cris Poli- Super Nanny;

Junho: Participação no IV workshop do trabalho infantil; Início da preparação do XVIII EBJUT- Encontro de Bibliotecários da Justiça do Trabalho que realizar-se-á em São Luís/MA;

Agosto: Participação na Palestra: Implantação de Programa de Gestão Energética em Prédios Públicos; Participação no Curso: 30 anos da Constituição Federal; Participação na inauguração Setor Gráfico- novas instalações;

Setembro: Participação palestra sobre gmail; Participação na Inauguração do Almoarifado;

Novembro: Participação na Palestra: “E eu com isso?”

Oficina: gestão dos transtornos mentais no ambiente do trabalho com o prof. Bruno Leal

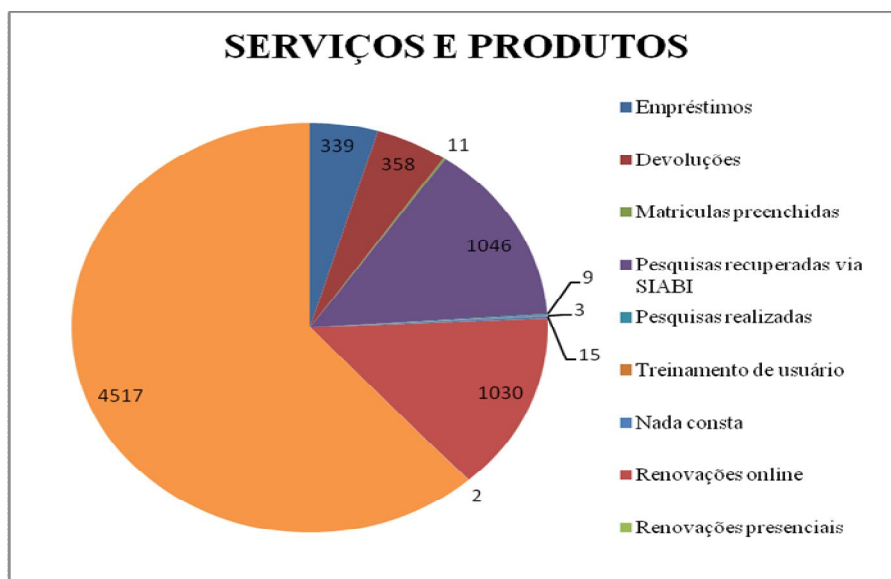
ACERVO

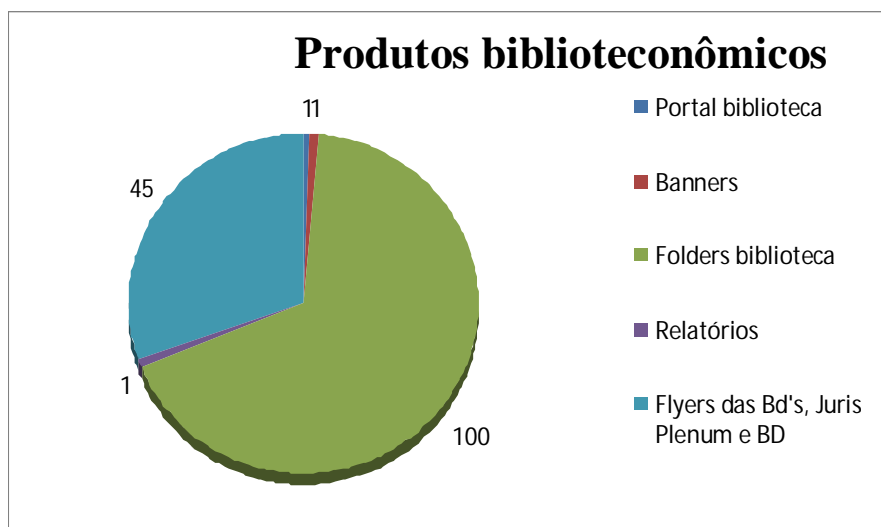
A SBGD dispõe de acervos em diferentes formatos: livros, Bases de Dados de Periódicos Eletrônicos: BID e Júris Plenum, monografias, periódicos impressos, mídias em DVD, no ano de 2018, além de expandir o seu crescimento bibliográfico através da doação de livros em duplicatas de outros Tribunais Regionais.

COMUNICAÇÃO

No exercício de suas atribuições administrativas, a SGBD, em 2018 expediu e recebeu:

- memorandos comunicando diversos assuntos- 48
- remessas expedidas- via protocolo-
- remessas recebidas- via protocolo - 106





Além dos serviços e produtos descritos, a Seção de Biblioteca e Gestão Documental realizou ainda as seguintes atividades:

- Inscrição de novos usuários;
- Catalogação e indexação de artigos periódicos
- Elaboração e normalização do Relatório de Atividades – 2018;
- Renovação de Periódicos;
- Controle das atividades de organização, tratamento e alimentação da base de dados SIABI;
- Análise e Seleção de livros doados;
- Atendimento comunidade externa, alunos das faculdades de Direito: Universidade Federal do Maranhão- 4; Faculdade Estácio-1; UNDB- 3;
- Intercâmbio de informações com instituições nacionais e entre as Bibliotecas dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho- TRTs;
- Disseminação de informações documentais, doutrina, legislação e jurisprudência;
- Acompanhamento mensal do protocolo de manutenção do SIABI;
- Leitura e verificação de emails e malotes diariamente;
- Requisição de material;
- Atendimento telefônico;
- Atendimento ao usuário;
- Recebimento de comunicação;
- Atendimento ao usuário: comunidade- telefônico;
- Orientação ao estagiário quanto às atividades desenvolvidas no setor;
- Abertura de chamados pelo Assystnet;

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

- Exposições de acervos digitais
- Introdução à gestão de documentos- turma 1- CSJT- 15 h
- Janeiro Branco: "A Importância do Cuidado com a Saúde Mental"
- Abertura do Ano Judiciário de 2018
- Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores
- Workshop sobre saúde e segurança no trabalho
- Curso de Brigada de Incêndio - Turma 2
- II Encontro de Gestores Administrativos do TRT 16ª Região
- VII Semana de Servidores
- Palestra: A arte de educar, com Cris Poli
- Transformando meu corpo em defesa
- Palestra "Adequação de súmulas do TST às alterações introduzidas na CLT pela lei 13.467/2017"
- Curso de Meditação de Mindfulness
- II Seminário de Informação e Documentação Jurídica do Maranhão- UFMA/CRB13-- São Luís/MA - 12 h
- Auto-desenvolvimento e transformação de atitudes
- Estratégias de Redefinição e Reforço dos Direitos Sociais pela ONU
- Inteligência Conversacional
- Palestra de Rossandro Klinjey - Limites na Educação: uma prova de amor
- Seminário Direitos Sociais, Trabalho e Valores Constitucionais no Brasil após a Constituição Federal de 1988",
- Workshop perspectivas atuais em bibliotecas e arquivos.

SEÇÃO DE ARQUIVO GERAL

A presidenta do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA), desembargadora Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro, indicou, por meio da Portaria do Gabinete da Presidência nº 610/2018, os novos integrantes da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do tribunal. A medida foi necessária para atualizar a composição da CPAD, de acordo com o disposto na Portaria GP nº 255/2016, que instituiu a comissão. A indicação anterior havia sido feita pela Portaria GP nº 115/2017.

Conforme a Portaria GP 610/2018, são membros da CPAD a desembargadora presidenta do TRT-MA, Solange Cordeiro, que é a coordenadora; e os servidores Noredim Oliveira Reuter Ribeiro Neto, secretário-geral da Presidência; Celson de Jesus Moreira Costa, diretor-

geral; Aline Cristina Sales Lobato, assessora administrativa da Presidência; Marcos Pires Costa, secretário da Corregedoria; Raimunda Nonata Araújo Teixeira, chefe da Seção de Biblioteca e Gestão Documental; Edvania Kátia Sousa Silva, chefe do Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho, que é a secretária da CPAD; José Antonio Abreu Gomes, chefe do Setor de Arquivo (secretário substituto); e Marcos Marcolino de Oliveira, analista judiciário, área Tecnologia da Informação.

Compete à CPAD propor a política de gestão documental do TRT-MA, opinando sobre a manutenção do acervo, modernização e automatização do serviço de conservação e arquivo; propor critérios de organização, racionalização e controle de gestão de documentos de arquivos; orientar e supervisionar a forma de adoção da Tabela de Temporalidade de Documentos quanto às atividades meio e fim; elaborar e executar plano de eliminação de documentos, obedecendo aos prazos de guarda e de destinação estabelecidos na Tabela de Temporalidade de Documentos; selecionar amostras de autos findos, que constituirão acervo histórico; entre outras atribuições.

PANORAMA NACIONAL

A gestão documental no Poder Judiciário Trabalhista teve início com a Resolução Administrativa nº 744/00, do TST, que instituiu o Programa de Gestão de Documentos dos Processos Judiciais no Tribunal Superior do Trabalho e criou a Comissão de Avaliação Permanente de Documentos.

A partir de 2002, começam então a ser implantados e/ou reestruturados os Programas de Gestão Documental com base no Provimento TST/CGJT nº 10, de 06 de dezembro de 2002, que uniformizou os procedimentos do Programa de Gestão Documental no âmbito da Justiça do Trabalho. O provimento determinou que os Tribunais Regionais do Trabalho deveriam instituir no âmbito da sua jurisdição, por meio de resolução, o Programa de Gestão Documental. Alguns Tribunais já tinham normas internas de eliminação de documentos, entretanto, o Provimento aponta não só para a eliminação de autos, mas para uma “gestão de documentos”, que é “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”

Em 2010, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução Administrativa 067/2010, editou a Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho.

Novo impulso veio a partir da Recomendação 37/2011, de 15 de agosto de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, que recomendou aos Tribunais a observância das normas do funcionamento do Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário. No

mesmo ano, o Ato 262, de 18 de novembro de 2011, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, aprova o Manual de Gestão Documental da Justiça do Trabalho.

Em 2014 foi editado o Ato Conjunto nº 02 TST/CSJT, que instituiu o Selo Acervo Histórico e estabeleceu critério de identificação, física e eletrônica, para a seleção dos processos que devam compor o acervo histórico.

HISTÓRICO DA CPAD

A primeira CPAD foi criada por meio da Portaria 361/2001.

Com base no Provimento TST/CGJT/10/2003, o TRT 16ª Região instituiu o Programa de Gestão de Documentos (RA 087/2003).

O Ato Regulamentar 003/2005 dispôs sobre a eliminação física de autos processuais judiciais e administrativos.

Ao longo dos anos a CPAD foi sendo reformulada por meio das Portarias 338/2003, 339/2003, 363/2005, 370/2005, 718/2005, 138/2006 e 357/2006, tendo chegado à 1ª Listagem de Eliminação de Processos com um total de 62.896 processos analisados das 04 (quatro) Varas do Trabalho de São Luís-MA, relativos aos anos de 1978 a 1999.

Em face às Resoluções advindas do I Encontro Nacional da Memória (2006), assim como deliberações em outros tribunais, a eliminação foi suspensa.

Em 2014, foi nomeada nova Portaria (680/2014 e 685/2014).

Em 2016, os trabalhos de eliminação tiveram início com a instituição da Portaria 99/2016, teve sua composição alterada por meio da Portaria 115/2017 e posteriormente pela 610/2018.

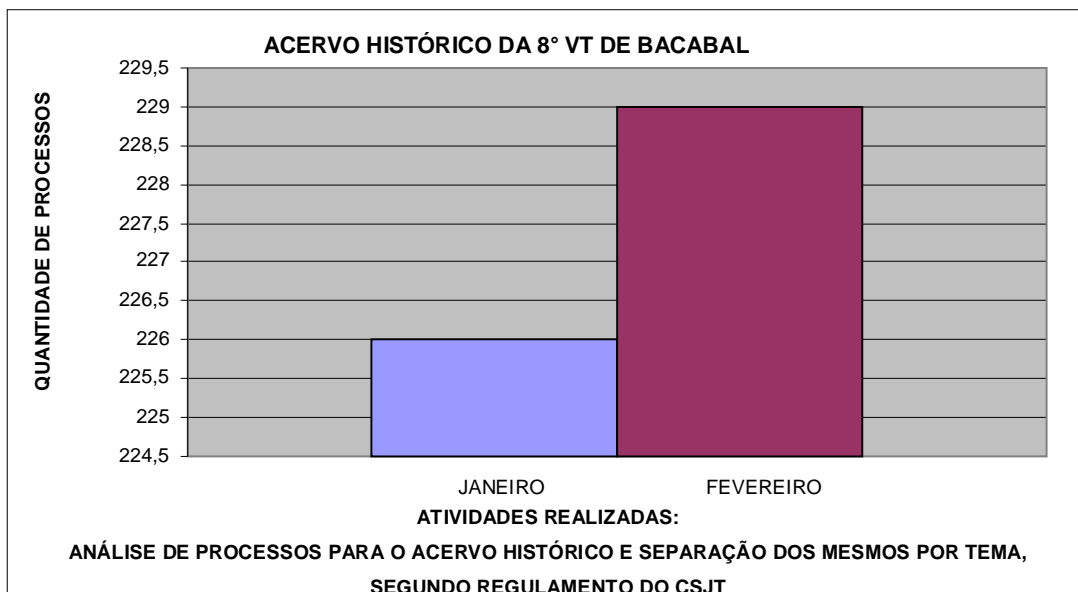
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS DO PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL

Durante o ano de 2018, o Setor de Arquivo Geral teve como principal atividade a Supervisão e acompanhamento do Programa de Gestão Documento, na eliminação de processos conforme seus editais de eliminação, dentre eles houve a finalização da eliminação dos processos da 8ª Vara de Bacabal, cadastramento no sistema SPTII e organização do seu Acervo Histórico, garantindo assim a preservação e o acesso aos documentos de caráter permanente.

Obtendo como resultado, os seguintes dados:

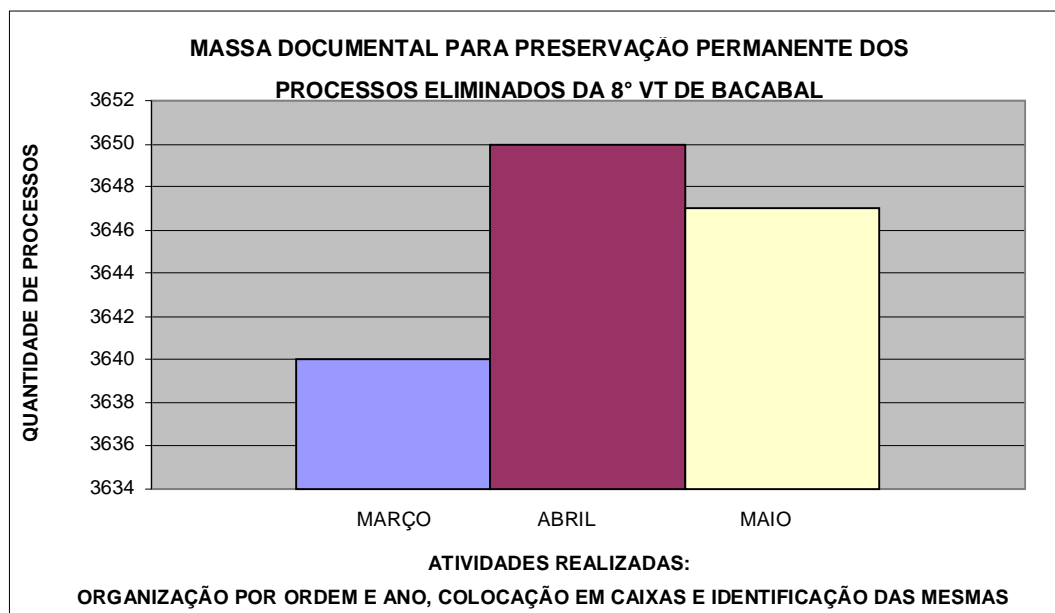
- Análise e organização de 454 (quatro centos e cinquenta e quatro) processos do Acervo Histórico da 8ª VT de Bacabal, analisados conforme Ato Conjunto nº 02 TST/CSJT, vejamos o seguinte gráfico de produtividade;

Figura 1 – Demonstração gráfica de processos analisados do Acervo Histórico da 8° VT de Bacabal, durante os meses de janeiro e fevereiro, no ano de 2018.



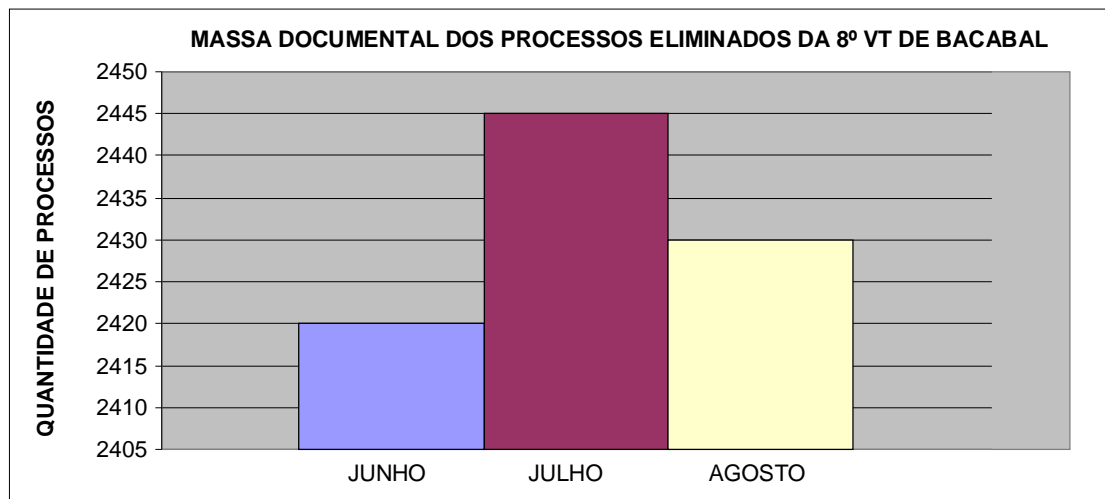
- Organização da massa documental de 10.943 (dez mil novecentos e quarenta e três) processos eliminados da 8° VT de Bacabal para preservação de caráter permanente, conforme o seguinte gráfico de produtividade;

Figura 2 – Demonstração gráfica de atividades realizadas para a preservação da massa documental de processos eliminado da 8° VT de Bacabal, nos meses de março, abril e maio, no ano de 2018.



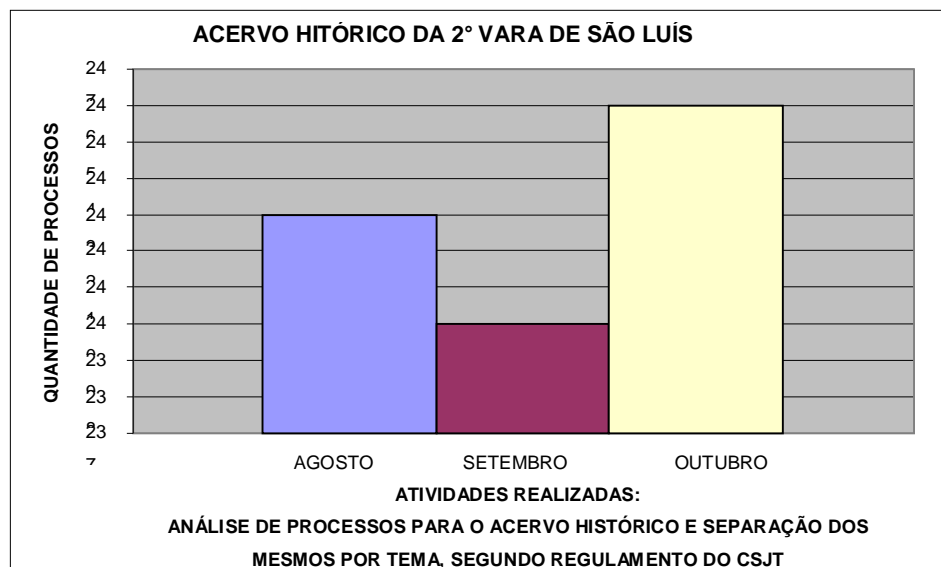
- Encadernação da massa documental de 3.295 (três mil duzentos e noventa e cinco) processos eliminados da 8° VT de Bacabal para preservação de caráter permanente, conforme o seguinte gráfico de produtividade;

Figura 3 – Demonstração gráfica de processos encadernados para a preservação da massa documental de processos eliminado da 8º VT de Bacabal, nos meses de junho, julho e agosto, no ano de 2018.



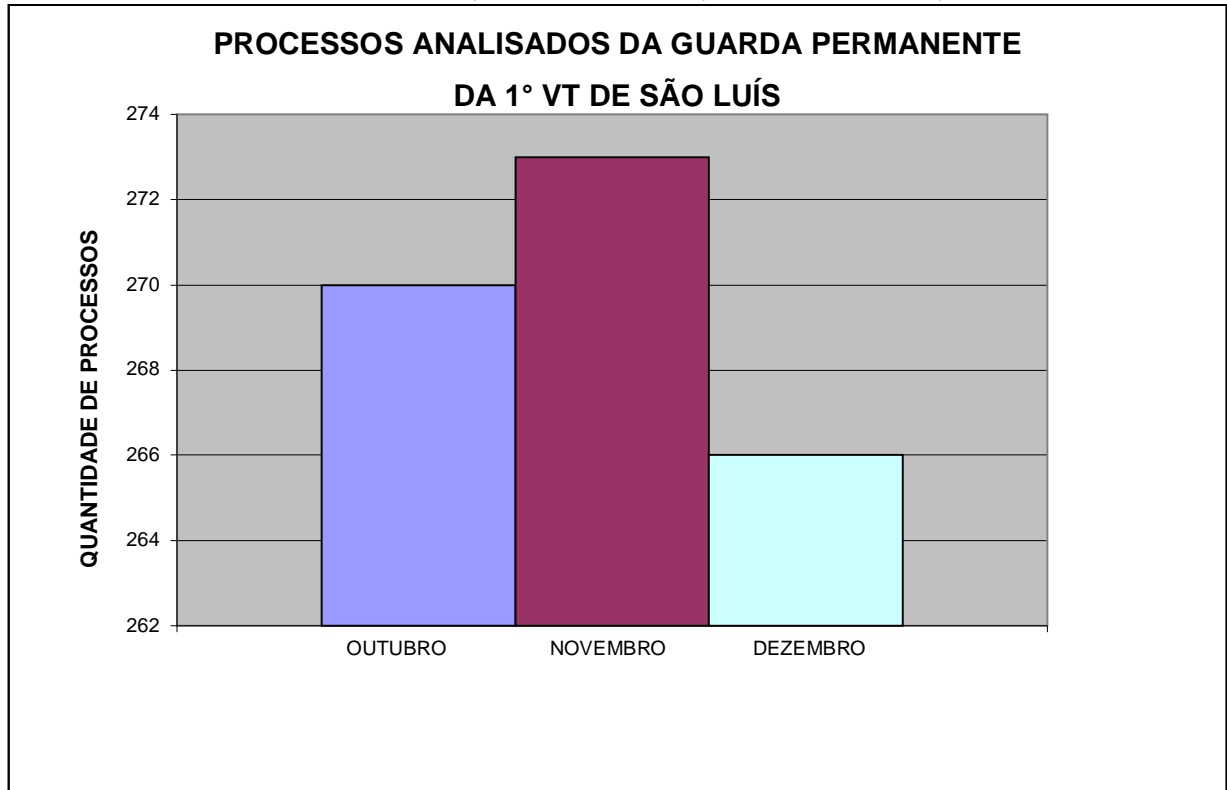
- Análise e organização de 747 (setecentos e quarenta e sete) processos do Acervo Histórico da 2º Vara de São Luís, analisados conforme Ato Conjunto nº 02 TST/CSJT, vejamos o seguinte gráfico de produtividade;

Figura 4 – Demonstração gráfica de processos analisados do Acervo Histórico da 2ª vara de São Luís, durante os meses de agosto, setembro e outubro, no ano de 2018.



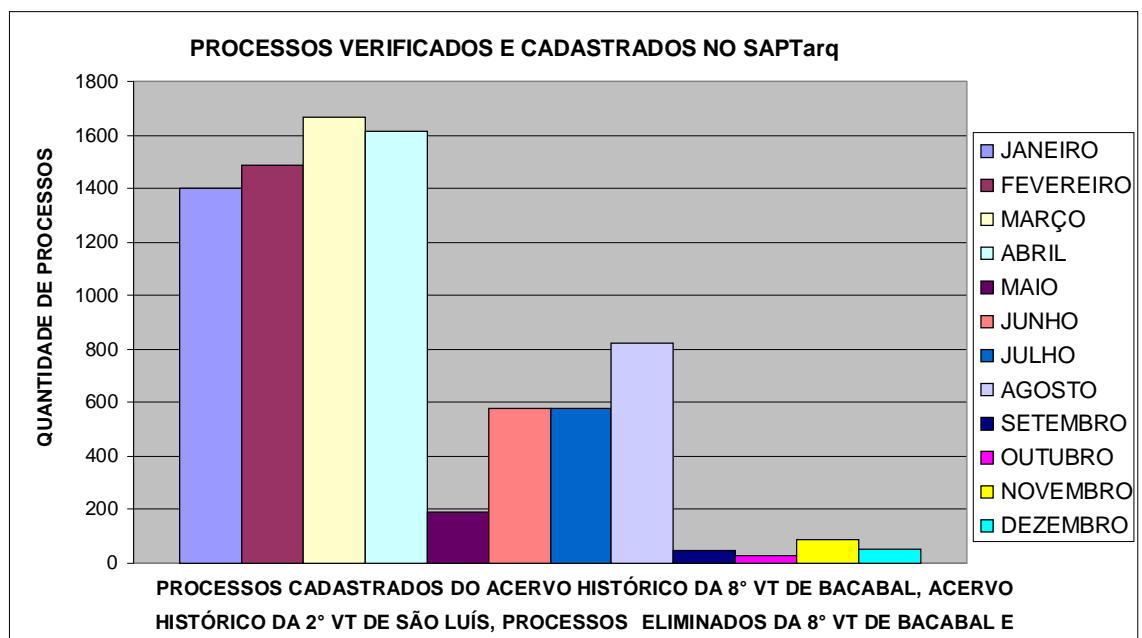
- Análise 809 (oitocentos e nove) processos da guarda permanente, com o objetivo de localizar dentre eles processos para o Acervo Histórico da 1º VT de São Luís, analisados segundo Ato Conjunto nº 02 TST/CSJT, conforme o seguinte gráfico de produtividade;

Figura 5 – Demonstração gráfica de processos analisados para localização de processos para o Acervo Histórico da 1º VT de São Luís, nos meses de outubro, novembro e dezembro, no ano de 2018.



- Verificação e cadastro de 8.555 (oitocentos e quinhentos e cinquenta e cinco) Processos no sistema SPTarq, conforme o seguinte gráfico de produtividade;

Figura 6 – Demonstração gráfica de processos cadastrados no SAPTI – arquivo, durante o ano de 2018.



Além das atividades realizadas acima descritas, durante o ano de 2018 o Setor de Arquivos realizou as seguintes atividades:

- Atendimento de 240 (duzentas e quarenta) solicitações de desarquivamento feito pelas varas da capital;
- Atendimento a 63 (sessenta e três) partes e 26 (vinte e seis) procuradores que compareceram a este setor;

Conforme demonstra a seguinte tabela:

Tabela 1 - atendimentos

ATENDIMENTOS												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUNH	JULH	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SOLICITAÇÃO DAS VARAS	X	20	30	30	30	40	40	15	30	2	2	5
ATENDIMENTOS AS PARTES	X	6	15	X	12	11	11	5	3	13	X	X
ATENDIMENTO AOS PROCURADORES	X	2	6	X	2	5	5	5	1	X	X	X

- Abertura de 18 (dezoito) chamados na central de serviços para manutenção geral do prédio deste setor;
- Enviou relatórios de processos existentes no arquivo permanente e intermediário do 1º e 2º graus para o CSTJ, com elaboração de formulário final, contendo dados e objetivos para viabilização do levantamento do inventário da Justiça do Trabalho;
- Acompanhamento de servidores do CSJT, durante vistoria do prédio feita no mês de março;
- Participou da 2ª Semana Nacional de Arquivos realizada no mês de junho, no qual realizou visita guiada de alunos da disciplina Arquivística do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde foi exposto procedimentos racionais de tratamento da documentação, as rotinas e atividades dos processos desde o arquivo intermediário até a destinação final, explanação sobre o arquivo permanente, a eliminação física dos autos findos;

Fotografia 1 – Chefe do Setor e Estagiários interagindo com os alunos.



Fonte: site TRT16 (2018).

Fotografia 2 – Estagiários do Arquivo e Professora da disciplina de Arquivística do curso de Biblioteconomia UFMA.



Fonte: site TRT16 (2018).

Fotografia 3 – Servidor lotado no setor de arquivo, professora da disciplina de Arquivística do curso de Biblioteconomia da UFMA, Chefa do Setor de Biblioteca Gestão Documental e Chefe do Setor de Arquivos.



Fonte: site TRT16 (2018).

- Expedição de 18 (dezoito) memorandos no exercício das suas atribuições administrativas, comunicando diversos assuntos;
- Atendimentos telefônicos e verificação diária no e-mail;
- Requisição de materiais;
- Reuniões mensais com servidores e estagiários;
- Atendimento telefônico;

- Recebimento de comunicação.

CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA - CEMOC

O Centro de Memória e Cultura atua na área museológica, gestão documental e memória e na área cultural. Na área da gestão documental, no ano de 2018, o Cemoc priorizou, por mais um ano, a área da gestão documental, dando continuidade aos processos para avanço na identificação, preservação e guarda de documentos, especialmente os processos judiciais de valor histórico, realizando diversas ações no sentido de garantir o desenvolvimento uma política de gestão documental no âmbito da 16ª Região capaz de garantir direitos e preservar a memória. Na área museológica foram identificadas novas peças para o acervo museológico. Na área cultural foram realizadas exposições.

CRIAÇÃO

Criado em maio de 2007, o Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho do Maranhão foi instituído pela RA 061/2007, tendo entre suas atribuições, a finalidade de catalogar, organizar, preservar e disponibilizar o acervo dos bens materiais de guarda permanente, incluindo mobília, quadros, brasões e processos judiciais de valor histórico. Também é responsável pela promoção de exposições artísticas e culturais permanentes e temporárias, pelas visitas guiadas; promoção do intercâmbio com instituições de caráter técnico-científico para atendimento a pesquisadores, estudantes e ao público em geral e pela realização Programa Permanente de História Oral.

ATIVIDADES REALIZADAS

Eixo Arte e Cultura

- Exposições Permanentes
- Exposição Museológica – térreo – Centro de Memória
- Um Mundo sem Trabalho Infantil – saguão do 2º andar
- CLT 70 Anos – saguão do 3º andar

Eixo Pesquisa e Documentação

- Processos Históricos

Eixo Museológico

- Acervo permanente – O Cemoc disponibiliza espaço de exposição permanente com mobiliário, processos e informações históricas, insígnias e fotografias. Também realiza e recebe exposições com temas históricos
- Identificação de bens - O Centro de Memória e Cultura continuou o levantamento bens permanentes e documentos para compor o acervo do TRT.

PROJETOS E COMISSÕES

Comissão Permanente de Avaliação Documental (PORTARIA GP Nº 115/2017)

O Centro de Memória e Cultura integra a Comissão Permanente de Avaliação Documental. A Comissão foi instituída pela Portaria GP 610/2018, sendo integrada pela desembargadora presidenta do TRT-MA, Solange Cordeiro, que é a coordenadora; e os servidores Noredim Oliveira Reuter Ribeiro Neto, secretário-geral da Presidência; Celson de Jesus Moreira Costa, diretor-geral; Aline Cristina Sales Lobato, assessora administrativa da Presidência; Marcos Pires Costa, secretário da Corregedoria; Raimunda Nonata Araújo Teixeira, chefe da Seção de Biblioteca e Gestão Documental; Edvania Kátia Sousa Silva, chefe do Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho, que é a secretária da CPAD; José Antonio Abreu Gomes, chefe do Setor de Arquivo (secretário substituto); e Marcos Marcolino de Oliveira, analista judiciário, área Tecnologia da Informação

Dentro da CPAD, cabe ao Cemoc a identificação e separação dos processos históricos para fins de guarda permanente, de acordo com as diretrizes nacionais e regionais.

DIRETRIZES NACIONAIS

- Resolução Administrativa nº 744/00, do TST, que instituiu o Programa de Gestão de Documentos dos Processos Judiciais no Tribunal Superior do Trabalho e criou a Comissão de Avaliação Permanente de Documentos;
- Provimento TST/CGJT nº 10, de 06 de dezembro de 2002, que uniformizou os procedimentos do Programa de Gestão Documental no âmbito da Justiça do Trabalho;
- Resolução Administrativa CSJT 067/2010, que editou a Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho;
- Recomendação 37/2011, de 15 de agosto de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, que recomendou aos Tribunais a observância das normas do funcionamento do Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário;
- Ato 262/2011, de 18 de novembro de 2011, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que aprovou o Manual de Gestão Documental da Justiça do Trabalho;
- Ato Conjunto nº 02/2014/ TST/CSJT, que instituiu o Selo Acervo Histórico e estabeleceu critério de identificação, física e eletrônica, para a seleção dos processos que devam compor o acervo histórico.

DIRETRIZES DO TRT DA 16ª REGIÃO

- Portaria 361/2001 - Institui a primeira Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) no âmbito do TRT
- RA TRT 16 087/2003, que instituiu o Programa de Gestão de Documentos
- Ato Regulamentar 003/2005, que dispôs sobre a eliminação física de autos processuais judiciais e administrativos

- Ato Regulamentar 007/2016, que dispõe sobre as normas relativas ao Programa de Gestão Documental no âmbito da Justiça do Trabalho da 16ª Região e dá outras providências
- Ato Regulamentar 004/2016, que disciplina o uso do Selo “Acervo Histórico” no âmbito da Justiça do Trabalho do Maranhão, fixando os critérios para atribuição de valor histórico aos processos e aos documentos, judiciais e administrativos, produzidos e recebidos neste Regional

PÚBLICO ATENDIDO

Visitas de Escolas – TRT Na Escola

O Centro de Memória e Cultura é uma das unidades parceiras da Escola Judicial no desenvolvimento do Projeto TRT na Escola. Anualmente faz a recepção dos alunos atendidos pelo projeto.

VISITAS DIÁRIAS

- Em 2018 o Centro de Memória completou 11 anos de funcionamento
- Em 2018 foram atendidas até novembro 423 pessoas
- No acumulado de 11 anos foram

QUANTITATIVO DE SERVIDORES

- 02 servidores

NOTÍCIAS PUBLICADAS SOBRE A UNIDADE

- Presidenta do TRT-MA entrega ao CEMOC comenda recebida na UFMA Ter, 15 de Maio de 2018;
- A presidenta do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA), desembargadora Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro, entregou, na quinta-feira passada (10/5), a medalha do mérito jurídico Domingos Perdigão e o respectivo diploma ao Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho (CEMOC), para guarda e conservação;
- Exposição "Centenário Josué Montello" chega ao Fórum Astolfo Serra no dia 7 de junho, Ter, 05 de Junho de 2018;
- A presidenta do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA), desembargadora Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro vai abrir oficialmente a Exposição “Centenário Josué Montello” na Justiça do Trabalho no Maranhão, na próxima quinta-feira (7/6), às 10h30, no hall do Fórum Astolfo Serra, prédio-sede das Varas do Trabalho de São Luís, na Areinha.

A exposição, cedida pela Casa de Cultura Josué Montello, reúne uma mostra do acervo alusivo às comemorações dos 100 anos do escritor maranhense durante a VII Semana Montelliana que foi realizada no período de 21 a 25 de agosto de 2017.

1.10 Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão

Coordenadora do Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão

Des. SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO

Membros

Equipe do 1º Grau

Manoel Joaquim Neto

Juiz Responsável

Olívia Maria Oliveira Almeida

Área de Negócios SAPT1

Gutemberg Pereira Vidal Santos

Área de Negócios PJe-JT

David Tedson Mendonça Ferreira

Área de Tecnologia da Informação

Raimundo Martins Pinto Neto

Área de Tecnologia da Informação

Equipe do 2º Grau

Carlos Gustavo Brito Castro

Juiz Responsável

Ciro Ibiapina Cardoso

Área de Negócios SAPT2

Viviane Tabosa Neves

Área de Negócios SAPT2

Djeison Rafael Neitzke

Área de Negócios PJe-JT

Noredim Oliveira Reuter Ribeiro Neto

Área de Negócios PJe-JT

Bruno Machado França

Área de Tecnologia da Informação

Aline Cristina Sales Lobato

Área e-Gestão *web*

Renata Silva Dias

Área de Recursos Humanos

Ticiane Andrade Aguiar

Área de Tecnologia da Informação

O Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão iniciou suas atividades de aperfeiçoamento do sistema no ano de 2014. O trabalho desenvolvido foi intenso ao longo dos anos, não apenas em busca da aprovação das remessas do Tribunal, mas, sobretudo, da qualidade das informações disponíveis. A composição do Comitê, durante o ano de 2018, foi conferida pelas Portarias GP nº 44/2018, 812/2018 e 1121/2018.

Foram realizadas, no exercício de 2018, 12 (doze) reuniões pelo Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão, nos dias 15/01/2018, 05/02/2018, 06/03/2018, 03/04/2018, 08/05/2018, 05/06/2018, 18/07/2018, 09/08/2018, 14/09/2018, 23/10/2018, 13/11/2018 e 04/12/2018. As respectivas atas foram lavradas, contendo todas as problemáticas debatidas, as deliberações realizadas e os procedimentos efetivados.

As atas de reunião estão disponibilizadas no site do Tribunal, no menu “Comitê do Sistema e-Gestão” e são remetidas ao Comitê Gestor Nacional do Sistema e-Gestão para ciência.

Considerando que o presente relatório tem por objetivo explicitar as atividades desenvolvidas por este Comitê, visando conferir, não apenas transparência às ações empreendidas, mas também publicidade a estas últimas, para ciência ao Tribunal Pleno, aos magistrados, servidores e jurisdicionados de sua atuação, serão sintetizadas a seguir, com base

nas Atas das Reuniões realizadas, as atividades desenvolvidas no ano de 2018 e as providências realizadas em prol dos dados compilados pelo Sistema e-Gestão.

Assim é que, à vista do Ato Regulamentar GP n.º 04/2015, merecem destaque as seguintes informações:

Ata da 47ª Reunião (15/01/2018):

- Foi debatido o procedimento em incidente de uniformização de jurisprudência. Chegou-se à conclusão de que os processos IUJ deverão ser encerrados após a resolução da divergência, de modo que o procedimento de elaboração da súmula seja objeto de processo administrativo (deve ser aberto PA e remetido ao Presidente da Comissão de Jurisprudência, para votação em sessão administrativa).
- Identificada divergência entre os dados do e-Gestão e os fornecidos pela CTIC e Corregedoria, em reunião realizada com os juízes de 1º grau, foi determinada análise da ocorrência.
- Foi sugerida a otimização do relatório gerado no Sapt2, a fim de excluir os itens que não contenham erros, bem como a digitalização de todos os processos em fase de conhecimento.
- Foi informado que está em fase de implementação o Sistema de Apoio Operacional ao PJe – SAO, inclusive com curso sobre o referido sistema designado para o período de 22 a 26/01/2018.

Ata da 48ª Reunião (05/02/2018):

- Esclarecimento acerca de divergências entre dados do sistema. Foi explicado que o sistema e-Gestão não contabiliza as reclamações trabalhistas cadastradas equivocadamente como cartas precatórias, ainda que se ajuste posteriormente. Diante disso, foi determinada a expedição de ofício à OAB para que os advogados observem a correta classe processual no momento do cadastro do processo, bem como ressaltada a importância de se verificar junto ao Comitê Nacional alteração da regra, inclusive fazer essa proposta, incluindo o exemplo da Vara do Trabalho de Estreito, em que houve cerca de trezentos processos com cadastro errado.
- Apresentado levantamento do legado na fase de conhecimento, informando a existência de 3.744 processos. A digitalização total do legado foi sugerida, informando que existe vedação de aprimoramento dos sistemas de processos físicos, em fase de Resolução do CSJT. Com isso, foi determinada a preparação de projeto com essa finalidade, incluindo cronograma.
- Narrada a ocorrência de uma situação envolvendo um processo (agravo de petição) que retornou à Vara de origem para cumprimento de diligência e, antes do cumprimento da diligência, os autos foram digitalizados, retornando ao gabinete já de forma eletrônica. O

Agravo de Petição foi julgado no Pje, entretanto, se encontrava pendente de julgamento no SAPT2 e, por conseguinte, no item 2198 (legado) do e-Gestão.

Ata da 49ª Reunião (06/03/2018):

- Sobre o projeto de digitalização, foi deliberado que o Comitê expedisse memorando circular, consultando as Varas do Trabalho acerca do interesse em digitalizar todo o legado de sua unidade jurisdicional, incluindo-se a lista de processos, dividida por fases.
- No que se refere aos processos pendentes de baixa no 1º grau, na fase de conhecimento, foi informado que, devido a uma mudança na forma de lançar os complementos, alguns processos que foram remetidos a outra unidade por incompetência permaneceram pendentes. Foi sugerida a conversão automática dos andamentos antigos para o novo andamento. Foi deliberado pelo Comitê que a equipe técnica do 1º grau efetuasse um filtro para identificar e promover, de forma automática, a alteração mencionada (código 91 para código 119).
- As remessas do 2º grau do ano de 2017 foram todas aprovadas, inclusive com a inclusão do precatório que gerava a inconsistência das remessas desde o mês de maio. A situação foi contornada pela associação do precatório diretamente à carta de ordem em 2º grau, superando, para efeito do sistema e-Gestão, a dificuldade no cadastramento do processo originário.
- Os servidores Noredim e Olívia ministraram o curso de “Introdução ao Sistema e-Gestão”, nos módulos básico e avançado, entre os dias 26/02 e 1º/03, direcionado às unidades de 1º grau.
- Os servidores de 1º e 2º graus do Comitê, atentos à disponibilização de uma nova versão do Manual de Orientações do Sistema e-Gestão (versão 2.0), apontaram a grande quantidade de alterações promovidas, que exigirão esforço para a reprogramação do sistema. A constatação reforça a ideia de digitalização do legado, uma vez que a alteração de regras relativas aos itens de PJe é efetuada de forma automática, por meio do extrator. Ademais, por não ter havido não houve liberação de cronograma para implantação das novas regras, foi deliberado aguardar a resposta do chamado EG 1823 do TRT da 6ª Região, solicitando os scripts para implantação das novas regras.

Ata da 50ª Reunião (03/04/2018):

- Foi registrado o chamado nº EG 2007, solicitando alteração da regra, para que o sistema e-Gestão passasse a contabilizar as reclamações trabalhistas cadastradas equivocadamente e ajustadas posteriormente.
- Foram relatadas dificuldades quanto à correta interpretação do fluxo de tramitação dos feitos nas hipóteses de adequação do julgamento em recursos de revista. Foi deliberado formular consulta ao Comitê Gestor Nacional expondo o caso e solicitando orientações.

- Os servidores Noredim e Gutemberg ministraram o curso de “E-Gestão 2º Grau: efeitos nos indicadores e metas do TRT-MA”, nos dias 19 e 20 de março, direcionado às unidades de 2º grau.
- Foi relatado que o chamado EG 1823 ainda não conta com resposta, de modo que não há informações sobre a implantação das novas regras do novo manual (versão 2.0).
- Entre as deliberações e determinações, destacam-se: 3.1 c) abertura de Demanda junto à CTIC, para que projete a dimensão do trabalho a ser realizado, de modo a adiantar as programações necessárias, em 1º e 2º graus, para exclusão, alteração e inclusão de itens referentes ao legado. 3.2 b) Acompanhar a resolução do chamado EG 2007.

Ata da 51ª Reunião (08/05/2018):

- Formulada consulta ao Comitê Gestor Nacional solicitando orientações quanto à correta interpretação do fluxo de tramitação dos feitos nas hipóteses de adequação do julgamento em recursos de revista. O chamado tomou o número EG 2022.
- Em relação ao procedimento de digitalização, duas varas do trabalho apresentaram resistência parcial, por entenderem que processos envolvendo entes públicos não ofereceriam desejada relação custo-benefício. Foi ressaltado que a digitalização do restante do acervo físico das Varas trará benefícios de ordem prática e estatística às unidades. Não haveria, contudo, sanção em caso de manutenção do estoque físico, especialmente quanto aos processos envolvendo entes públicos que estão apenas aguardando pagamento. Nada obstante, como forma de assegurar a higidez do sistema e-Gestão, na relação entre órgãos estatísticos, deliberou-se pela obrigatoriedade de digitalização dos processos em caso de remessa ao segundo grau ou redistribuição para outra VT.
- Foi informada a necessidade de continuação do processamento de alteração de processos numerados em duplicidade (situação ocorrida em Pedreiras). Tendo sido realizado o levantamento preventivo, foi ponderado que a atividade já fora realizada anteriormente, e sendo necessária à prevenção de futuras ocorrências, não haveria razão para não autorizá-la.
- Entre as deliberações e determinações, destacam-se: 3.1 b) fazer incluir, na regulamentação do procedimento de digitalização, a obrigatoriedade de digitalização dos processos em caso de remessa ao segundo grau ou redistribuição para outra VT. 3.1 b) Acompanhar a resolução do chamado EG 2007. 3.1 c) Proceder à renumeração dos processos do PJe com numeração conflitante.

Ata da 52ª Reunião (05/06/2018):

- Foi editado o Ato Regulamentar GP nº 05/2018, para acrescentar, no parágrafo único do art. 15 do Ato Regulamentar GP nº 04/2018 (que disciplina a digitalização e migração de processos físicos que se encontrem tramitando junto ao SAPT), a obrigatoriedade de

digitalização dos processos em caso de remessa ao segundo grau ou redistribuição para outra VT.

- Foi ressaltado que o Setor de Tecnologia da Informação do TRT 16^a Região recebeu diversos elogios na reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho – COLEPRECOR, ocorrida nos dias 23 e 24 de maio em Brasília-DF.

Ata da 53^a Reunião (18/07/2018):

- Foi relatado o recebimento de dois protocolos administrativos pelo Comitê, o primeiro oriundo da Corregedoria (PA 3778/2018), relativo a inconsistências no PJe na Vara do Trabalho de Açailândia, e o segundo recebido da Seção de Cadastramento Processual (PA 4824/2018), em que são listados processos com pendência de baixa no TRT. Quanto ao primeiro, o Setor de Apoio ao PJe já havia se manifestado no sentido de que a geração das remessas do ano de 2017 com o novo extrator eliminaria as falhas de “audiência sem magistrado”. Deliberou-se pela devolução do PA ao referido setor para que este gere novos lotes de dados relativos ao ano de 2017, para a VT de Açailândia, como forma de sanar a ocorrência relatada, bem como para as demais VT do estado, de forma preventiva, observado o prazo previsto no Ato GCGJT nº 04/2014 (1º de julho ao último dia útil de outubro). Quanto ao segundo, foi determinada a resposta, investigando as distintas situações dos processos e sugerindo formas de efetivar as respectivas baixas.
- Com relação ao procedimento de digitalização, recebido o Memo nº 37/2018, da Vara do Trabalho de Pedreiras (PA 4604/2018), no qual são relatadas diversas dificuldades para a digitalização dos processos, ocasionadas pela falta de equipamentos adequados aos trabalhos e, ao final, requerido o envio de scanner de alta resolução para otimização das tarefas. Foi informado, ainda, que, conforme contato com a Coordenadoria de Material e Logística, os scanners que serão enviados à Vara de Pedreiras são aqueles que estavam em utilização na 3^a VT de São Luís e que já se encontram disponíveis para remessa, dependendo unicamente da disponibilidade de transporte institucional para tanto.
- Foi informada a ocorrência de algumas inconsistências nos itens administrativos, detectadas durante a correção das remessas de janeiro e fevereiro de 2018. A investigação apontou a necessidade, em tese, de corrigir a programação de alguns itens da área administrativa. No entanto, tendo em vista a implantação do novo sistema de recursos humanos, o qual já opera em paralelo ao atual e cuja substituição deverá ocorrer em até dois meses, bem como que serão recebidos scripts de programação do TRT2^a Região, foi deliberado aguardar a substituição do sistema e posterior acompanhamento das remessas.

Ata da 54ª Reunião (09/08/2018):

- Determinada a geração de novos lotes de dados relativos ao ano de 2017 (PA 3778/2018), vez que o benefício da correção das informações de audiências superaria o risco da reprovação de remessas.
- Finalizado o trabalho de programação das regras novas do manual 2.0, relativas ao 1º grau, aguardando o calendário de implantação.

Ata da 55ª Reunião (14/09/2018):

- Finalizado o trabalho de programação das regras novas do manual 2.0, relativas ao 2º grau, aguardando o calendário de implantação.
- Foi informado que o sistema de RH ainda estava pendente de implantação quanto a alguns módulos, com previsão de funcionamento integral em janeiro de 2019. Dessa forma, os ajustes eventualmente necessários nos itens administrativos deveriam ser realizados manualmente.
- Foi informado, conforme consta no PA 3778/2018, que os novos lotes para as remessas de 2017 do 1º grau foram gerados e que todas as remessas foram aprovadas. Deliberou-se pelo arquivamento do mencionado PA.
- Foi sugerida a instalação de bloqueio no SAPT, a fim de evitar a autuação de processos físicos remetidos pelo 1º grau. A sugestão foi acatada pelos membros do comitê.

Ata da 56ª Reunião (25/10/2018):

- Implementadas melhorias no validador interno de 2º grau, com vistas ao aprimoramento da aprovação de remessas.
- Sugerida a revisão da composição dos membros do comitê, com alteração da Portaria GP 812/2018. Diante da justificativa, a sugestão foi acatada.
- Foi exposta a necessidade de sugerir padronização dos procedimentos de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- Foi sugerido abrir um chamado (Jira) para questionar ao TST sobre item 90.383, no que diz respeito ao movimento de expedição e remessa para processamento de Precatório e RPV, que deveria baixar a execução no 1º grau.

Ata da 57ª Reunião (13/11/2018):

- Foi editada nova portaria com alteração da composição do Comitê do e-Gestão: Portaria nº 1121/2018.
- Aberto o chamado EG 2528, relativo a baixa de execução em 1º grau pelo movimento de expedição e remessa para processamento de precatórios e RPV.

- Quanto ao bloqueio no sistema de Protocolo de Processos judiciais legados, foi relatada a necessidade de que algumas classes processuais fossem liberadas para cadastramento, por não estarem no sistema PJe, a exemplo da Reclamação Disciplinar – rd (91) e Correição Parcial ou Reclamação Correicional (30). Deliberou-se pela liberação para o cadastro das classes processuais, conforme requerido. 7
- Foi apresentado relatório contendo 36 (trinta e seis) processos pendentes de baixa que se encontravam em diligência, mas já haviam sido arquivados ou foram digitalizados, para apreciar acordo, em setor extinto ou com trânsito em julgado. Foi deliberado pelos membros presentes que os processos constantes da referida lista seriam analisados pela Seção de Apoio ao PJe, que apresentaria relatório contendo a análise de riscos, bem como solicitação para autorização de lançamentos corretivos.
- Solicitada prioridade nos trabalhos do Comitê para aprovação de todas as remessas do Tribunal, tendo em vista a realização de Correição Ordinária no período de 11 a 15 de fevereiro de 2019, bem como que o Corregedor Geral da Justiça do Trabalho solicitou informações a serem remetidas até o dia 03.12.2018.

Ata da 58ª Reunião (04/12/2018):

- O chamado EG 2007 foi respondido pela equipe do TST. A resposta, no entanto, no entender do Comitê, não observou os questionamentos efetuados. Deliberou-se por reiterar as dúvidas existentes, especificando o caso e as repercussões nas estatísticas do Regional. Trata-se de esclarecer que o item ‘casos novos’ é utilizado para diversas finalidades e que, no caso das cartas precatórias autuadas por engano, a conversão de classe para reclamação trabalhista, computada em item próprio, não influencia nos parâmetros de consulta a diversos indicadores, pois o bloco de classes é diferente.
- O chamado EG 2528 foi respondido favoravelmente. A equipe do TST concordou que há uma incongruência nos itens de baixa e pendência do 1º grau, relativos à expedição de precatório, e enviou a questão para análise do SIAD.

Foi informado que a análise de processos pendentes de baixa no sistema legado, referente ao primeiro grau, foi concluída, com a ressalva de que o acompanhamento demanda atenção contínua. Quanto ao relatório de processos do segundo grau, havia um chamado pendente de solução

1.11 Setor de Gestão Sócioambiental

Integrante	Função/Setor
Carlos Gustavo Brito Castro,	Juiz do Trabalho Substituto, lotado na 3º Vara do Trabalho de São Luís (COORDENADOR)
Celson de Jesus Moreira Costa	Diretor-Geral (COORDENADOR SUBSTITUTO)
Silvia Maria Pontes de Castro	Secretária de Administração
Aline Cristina Sales Lobato	Coordenadora de Gestão Estratégica
Luciana Cristina Gehlen	Coordenadora de Material e Logística;
Manoel Ricardo Beckman de Jesus	Chefe da Seção de Engenharia
Gisele Fernandes Azevedo Cutrim	Chefe da Seção de Aquisições Públicas
Marcelo Henrique Bandeira Costa de Alencar	Chefe do Setor Socioambiental
Rafaela David Brito Pinho	Chefe da Seção de Saúde;
Rosemary Rocha Araújo	Chefe da Seção de Comunicação Social (SECRETÁRIA)
Daniel Pacheco Florentino	Técnico Judiciário, Área Administrativa, indicado pela Presidência (SECRETÁRIO SUBSTITUTO)

Comissão Ambiental - Suplentes

Integrante	Função/Setor
Noredim Oliveira Reuter Ribeiro Neto	Secretário Geral da Presidência
Fernanda Cristina Muniz Marques	Assessora da Diretoria-Geral
Ana Célia Ferreira Mendes	Técnica judiciária - Secretaria Administrativa
Paulo Henrique De Oliveira Nóbrega	Técnico Judiciário, Área Administrativa, lotado na Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa
Wagner Campos Santos	Analista judiciário – área administrativa, lotado na Coordenadoria de Material e Logística
Nikole Melo De Mendonça	Servidora municipal requisitada, lotada na Seção de Engenharia
Raimundo Nonato Monteiro Filho	Técnico Judiciário, Área Administrativa, lotado na seção de Aquisições Públicas
Tatiana De Moraes Lacerda E Silva	Técnico Judiciário, Área Administrativa, lotada na Secretaria de Administração
Adriano Soares Alves	Analista judiciário, área apoio especializado, especialidade Medicina, lotado na Seção de Saúde
Giselia Castro Silva	Técnico judiciário, área administrativa, lotada na Seção de Comunicação Social
Viviane Tabosa Neves	Técnico Judiciário, Área Administrativa, lotada na Presidência

Portaria GP 813/2018 disponível em:

https://www.trt16.jus.br/site/conteudo/publicacoes/pub_inteiro_teor.php?id=52093

O plano de logística sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região foi estabelecido pela PORTARIA GP Nº 1187/2015 de 18/12/2015, para atender a demanda estabelecida pela Resolução 201 de 06/03/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelecendo uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, bem como ações, metas, prazos de execução e mecanismos de avaliação.

O Plano contempla os seguintes itens: objetivo do Plano de Logística Sustentável, delineamento das normas que regulam a questão, indicadores do Plano de Ação, a

metodologia adotada e as ações detalhadas, ações executadas pelo Tribunal, diagnóstico do ano de 2015 e informações sobre o inventário de materiais de consumo deste Tribunal.

O PLS/TRT 16 tem como objetivo construir um novo modelo de cultura institucional visando inserir critérios de sustentabilidade em suas atividades transformando suas ações em ações sustentáveis sob as óticas econômica, ambiental e social.

O PLS/TRT16 constitui um portfólio de planos de ações, em que constam as políticas e iniciativas a em implementação no âmbito deste Regional, visando o consumo consciente e eficiente de recursos naturais, insumos e serviços públicos, proporcionando o aperfeiçoamento contínuo da qualidade dos gastos públicos, a gestão sustentável e a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados; a promoção das contratações sustentáveis; a sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas.

OBJETIVO

O presente relatório visa apresentar o desempenho do TRT 16ª Região no atendimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual de Logística (2016-2021) referente ao ano de 2018.

Serão examinados os progressos obtidos e os resultados alcançados em cada um dos 14 planos de ação estabelecidos no PLS/TRT 16ª Região.

NORMATIVO PERTINENTE

O presente relatório terá como referência os seguintes normativos:

Normativo	Discriminação
Resolução CNJ 201/2015	Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ)
PORTARIA GP Nº 1187/2015 (TRT 16ª Região)	Institui o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região para o período de 2016 a 2021.

METODOLOGIA

O Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do TRT 16ª Região demonstra o empenho deste Regional em estabelecer práticas de gestão sustentável, otimizando o uso de recursos naturais, minimizando desperdício e custos, reduzindo a geração de resíduos e melhorando o bem estar dos servidores. Magistrados e jurisdicionados do Tribunal.

Para avaliação dos resultados propostos na PORTARIA GP Nº 1187/2015, referente ao Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho, foi utilizada a seguinte metodologia:

- Monitoramento dos dados de consumos por meio de consulta as contas de água/esgoto, energia elétrica e telefonia;

- Consulta mensal aos setores responsáveis pelo gerenciamento de recursos contemplados nas metas do PLS como transporte (combustível/veículos), almoxarifado (papel, copo, impressão), segurança (vigilância), etc...
- Reuniões periódicas da Comissão Ambiental onde são apresentados os resultados e discutidos procedimentos futuros para melhorar a efetividade das ações implementadas.

Nas metas em que é possível quantificar financeiramente a economia acumulada foram identificados com os valores das reduções obtidas.

Os capítulos deste Relatório de Desempenho foram subdivididos por afinidade, de acordo com os eixos temáticos apresentados a seguir

COMPRAS SUSTENTÁVEIS - MATERIAL DE CONSUMO

Neste item estão contempladas as metas relacionadas aos materiais de consumo como papel, copo descartável e impressão de documentos. A economia total acumulada foi de R\$ 66.686,74. O cálculo do valor da economia foi definido com base na diferença entre os custos anuais de 2016 a 2018 em relação ao ano referência de 2015. No cálculo das impressões considerou-se o valor do papel e do toner por folha impressa.

Papel

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ACUMULADO	RESULTADO X META
Consumo de papel	Reduzir o consumo do papel em 5%	Resma	5.929	2.884	3.545	3.149	Reduziu 138,46 %	Superou em 27,69x
		R\$	55.969,76	27.574,79	47.278,55	43.048,57		

Economia acumulada: R\$ 50.007

Copo descartável

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ACUMULADO	RESULTADO X META
Consumo de copos descartáveis	Reduzir o consumo de copos descartáveis de 180 e 50 ml em 5%	Cento	7.125	4.578	4.580	5.020	Reduziu 101,01 %	Superou em 20,20x
		R\$	12.967,50	8.490,32	8.234,99	9.135,82		

Economia acumulada: R\$ 13.041

Impressão de documentos

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ACUMULADO	RESULTADO X META
Impressão de documentos	Reduzir a quantidade de impressões em 5% até Dez/2016	Und	85.720	55.534	68.262	60.636	88,84 %	Superou em 16,97x
		R\$	4.286,07	2.776,75	3.411,66	3.031,80		

Economia acumulada: R\$ 3.638,00

Todas as metas foram alcançadas e superadas com o mínimo de 16,97 e máximo de 27,69 vezes em relação à meta estabelecida no Plano de Logística Sustentável.

RECURSOS NATURAIS

A presente categoria contempla o consumo de recursos naturais como energia elétrica, água (geração de esgoto) e coleta seletiva. A economia acumulada obtida no item 6.1 foi de R\$ 621.562,31. O cálculo do valor da economia acumulada foi definido com base na diferença entre os resultados dos anos de 2016 a 2018 em relação ao ano referência de 2015.

Houve um aumento de R\$ 118.633,43 no item 6.2, Água e esgoto, embora tenha se registrado a diminuição no consumo nos anos de 2017 e 2018. A economia alcançada não foi suficiente para suplantiar o grande consumo registrado no ano de 2016.

Energia elétrica

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO	RESULTADO X META
Energia Elétrica	Reduzir o consumo de energia em 1 % do consumo atual até DEZ/2016	Kwh	2.825.820,20	2.113.590,50	2.034.737,58	2.034.782,85	Reduziu 81,19 %	Superou em 81,19x
		R\$	1.639.449,04	1.344.252,43	1.469.242,86	1.483.289,52		

Economia acumulada: R\$ 621.562,31

Água e Esgoto

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ACUMULADO	RESULTADO X META
Água e Esgoto	Reduzir o consumo de água potável nas descargas em 4% do consumo atual até Dez/2016	m³	16.113,99	21.824,00	19.405,20	13.129,00	Consumo aumentou 37,34 %	Não atendido.
		R\$	294.864,45	399.349,91	355.089,16	254.776,00		

Aumento de despesa: R\$ 124.621,72

Coleta seletiva e Gestão de Resíduos

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ACUMULADO	DESEMPENHO ALCANÇADO
Coleta Seletiva e Gestão de Resíduos	Attingir 100% do Regional até DEZ/2016	-	Não atendido	Parcialmente atendido	Parcialmente atendido	Parcialmente atendido	Parcialmente atendido	Parcialmente atendido

Uma das maiores economias obtida ocorreu em um item desta categoria (Energia elétrica), representando 28,42% de toda economia acumulada nos anos de 2016 a 2018. A meta do item água e esgoto apresentou aumento no consumo e no custo, em relação à 2015, registrando redução no consumos nos anos de 2017 e 2018. O item relativo a coleta seletiva foi parcialmente atendido por destinar todo o resíduo reciclável coletado no prédio sede às cooperativas de reciclagem.

QUALIDADE DE VIDA, COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

Essa categoria engloba itens não quantificáveis financeiramente, sendo a maioria das metas vinculadas ao Setor de Saúde. Devido a severa restrição orçamentária pela qual passou este Regional nos anos de 2016 e 2018, muitas das metas não foram atendidas.

Qualidade de vida no trabalho

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ACUMULADO	RESULTADO X META
Qualidade de vida no trabalho	Vacinar 30% a mais dos servidores anteriormente vacinados	Serv.	102	158	122	29	74,51%	Superou 2,48 x

Identificar e orientar 80% dos acometidos de diabetes

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO
Qualidade de vida no trabalho	Identificar e orientar 80% dos acometidos de diabetes	% serv.	-	-	-	-	Parcialmente atendido. 190 servidores participaram de campanha preventiva.

Prática de ginástica laboral por 90% dos servidores

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO
Qualidade de vida no trabalho	Prática de ginástica laboral por 90% dos servidores	% serv.	-	-	-	-	Suspensão por falta de recursos

Atender 90% dos servidores praticando Pilates, das vagas estabelecidas

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO
Qualidade de vida no trabalho	Atender 90% dos servidores praticando Pilates, das vagas estabelecidas.	% serv.	100,00%	100,00%	-	-	Atendido em 2016. Suspensão por falta de recurso

Atender 90% das mulheres realizando os exames do programa de saúde da mulher

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO
Qualidade de vida no trabalho	Atender 90% das mulheres realizando os exames do programa de saúde da mulher	% serv.	30,80%	36,36%	31,60%		Parcialmente atendido

Participação de 90% dos servidores que estão aposentados ou irão se aposentar

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO
Qualidade de vida no trabalho	Participação de 90% dos servidores que estão aposentados ou irão se aposentar	% serv.	-	-	-	-	Não mensurável

Promover o bem-estar dos servidores ao realizarem suas atividades laborais

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO
Qualidade de vida no trabalho	Promover o bem-estar dos servidores ao realizarem suas atividades laborais			-	-	-	Não mensurável

Gestão de lay out

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO
Gestão de Lay out	Promover alterações nos layouts que não estão de acordo com os padrões de saúde atuais. Propiciar um ambiente de trabalho com maior integração e conforto.	N. de intervenções	-	-	-	-	Parcialmente atendido

Gestão Documental

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO
Gestão Documental	Aumentar a produtividade, melhorar controle sobre documentos.	-	-	-	-	-	Não mensurável

Somente duas das nove metas estabelecidas foram plenamente atendidas. Ao levantar os resultados junto aos setores responsáveis, o setor de Gestão Socioambiental apurou que algumas metas foram estabelecidas sem a efetiva participação dos setores responsável pela sua implementação, o que minimiza o empenho, dificultando sua efetivação. Registre-se, contudo, o empenho do Setor de Saúde no cumprimento das metas vinculadas ao setor.

A meta referente à promoção do bem-estar dos servidores ao realizarem suas atividades laborais (7.7) não é quantificável, não devendo ter sido, portanto, estabelecida.

No que se refere ao item 7.8 (Gestão de lay out), a seção de engenharia fez intervenções no estacionamento do Fórum Astolfo Serra, no setor de Cerimonial, na gráfica, na Marcenaria, sala para terceirizados em 2018. A meta foi parcialmente atendida.

Faz-se necessária a revisão de algumas das metas desta categoria, pelos motivos expostos acima.

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Essa categoria enquadra três contratos (itens 8.1, 8.2 e 8.4) financeiramente quantificáveis. Os itens 8.1, 8.2 (R\$ 622.633,37 e R\$ 875.870,67, respectivamente) apresentaram redução de despesa. O valor total acumulado da economia foi de R\$ 792.597,55. Todas as quatro metas estabelecidas nesta categoria foram atendidas.

Telefonia

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ACUMULADO	RESULTADO X META
Telefonia	Reduzir o consumo de telefone em 2%	R\$	506.640,80	282.802,55	289.430,79	325.055,69	Diminuiu 122,89 %	Superou em 24,58 x

Economia acumulada: R\$ 622.633,37

Vigilância

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO	RESULTADO X META
Vigilância	Oferecer um serviço de vigilância de qualidade e reduzir os gastos com a contratação em 2 %	R\$	3.343.801,00	3.681.917,00	2.904.933,01	2.568.682,32	Diminui 26,19%	Superou 5,24x

Economia acumulada: R\$ 875.870,67

Limpeza

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO
Limpeza	Obediência a IN/MPOG 02/2008 e alterações	-	-	Atendido	Atendido	Atendido	Contratação realizada

Veículos/Combustível

INDICADOR	META	Und	RESULTADO (2015)	RESULTADO (2016)	RESULTADO (2017)	RESULTADO (2018)	DESEMPENHO ALCANÇADO	RESULTADO X META
Consumo de Combustível/Veículos	Reduzir o consumo de combustível em 3% do consumo atual até DEZ/2016	L	59.987,00	50.983,06	58.812,07	56.155,31	Reduziu 23,36 %	Superou em 4,67x
		R\$	182.502,12	161.936,75	189.634,20	219.826,65		

Aumento de despesa: R\$ 23.891,24

No ano de 2017 o setor de segurança implementou um projeto de vigilância eletrônica que resultou em uma significativa economia no contrato em questão. A economia acumulada foi de R\$ 875.870,67 (Oitocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e setenta reais e sessenta e sete reais).

Embora tenha apresentado uma redução acumulada de 23,36 % no consumo, registre-se que o item 8.4 (Veículos/combustível) apresentou um aumento de despesa de R\$ 23.891,24 (vinte e três mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos) no período de 2016 a 2018 devido aos reajustes no valor dos combustíveis. Os custos médios da relação valor por volume de combustível (R\$/L) apresentaram valores de 3,04 (2015), 3,18 (2016), 3,22 (2017) e 3,92 (2018).

RESUMO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Apresenta-se a seguir um resumo da economia acumulada com as medidas de racionalização implementadas e o aumento de custo referente aos itens 6.2 (água e esgoto) e 8.4 (combustível).

Item	Meta	Valor economizado/aumentado (R\$)
5.1	Reduzir o consumo do papel em 5%	50.007,37
5.2	Reduzir o consumo de copos descartáveis de 180 e 50 ml em 5%	13.041,37
5.3	Reduzir a quantidade de impressões em 5% até Dez/2016	3.638,00
6.1	Reduzir o consumo de energia em 1 % do consumo atual até DEZ/2016	621.562,31

8.1	Reduzir o consumo de telefone em 2%	622.633,37
8.2	Oferecer um serviço de vigilância de qualidade e reduzir os gastos com a contratação em 2 %	875.870,67
	Total (R\$)	2.186.753,09
6.2	Reduzir o consumo de água potável nas descargas em 4% do consumo atual até Dez/2016	124.621,72
8.4	Reduzir o consumo de combustível em 3% do consumo atual até DEZ/2016	23.891,24
	ECONOMIA TOTAL ALCANÇADA NO PERÍODO DE 2016 a 2018	2.038.240,13

O presente relatório permite identificar os resultados obtidos ao longo dos dois primeiros anos de vigência do PLS do TRT 16ª Região.

Verificou-se que dez das vinte metas do plano plurianual foram atingidas no período de 2016 a 2018, muitas das quais multiplicando os valores anteriormente estabelecidos.

A economia acumulada com o atendimento de algumas metas foi de **R\$ 2.186.753,09**

O aumento de despesa nos itens 6.2 (água e esgoto) e 8.4 (combustível) de R\$ 124.621,72 e R\$ 23.891,24, foi totalmente suplantada pela economia acumulada, restando um saldo de **R\$ 2.038.240,13** de economia acumulada no período de 2016 a 2018.

Reitero a sugestão apresentada no relatório anterior para elaboração de uma campanha de conscientização objetivando promover o uso racional do consumo de água em todas as unidades deste Regional.

Reitero também a sugestão de revisão do Plano Plurianual de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região tendo em vista a defasagem de um grande número de metas estabelecidas no Plano atualmente em vigência.

É importante ressaltar que o ajuste do prazo do PLS para o período 2019 a 2020, garante a sincronia de término com o Plano de Gestão Estratégica deste Regional, possibilitando a futura sinergia entre as ações do Plano de Logística Sustentável e do Plano Plurianual de Gestão Estratégico do TRT 16ª Região a partir do ano de 2020.

2 VICE-PRESIDÊNCIA E SECRETARIA DA CORREGEDORIA

AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Desembargador Vice-Presidente e Corregedor

JUIZ AUXILIAR

Manoel Joaquim Neto

SECRETARIA DA CORREGEDORIA

Marcos Pires Costa - Secretário da Corregedoria

Fábio Henrique Soares - Técnico Judiciário

Olivia Maria Oliveira Almeida - Técnico Judiciário

Sheyla Monique Fontes - Técnico Judiciário

Em conformidade com o Regimento Interno, a função Corregedora é exercida pela Vice-Presidente, a quem a Secretaria da Corregedoria está diretamente subordinada.

Integram o quadro funcional da Vice-Presidência os servidores lotados no Gabinete da Vice-Presidência e aqueles lotados no Gabinete do Desembargador em exercício do cargo de Vice-Presidente.

A Secretaria da Corregedoria é diretamente vinculada ao Gabinete da Vice-Presidência.

Ao fim do ano de 2018, o quadro funcional da Vice-Presidência e Corregedoria tem a seguinte composição:

Servidores lotados na Vice-Presidência			
Servidores oriundos do Gabinete do Desembargador			
	Nome	Cargo	
1.	Carlos Cesar Pinto Reis	Assessor	CJ-3
2.	Mônica Bezerra de Araújo Lindoso	Analistas Judiciários	FC-5
3.	Ana Cláudia dos Santos Jacinto Ribeiro Barros		FC-5
4.	Rodrigo Fontoura Fioravante		FC-5
5.	Danielly da Silva Gualberto		FC-5
6.	Danilo Lauande Franco		FC-5
7.	Edmundo Mendes Carvalho Junior		Técnicos Judiciários
8.	Lorena Soares Dourado	FC-3	
Servidores lotados na Secretaria da Corregedoria			
	Nome	Cargo	CJ/FC
1.	Marcos Pires Costa	Secretário da Corregedoria	CJ 03
2.	Fabio Henrique Soares	Técnicos Judiciários	FC4
3.	Olívia Oliveira Almeida		FC3
4.	Sheyla Monique Fontes		FC3

ATRIBUIÇÕES DA CORREGEDORIA:

As atribuições da Corregedoria Regional encontram-se disciplinadas no capítulo VI do Regimento Interno (arts. 25 a 31) e no Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª região (art. 89).

PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS

As solicitações que não se enquadram nas hipóteses de Reclamação Correicional e Reclamação Disciplinar são autuadas como Pedidos de Providências (Art. 31, RITRT16), as quais, em sua maioria, se referem a atrasos na tramitação de processos.

Em 2018, até o mês de dezembro, foram autuados 27 (vinte e sete) Pedidos de Providências, dos quais 01 (um) restou pendente de julgamento para o ano de 2019 (PP nº 00078-2018-000-16-00-4).

RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS

As Reclamações Correicionais são dirigidas a atos e/ou despachos dos juízes de primeiro grau que, no entender do requerente, hajam violado as normas processuais ou atentado contra o interesse público.

Em 2018, foi autuada apenas 01 (uma) Reclamação Correcional que se encontra julgada e arquivada (CorPar nº 00068-2018-000-16-00-9).

PROCESSOS DE VITALICIAMENTO

Compete à Corregedoria acompanhar a atuação do Juiz Vitaliciado durante o período em que se encontra em processo de confirmação do cargo, conforme RA nº 217/2013, de 9 de setembro de 2013, que revogou a Resolução nº 74/2009.

Durante o ano de 2018, a Corregedora Regional acompanhou a atuação dos seguintes Juízes Vitaliciandos:

- PROTOCOLO Nº 5601/2016 – Juíza Márcia Rocha de Nardin: Confirmado no cargo através da Resolução Administrativa número 136/2018.
- PROTOCOLO Nº 389/2017 – Juiz Ticiano Maciel Costa: Confirmado no cargo através da Resolução Administrativa número 166/2018.
- PROTOCOLO Nº 388/2017 – Juiz Gustavo Castro Picchi Martins: Confirmado no cargo através da Resolução Administrativa número 165/2018.
- PROTOCOLO Nº 387/2017 – Juiz Jedson Marcos dos Santos Miranda: Confirmado no cargo através da Resolução Administrativa número 137/2018.
- PROTOCOLO Nº 3358/2017 – Juiz Inaldo André Terças Santos: Confirmado no cargo através da Resolução Administrativa número 197/2018.
- Todos os juízes de base que integram a Justiça do Trabalho da 16ª Região estão vitaliciados, não havendo processo de vitaliciamento pendente.

RECLAMAÇÕES DISCIPLINARES

Em 2018 não foram autuadas Reclamações Disciplinares no âmbito desta Corregedoria.

DISTRIBUIÇÃO DOS JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS PARA SUBSTITUIÇÃO E AUXÍLIO NAS VARAS DO TRABALHO QUE INTEGRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Por meio da Portaria GP nº 17/2012, datada de 17/01/2012, a Presidência deste Regional decidiu compartilhar competência com o Vice-Presidente para designar Juízes do Trabalho Substitutos para auxílio e substituição nas Varas do Trabalho da 16ª Região, conforme o disposto no Ato Regulamentar nº 5/2010.

Durante o ano de 2018, a Corregedoria, através do Núcleo e Designações de Juízes, coordenado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Manoel Joaquim Neto e pela Servidora Sheyla Monique Fontes, procedeu as designações de magistrados para as unidades de 1ª Grau.

INSPEÇÃO JUDICIAL

O art. 183 do Provimento Geral Consolidado deste Eg. Tribunal preceitua que os Juízes Titulares das Varas devem realizar, obrigatoriamente, uma vez por ano, inspeção judicial na

Vara do Trabalho sob a sua responsabilidade, podendo, ainda, em situações excepcionais, realizar inspeções judiciais extraordinárias.

A Resolução Administrativa nº 203/2016, alterada pela Resolução nº 020/2017, fixa o período de 07 a 20 de janeiro para inspeções judiciais anuais dos serviços das Secretarias das Varas do Trabalho.

As Atas de Inspeção Judicial realizadas pelas unidades de 1º grau foram encaminhadas à Secretaria da Corregedoria, conforme estabelecido no art. 185 do Provimento Geral Consolidado.

ITINERÂNCIA

A atividade itinerante, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, é disciplinada pela Resolução Administrativa nº 69/2003, bem como no Provimento Geral Consolidado (Título IX).

No exercício de 2018, as seguintes Varas do Trabalho se deslocaram em caráter itinerante:

ATIVIDADE ITINERANTE - ANO 2018				
Varas do Trabalho	Deslocamentos	Municípios visitados	Período	Aud. Realizadas
Bacabal	3	Coroatá	20 a 22/2/2018	103
			20 a 22/3/2018	73
			18 a 20/9/2018	145
Estreito	1	Carolina	2/4 a 6/4/2018	44
São João dos Patos	2	São Francisco do MA	18 a 20/9/2018	34
		Colinas	23 a 25/10/2018	36
Barra do Corda	11	Grajaú	17 a 21/09/2018	195
			12 a 16/03/2018	196
			09 a 13/04/2018	217
			16 a 20/04/2018	127
			21 a 25/05/2018	158
			28 a 30/05/2018	69
			23 a 27/08/2018	194
			30/07 a 02/08/2018	166
			01 a 05/10/2018	180
			19 a 23/11/2018	128
26 a 30/11/2018	155			
Barreirinhas	6	Paulino Neves	17/07 a 20/07/2018	53
		Araioses	14/08 a 17/08/2018	54
		Paulino Neves	28/08 a 30/08/2018	30
			02/10 a 04/10/2018	33

		Araioses	09/10 a 11/10/2018	47
		Araioses	11 a 14/12/2018	68
Açailândia	3	Itinga do Maranhão	02 a 06/04/18	57
		Buriticupu	23 a 27/04/2018	49
			25 a 29/06/2018	43
Presidente Dutra	2	São Domingos do MA	05 a 08/03/2018	75
			12 a 15/03/2018	44
Chapadilha	7	Itapecuru - Mirim e Vargem Grande	12 e 13/03 e 14/03/2018	101
		São Bernardo	19 a 22/03/18	100
		Santa Quitéria	23 a 26/04/2018	123
			25 a 26/06 e 27 a 28/06/18	93
		Itapecuru e Presidente Vargas	16 e 17/07 e 18 a 19/07/18	131
		Buriti de Inácia Vaz e Brejo	27 e 28/08/18 e 29 a 30/08/18	62
		Vargem Grande	08 a 11/10/18	165
Urbano Santos e Itapecuru	15 e 16/10 e 18 e 19/10/18	82		
Pinheiro	2	São João Batista	16 a 20/04/2018	122
		Cedral	02 a 05/10/2018	120
Total	37			3872

ATIVIDADE CORREICIONAL

No ano de 2018 o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor realizou correição nas unidades judiciais, conforme calendário abaixo:

UNIDADES JUDICIAIS	DATA
FEVEREIRO	
VT de Bacabal	19 a 22/2
MARÇO	
Fórum Astolfo Serra e Núcleo de Pesquisa Patrimonial	5 a 8/3
VT de Barreirinhas	2 a 5/4
MAIO	
VT de Chapadilha	2 a 4/5
VT de Açailândia	7 a 10/5
JUNHO	
VT de Estreito	5 e 6/6
JULHO	
5ª VT de São Luís	2 a 5/7
VT de Santa Inês	30/7 a 2/8
AGOSTO	
4ª e 7ª VT's de São Luís	14 a 17/8
VT de Caxias	20 e 21/8

VT de Timon	22 a 24/8
VT de Balsas	28 e 29/8
SETEMBRO	
1ª e 3ª VT de São Luís	3 a 6/9
VT de Pedreiras	10 a 13/9
OUTUBRO	
2ª e 6ª VT's de São Luis	1 a 5/10
1ª e 2ª VT's de Imperatriz e Fórum Manoel Alfredo	8 a 11/10
NOVEMBRO	
VT de Pinheiro	12 a 14/11
VT de São João dos Patos	27 a 29/11
DEZEMBRO	
VT de Barra do Corda	10 e 11/12
VT Presidente Dutra	12 a 14/12
CEJUSC	17/12

Nas correições realizadas, o Corregedor e sua equipe verificam se a unidade está cumprindo os regulamentos, leis, provimentos, instruções, atos e portarias, bem como as ordens de serviço emanadas pelo Tribunal. Verifica, ainda, em observância às atribuições conferidas à Corregedoria pelo Regimento Interno e Provimento Geral Consolidado, a organização dos trabalhos na unidade correicionada, prazos e produção de servidores e magistrados.

IV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA (21 A 25 DE MAIO DE 2018)

A *IV Semana Nacional de Conciliação Trabalhista* foi realizada no período de 21 a 25 de maio de 2018. Por ocasião do evento, ocorreram 1.392 (mil trezentos e noventa e duas) audiências, todas em 1º grau de jurisdição, com a homologação de 409 (quatrocentos e nove) acordos, totalizando a quantia de R\$ 4.993.926,10 (quatro milhões, novecentos e noventa e três mil, novecentos e vinte e seis reais e dez centavos).

SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO TRABALHISTA (17 A 21 DE SETEMBRO DE 2018)

A *Semana Nacional de Execução Trabalhista* foi realizada no período de 17 a 22 de setembro de 2018. Por ocasião do evento, ocorreram 995 (novecentos e quarenta e cinco) audiências, todas em 1º grau. Foram efetuados 273 (duzentos e setenta e três) acordos, implicando na soma total de R\$ 3.476.635,01 (três milhões, quatrocentos e setenta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e um centavo).

XIII SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA (5 A 9 DE NOVEMBRO DE 2018)

No ano de 2018 ocorreu ainda a *XIII Semana Nacional de Conciliação* (CNJ), realizada no período de 05 a 09 de novembro. Por ocasião do evento, ocorreram 992 (novecentos e noventa e duas) audiências, todas em 1º grau de jurisdição, com a homologação de 350 (trezentos e cinquenta) acordos, totalizando a quantia de R\$ 3.590.889,33 (três milhões, quinhentos e noventa mil, oitocentos e oitenta e nove mil reais e trinta e três centavos).

E – GESTÃO

Registre-se que as informações do E-Gestão tem impacto direto nas atividades desta Corregedoria, contudo a operacionalização do referido sistema (correção de inconsistências, orientações às unidades de 1º grau, validação de remessas, definição de parâmetros de programação para extração de dados etc.) são realizadas pelo Comitê Gestor do E-Gestão.

O trabalho desempenhado com relação ao referido sistema, tem foco na melhoria da qualidade dos dados estatísticos do nosso Regional e controle dos movimentos lançados pelas unidades.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Com o implemento do planejamento estratégico do Tribunal, no dia 20 de agosto de 2015, o Pleno do Tribunal do Trabalho da 16ª Região aprovou a Resolução nº 187/2015, que referendou a Portaria 1254/2014 aprovando o Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, para o período de 2015/2020, estabelecendo metas para serem alcançadas nesse período de 2015/2020. A Portaria 1254/2014, deste Regional, adotou como norte a Resolução nº 145/2014, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que aprovou o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2015/2020.

No ano de 2018 a Corregedoria Regional fiscalizou, no âmbito do 1º grau, os seguintes indicadores:

- Taxa de congestionamento na fase de conhecimento;
- Índice de conciliação;
- Taxa de congestionamento na fase de execução;
- Itinerância;

Ademais, a Corregedoria analisa, mensalmente, a produtividade dos magistrados, prazo de julgamento, prazo para realização da 1ª audiência, entre outros indicadores.

TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento do TRT 16ª Região, nos três últimos anos, apresentou os seguintes resultados:

FASE DE CONHECIMENTO	Taxa de Congestionamento (Resolução N° 76/2009)		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Casos Remanescentes do ano anterior	40.481	44.730	52.590
Casos novos	45.286	53.971	34.384
Total	85.767	98.701	86.974
Baixados	33.109	40.561	51.176
Taxa de Congestionamento	61,40%	58,91%	41,15%

A meta do Tribunal para o ano de 2018, conforme a Portaria GP nº 1254/2014, era que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento fosse igual ou menor que 44%. Conforme mostra o quadro acima, **a meta foi cumprida.**

Por unidade jurisdicional, a taxa de congestionamento na fase de conhecimento se comportou da seguinte forma:

Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento por Vara - Ano 2018					
Período de Referência: 01/01/18 a 31/12/18					
Ordem	Vara do Trabalho	Casos Novos	Baixados	Pendentes em 31/12/2017	Taxa de Congestionamento (%)
1º	Presidente Dutra - 01a Vara	1595	2070	1196	25,83
2º	Chapadinha - 01a Vara	2160	2790	1654	26,85
3º	São Luís - 02a Vara	1684	2545	1875	28,49
4º	Balsas - 01a Vara	789	1173	901	30,59
5º	Barra do Corda - 01a Vara	1917	2463	1654	31,03
6º	Estreito - 01a Vara	1100	1340	862	31,70
7º	São Luís - 06a Vara	1722	2518	1989	32,15
8º	São Luís - 04a Vara	1641	2433	2051	34,10
9º	Açailândia - 01a Vara	1263	1456	978	35,03
10º	Pedreiras - 01a Vara	514	762	681	36,23
11º	São João dos Patos - 01a Vara	568	969	956	36,42
12º	Bacabal - 01a Vara	1999	2815	2431	36,46
13º	São Luís - 03a Vara	1653	2418	2220	37,57
14º	São Luís - 01a Vara	1638	2314	2088	37,90
15º	Santa Inês - 01a Vara	1768	3154	3465	39,73
16º	Caxias - 01a Vara	1666	2230	2298	43,74
17º	Imperatriz - 02a Vara	1207	3802	5646	44,52

18°	São Luís - 07a Vara	1639	2052	2075	44,75
19°	Barreirinhas - 01a Vara	1066	922	669	46,86
20°	Pinheiro - 01a Vara	1758	3685	5238	47,33
21°	São Luís - 05a Vara	1643	2142	2764	51,40
22°	Imperatriz - 01a Vara	1805	4268	8298	57,76
23°	Timon - 01a Vara	1589	855	601	60,96
Resultado do Regional		34384	51176	52590	41,16



Período de Referência: 01/01/18 a 31/12/18

Gráfico 01

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO

O índice de conciliação, no ano de 2018 ficou assim definido:

Vara do Trabalho	Índice de Conciliação (%)
Estreito - 01a Vara	60
São João dos Patos - 01a Vara	53,56
Balsas - 01a Vara	50,2
São Luís - 05a Vara	44,86
São Luís - 03a Vara	44,81
São Luís - 06a Vara	42,71
São Luís - 02a Vara	42,47
São Luís - 01a Vara	42,17
São Luís - 07a Vara	41,11
São Luís - 04a Vara	38,79
Timon - 01a Vara	36,86

Caxias - 01a Vara	32,66
Presidente Dutra - 01a Vara	30,69
Açailândia - 01a Vara	29,69
Pedreiras - 01a Vara	27,43
Barra do Corda - 01a Vara	26,15
Chapadinha - 01a Vara	22,14
Santa Inês - 01a Vara	21,55
Barreirinhas - 01a Vara	19,62
Bacabal - 01a Vara	18,62
Pinheiro - 01a Vara	18,49
Imperatriz - 01a Vara	15,73
Imperatriz - 02a Vara	9,96

Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento - 2018

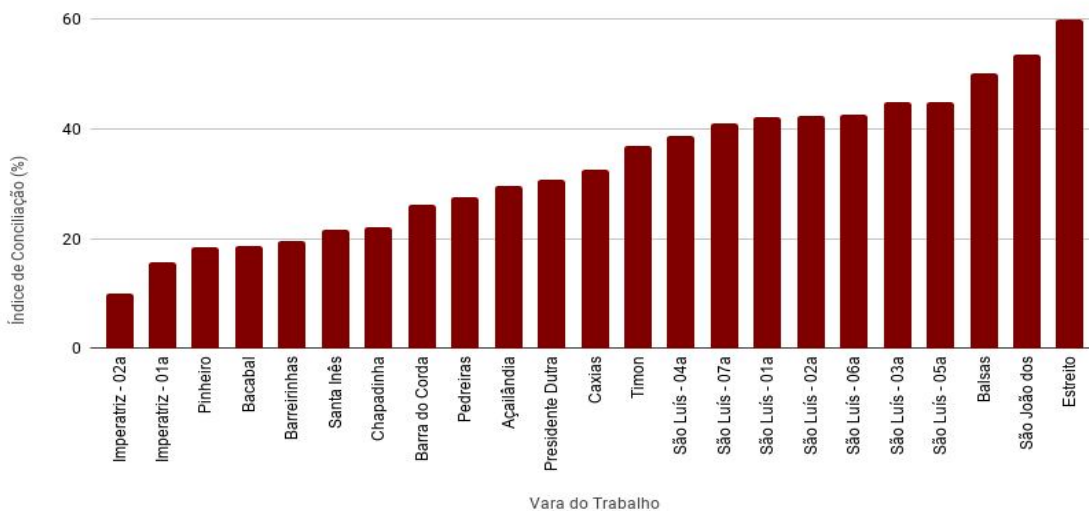


Gráfico 02

A Portaria GP nº 1254/2014, que estabeleceu metas a serem alcançadas por este Regional no período de 2015/2020, registrou que, para o ano de 2018, a meta para o índice de conciliação seria aumentar o referido índice em 6% em relação à média do biênio passado (2013/2014).

Considerando que a média entre os índices de conciliação do biênio de 2013/2014 foi de 28,75%, bem como que o índice de conciliação no ano de 2018 foi de 33,49%, nota-se que o Regional **não cumpriu a referida meta.**

TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO.

A meta do Tribunal para o ano de 2018, conforme a Portaria GP nº 1254/2014, consiste em reduzir para igual ou menor que 64% a taxa de congestionamento na fase de execução. No exercício anterior (2017), a taxa de congestionamento na fase de execução foi de 80,61%.

O quadro demonstrativo da taxa de congestionamento na fase de execução no ano de 2018, por Vara do Trabalho, conforme relatório emitido pelo e- gestão, é o seguinte:

Taxa de Congestionamento na Fase de Execução no TRT16					
Período de Referência: 01/01/18 a 31/12/18					
Ordem	Vara do Trabalho	Casos Novos	Baixados	Pendentes em 31/12/2017	Taxa de Congestionamento (%)
1º	Imperatriz - 02a Vara	787	955	1395	56,23
2º	Barreirinhas - 01a Vara	389	449	699	58,73
3º	São João dos Patos - 01a Vara	512	729	1447	62,79
4º	Timon - 01a Vara	330	463	1057	66,62
5º	Presidente Dutra - 01a Vara	171	420	1095	66,82
6º	São Luís - 02a Vara	730	1158	3106	69,81
7º	Açailândia - 01a Vara	273	681	2075	71,00
8º	São Luís - 06a Vara	753	1313	4158	73,26
9º	São Luís - 01a Vara	468	843	2710	73,47
10º	Estreito - 01a Vara	506	614	1842	73,85
11º	Santa Inês - 01a Vara	246	610	2140	74,43
12º	Bacabal - 01a Vara	262	530	1826	74,62
13º	Chapadinha - 01a Vara	1473	718	1528	76,07
14º	São Luís - 03a Vara	727	860	3100	77,53
15º	São Luís - 05a Vara	522	918	3688	78,19
16º	Barra do Corda - 01a Vara	1063	837	3007	79,43
17º	Balsas - 01a Vara	440	464	1875	79,96
18º	Pinheiro - 01a Vara	202	802	3920	80,54
19º	São Luís - 07a Vara	434	278	1018	80,85
20º	Pedreiras - 01a Vara	69	178	931	82,20
21º	São Luís - 04a Vara	314	681	3845	83,63
22º	Caxias - 01a Vara	775	491	2575	85,34
23º	Imperatriz - 01a Vara	382	363	2813	88,64
Resultado do Regional		11828	15355	51850	75,89

Da análise do quadro acima verifica-se que, no ano de 2018, o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região **não cumpriu a meta**.

Taxa de Congestionamento - Fase de Execução 2018

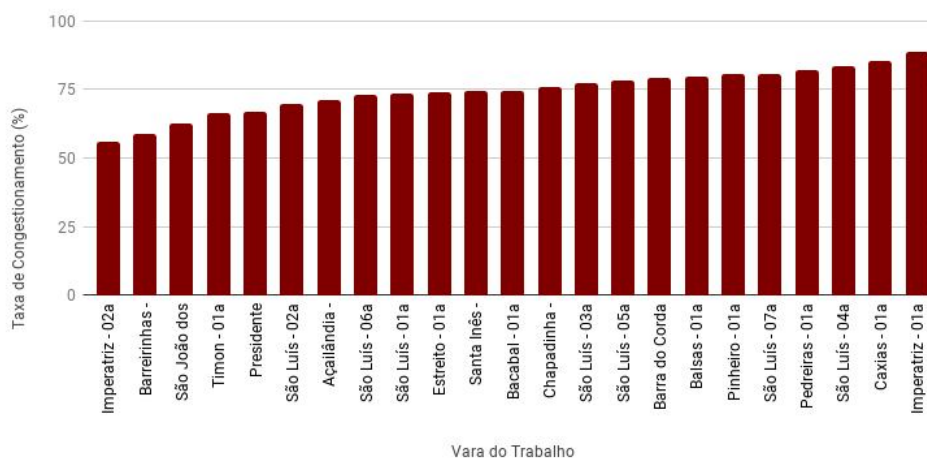


Gráfico 03

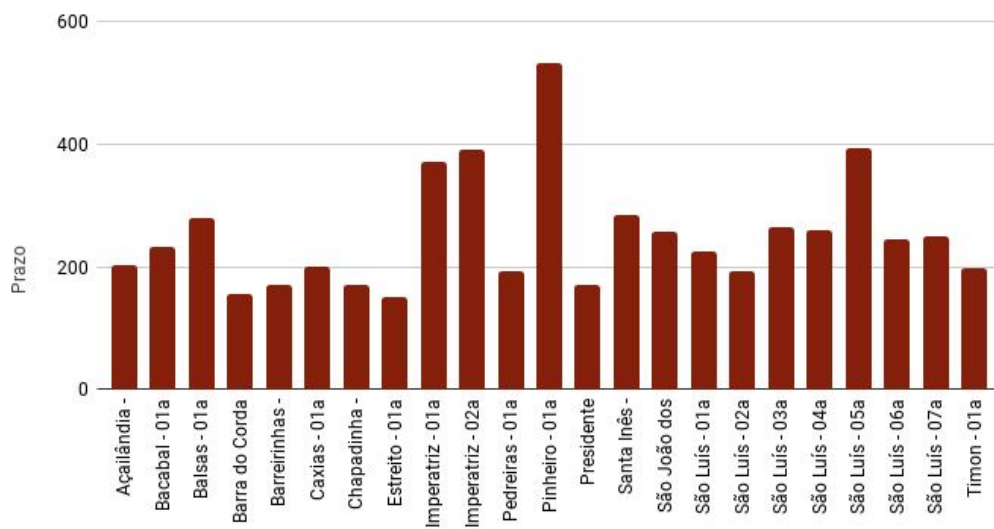
PRAZOS MÉDIOS DE JULGAMENTO

Abaixo, o demonstrativo do prazo médio de julgamento, por vara, no ano de 2018.
(Fonte: e - gestão):

Prazo Médio (em dias) do Ajuizamento da Ação até a Prolação de Sentença por Vara do Trabalho									
Período de Referência de 01/01/18 a 31/12/18									
Vara do Trabalho	UF	Data da Última Remessa	Do Ajuizamento da Ação até a Prolação da Sentença						
			Rito Sumaríssimo		Exceto Rito Sumaríssimo		Total		
			Qtde	Prazo	Qtde	Prazo	Qtde	Prazo	
Açailândia - 01a Vara	MA	31/1/2019	490	120,63	912	245,68	1.402	201,98	
Bacabal - 01a Vara	MA	31/1/2019	729	219	1.975	237,79	2.704	232,72	
Balsas - 01a Vara	MA	31/1/2019	440	179,95	499	366,9	939	279,30	
Barra do Corda - 01a Vara	MA	31/1/2019	323	81,23	1.641	169,18	1.964	154,71	
Barreirinhas - 01a Vara	MA	31/1/2019	152	113,24	934	178,17	1.086	169,08	
Caxias - 01a Vara	MA	31/1/2019	666	149,66	947	237	1.613	200,94	
Chapadinha - 01a Vara	MA	31/1/2019	328	148,64	2.200	174,28	2.528	170,95	
Estreito - 01a Vara	MA	31/1/2019	511	125,87	850	165,61	1.361	150,69	

Imperatriz - 01a Vara	MA	31/1/2019	574	277,94	3.775	383,36	4.349	369,45
Imperatriz - 02a Vara	MA	31/1/2019	626	348,37	3.802	396,12	4.428	389,36
Pedreiras - 01a Vara	MA	31/1/2019	235	131,4	542	220,57	777	193,60
Pinheiro - 01a Vara	MA	31/1/2019	829	481,14	1.446	558,43	2.275	530,26
Presidente Dutra - 01a Vara	MA	31/1/2019	491	101,46	1.197	199,28	1.688	170,82
Santa Inês - 01a Vara	MA	31/1/2019	420	136,63	1.649	323,17	2.069	285,30
São João dos Patos - 01a Vara	MA	31/1/2019	293	192,22	505	293,63	798	256,39
São Luís - 01a Vara	MA	31/1/2019	903	157,35	1.050	281,18	1.953	223,93
São Luís - 02a Vara	MA	31/1/2019	1.007	136,53	1.084	243,54	2.091	192,01
São Luís - 03a Vara	MA	31/1/2019	1.048	182,31	1.028	346,37	2.076	263,55
São Luís - 04a Vara	MA	31/1/2019	983	204,36	1.163	307,08	2.146	260,03
São Luís - 05a Vara	MA	31/1/2019	1.009	286,93	1.082	493,71	2.091	393,93
São Luís - 06a Vara	MA	31/1/2019	1.023	183,2	1.159	297,42	2.182	243,87
São Luís - 07a Vara	MA	31/1/2019	892	196,14	1.076	294,54	1.968	249,94
Timon - 01a Vara	MA	31/1/2019	399	166,16	654	217,26	1.053	197,90
Total			14371	202,82	31170	304,13	45541	272,16

Prazo Médio - Julgamento



Prazo Médio (em dias) do Ajuizamento da Ação até a Prolação de Sentença por Vara do Trabalho/Período de

Gráfico 04

• **Prazo para realização da 1ª Audiência (Sistema E- Gestão)**

<u>Prazos Médios (em dias), para a a primeira audiência</u>				
Período de Referência de 01/01/18 a 31/12/18				
Vara do Trabalho	UF	Data da Última Remessa	Fase de Conhecimento	
			A partir do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	
			Rito Sumaríssimo	Exceto Rito Sumaríssimo
Açailândia - 01a Vara	MA	31/1/2019	112,51	120,22
Bacabal - 01a Vara	MA	31/1/2019	177,88	180,54
Balsas - 01a Vara	MA	31/1/2019	71,87	109,56
Barra do Corda - 01a Vara	MA	31/1/2019	49,29	72,07
Barreirinhas - 01a Vara	MA	31/1/2019	92,30	86,44
Caxias - 01a Vara	MA	31/1/2019	77,05	98,79
Chapadinha - 01a Vara	MA	31/1/2019	107,00	124,22
Estreito - 01a Vara	MA	31/1/2019	72,76	96,88
Imperatriz - 01a Vara	MA	31/1/2019	222,78	266,74
Imperatriz - 02a Vara	MA	31/1/2019	264,10	341,17
Pedreiras - 01a Vara	MA	31/1/2019	69,51	120,72
Pinheiro - 01a Vara	MA	31/1/2019	369,35	403,13
Presidente Dutra - 01a Vara	MA	31/1/2019	73,97	77,45
Santa Inês - 01a Vara	MA	31/1/2019	100,77	194,86
São João dos Patos - 01a Vara	MA	31/1/2019	141,52	165,38
São Luís - 01a Vara	MA	31/1/2019	102,04	121,76
São Luís - 02a Vara	MA	31/1/2019	89,98	111,58
São Luís - 03a Vara	MA	31/1/2019	110,96	131,44
São Luís - 04a Vara	MA	31/1/2019	110,34	124,89
São Luís - 05a Vara	MA	31/1/2019	135,79	160,59
São Luís - 06a Vara	MA	31/1/2019	96,72	109,34
São Luís - 07a Vara	MA	31/1/2019	112,41	124,23
Timon - 01a Vara	MA	31/1/2019	98,39	116,60
Total			133,86	161,61

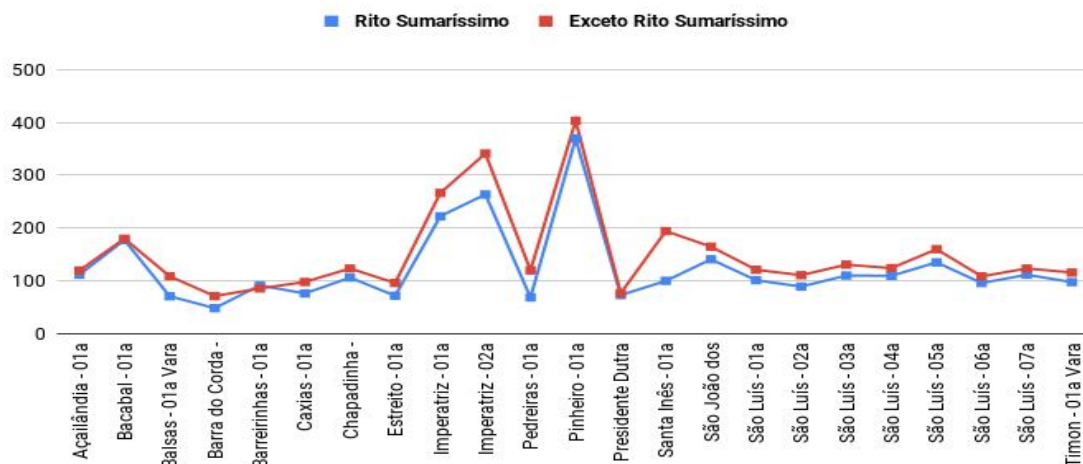


Gráfico 05

OUTRAS ATIVIDADES

- Atualização do link da Corregedoria no site do TRT 16ª Região, com a publicação do calendário das correições ordinárias a serem realizadas, dos editais respectivos, das atas de correição, dos relatórios, provimentos etc.;
- Coleta dos dados a partir de relatórios do SAPT1 e do e-Gestão, para verificação do cumprimento das Metas Prioritárias do Judiciário Nacional e dos indicadores de desempenho acompanhados pela Corregedoria;
- Análise dos dados estatísticos para orientação no redirecionamento de práticas;
- Expedição de 292 (duzentos e noventa e dois) memorandos e 138 (cento e trinta e oito) ofícios;
- Designação de Juízes Substitutos para auxiliar as Varas do Trabalho;
- Elaboração da Tabela de Acúmulo de Jurisdição para fins de pagamento da GECJ – Gratificação por exercício cumulativo de jurisdição.

3 DIRETORIA-GERAL

As atribuições da Diretoria Geral de Secretaria, elencadas na Seção 3, Arts. 11 a 16 do Regulamento Geral deste Tribunal, são as seguintes:

ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA-GERAL		
planejamento, direção, coordenação e supervisão de todas as atividades administrativas do Tribunal	atividades delegadas pela Presidência (Portaria GP nº 439/2018)	participar da elaboração da Proposta orçamentária

No exercício de 2018, a Diretoria-Geral empenhou-se em cumprir suas atividades observando as leis, normas e atos internos, buscando assegurar a regularidade dos atos administrativos no Regional, deles dando conhecimento à Presidência desta Corte Trabalhista.



Por intermédio dos serviços que compõem esta Diretoria-Geral, foram implementadas ações com os seguintes objetivos:



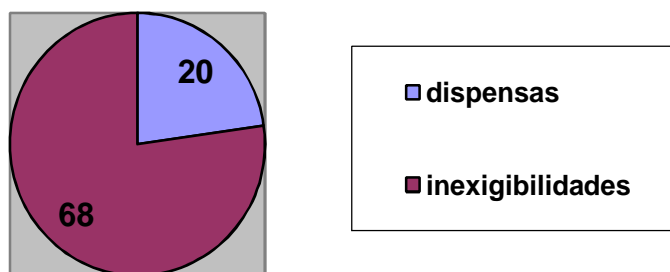
A utilização da modalidade de licitação Pregão Eletrônico, bem como da sistemática de Registro de Preços, proporcionou eficácia e economicidade nos processos de compras de materiais permanentes e de consumo, bem como na contratação de serviços, permitindo que se obtivessem resultados surpreendentes em economia efetiva ao Erário.

Como resultado do processo de execução orçamentária dos recursos disponibilizados para o exercício em comento, destinados a investimentos e outras despesas correntes, destacamos aquisições de bens e contratações de obras e serviços destinados a melhoria do desempenho da Justiça do Trabalho no Estado do Maranhão, quais sejam.

RESULTADOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
BENS ADQUIRIDOS				
Imóvel para construção de estacionamento (PA 575/2018)	120 Multifuncionais Laser Monocromáticas fabricante HP, marca Samsung, Modelo SL-M33775PD (PA 7233/2018)	04 impressoras laser monocromática (Porte maior) fabricante okidata, modelo es5112 (PA1023/2018)	04 veículos oficiais de serviço, tipo caminhonete Pick Up, destinadas às Varas Trabalhistas de Açailândia, Barreirinhas, Chapadinha e Pinheiro (PA 6421/2018)	02 veículos oficiais de serviço, tipo Perua Leve (PA 347/2017)
02 impressoras multifuncionais laser monocromática (porte maior), marca/fabricante: Lexmark, modelo: MX711 (PA 7233/2018)	100 microcomputadores portáteis (PA 6195/2017)	01 veículo automotor Toyota Corolla XEi 2018 (PA 6694/2017)	65 Impressoras Laser Monocromáticas (Porte Menor), fabricante HP, marca Samsung, Modelo: SL-M2835dw (PA 7227/2017)	08 Impressoras Laser Monocromáticas (até 5KG), fabricante HP, Marca Samsung, modelo SL-M2020W (PA 7227/2017)
04 Impressoras Samsung SL – C3010ND – PRINTER LASER COR A4 30 PPM (PA 7227/2017)			20 Impressoras Samsung SL –C3010 ND-PRINTER LASSER COR A430PPM (PA 7227/2017)	
CONTRATAÇÕES DE OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA				
Elaboração de projetos executivos e complementares para reforma do Pavimento Térreo, Fachada do Ed. Sede e modernização das instalações elétricas do Ed. Sede (PA 1778/2018)			Fornecimento, montagem e instalação de 03 elevadores novos, e desmontagem de 03 elevadores instalados (PA 9365/2017)	
CONTRATAÇÕES DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA				
Copeiras (PA 3199/2018)	Garçons (PA1908/2018)	Auxiliar em saúde bucal (PA 3468/2018)	Bombeiro Hidráulico (PA 2454/2018)	Manutenção Predial (PA 2454/2018)
Manutenção preventiva e corretiva na rede de telefonia e da Central de PABX (PA 6354/2017)			Remanescente de limpeza, conservação e higienização de todas as unidades deste Tribunal (PPA 6610/2018)	

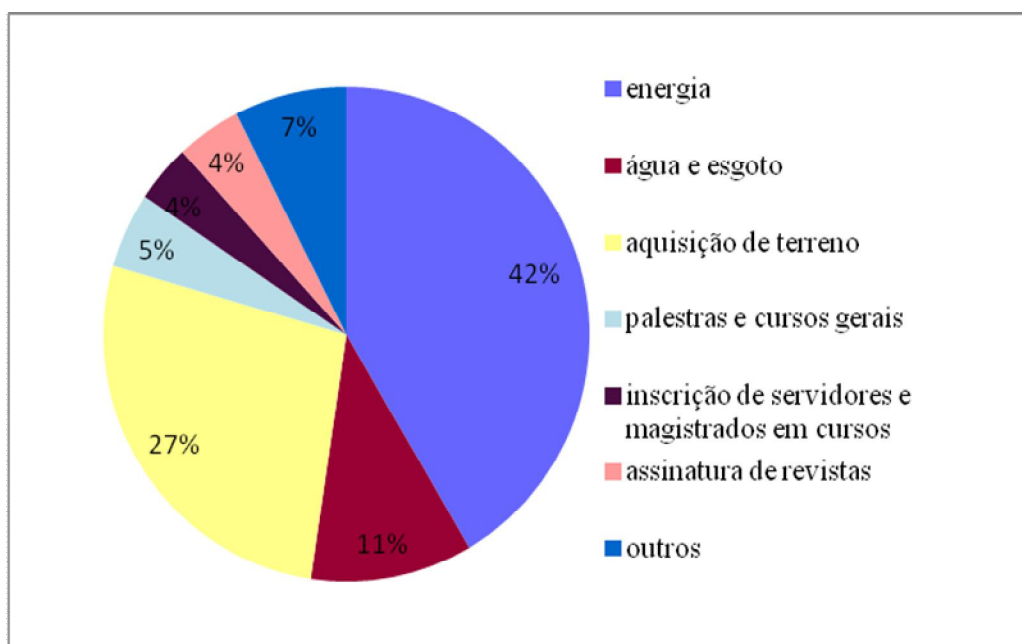
CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS				
Seguro total para os 53 veículos pertencentes à frota oficial deste Tribunal (PA 3454/2018)	Manutenções nos no-breaks (PA 5859/2017)	Telefonia na modalidade Discagem Direta Gratuita - DDG (0800) destinada à Ouvidoria (PA 6087/2017)	Manutenção dos equipamentos odontológicos e médicos (PA 7937/2017)	Publicação em jornal de grande circulação diária no Estado do Maranhão (PA 3237/2018)
Manutenção no Sistema de Automação de Biblioteca (PA 6378/2017)	Telefonia fixa comutada, de fixo-fixo e fixo-móvel, na modalidade local (PA 2977/2018)	Organização e gerenciamento de eventos (PAs 5741/2017 e 1893/2018)	Fornecimento de refeições leves	Cobertura foto jornalística (PA 8032/2017)
Fornecimento de água mineral potável, para o prédio-sede deste Tribunal, Fórum Astolfo Serra e para as Varas do Trabalho de Balsas, Barra do Corda, Caxias, Imperatriz e Timon (PA 4892/2018)				
CONTRATAÇÕES / AQUISIÇÕES DE TI				
Fornecimento de licença de uso de ferramenta de gestão de serviços terceirizados (PA 2638/2018)	Implantação do Datacenter e seus subsistemas (PA 1074/2018);	Suporte técnico para sala cofre (PA 4263/2018)	Computação em nuvem (PA 7224/2017)	Emissão de certificados digitais (PA 5594/2018)
Suporte técnico especializado, para solução de armazenamento de dados - STORAGE (PA 2499/2018)	Solução de alta disponibilidade de Next Generation Firewall (PA 2501/2018)	Aquisição de ativos de rede - switches LAN (PA 6394/2018)	Aquisição de ativos de rede - switches SAN (PA 6406/2018)	Aquisição de 12 licenças de software CoreDraw Graphics Suite (PA 7545/2018)
Aquisição de 01 licença de software Auto Desk Auto-Cad (PA 7584/2018)	Aquisição 07 licenças de software Auto Desk Auto-Cad LT (PA 7583/2018)	Aquisição de 03 licenças do software Sketchup Pro (PA 7580/2018)	Aquisição de 60 câmeras (WEBCAM) e de 60 caixas de som, para videoconferência (PA 2882/2018)	Aquisição e instalação de infraestrutura de backup (PA 6503/2018);
Aquisição de software para ampliação e modernização do DATACENTER (PA 7043/2018)	Aquisição 01 licença do software Autodesk Revit e 02 licenças do software Autodesk Architecture, Engineering e Construction Collection (PA 7582/2018)	Garantia para dois switches (PA 8211/2017)	Licenças de uso de software na nuvem de Business Intelligence para controle e acompanhamento de produtividade judicial, metas nacionais e dados administrativos, a partir do smartphone, para o 1º e 2º graus (PA 7041/2017)	Aquisição de 12 (doze) licenças de software Adobe Photoshop (PA 7544/2018)
OUTROS				
Locação de Imóvel para abrigar as instalações provisória da Vara Trabalhista de Imperatriz (PA 2322/2017)		Cessão de uso, a título oneroso, de espaço para exploração dos serviços de Restaurante e Lanchonete no Prédio Sede e no Forum Astolfo Serra (PA 575/2018)		

No exercício de 2018, foram realizadas 88 (oitenta e oito) contratações diretas, sendo:



Do total de contratações diretas, 54,55% foram para realização de palestras e inscrição de magistrados e servidores em cursos, alinhados aos objetivos estratégicos de promover a qualidade de vida e a formação continuada do quadro funcional.

Destacam-se ainda as contratações de energia elétrica (41,57% do valor total), aquisição de terreno para estacionamento dos servidores e magistrados (27,14% do valor total) e fornecimento de água e coleta de esgoto (10,78% do valor total), como se observa no: gráfico a seguir (valores arredondados)



A seguir destacamos os principais Termos de Cooperação Técnica, Convênio e Termos de Parcerias firmados no exercício de 2018:

TERMO/CONVÊNIO	OBJETO	RESULTADOS
Termo de Cooperação Técnica celebrado com a CEMAR (PA 597/2018)	implementação do Projeto de Eficiência Energética	troca de todas as lâmpadas atuais do prédio sede e do Fórum Astolfo Serra, sede das Varas do Trabalho de São Luís, por lâmpadas LED, sem ônus para este Regional, o que pode gerar uma redução do consumo de energia elétrica estimada em 20% nos dois prédios da Justiça do Trabalho na capital
Convênio com Instituto entre Rodas e Batom (PA 947/2018)	arrecadação de lacres de latinhas metálicas	aquisição, pela ONG entre Rodas, de cadeiras de rodas para crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais
Convênio com o Banco SANTANDER (PA 2637/2017)	crédito consignado em folha de pagamento	oferta de mais opções quando da tomada de créditos consignados
Termo de Parceria celebrado com a GEAP (PA 1237/2017)	oferecimento de Ginástica laboral a servidores e magistrados	benefícios para a saúde e aumento da qualidade de vida

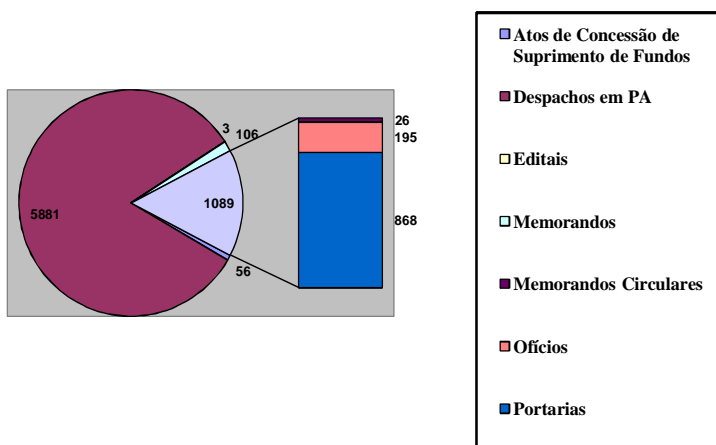
Elaboração de minutas de despachos em processos administrativos, objetivando os trâmites de rotina, relacionados a aquisições de materiais e contratação de serviços/obras	Elaboração de minutas de despachos de reconhecimento de inexigibilidade e dispensa de licitação, bem como autorização de emissão de empenho, pagamento de notas fiscais/recibos e de diárias e disponibilização no site deste Tribunal;	Elaboração de minutas de despachos de autorização de pagamento de notas fiscais/recibos e de diárias, bem como de autorização de emissão de empenho
Elaboração de minutas de despachos de aprovação de Termos de Referência/Projetos Básicos; de adjudicação de procedimento licitatório, quando há interposição de recursos pelos licitantes, e de homologação de procedimento licitatório	Pré-análise de recursos interpostos por licitantes, submetendo-os para a unidade competente para emissão de parecer, a fim de subsidiar a decisão do Diretor-Geral	Instrução do processo administrativo de adesão à ata de registro de preços com toda a documentação necessária, quando solicitado
Elaboração de minuta do Relatório de Gestão a ser enviado ao Tribunal de Contas da União, tomando por base as informações prestadas pelas Unidades competentes	Instrução dos processos de exoneração, vacância, remoção e redistribuição de servidores, a serem submetido ao Diretor-Geral, para fins de encaminhamento à Presidência deste Tribunal	Elaboração de minutas de portarias de concessão de diárias, bem como o controle de todas as portarias expedidas, publicação e divulgação no TRT on-line

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS:

Cumprindo suas atribuições regulamentares, esta Diretoria-Geral, por intermédio da sua Seção Administrativa, desenvolveu as seguintes atividades:

QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Expedientes da Diretoria-Geral



3.1 Secretaria de Orçamento e Finanças

A Secretaria de Orçamento e Finanças vinculada à Diretoria-Geral, cuja competência e estrutura foram estabelecidas nos art. 62 a 66 do Regulamento-Geral deste Regional é atualmente composta por 05 (cinco) servidores.

Esta Secretaria desenvolveu e executou neste exercício, todas as atividades referentes aos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados a este Regional, conforme abaixo:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – FINANCEIRA se baseou na Lei N° 13.473, de 08 de agosto de 2017 – LDO 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018.

A disponibilidade orçamentária para o exercício ocorreu a partir da sanção da Lei Orçamentária Anual, Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2018, que estimou a receita e estabeleceu os limites das despesas a serem executadas no exercício.

O Orçamento de 2018 recebeu dotação inicial no importe de R\$ 221.318.635,00 (duzentos e vinte e um milhões, trezentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais), sendo:

- R\$ 199.986.048,00 (cento e noventa e nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil e quarenta e oito reais) destinados ao Orçamento Fiscal;
- R\$ 21.332.578,00 (vinte e um milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e setenta e oito reais) destinados ao Orçamento da Seguridade Social.

O Grupo de Despesas de Pessoal foi contemplado com recursos no montante de R\$ 179.745.619,00 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais), destinados à cobertura de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista e Obrigações Patronais representando 81,22% dos recursos inicialmente aprovados.

O Grupo de Despesas de Custeio foi inicialmente contemplado com o importe de R\$ 41.573.016,00 (quarenta e um milhões, quinhentos e setenta e três mil e dezesseis reais) equivalente a 18,78% do orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Custeio da Unidade	R\$ 21.638.115,00;
Comunicação e Divulgação Institucional.....	R\$ 250.000,00;
Assist. Jurid. Pessoas Carentes	R\$ 250.000,00;
Investimento	R\$ 2.767.676,00;
Benefícios Assistenciais.....	R\$ 11.906.340,00;
Projetos.....	R\$ 1.500.000,00;
Auxílio Moradia Agentes Públicos.....	R\$ 3.260.885,00.

A dotação orçamentária inicial teve um acréscimo de R\$ 8.115.948,00 (oito milhões, cento e quinze mil, novecentos e quarenta e oito reais), provenientes das seguintes suplementações:

Despesa de Pessoal Ativo.....	R\$ 2.086.850,00;
Despesa de Pessoal Ativo.....	R\$ 6.014.098,00;
Assistência Jurídica P. Carentes	R\$15.000,00;

Com a realização dessas alterações, a disponibilidade de recursos orçamentários em 2018 apresentou um total de R\$ 229.434.583,00 (duzentos e vinte e nove milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais).

No Orçamento de 2018 também foram recebidos destaques no montante de R\$ 5.812.214,00 e executados da seguinte forma:

Precatórios da Adm. Direta	R\$ 5.747.711,00;
Precatórios da Adm. Indireta.....	R\$ 64.503,00;

Além disso, este Regional recebeu Provisões do Orçamento do Tribunal Superior do Trabalho no valor de R\$ 9.189.279,73 para aplicação nos projetos abaixo:

Manut. Sist. Nacional de Tecnologia	R\$ 5.075.202,73;
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	R\$ 191.876,00;

Programa Combate ao Trabalho Infantil.....	R\$	40.400,00;
Programa Trabalho Seguro	R\$	37.850,00.
Sentenças Judiciais Transit. em Julgado (RPV).....	R\$	3.843.951,00.

A Secretaria de Orçamento e Finanças deste TRT elaborou e enviou à Coordenadoria de Orçamento e Finanças do CSJT/TST e à SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério da Fazenda:

Proposta Prévia Orçamentária – POP 2019;

Proposta Orçamentária Anual – POA 2019;

Lançamentos no Sistema SIOP;

Créditos Suplementares durante todo o exercício de 2018.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PRÉVIA – 2019

A Proposta Orçamentária Prévia de 2019 foi enviada para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, em maio de 2018, onde registramos as reais necessidades orçamentárias para manutenção deste Regional, além de todos os projetos essenciais ao seu funcionamento.

A POP 2019 totalizou R\$ 216.602.762,00 (duzentos e dezesseis milhões, seiscentos e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais), conforme demonstrado abaixo:

Pagamentos de Pessoal Ativo	R\$	133.791.507,00;
Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	R\$	22.151.979,00;
Contribuição Patronal (CPSSS)	R\$	24.837.465,00;
Custeio – Administração da Unidade	R\$	18.939.586,00;
Capacitação de Recursos Humanos	R\$	765.000,00;
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	R\$	300.000,00;
Manutenção de Vara Itinerante	R\$	250.000,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	R\$	250.000,00
Comunicação e Divulgação Institucional	R\$	150.000,00;
Auxílio Moradia dos Agentes Públicos	R\$	3.260.885,00;
Benefícios Assistenciais	R\$	11.843.556,00;
Auxílio Funeral e Natalidade	R\$	62.784,00;

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2019

A Proposta Orçamentária Anual de 2019 foi enviada em 19 de julho de 2018 ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho/CSJT e registrada no SIGEO/SIOP, obedecendo aos limites referenciais informados pelo CSJT através da Mensagem SEOFI/CSJT N° 026/2018, de 16/07/2018, no importe de R\$ 218.001.257,00 (duzentos e dezoito milhões, um mil, duzentos e cinquenta e sete reais), sendo:

Pagamento de Pessoal Ativo	R\$ 133.791.507,00;
Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	R\$ 22.813.074,00;
Contribuição Patronal (CPSSS).....	R\$ 23.149.160,00;
Custeio - Administração da Unidade	R\$ 18.739.586,00;
Manutenção do Sistema Integrado de TI	R\$ 2.091.624,00;
Capacitação de Recursos Humanos	R\$ 950.000,00;
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	R\$ 315.000,00;
Manutenção de Vara Itinerante.....	R\$ 250.000,00;
Auxílio Moradia dos Agentes Públicos	R\$ 3.260.885,00;
Assistência Jurídica à Pessoas Carentes.....	R\$ 352.124,00;
Comunicação e Divulgação Institucional.....	R\$ 150.000,00;
Benefícios Assistenciais.....	R\$ 12.075.513,00;
Auxílio Funeral e Natalidade.....	R\$ 62.784,00;

CRÉDITOS ADICIONAIS – 2018

Para uma melhor execução do Orçamento do Exercício de 2018 foram solicitados os seguintes remanejamentos, conforme tabela abaixo:

REMANEJAMENTO DE RECURSOS

TIPO	CONTROLE SIOP	DESCRIÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO
911	110.102	216H/0000: Ajuda de Custo p/Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos o		2.750.011
		216H/AMMM: Ajuda de custo p/moradia a magistrados e membros do Ministério Público ativos	2.547.840	
		216H/AMOA: Auxílio moradia p/outros agentes públicos ativos.	202.171	
407	142.499	COMUN. E DIV. INSTITUCIONAL		75.000
		ASSIST. MÉDICO-ODONT.	75.000	
200	142.495	CONST. FORUM IMPERATRIZ		1.500.000
		AQUIS IMÓVEL/CONST ESTAC	1.500.000	
911	146.889	AUX FUNERAL E NATALIDADE		13.000
		ASSISTÊNCIA PRE-ESCOLAR		85.000
		AUX TRANSPORTE SERVIDOR	200	

		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	97.800	
402a	146.887	AJUDA CUSTO P/MORADIA-MAG		18.000
		AUXÍLIO MORADIA - SERVIDORES		50.000
		BENEFÍCIO (AUX ALIMENTAÇÃO)	68.000	
407	146.888	AJUDA CUSTO P/MORADIA-MAG		32.000
		APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JT	32.000	
403d	146.889	APRECIÇÃO CAUSAS JT - GND4		110.502
		APRECIÇÃO CAUSAS JT - GND3	110.502	

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (SIOP)

A Secretária de Orçamento e Finanças desempenha, também, a função de Coordenador de Ações do TRT, onde, através do SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) realiza semestralmente lançamentos das Metas Físicas Cumulativas e Não Cumulativas pertencentes às Ações Orçamentárias vinculadas a este Regional.

As Metas Físicas atualizadas e lançadas mensalmente fazem parte do Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista e constam registradas da seguinte forma:

00M1 - Benefícios Assistenciais - Auxílio Funeral e Natalidade.

2004 - Assistência Médica e Odontológica;

2010 - Assistência Pré-Escolar;

2011 - Auxílio Transporte;

2012 - Auxílio Alimentação;

2549 – Comunicação e Divulgação Institucional;

Meta: Matérias veiculadas.

4224 – Assistência Jurídica à Pessoas Carentes;

Meta: Pessoas Assistidas.

4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho;

P.O. 001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Meta: Processos Julgados;

P.O. 002 - Capacitação de Recursos Humanos.

Meta: Servidor Capacitado.

P.O. 003 - Manutenção de Vara Itinerante.

Meta: Vara Mantida.

P.O. 005 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Meta: Magistrado Capacitado.

14R8 - Construção Ed. Sede do Fórum Trabalhista de Imperatriz.

Meta: Ed. Construído. Percentual de execução física.

216H - Auxílio Moradia de Agentes Públicos.

Meta: Agente Público Beneficiado.

As informações relativas aos quantitativos das Metas Físicas executadas são encaminhadas semestralmente para esta Secretaria pelas seguintes unidades:

- Coordenadoria de Gestão de Pessoas (informa os servidores/magistrados que receberam os benefícios: auxílio- alimentação, auxílio-saúde, auxílio-creche e auxílio-transporte);
- Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa (informa o número de processos julgados na 1ª e 2ª instância);
- Escola Judicial (informa o número de servidores/magistrados capacitados no mês);
- Seção de Comunicação Social: informa a quantidade de publicações veiculadas no mês.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos aplicados (liquidados) no exercício de 2018, incluindo-se destaques e provisões, totalizaram R\$ 237.670.314,45 (duzentos e trinta e sete milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos), o que representa 96,57% dos recursos disponibilizados para o exercício, conforme abaixo discriminado.

CONTA	DOTAÇÃO RECEBIDA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	% de aplicação
Pessoal de Pessoal Ativo	137.886.016,00	136.190.302,28	98,77
<input type="checkbox"/> Despesas de Exercícios Anteriores		1.674.464,56	
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	23.370.905,00	22.012.016,35	94,19
<input type="checkbox"/> Despesas de Exercícios Anteriores		1.358.888,65	
Obrigações Patronais	26.609.646,00	24.113.354,20	90,62
<input type="checkbox"/> Despesas de Exercícios Anteriores		64.918,82	
Apreciação de Causas na Justiça Trabalhista	20.987.949,00	18.286.398,81	87,13
<input type="checkbox"/> Diárias		1.327.091,22	
<input type="checkbox"/> Passagens		653.622,33	
<input type="checkbox"/> Locação de Mão de Obra (Contratos)		6.053.797,86	
<input type="checkbox"/> Serv. Terceiros. Pessoa Jurídica (Contratos)		5.843.853,49	
<input type="checkbox"/> Equipamentos/Material Permanente		1.571.956,43	
<input type="checkbox"/> Outros Custeios		2.628.084,61	
<input type="checkbox"/> Despesas de Exercícios Anteriores		207.992,87	
Capacitação de Recursos Humanos	900.000,00	899.510,28	99,95
Manutenção do Sistema Integrado de Gestão TI	1.999.842,00	1.710.584,74	85,54
Manutenção de Vara do Trabalho Itinerante	250.000,00	250.000,00	100
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	300.000,00	300.000,00	100
Comunicação e Divulgação Institucional	250.000,00	104.522,31	41,81
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	250.000,00	247.593,44	99,04
Auxílio Funeral/Natalidade	49.784,00	46.937,23	94,28
Assistência Médica e Odontológica	4.050.780,00	4.037.662,46	99,68
Assistência Pré-Escolar	1.030.436,00	1.023.454,63	99,32
Auxílio Alimentação	6.915.860,00	6.863.869,41	99,25
Auxílio Transporte	2.480,00	2.277,80	91,85
Ajuda de Custo p/Moradia ou Aux. Moradia Ag. Pub.	3.260.885,00	3.137.479,42	96,22
Construção Fórum Trabalhista de Imperatriz/MA	1.500.000,00	0,00	0,00

Aquisição de Imóvel para Estacionamento do TRT	1.500.000,00	1.100.000,00	73,33
Programa Trabalho Seguro	37.850,00	22.872,31	60,73
Programa Combate ao Trabalho Infantil	40.400,00	31.480,04	77,92
Manutenção do Sistema Nacional de T.I.	5.075.202,73	4.607.834,36	90,79
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	191.876,00	187.931,00	97,94
Sentenças Judiciais Transitado em Julgado	3.843.951,00	3.842.424,71	99,96
Precatórios da Administração Direta	5.747.711,00	5.489.034,46	95,50
Precatórios da Administração Indireta	64.503,00	64.502,18	100
TOTAL	246.116.076,73	237.670.314,45	96,57

A execução do exercício em relação a Restos a Pagar Não Processados, oriundo de despesas não pagas nos exercícios anteriores e inscritas no exercício de 2018, foi da ordem de R\$ 5.725.884,48 (cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), incluindo destaques e provisões, sendo:

Pessoal Ativo da União	R\$ 6.476,41;
Capacitação de Recursos Humanos	R\$ 27.297,00;
Comunicação e Divulgação Institucional.....	R\$ 12.270,00;
Custeio - Administração da Unidade	R\$3.846.669,99;
Ajuda de Custo p/Moradia Agentes Públicos.....	R\$ R\$3.925,00;
Trabalho Seguro.....	R\$ 12.000,00;
Combate ao Trabalho Infantil.....	R\$ 1.300,00;
Manut. do Sistema Nac. Gestão Integrada de T.I.....	R\$ 523.562,45;
Desenvolv. e Implant. do Sistema de Proc. dados.....	R\$ 29.500,96;
Modernização de Instalações Físicas da JT.....	R\$1.262.882,67;

A execução do exercício em relação a Restos a Pagar Processados, oriundo de despesas não pagas nos exercícios anteriores e inscritas no exercício de 2018 foi da ordem de R\$ 112.247,60 (cento e doze mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos), sendo:

Custeio - Administração da Unidade	R\$ 112.207,60;
Assistência Jurídica à Pessoas Carentes.....	R\$ 40,00;

O saldo orçamentário sem aplicação, portanto, resultou no total de R\$ 3.487.034,61 (três milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, trinta e quatro reais e sessenta e um centavos), representando 1,42% dos recursos disponibilizados para o exercício, incluindo destaques e provisões, conforme detalhamento abaixo:

Contribuição Patronal (CPSSS).....	R\$ 2.431.372,98;
Pagamento de Pessoal Ativo	R\$ 1.249,16;
Combate ao Trabalho Infantil	R\$ 8.919,96;
Trabalho Seguro	R\$ 14.977,69;
Custeio - Administração da Unidade	R\$ 134.998,39;

Manutenção do Sistema Integrado de Gestão TI.....	R\$ 108.307,24;
Assistência Jurídica à Pessoas Carentes.....	R\$ 305,20;
Comunicação e Divulgação Institucional.....	R\$ 45.967,69;
Benefícios Assistenciais.....	R\$ 71.406,70;
Auxílio Funeral.....	R\$ 2.847,05;
Auxílio Moradia	R\$ 2.533,90
Aquisição de Imóvel para estacionamento TRT.....	R\$ 400.000,00;
Sentenças Judiciais Transitado em Julgado.....	R\$ 260.203,65;
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	R\$ 3.945,00;

EXECUÇÃO FINANCEIRA

No sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI foram emitidos os seguintes documentos:

DOCUMENTOS EMITIDOS NO SIAFI	QUANTIDADE
Documento de Arrecadação Fiscal (DARF)	1454
Documento de Arrecadação Municipal (DAR)	749
Notas de Dotação (ND)	475
Notas de Empenho (NE)	2048
Notas de Sistema (NS)	5024
Notas de Lançamento (NL)	95
Ordens Bancárias (OB)	4674
Relações Bancárias (RT)	349
Nota de Programação Financeira (PF)	54
Guias de Recolhimento Previdência Social (GPS)	1048
Lista de Itens (LI)	2129
Lista de Precatório (LP)	33
Lista de Credor (LC)	75
Documento RA	2282
Documento AV do CPR	1281
Documento DT do CPR	43
Documento FL do CPR	275
Documento GRU	143
Documento LF	312
Documento NP do CPR	1508
Documento RB do CPR	174
Documento SF do CPR	55
Documento SJ do CPR	32

No exercício relatado foram recolhidos ao Tesouro Nacional, ao Fisco Municipal, Fisco Federal e ao INSS retenções e contribuições no montante de R\$ **70.404.695,93 (setenta**

milhões, quatrocentos e quatro mil, seiscientos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos).

CÓDIGO	RETENÇÕES	DOC. EMITIDO	VALOR (R\$)
0003	Recolhimento ISSQN (Imposto Municipal - DAM)	DAR	459.648,77
0561	TRAB.ASSAL.-ADM.PUBLICA/SETOR PRIVADO	DARF	25.266.882,2
0588	IRRF – Rend. Trabalho sem vínculo empregatício	DARF	130.365,08
2402	Órgão do Poder Público – CNPJ	GPS	485.306,10
2640	Cont. Retida na NF/Fatura p/Órgão Público	GPS	867.300,16
2909	Reclamatória Trabalhista – CNPJ	GPS	743.165,25
3208	IRRF – Aluguéis pagos a Pessoa Física	DARF	15,60
3533	IRRF-aposent.Reg.Geral ou do Servidor Publico	DARF	2.902.539,79
6147	Tributos Retidos Órgãos Públicos - Produtos	DARF	670.857,98
6175	Tributos Retidos Órg. Públicos – Passageiros	DARF	59.186,11
6190	Tributos Retidos Órgãos Públicos – Serviços	DARF	905.193,33
6188	Tributos Retidos Órgãos Públicos – Financeiro	DARF	2.511,56
8767	Medicamento Adquirido / Varejo Ret.Org.Pub.	DARF	10.175,00
1661	Contribuições p/o PSS do Servidor Civil Ativo	DARF	12.089.451,6
1700	CPSSS - Servidor Civil Inativo	DARF	1.338.260,11
1717	CPSSS - Pensionista Civil	DARF	194.560,71
1769	CPSSS – Patronal – Servidor Civ.Ativo – Intra-Or	DARF	24.178.109,2
8850	REC.TRANSF.INTERNAC.PASSAG.RET.ORGÃO	DARF	1.389,22
1889	Rend.Acumulados-Aert..12-A Lei N°7713/88	DARF	183,31
70198	Receita Intra: Ind. Ed. Gráfica	GRU	39.404,03
18806	STN - Rec.Desp.Exercício Anterior	GRU	37.736,34
18818	STN - Outras Restituições (Folha)	GRU	5.275,00
18829	STN - Serv. Proc. Dados	GRU	6.584,00
18831	STN MULT/JUROS PREV CONTR	GRU	5.606,50
68806	Devolução de Salários	GRU	769,46
70013	ESAF-Intra Cursos/Seminar	GRU	4.000,00
51329	REC.CONSIGN.FOLHA PAGTO	GRU	168,33
52672	ANATEL-CONTR.RADIODIF PUB	GRU	50,95

CONTABILIDADE ANALÍTICA

As atividades desenvolvidas por este Setor de Contabilidade Analítica consistiram basicamente no seguinte:

- Registro e baixa de 55 concessões de Suprimentos de Fundos, cujas prestações de contas foram devidamente analisadas por esta Secretaria e acatadas pelo ordenador de despesa;
- Gestão e dos cartões de pagamento do governo federal - CPGF e pagamento das faturas;
- Análise diária dos documentos que compõem a execução orçamentária e financeira desta Unidade Orçamentária;
- Conciliação mensal dos relatórios RMA e RMB com os valores registrados no sistema SIAFI, promovendo os devidos ajustes, inclusive quanto às depreciações;
- Atualização mensal do Rol de Responsáveis;

- Análise mensal dos Balanços: Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e das Demonstrações de Variação Patrimonial;
- Análise mensal do Balancete;
- Análise diária do balancete a fim de detectar possíveis contas inconsistentes ou com saldos irrisórios no Balancete;
- Elaboração Anual dos quadros referentes à execução orçamentária e financeira desta Unidade Orçamentária para composição do Relatório de Gestão;
- Elaboração quadrimestral dos Relatórios de Gestão Fiscal;
- Registro dos contratos celebrados por este Regional e baixa de sua execução no SIAFI;
- Registro dos termos de convênios e baixa de sua execução no SIAFI;
- Registro da conformidade contábil de todos os meses no exercício;
- Lançamentos e acompanhamento de amortizações e depreciações;
- Apropriação mensal dos direitos a receber por servidores deste TRT16 cedidos a outros órgãos;
- Análise e auxílio de apropriação do relatório da folha de pagamento de todos os meses do exercício;
- Levantamento de informações para verificação de relatório de ajustes da Receita Federal quanto a GPS e DARF emitidos de forma incorreta;
- Lançamentos dos valores atualizados do FUNPRESP-JUD, conforme atualização apresentada por cálculo do NFP;
- Apropriação mensal do 1/3 de Férias e do 13º salário, bem como da reversão do BRPF e da baixa pelo confronto das contas de adiantamento e de passivo de pessoal, conforme as normas contábeis;
- Acompanhamento de todas as GRU's recebidas por este TRT16 e regularização das que necessitarem de tal procedimento;
- Confecção mensal da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP, relativo aos serviços tomados por este Regional sem vínculo empregatício.
- Verificação de valores recebidos em fontes próprias e acompanhamento da baixa do respectivo direito a receber.

CONFORMIDADE DO REGISTRO DE GESTÃO:

A partir de 01/03/2018, de acordo com a Portaria GP nº 243/2018, esta Secretaria passou a ser responsável por efetuar a conformidade dos Registros de Gestão no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, após a verificação da documentação comprobatória das operações e dos respectivos lançamentos contábeis

realizados neste Tribunal, observando-se a devida segregação de função a que alude o item 3.9.1 da orientação SIAFI.

No desempenho diário dessa atividade, foram analisados vários documentos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

DOCUMENTOS DO SIAFI ANALISADOS	QUANTIDADE
Documento de Arrecadação Fiscal (DARF)	1454
Documento de Arrecadação Municipal (DAR)	749
Notas de Dotação (ND)	475
Notas de Empenho (NE)	2048
Notas de Sistema (NS)	5024
Notas de Lançamento (NL)	95
Ordens Bancárias (OB)	4674
Relações Bancárias (RT)	349
Nota de Programação Financeira (PF)	54
Guias de Recolhimento Previdência Social (GPS)	1048
Lista de Itens (LI)	2129
Lista de Precatório (LP)	33
Lista de Credor (LC)	75

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS:

No decorrer do ano de 2018 esta Secretaria no desempenho de suas atividades diárias, executou diversos procedimentos administrativos, conforme demonstrado abaixo:

Memorandos expedidos	193
Ofícios expedidos	112
Processos arquivados no exercício	482
Processos despachados	3.726
Despachos de Dotação Orçamentária	502
Notificações expedidas – Concessões Sup. de Fundos	55

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DESTA UNIDADE EM 2018:

No decorrer do exercício de 2018 os servidores lotados nessa Unidade participaram de eventos de capacitação:

SERVIDOR	PERÍODO	CIDADE	CURSO
Laena Ticiane Santos Cardoso	25/09/2018 A 28/09/2018	Brasília/DF	XV Semana Orçamentária
Laena Ticiane Santos Cardoso Barros	03 a 05.12.2018	Brasília/DF	Encontro sobre encerramento do exercício 2018 e Abertura Exercício 2019
Laena Ticiane Santos Cardoso	10/09 a 12/09/2018	São Luís/MA	Treinamento Tesouro Gerencial
Laena Ticiane Santos Cardoso	09/02/2018	São Luís/MA	Palestra "Adequação de Súmulas do TST às Alterações Introduzidas na CLT pela Lei 13.467/2017

Laena Ticiane Santos Cardoso	12/01/2018	São Luís/MA	Abertura do Ano Judiciário de 2018
Laena Ticiane Santos Cardoso	16/01/2018	São Luís/MA	Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores
Rogério Ferreira Rodrigues	12/01/2018	São Luís/MA	Abertura do Ano Judiciário de 2018
Rogério Ferreira Rodrigues	10/09 a 12/09/2018	São Luís/MA	Treinamento Tesouro Gerencial
Rogério Ferreira Rodrigues	16/01/2018	São Luís/MA	Qualidade de Vida dos Magistrados e Servidores
Rogério Ferreira Rodrigues	12/06/2018	São Luís/MA	IV WORKSHOP DO TRABALHO INFANTIL
Alinne Machado e Melo	27 a 30/11/2018	Brasília/DF	XV Semana Orçamentária

No PPA – Plano Plurianual de 2016 a 2018 permanecem cadastrados, os seguintes Projetos:

- Construção do Novo Fórum Trabalhista de Imperatriz;
- Construção do Complexo do TRT16 e Varas do Trabalho de São Luis;
- Construção do Ed. Sede da VT de Santa Inês;
- Aquisição de Imóvel para Estacionamento do TRT da 16ª Região.

3.2 Núcleo de Assessoramento Jurídico

O Setor de Assessoramento Jurídico realiza as atividades de análise e aprovação de Minutas de Editais, Contratos, Termos Aditivos, Convênios, Termos de Acordo, Termos de Doação, Distratos, Acordos de Cooperação, Termos de Parceria, Termos de Rescisão e outros ajustes e documentos apresentados pelos licitantes, nos termos do Parágrafo Único, do art. 38, da Lei nº 8.666/93. 1

Além dessas atividades, também presta assessoramento jurídico a outras unidades administrativas.

No campo de pessoal, elabora pareceres sobre magistrados e servidores pertinentes às seguintes matérias:

- 1) Exoneração a pedido
- 2) Vacância
- 3) Trânsito
- 4) Inclusão e exclusão de dependentes para abatimento no imposto de renda
- 5) Licença por motivo de falecimento
- 6) Licença por motivo de casamento
- 7) Cessão de servidores
- 8) Licenças em geral (art. 81 da Lei nº 8.112/90)
- 9) Afastamentos para cursar pós-graduação

¹ A elaboração de Minutas de Contratos, Aditivos, Acordos ou outros Ajustes é realizada pela Secretaria de Administração/Setor de Contratos e Convênios bem como a elaboração de Convênios e seus Aditivos.

- 10) Concessão de horário especial
- 11) Concessão de ajuda de custo
- 12) Concessão de auxílio natalidade
- 13) Redistribuição de cargos
- 14) Aproveitamento
- 15) Licença paternidade
- 16) Licença maternidade e sua prorrogação
- 17) Ressarcimento de despesas com combustível
- 18) Concessão de licença prêmio
- 19) Recursos de servidores;
- 20) Concessão de Adicional de Qualificação
- 21) Isenção do imposto de renda
- 22) Concessão de aposentadoria
- 23) Concessão de Abono Permanência
- 24) Concessão de quintos
- 25) Parcelamento de Débitos com o erário
- 26) Indenização de Transportes
- 27) Remoção
- 28) Substituição
- 29) Horas Extras
- 30) Adicional de Insalubridade
- 31) Readaptação
- 32) Concurso Público
- 33) Nomeação de Portadores de Necessidades Especiais
- 34) Férias
- 35) Concessão de diárias
- 36) Averbação de tempo de serviço/contribuição
- 37) Estagiários
- 38) Prestação de contas suprimento de fundos
- 39) E outros

Abaixo, apresentamos os números das atividades executadas em 2018:

- Memorandos expedidos – 10
- Despachos - 1315
- Pareceres – 1215 (com matéria sobre: dispensa de licitação – Inexigibilidade de licitação – concessões de diárias – análise de Termos de Referência e Projetos Básicos – repactuação/reajuste – Pareceres na área de Contratos – análise de Editais de Licitação – pareceres na área de pessoal (magistrados e servidores) etc.

3.3 Núcleo de Folha de Pagamento

O Núcleo de Folha de Folha de Pagamento desenvolveu, de acordo com suas atribuições regimentais, as atividades descritas e quantificadas a seguir.

ATIVIDADES E QUANTITATIVOS

- Elaboração de 1224 cálculos de diárias;
- Elaboração de 25 (vinte e cinco) cálculos de ajuda de custo;
- Emissão de Comprovante de Rendimentos – Cédula C (IRRF), totalizando 1.030 beneficiários;
- Elaboração de 01 Declaração de Imposto Retido na Fonte (DIRF-2017);
- Geração e envio à Receita Federal de 02 (duas) DIRF Retificadoras;
- Elaboração de 15 (quinze) cálculos para pagamento referente à Gratificação Por Acúmulo de Jurisdição criada pela Lei 13.095/2015
- Elaboração de Cronograma Anual de Desembolso Mensal de despesa com pessoal;
- Elaboração de 06 folhas suplementares para pagamento de passivos a magistrados e servidores (Diferença da Lei 13.317/16, Parcela Autônoma de Equivalência, Correção da PAE, Horas extras, Indenização de férias e Adicional de Insalubridade, e Ajuda de Custo, Auxílio-Moradia, Auxílio saúde, conversão de Licença prêmio em Pecúnia);
- Elaboração de planilhas de cálculo de Auxílio-Moradia a Diretores de VT do interior, totalizando de 04 processos;
- Elaboração de 65 cálculos para pagamento de Gratificação por Encargo de Curso a magistrados e servidores;
- Elaboração de 01 (uma) folha suplementar para pagamento de férias em janeiro de 2018;
- Elaboração de 02 (duas) Folhas de pagamento de Gratificação Natalina;
- Elaboração de 12 (doze) folhas de pagamento mensais;
- Emissão de 27 certidões a requerimento de magistrados, servidores e pensionistas civil e de alimentos com teores diversos (Remuneração de magistrados, antecipação de gratificação natalina junto à Caixa Econômica, remuneração de servidor, RRA, saldo URV 11,98%, percentual de Pensão Alimentícia, contribuição previdenciária, rendimentos tributáveis, conta salário);
- Expedição de 31 certidões de tempo de contribuição previdenciária, contendo Relação das Remunerações Pagas e Contribuições ao Regime Próprio (PSSS)
- Expedição de 04 certidões de contribuição ao Regime Geral (INSS);
- Expedição de 37 notificações para devolução de vencimentos, diárias e benefícios por servidores, magistrados, ex-servidores e ex-magistrados deste Regional;

- Expedição de 23 ofícios a outros Órgãos, tratando de assuntos diversos;
- Emissão e entrega de fichas financeiras a magistrados, servidores e ex-servidores, para instrução em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhamento das faturas e lançamentos do Plano de Saúde pró-TRT/ ASSEFAZ, GEAP e Planos Externos, de inclusão e exclusão no Programa, nas modalidades interna e externa;
- Emissão de documentos de margem consignável a magistrados, servidores e pensionistas, totalizando 335 (trezentos e trinta e cinco) cálculos;
- Emissão de relatórios mensais de consignação às instituições conveniadas, em meio eletrônico e físico;
- Informações gerenciais prestadas ao TCU, CNJ e CSJT, num total de 20;
- Prestação de informações à AGU sobre pagamentos administrativos de 11,98% URV, diárias e ajudas de custo pagas a juízes;
- Elaboração, emissão e transmissão de arquivo eletrônico da RAIS-2017 (Ministério do Trabalho e Emprego);
- Relatórios mensais GFIP-SEFIP (informações à Previdência Social);
- Relatórios do TCU com geração e transmissão de 02(dois) arquivos mensais com informações de dados de RH e Financeiro de servidores e pensionistas;
- Geração de arquivos mensais, em planilha eletrônica, com informações da remuneração dos magistrados e disponibilizado no site do CNJ;
- Relatórios mensais relativos à contribuição à FUNPRESP-JUD dos servidores vinculados ao Regime de Previdência complementar.
- Conferência e atualizações dos dados do novo sistema de folha de pagamento em fase de homologação;
- Geração de 02(dois) arquivos para validação dos dados de RH no site do eSocial e,
- Co-gestão dos convênios entre este TRT e instituições bancárias de crédito, firmados com Banco do Brasil, CAPEMISA, Caixa Econômica Federal COOMAMP/SICRED.

3.4 Seção de Engenharia

O presente relatório tem como finalidade principal demonstrar as atividades desenvolvidas pelo Setor de Engenharia no exercício de 2018.

O Setor de Engenharia no ano de 2018 desenvolveu as atividades relacionadas conforme discriminação abaixo, em sua maioria relacionadas à manutenção predial, haja vista a necessidade de recuperação de várias instalações e ambiente no âmbito do TRT da 16ª Região:

- Reparo de infiltração na laje da cobertura do Edifício-Sede, localizado na copa da vice-presidência no 6º andar do Edifício-Sede;
- Execução de pintura em todas as unidades do Edifício-Sede e demais corredores e circulação, nas cores definidas para padronização e uniformização;
- Execução da revisão completa da cobertura de telhas de fibrocimento e revisão das instalações elétricas dos equipamentos de ar-condicionado que apresentam elevado risco as condições identificadas “in loco”.
- Execução de revisão completa da cobertura, retirada de grade e substituição por alvenaria, ampliação do estacionamento para público, juízes e servidores, na VT de Pedreiras;
- Verificação e reparo de infiltração de água pelo banheiro da 1ª VT de São Luís, com reparos no forro de gesso acartonado da diretoria do Fórum e da biblioteca;
- Reparos da pavimentação de piso intertravado de áreas externas do prédio do anexo b do edifício-sede;
- Execução de reparos e melhorias das duas casas de bombas de alimentação das caixas d'águas do Edifício-Sede;
- Adaptação e implantação da infraestrutura necessária à instalação do sistema de sonorização do pleno;
- Reparo no forro, pintura, e instalações elétricas e lógicas pelo rompimento das instalações de drenagem pluvial nas 7ª VT de São Luís, CEJUSC, e arquivo localizados no 3º andar, e 4ª VT de São Luís, localizado no 2º andar do Fórum “Astolfo Serra”;
- Reparo nos danos causados pela queda de parte do revestimento do fundo da viga externa do terraço na fachada leste do Edifício-Sede;
- Reparos nos danos causados pela infiltração no almoxarifado e no serviço de saúde causada pelo rasgamento de proteção da impermeabilização da laje do terraço do Edifício-Sede, quando da instalação do novo sistema de CFTV;
- Reparo no muro da VT de Caxias, conforme PA 572/2018;
- Correção de uma infiltração na cobertura, impermeabilização de calha e confecção de rufos para coberturas situadas na VT de Barreirinhas;
- Execução de substituição de pingadeiras da cobertura do anexo B;
- Reparos na cobertura da passarela do Edifício-Sede para anexo B;
- Reparos na fachada posterior no fosso da escada de emergência no prédio anexo B;
- Readequação de sala para setor cerimonial, vez que a referida sala estava sem utilização, com infestação de cupins e deteriorização de material;

- Readequação de sala para setor gráfica, haja vista a projeção de adequação futura dos ambientes localizados no térreo, conforme Plano Plurianual de Obras do TRT;
- Substituição de portas, com pintura de acabamento, na Presidência no Edifício-Sede;
- Execução da adaptação para espaço destinado ao setor de almoxarifado, considerando que o antigo ambiente apresentava-se limitado para a melhor disposição e logística de armazenamento de material necessário para cada exercício, além da necessidade de readequação da localização do portão de carga e descarga;
- Recuperação do telhado e pintura devido a infiltração no gabinete do juiz situados na VT de Santa Inês;
- Execução de escoramento nas lajes e no fundo da viga principal para alívio das cargas e correção dos deslocamentos excessivos identificados em vistoria na sala dos geradores, localizado no estacionamento Edifício-Sede;
- instalação de tela de sombreamento (sombrite) para proteção contra o sol no mezanino do prédio da VT de Pinheiro;
- Execução de reparos de trincas e rachaduras na fachada lateral sul, por motivo de infiltração e acúmulo de água na interface entre o revestimento cerâmico e a argamassa do revestimento no Edifício-Sede;
- Execução de rampa de acesso ao anexo B, haja vista a necessidade de promover um local apropriado para o transporte de carga (água mineral, material permanente, material de limpeza, etc) entre os anexos B/C e edifício-sede;
- Recuperação de calçada do acesso principal do edifício-sede e de todas as caixas de passagens existentes no local que cedeu devido a infiltração;
- Adaptação do forro com troca das luminárias existentes para instalação de cortinas persianas no gabinete do Desembargador James Magno;
- Correção na fachada principal do Edifício-Sede, devido ao desabamento da marquize da entrada principal;
- Retirada e instalação de luminárias na cozinha do restaurante do Fórum “Astolfo Serra”, devido à reabertura para funcionamento de fornecimento de refeições;
- Pintura e sinalização do estacionamento no prédio do Centro de Tecnologia, Engenharia, Gestão Socioambiental e Material e Logística, onde são guardados os carros oficiais de serviço;
- Correção de uma infiltração na cobertura, impermeabilização de rufo e limpeza de calha para água pluvial, na VT de Barreirinhas;

- Readequação de todas as rampas de acesso do estacionamento no prédio do Centro de Tecnologia, Engenharia e Material e Logística, por motivo de afundamento;
- Retirada e instalação de telhas de fibrocimento na cobertura do Edifício-Sede;
- Retirada e instalação de forro, instalação de dreno de ar-condicionado e instalação de divisórias situados no Edifício-Sede;
- Readequação do setor de marcenaria, contemplando demolições de alvenarias, retirada de forro em PVC, instalações elétricas, pinturas e instalações de esquadrias metálicas, com vista a propiciar um ambiente mais saudável, com ventilação e iluminação adequados;
- Pintura das fachadas laterais e posterior do prédio do Centro de Tecnologia, Engenharia, Material E Logística, devido ao desgaste causado pelo excesso de chuvas;
- Instalação de portas de vidro temperado nas salas do cerimonial e na assessoria de comunicação no 5º andar, para propiciar melhoria na iluminação e segurança das salas;
- Execução e instalação de adaptação de corrimão e guarda-corpo em rampa de acesso e instalação de divisórias de vidro no anexo B;
- Execução de adaptação em áreas de térreo do anexo B do Edifício-Sede para instalação de espaços para salas reservadas para empresas contratadas, vez que os antigos espaços mostraram-se inapropriados às normas de qualidade e segurança do trabalho;
- Instalação de pontos elétricos e de telecomunicações para utilização com um novo layout, situados no Setor de Engenharia;
- Adaptação de espaço no pavimento térreo do Edifício-Sede para readequação de layout do antigo almoxarifado e novo projeto do térreo;
- Execução de pintura do muro do estacionamento dos servidores e das grades da fachada do Edifício-Sede, devido ao estado precário de conservação;
- Execução de reparos na VT de Caxias para correção de infiltração na cisterna, no telhado e na laje;
- Realização de vedação na interface das alvenarias com o fundo da laje nervurada no contorno do restaurante do Fórum “Astolfo Serra”;
- Instalação de mola embutida no piso para porta de vidro temperado na sala da ASCOM, para manutenção da segurança;
- Adaptação da rampa em granito e regulação do piso do estacionamento da entrada principal do Edifício-Sede, com vista salvaguardar a segurança dos usuários;
- Recuperação da pavimentação do estacionamento do Fórum “Astolfo Serra”;
- Reparo na sanca e forro de gesso, incluindo pintura no gabinete da Desembargadora Márcia Andreia

- Substituição de telhas, capote e impermeabilização na cobertura da VT de Santa Inês;
- Revisão geral com substituição de telhas da cobertura do prédio anexo B
- Substituição de telhas, capote, impermeabilização e revisão da instalação elétrica na cobertura da VT de Presidente Dutra;
- Instalação de portas de vidro na diretoria de serviços gerais, comunicação e Vice-Presidência.
- Realização de serviços de manutenção preventiva na VT de Santa Inês referente ao Plano de Obras Plurianual 2018-2022;
- Realização de serviços de manutenção corretiva de reparo na copa do Pleno;
- Realização de serviços de manutenção predial corretiva e de pintura dos mastros e poste com substituição de refletores no Fórum “Astolfo Serra”, haja vista os antigos estarem oxidados;
- Realização de serviços de manutenção predial para reparos devido a infiltração em alvenaria e esquadrias devido a problemas nas instalações de equipamentos de ar-condicionado, na VT de Bacabal;
- realização de serviços de manutenção predial nas instalações elétricas com revisão de seus quadros, circuitos e sistemas de proteção (disjuntores) no Edifício-Sede;
- Realização de serviços de manutenção predial para readequação do estacionamento e construção de guarita no Fórum “Astolfo Serra”;
- Elaboração de layout para as novas instalações do Fórum “Manoel Alfredo Martins e Rocha” em Imperatriz;

Além disso, o Setor de Engenharia no biênio de 2018-2019 desenvolveu as atividades relacionadas para a efetivação dos seguintes contratos:

- Contratação de empresa especializada para a elaboração dos projeto executivos da Fachada, da reforma do pavimento Térreo e da Modernização das instalações do Edifício-Sede;
- Aquisição de licenças de softwares para elaboração de projetos, inclusive com a utilização de tecnologias como o Building Information Modeling;
- Requalificação da fachada do Fórum “Astolfo Serra”;
- Reforma e adaptação dos banheiros públicos do Edifício-Sede, para atender as normas de acessibilidade;
- Execução de novo Sistema de Proteção de Descargas Atmosféricas;

O Setor de Engenharia também desenvolveu as atividades relacionadas para adaptações e readequações em conformidade com as normas de acessibilidade discriminação abaixo:

- Readequação do estacionamento do Fórum “Astolfo Serra”, contemplando a adaptação para acessibilidade;
- Execução de reparos, requalificação e readequação da calçada lateral esquerda e posterior do prédio do Centro de Tecnologia, Engenharia, Material e Logística, incluindo pintura, sinalização e adequação de acordo com as normas de acessibilidade.

4 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA

O presente relatório tem por finalidade demonstrar as atividades desenvolvidas por esta SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA, a qual junto com os demais setores vinculados a mesma, planejou, coordenou, orientou e executou no decurso do ano dois mil e dezoito (2018).

A Secretaria de Coordenação Judiciária tem a seguinte estrutura básica:



COMPETÊNCIA

Planejar, coordenar e orientar atividades relativas a própria Secretaria e à Diretoria subordinada a esta Coordenação bem como outras atividades afins que forem determinadas pela Diretoria Geral.

COMPOSIÇÃO DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

É composta por 06 (seis) servidores, sendo: 01 (um) Técnico Judiciário, 03 (três) Analistas Judiciárias, 01 (uma) Analista Judiciária/ Oficiala de Justiça e a Diretora da Secretaria (Analista Judiciária), totalizando 6 (seis) pessoas.

ATIVIDADES ORDINÁRIAS

- Publicar as decisões/Acórdãos da 1ª turma, 2ª turma e Pleno dando ciência as partes via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT;
- Expedir às partes e/ou autoridades: Notificações, Intimações, Ofícios, Mandados Judiciais, Carta de Sentença, Carta de Ordem, Carta Precatória, Salvo-conduto, Editais, Alvarás, em

cumprimento aos despachos exarados pelos senhores relatores e/ou Presidente para instrução dos processos;

- Expedir às partes e/ou autoridades notificações dando ciência da decisão exarada nos autos (acórdão) pela 1ª Turma, 2ª Turma e Tribunal Pleno, via Sistema PJe-JT;
- Providenciar publicações no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT de decisões monocráticas, notificações e editais determinadas pelos senhores relatores e/ou Presidente para instrução dos processos;
- Analisar os prazos de recursos interpostos pelas partes (Agravo Regimental, Embargos de Declaração, Recurso de Revista) certificando sua tempestividade ou não e em seguida encaminhar à consideração da autoridade competente;
- Proceder nos autos à juntada de peças protocolizadas neste Tribunal e certificar os prazos, submetendo em seguida à consideração superior;
- Dar carga de processos aos advogados constituídos nos autos;
- Autenticar peças processuais e extrair cópias mediante recolhimento de emolumentos;
- Encaminhar processos aos órgãos competentes quando assim for determinado;
- Devolver documentos quando determinado pela autoridade competente (desentranhados) ou quando protocolizados indevidamente;
- Providenciar cobrança das custas processuais em processos de competência originária transitados em julgado, quando no acórdão ou despacho houver condenação, em cumprimento ao despacho da autoridade competente para processar e julgar a execução;
- Proceder à execução das custas processuais, multas e honorários advocatícios através do oficial de justiça, em cumprimento ao despacho da autoridade competente para processar e julgar a execução;
- Providenciar o arquivamento e desarquivamento de processos;
- Retornar os autos de Agravo Regimental a autuação originária após o trânsito em julgado e tomar as providências necessárias quanto ao andamento dos autos;
- Providenciar o arquivamento das Medidas Cautelares à contracapa dos autos principais;
- Analisar processos julgados, submetendo-os à Presidência;
- Analisar processos baixados do TST, submetendo-os à Presidência;

- Cumprir os mandados oriundos da sede deste Regional, inclusive do Setor de Precatório através da Oficiala de Justiça;
- Providenciar a entrega de autos de Protesto Judicial;
- Prestar informações sobre o andamento processual às partes ou seus procuradores;
- Expedir cópia de andamento processual;
- Expedir certidão negativa ou não de feitos trabalhista;
- Elaborar o relatório anual das atividades da Secretaria e encaminhar à Secretaria Geral da Presidência.

TABELA / ATIVIDADES

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
ALVARÁS	01
CERTIDÕES EXPEDIDAS NOS AUTOS	19.558
CERTIDÕES DE FEITOS TRABALHISTAS / CERTIDÕES NEGATIVAS	431
CARTAS DE ORDEM	00
CARGAS DE PROCESSOS	07
MEMORANDOS EXPEDIDOS	26
MANDADOS EXPEDIDOS	09
MANDADOS CUMPRIDOS / DILIGÊNCIA CUMPRIDA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA	162
NOTIFICAÇÕES VIA CORREIOS	52
OFÍCIOS EXPEDIDOS	273
PUBLICAÇÕES DE ACÓRDÃOS/NOTIFICAÇÕES VIA DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO-DEJT	11.441
PROCESSOS SOBRESTADOS	02
PROCESSOS ARQUIVADOS	09

4.1 Seção de Cadastramento Processual

	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – ÁREA JUDICIAL	TOTAL
1	AGRAVOS DE INSTRUMENTO DEVOLVIDOS DO TST	287
2	AGRAVOS DE INSTRUMENTO/TST BAIXADOS À ORIGEM	287
3	AGRAVOS DE INSTRUMENTOS REMETIDOS AO TST	284
4	ALTERADOS OS DADOS DO CADASTRO DOS AUTOS	7
5	AUTOS DEVOLVIDOS DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO COM PARECER	94
6	AUTOS DEVOLVIDOS DO TST	437
7	AUTOS REMETIDOS À ORIGEM PARA CUMPRIR DESPACHO	10
8	AUTOS REMETIDOS À ORIGEM (DECISÃO DEFINITIVA)	451
9	AUTOS REMETIDOS À ORIGEM / INTERPOSIÇÃO DE AI - TST	284
10	AUTOS REMETIDOS À PRT PARA EMISSÃO DE PARECER	86
11	AUTOS REMETIDOS AO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	300
12	AUTOS REMETIDOS PARA ANALISAR (cód. 847)	3
13	AUTOS REMETIDOS PARA DISTRIBUIR/REDISTRIBUIR	250
14	AUTUAÇÃO CANCELADA	7
15	BAIXA DOS AUTOS ÀS VARAS PARA AGUARDAR JULGAMENTO DO TST	300
16	CERTIDÕES DE TRÂNSITO EM JULGADO EMITIDAS	350

17	PETIÇÕES JUDICIAIS PROTOCOLIZADAS	464
18	PROCESSO ENCERRADO-NOVO NÚMERO	0
19	PROCESSOS CLASSIFICADOS	230
20	PROCESSOS REAUTUADOS	31
21	PROCESSOS RETORNADOS À AUTUAÇÃO ORIGINÁRIA	0
22	REMESSA À ORIGEM	451
23	REMESSA DE AUTOS (cód. 29)	335
24	REMESSA DOS AUTOS À APRECIÇÃO (cod. 819)	1
25	REMESSA DOS AUTOS A OUTRO ÓRGÃO	1
26	REMESSA DOS AUTOS AO RELATOR (817)	24
27	REMESSA DOS AUTOS AO RELATOR SORTEADO	264
28	REMESSA DOS AUTOS P/ARQUIVAR DEFINITIVAMENTE	77
29	RETORNO DA VARA DE ORIGEM (DILIGÊNCIA)	9
TOTAL DE EXPEDIENTES EXECUTADOS		5324
PROCESSOS AUTUADOS/ CLASSES		
AI	AGRAVO DE INSTRUMENTO	3
AIRR	AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA	52
AP	AGRAVO DE PETIÇÃO	39
ARG	AGRAVO REGIMENTAL	1
ARGINC	ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	0
CO	CARTA DE ORDEM	2
CPN	CARTA PRECATÓRIA NOTIFICATÓRIA	1
MCI	CAUTELAR INOMINADA	0
CC	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	0
CPJ	CONTRAPROTESTO JUDICIAL	0
PADMAG	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO	1
RC	CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	1
ED	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	0
ES	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	1
IVP	IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA	0
IF	INCIDENTE DE FALSIDADE	0
IUJ	INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	0
MS	MANDADO DE SEGURANÇA	0
PP	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	27
PSL	PEDIDO DE SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE MEDIDA LIMINAR	0
PET	PETIÇÃO	0
RD	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	0
RA	RECURSO ADMINISTRATIVO	1
RO	RECURSO ORDINARIO	97
ROPS	RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	1
REXOF	REMESSA EX-OFFÍCIO	7
TOTAL DE PROCESSOS AUTUADOS		234
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - ÁREA ADMINISTRATIVA		
1	CONTRATOS	1
2	CORRESPONDÊNCIAS DISTRIBUÍDAS	5.598
3	EXECUÇÃO DE RELATÓRIO ESTATÍSTICO	1
4	LISTAS DE POSTAGEM EXPEDIDAS	209
5	MALOTES DIÁRIOS PARA FÓRUM ASTOLFO SERRA	130
6	MALOTES DIARIOS RECEBIDOS DO FÓRUM ASTOLFO SERRA	131
7	MALOTES EXPEDIDOS	548
8	MALOTES RECEBIDOS	386

9	MEMORANDOS EXPEDIDOS	36
10	OFÍCIOS EXPEDIDOS	38
11	PETIÇÕES PROTOCOLIZADAS	2.864
12	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS AUTUADOS	3.616
13	SEDEX ENVIADOS + PAC	17
14	E-DOCS IMPRESSOS	228
	TOTAL	13803

DADOS ESTATÍSTICOS DISTRIBUIÇÃO

PERÍODO DE 01/01/2018 À 31/12/2018

RELATOR	DIST SORT	DIST DEP	DIST VINC	DIST PREV	DIST COMP	REDIST SORT	REDIST DEP	REDIST VINC	RDIST PREV	REDIST SUCES	REDIST COMP	TOTAL RECEB
AMÉRICO BEDE FREIRE	0	8	1	0	0	0	0	3	0	0	0	12
JOSÉ EVANDRO DE SOUZA	8	6	23	0	0	0	1	3	0	0	0	41
GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO	11	17	23	0	0	0	0	0	0	0	0	51
MARCIA ANDREA FARIAS DA SILVA	18	4	10	0	0	0	0	1	0	0	0	33
ILKA ESDRA SILVA ARAUJO	23	10	11	0	0	0	0	0	0	0	0	44
LUIZ COSMO DA SILVA JUNIOR	19	10	5	0	0	0	0	0	0	0	0	34
JAMES MAGNO ARAUJO FARIAS	21	4	20	0	0	0	0	1	0	0	0	46
SOLANGE C. P. CASTRO CORDEIRO	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	3
TOTAIS	100	60	94	0	0	0	1	8	1	0	0	264

	DABF	DJES	DGOCF	DMAFS	DIESA	DLCSJ	DJMAF	DSCPC	TOTAL
AIAP				1	1				2
AIRO							1		1
AP		8	10	10	9	7	10	1	55
APS		2		1			1		4
ARG								1	1
EDAIP						1			1
EDAIRO			1						1
EDAP	4	2	7	2	1	1	1		18
EDARG								1	1
EDARGINC		1							1
EDRO	2	2	5	2	2	4	3		20
EDRORA		1		1	1	1			4
EDROS	2	2	3		7	4			18
MS							2		2
PADMAG							1		1
RA			1						1
REXOFRV		2	2				3		7
RO	2	14	16	13	19	13	21		98
ROPS				1					1
RORA		2	1			2	2		7
ROS	2	5	3	2	3	1	1		17
ROSPS			2						2
ROSRA					1				1
TOTAL	12	41	51	33	44	34	46	3	

Total de Processos: 264

DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA ESTATÍSTICA CONSOLIDADA

Período (01/01/2018 à 31/12/2018)

Turma Geral

	MAGISTRADO	Qtd Proc Relatado	Qtd Dev Redist	Qtd Proc Recebido	Qtd Part Sorteio	MÉDIA Prc/Sort
DGOC	GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO	51	0	51	26	2.0
DJES	JOSÉ EVANDRO DE SOUZA	41	0	41	22	1.9
DJMA	JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS	45	1	46	27	1.7
DLCSJ	LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR	34	0	34	20	1.7
DIESA	ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO	43	1	44	26	1.7
DMAF	MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA	33	0	33	24	1.4
DABF	AMÉRICO BEDÊ FREIRE	12	0	12	10	1.2
DSCPC	SOLANGE C.P. CASTRO CORDEIRO	3	0	3	3	1.0
TOTAIS		262	2	264		

Total de Processos: 264

Turma STP - PLENO

	MAGISTRADO	Qtd Proc Relatado	Qtd Dev Redist	Qtd Proc Recebido	Qtd Part Sorteio	MÉDIA Prc/Sort
DGOC	GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO	1	0	1	1	1.0
DIESA	ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO	0	1	1	1	1.0
DSCPC	SOLANGE C.P. CASTRO CORDEIRO	3	0	3	3	1.0
DJMA	JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS	5	0	5	5	1.0
DJES	JOSÉ EVANDRO DE SOUZA	1	0	1	1	1.0
TOTAIS		10	1	11		

Turma ST1 – TURMA 1

	MAGISTRADO	Qtd Proc Relatado	Qtd Dev Redist	Qtd Proc Recebido	Qtd Part Sorteio	MÉDIA Prc/Sort
DJES	JOSÉ EVANDRO DE SOUZA	40	0	40	21	1.9
DLCSJ	LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR	34	0	34	20	1.7
DMAF	MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA	33	0	33	24	1.4
TOTAIS		107	0	107		

Turma ST2 – TURMA 2

	MAGISTRADO	Qtd Proc Relatado	Qtd Dev Redist	Qtd Proc Recebido	Qtd Part Sorteio	MÉDIA Prc/Sort
DGOC	GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO	50	0	50	25	2.0
DJMA	JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS	40	1	41	24	1.7
DIESA	ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO	43	0	43	26	1.7
DABF	AMÉRICO BEDÊ FREIRE	12	0	12	10	1.2
TOTAIS		145	1	146		

Turma CONSOLIDADA

	TURMA	Qtd Proc Relatado	Qtd Dev Redist	Qtd Proc Recebido	Porcent (%) Receb/Total
ST2	TURMA 2	145	1	146	55.3
ST1	TURMA 1	107	0	107	40.5
STP	PLENO	10	1	11	4.2
TOTAIS		262	2	264	

DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA ESTATÍSTICA ANUAL – 2018

GERAL

	DABF	DGOC	DIESA	DJES	DJMA	DLCS	DMAF	DSCP	TOTAL TIPO
AIAP	0	0	1	0	0	0	1	0	2
AIRO	0	0	0	0	1	0	0	0	1
AP	0	10	9	8	10	7	10	0	54
APS	0	0	0	2	1	0	1	0	4
ARG	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ED-AIAP	0	0	0	0	0	1	0	0	1
ED-AIRO	0	1	0	0	0	0	0	0	1
ED-AP	4	7	1	2	1	1	2	0	18
ED-ARG	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ED-ARGINC	0	0	0	1	0	0	0	0	1
ED-RO	2	5	2	2	3	4	2	0	20
ED-RORA	0	0	1	0	0	1	1	0	3
ED-ROS	2	3	7	2	0	4	0	0	18
MS	0	0	0	0	2	0	0	0	2
PADMAG	0	0	0	0	1	0	0	0	1
RA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
REXOFRV	0	2	0	2	3	0	0	0	7
RO	0	16	19	14	20	13	13	0	95
ROPS	0	0	0	0	0	0	1	0	1
RORA	0	1	0	1	2	2	0	0	6
ROS	1	3	3	3	1	1	1	0	13
ROSPS	0	2	0	0	0	0	0	0	2
ROSRA	0	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL MAG	9	51	44	37	45	34	32	2	254

PLENO

	DABF	DGOC	DIESA	DJES	DJMA	DLCS	DMAF	DSCP	TOTAL TIPO
AIAP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	1	0	0	0	0	0	1
APS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ARG	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ED-AIAP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-AIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-ARG	0	0	0	0	0	0	0	1	1
ED-ARGINC	0	0	0	1	0	0	0	0	1
ED-RO	0	0	0	0	1	0	0	0	1
ED-RORA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ED-ROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0	2	0	0	0	2
PADMAG	0	0	0	0	1	0	0	0	1
RA	0	1	0	0	0	0	0	0	1
REXOFRV	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROPS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RORA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROSPS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROSRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL MAG	0	1	1	1	4	0	0	2	9

TURMA 1

	DJES	DLCS	DMAF	DSCP	TOTAL TIPO
AIAP	0	0	1	0	1
AIRO	0	0	0	0	0
AP	8	7	10	0	25
APS	2	0	1	0	3
ARG	0	0	0	0	0
ED-AIAP	0	1	0	0	1
ED-AIRO	0	0	0	0	0
ED-AP	2	1	2	0	5
ED-ARG	0	0	0	0	0
ED-ARGINC	0	0	0	0	0
ED-RO	2	4	2	0	8
ED-RORA	0	1	1	0	2
ED-ROS	2	4	0	0	6
MS	0	0	0	0	0
PADMAG	0	0	0	0	0
RA	0	0	0	0	0
REXOFRV	2	0	0	0	2
RO	14	13	13	0	40
ROPS	0	0	1	0	1
RORA	1	2	0	0	3
ROS	3	1	1	0	5
ROSPS	0	0	0	0	0
ROSRA	0	0	0	0	0
TOTAL MAG	36	34	32	0	102

TURMA 2

	DABF	DGOC	DIESA	DJMA	TOTAL TIPO
AIAP	0	0	1	0	1
AIRO	0	0	0	1	1
AP	0	10	8	10	28
APS	0	0	0	1	1
ARG	0	0	0	0	0
ED-AIAP	0	0	0	0	0
ED-AIRO	0	1	0	0	1
ED-AP	4	7	1	1	13
ED-ARG	0	0	0	0	0
ED-ARGINC	0	0	0	0	0
ED-RO	2	5	2	2	11
ED-RORA	0	0	1	0	1
ED-ROS	2	3	7	0	12
MS	0	0	0	0	0
PADMAG	0	0	0	0	0
RA	0	0	0	0	0
REXOFRV	0	2	0	3	5
RO	0	16	19	20	55
ROPS	0	0	0	0	0
RORA	0	1	0	2	3
ROS	1	3	3	1	8
ROSPS	0	2	0	0	2
ROSRA	0	0	1	0	1
TOTAL MAG	9	50	43	41	143

QUANTIDADE DE PROCESSOS POR MÊS NO ANO DE 2018

	ME	QT	(%)
1	janeiro	40	15.2
2	fevereiro	18	6.8
3	março	14	5.3
4	abril	43	16.3
5	maio	54	20.5
6	junho	19	7.2
7	julho	12	4.5
8	agosto	39	14.8
9	setembro	14	5.3
10	outubro	4	1.5
11	novembro	4	1.5
12	dezembro	3	1.1

4.2 Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e Acórdão CRJA

Processos Físicos

- Publicar no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT:

Acórdãos

Notificações

Despachos de Recurso de Revista

Despachos de Agravo de Instrumento

- Certificar nos autos as respectivas publicações no DEJT
- Juntar aos respectivos autos documentos protocolizados neste Tribunal, certificando sua tempestividade, para em seguida submetê-los à consideração superior;
- Atender aos advogados e aos jurisdicionados, prestando informações acerca da tramitação processual
- Dar carga de processos aos advogados
- Digitalização integral e a respectiva conferência de todos os processos a serem remetidos ao TST
- Remeter eletronicamente ao TST os recursos de sua competência
- Certificar o trânsito em julgado, remetendo à VT de origem os respectivos autos

Processos Eletrônicos

- Publicar no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT:

Despachos de Recurso de Revista

Despachos de Agravo de Instrumento

Notificações

- Certificar nos processos as respectivas publicações no DEJT
- Remeter ao TST Processos:
- Que receberam despacho dando seguimento ao Recurso de Revista ou ao recurso ordinário
- Com Agravo de Instrumento
- Baixar à Vara de origem os processos com despacho denegatório de seguimento ao recurso de revista não agravado

NUGEP – NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) é unidade permanente vinculada à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, regulamentada pela Resolução Administrativa nº 128/2016, em conformidade com a Resolução 235/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Tarefa

- Realizar a gestão de processos judiciais vinculados à aplicação da repercussão geral, de casos repetitivos e de incidentes de assunção de competência e de uniformização de jurisprudência;
- Manter e gerenciar, na página do Tribunal na internet, banco de dados pesquisável, com os registros eletrônicos dos temas de casos repetitivos, de IAC e IUJ, para consulta pública;
- Auxiliar os órgãos julgadores na gestão do acervo sobrestado, informando as determinações de suspensão e de encerramento de suspensão processual.

5 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Silvia Maria Pontes de Castro

EQUIPE DE SERVIDORES:

Socorro de Maria Costa Bezerra

Manuela Mesquita de Moura

Tatiana de Moraes Lacerda

Leila Santos Sousa

Ana Celia Ferreira Mendes

Lídia Maria Souza de Lima

Eleine Soares Dourado

José Antônio Ribeiro de Araújo

Gisele Fernandes Azevedo Cutrim

Raimundo Nonato Monteiro Filho

Maria Lídia Borges de Sousa

Fernando Boucinhas de Castro Lima

SECRETARIA

Além das ações específicas de cada setor e seção que compõem a Secretaria de Administração e que serão descritas adiante, a diretoria, especificamente, promoveu algumas novas práticas com vista a propiciar melhorias na gestão do Tribunal.

Sugeriu a instauração de Comissão de Avaliação e Classificação de Bens Inservíveis por biênio gestor (no presente caso 2018-2019), com vista a dar celeridade às ações de desfazimento de bens inservíveis, ociosos ou anti-econômicos, de modo a permitir aos servidores integrantes da comissão o conhecimento geral das atividades desenvolvidas durante todo o período da Administração; facilitar o contato com as demais áreas envolvidas e viabilizar o planejamento das ações necessárias às avaliações, trazendo ainda, economicidade ao Tribunal, vez que, deste modo, é capaz de planejar eficientemente os deslocamentos, reaproveitamento de mobiliário ocioso, reparo/reforma dos danificados e readequações de distribuição dos bens permanentes do TRT 16, sem considerar, que as ações da comissão por biênio balisa os trabalhos da Comissão Inventariante, por auxiliar em possíveis localizações de bens faltosos, com isso alcançou a identificação de alguns mobiliários distribuídos por vários ambientes do TRT; localização e identificação de bens antes dados como faltosos; limpeza de áreas comuns (devido ao recolhimento de bens espalhados), reaproveitamento de bens ociosos para uso por várias unidades (exemplos: armários deslizantes – reaproveitados no Arquivo Geral; bancos de madeira – reaproveitados no Almojarifado e sala de descanso de terceirizados; poltronas e sofás - reaproveitados na sala de descanso de terceirizados). Contou com a parceria da Comissão de Avaliação e Classificação de Bens Inservíveis, Coordenadoria de Serviços Gerais e Setor de Marcenaria

Determinou a adoção de procedimentos para desmontagem, recebimento e guarda de bens em bom estado de conservação devolvidos pelas unidades à Coordenadoria de Material e Logística, conforme abaixo, com o fim de melhorar a sistemática no uso de bens permanentes do TRT 16ª Região, de modo a atender recomendações de conformidade de controles internos, no que tange ao armazenamento e movimentação dos materiais devolvidos pelas unidades à Coordenadoria de Material e Logística do TRT 16ª Região, que estejam em bom estado de conservação, ociosos e possíveis de reutilização por outras unidades, providenciando o acondicionamento ideal para permitir, no futuro, o reaproveitamento do mobiliário em outras unidades ou a doação (como ocioso) em estado de conservação que possa realmente ter alguma utilidade à entidade contemplada:

- Os bens permanentes cujas devoluções exijam o desmonte dos materiais, como armários, mesas, nichos e similares deverão ser feitos pelos Artífices de Marcenaria do TRT ou os auxiliares terceirizados contratados para esse fim;

- Após o desmonte, os materiais juntamente com as suas peças (parafusos, pregos, prateleiras ou afins) deverão ser embalados ou acondicionados com materiais/embalagens adequados, com vista a resguardar a integridade do bem e sua conservação até a reutilização por outra unidade ou o desfazimento, conforme o caso;
- Os materiais acima citados devem ser guardados e acomodados de maneira a preservar seu estado de conservação, com identificação do número de tombamento pela área externa da embalagem e a classificação de seu estado, com vista a viabilizar a conferência e identificação em futuros inventários;
- Os bens permanentes que não possibilitem o desmonte (cadeiras, computadores, no-breaks e outros), deverão ser guardados igualmente acondicionados e embalados, conforme os itens acima e nas mesmas condições de identificação;
- Os bens permanentes que forem entregues com defeitos aparentes e acompanhados de laudo de avaliação específica deverão ser guardados em local separado daqueles em bom estado. Deve ser avaliada a possibilidade de reparos por troca/aproveitamento de peças de outros materiais devolvidos, que permitam o reparo e reutilização, por meio de mão de obra interna. Casos, em que os bens reparados, devem ser redirecionados ao local de guarda e permanência dos materiais classificados como tendo bom estado de conservação.

A execução de tal ação facilitou a identificação e localização do bem, por meio do do tombamento e classificação do bem, que auxiliará os trabalhos das Comissões Inventariantes; otimizou espaços de acondicionamento e resguardou a composição dos bens desmontados pela preservação de todas as peças. Contou com a parceria da Coordenadoria de Material e Logística, Seção de Almoarifado e Setor de Marcenaria

Planejou o reaproveitamento de restos de reformas internas (como granito, vidro, espelho) para reutilização em outras áreas/unidades, com o objetivo de evitar o desperdício de material e assim promoveu práticas socioambientais. Contou com a parceria da Coordenadoria de Serviços Gerais e Seção de Engenharia

Adotou como prática o contato direto, verbal, por meio telefônico com as empresas, após notificação de possíveis aplicações de penalidades, com vista a tentar solucionar a demanda e viabilizar a entrega do bem ou serviço, assim evitando prejuízo ao Tribunal, minimizando os impactos financeiros-orçamentários pela falta de cumprimento das obrigações, alcançando a solução de algumas pendências pela entrega efetiva do bem/serviço, diminuindo a abertura de novos protocolos de penalidades, que demandariam tempo e esforço das equipes. Contou com a parceria da Seção de Contratos e Convênios e Setor de Gestão de Terceiros.

A Verificação e acompanhamento diário dos processos, definindo prioridades para cada dia e semana, facilitou e otimizou o cumprimento dos prazos de vigência dos contratos, melhorou a

efetividade no trâmite processual, evitou ou diminuiu o retrabalho e amenizou o congestionamento de protocolos em cada unidade administrativa, reduziu os desgastes das equipes, haja vista o número bastante reduzido de servidores frente a uma demanda administrativa cada vez mais crescente e de grandes responsabilidades e consequências, conseqüentemente melhorou a eficácia e eficiência das unidades administrativas e reduziu o número de afastamentos por licenças por estresse e cansaço dos servidores. Contou com a parceria da Seção de Contratos e Convênios, Setor de Gestão de Terceiros, Setor de Assessoramento Contábil e Diretoria Geral

A diretoria da Secretaria de Administração realizou reuniões frequentes com as empresas que já mantêm contratos com o Tribunal, e as que iniciarão novos contratos, principalmente os de natureza contínua, além de promover reuniões com instituições que mantenham outros tipos de relacionamentos com o TRT 16 (convênios/cessão), com vista a melhorar a eficiência dos contratos e convênios; dirimir dúvidas acerca da operacionalização dos contratos, esclarecendo direitos, deveres e obrigações contratuais e possíveis penalidades; dar celeridade a tramitação processual e evitar danos ao erário. Contou com a parceria da Seção de Contratos e Convênios, Setor de Gestão de Terceiros, Setor de Assessoramento Contábil, Seção de Aquisição Públicas, Núcleo de Assessoramento Jurídico, Diretoria Geral Coordenadoria de Serviços Gerais, Setor de Eletricidade, Seção de Engenharia, Coordenadoria de Tecnologia e Informação, Seção de Cerimonial

Por fim, a diretoria da Secretaria de Administração realizou como prática diária contatos com as demais unidades administrativas, instituindo reuniões semanais ou frequentes com unidades afins, para melhorar a eficiência das atribuições de cada unidade com vista a dirimir dúvidas acerca da tramitação processual, buscando celeridade e maior e melhor eficiência.

Além disso, acompanhou pessoalmente, em conjunto com as unidades que tinham relação direta ou indireta, todos os serviços executados pela Seção de Engenharia, intencionando reduzir os impactos de cada reforma ou reparo, acelerar a execução dos serviços, evitar retrabalho ou correções, e preservar a segurança e o conforto dos servidores e magistrados. Promoveu tal acompanhamento com o auxílio do Núcleo de Assessoramento Jurídico, Diretoria Geral, Coordenadoria de Serviços Gerais, Seção de Engenharia, Coordenadoria de Material e Logística, Seção de Segurança Institucional, Diretoria do Fórum Astolfo Serra, Coordenadoria de Tecnologia e Informação, Secretaria de Orçamento e Finanças, Seção de Saúde, Seção de Cerimonial, Seção de Comunicação, Seção de Biblioteca e Gestão Documental, Setor de Cadastramento Processual, Coordenadoria de Gestão Estratégica e Secretaria Geral da Presidência.

AQUISIÇÕES PÚBLICAS

APRESENTAÇÃO

“Há três métodos para ganhar sabedoria: primeiro, por reflexão, que é o mais nobre; segundo, por imitação, que é o mais fácil; e terceiro, por experiência, que é o mais amargo.”

Confúcio.

As ações implementadas evidenciam o trabalho conjunto desenvolvido por uma equipe comprometidos com o trabalho e, acima de tudo, responsável pelo bom funcionamento de cada área desta Instituição.

O ano de 2018 foi marcante para a nossa Corte. A Seção de Aquisições Públicas, Unidade integrante da estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, subordinada atualmente à Secretaria Administrativa, procurou cumprir fielmente as atribuições que lhe foi consignada no Regulamento Geral deste Tribunal, com a utilização de modernos métodos e técnicas de trabalho destinado à melhoria e eficiência de seus serviços.

O escopo do relatório compreende todas as atividades desenvolvidas no exercício, relativo a auxílio a elaboração de estudos preliminares e termos de referência, elaboração, coordenação e publicação de atas de registro de preços, além da elaboração de editais, execução e publicação de licitações para contratações de bens e serviços de interesse deste Órgão, em ação planejada e transparente, a fim de possibilitar à sociedade o acesso a todos os atos e procedimentos licitatórios aqui praticados, em estrita obediência aos princípios constitucional norteadores da atividade administrativa.

Por fim, como instrumento de divulgação, no presente relatório está sintetizado os resultados alcançados em economia para o erário e a efetividade na tramitação de cada processo de aquisição e serviços destinados à contratação de bens e serviços, de forma a minimizar custos para a Administração Pública, constituindo assim mais uma forma de conferir a efetiva contribuição desta Unidade para o programa de redução de custos e modernização desta justiça.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

ATOS PRATICADOS POR PROCESSOS LICITATÓRIOS

No exercício em comento, procurou esta Seção, sob a coordenação de sua chefia, executar tarefas que envolvam, em regra, licitações, na busca de aquisição de bens e

contratação de serviços de forma mais vantajosa para Administração, consubstanciada em normas e procedimentos legais e regulamentares.

Primeiramente dispomos sobre o auxílio aos setores requisitantes na elaboração dos estudos preliminares e a elaboração conjunta com os setores requisitantes dos Termos de Referência onde inicia o procedimento de compras ou contratação dos serviços. Além desses a análise dos Projetos Básicos com o intuito de licitar obras e serviços de engenharia.

Participamos, em comissões designadas, da aquisição e contratações próprias da Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação dentre as quais se encontra as licitações, prorrogações contratuais, além da participação em licitações de outros órgãos ou adesão a atas de Registro de Preços vigentes, com a elaboração dos Estudos Preliminares e Termos de Referência.

O ano de 2018 foi atípico em relação a contratação de empresas para terceirização de mão de obra, posto que muitos contratos encerraram no referido ano, necessitando de novas contratações.

Das atividades desenvolvidas, demonstramos abaixo em termos quantitativos, a evolução dos atos praticados, envolvendo licitação e contratação direta próprias do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, conferidos por espécie, de modo a evidenciar o volume desses serviços na situação, encerrada e em andamento, bem como o resultado da produção alcançada em nível adjudicado/ homologado, como também em deserto/fracassado e revogado/anulado, conforme abaixo:

TABELA 1
PRODUÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS - LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO – 2018

LICITAÇÕES / PROCESSOS	SITUAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS					
	Encerrado (QT)	Andamento (QT)	Adjudicado / Homologado (QT)	Anulado (QT)	Revogado (QT)	Deserto / Fracassado (QT)
Adesões do TRT a ata de outros órgãos	05	-0-	05			
Adesão de outros órgãos a atas do TRT	21	-0-	20		01	
Dispensa de Licitação	11	-0-	11	-0-	-0-	-0-
Coleta Eletrônica	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Concurso	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Concorrência (CC)	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
T.de Preço (TP)	01	-0-	01	-0-	-0-	-0-
Convite (CV)	-0-	-0-	-00-	-0-	-0-	-0-
Pregão presencial	03	-0-	03	-0-	-0-	-0-
Pregão eletrônico	39	05	28	00	-2-	-1-
Credenciamento	0	-0-	00	-0-	-0-	-0-
Leilão	0	-0-	00	-0-	-0-	-0-
TOTAL	80	05	68	00	-2-	01

Elaboração de Editais	49
Análise/Elaboração de Termo de Referência	58
Análise/elaboração de Estudos Preliminares	17
Elaboração, encaminhamento e publicação de Atas de Registro de Preços	59
Respostas a pedidos de esclarecimentos	19
Respostas a pedidos de impugnações	4
Respostas a recursos	8

RESULTADO DA ANÁLISE:

Evidencia-se na **tabela 1** a quase totalidade dos processos encerrados por esta Unidade de Aquisições Públicas.

Dos **80 processos** encerrados foram **68 adjudicados e homologados** e os demais apresentaram a seguinte situação: 02 licitações revogadas, uma fracassada, 01 desistência em licitar pela administração, 01 transformada em PE 2019, 02 números não utilizados, 01 Pregão eletrônico transformado em presencial, 05 licitações em andamento.

Diante da impugnação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo a Tomada de Preços 01/18 e 06 pedidos de esclarecimento, referente ao Projeto Básico, eminentemente técnico, o processo foi encaminhado para o setor requisitante que, após o esclarecimento e resposta a impugnação se tornou necessária elaboração de novo edital.

Assim, da totalidade de processos encerrados, 85% tiveram resultados homologados.

DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

VALOR ECONOMIZADO NO EXERCÍCIO

Das compras e contratações efetuadas neste exercício, a Seção de Aquisições Públicas, em cumprimento às metas traçadas pela Administração, alcançou resultado substancial em economia efetiva ao erário.

Estatísticas revelam que esta Corte Trabalhista economizou no ano de 2018 um valor de **R\$ 2.810.250,42 (dois milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos)** nas contratações de bens e serviços. O custo estimado desses itens foi em torno de R\$ **10.081.456,33 (Dez milhões, oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos)** e o valor homologado importou em R\$ **7.302.203,42 (sete milhões, trezentos e dois mil, duzentos e três reais e quarenta e dois centavos)**; gerando uma **economia efetiva de 27,87%**, levando-se por base o valor estimado, conforme demonstrado na **Tabela 2**.

Atentamos que o Pregão Eletrônico 15/18 – Cessão de espaço para restaurante - não constou seu valor na listagem, pois a contratação se fez pelo maior lance e não o menor preço, seu cálculo foi realizado através de fórmula específica e será pago pelo licitante à União, não havendo dispêndio pelo erário.

A Seção de Aquisições Públicas atribui esse resultado, ao uso de pregões nas compras de bens e serviços comuns e a utilização da sistemática de Registro de Preço.

A adoção pela Administração dessas ações relacionadas à compra pelo Sistema de Registro de Preço, além da visível redução de custos pela redução do volume de licitação, desencadeou várias outras vantagens decorrentes do processo. Destaca-se a ausência da necessidade de dotação orçamentária para licitações, melhor otimização dos níveis de estoque, minimização dos impactos decorrentes da falta de materiais, racionalização de compras e contratações, não obrigatoriedade de aquisição, obtenção de parâmetros na análise de propostas e possibilidade de racionalização das compras que passam a ser planejadas com significativa antecedência.

TABELA 2
DEMONSTRATIVO DE VALOR ECONOMIZADO
POR ESPÉCIE DE LICITAÇÃO

ESPÉCIE DE LICITAÇÃO		VALOR (R\$) ESTIMADO	VALOR (R\$) ADJUDICADO/HOMOLOGADO	VALOR (R\$) ECONOMIZADO	VALOR (%)
LICITAÇÃO	Concorrência	-0-	-0-	-0-	-
	Tomada de Preço	378.473,80	227.084,28	151.389,52	
	Convite	-0-	-0-	-0-	-
	Pregão Presencial	62.929,66	42.200,00	20.729,66	
	Pregão Eletrônico	9.640.052,67	7.032.919,61	2.638.131,24	
TOTAL		10.081.456,33	7.302.203,42	2.810.250,42	

RESULTADO DA ANÁLISE:

A **tabela 2** reflete as modalidades de licitações, bem como a evidente contribuição em economia efetiva alcançada por cada modalidade de contratação perfazendo um total de **R\$ 2.810.250,42 (dois milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos)**.

Vale ressaltar nesta análise a posição de destaque que a figura do **pregão eletrônico** tem alcançado em economia, em média chegou ao patamar de **30,47%** do valor estimado para essa modalidade.

Em suma, o valor economizado pela Seção de Aquisições Públicas elevou ao patamar de mais de **dois milhões** de reais aos cofres públicos.

Ainda restou cinco Pregões Eletrônico a serem licitados, sendo 04 com licitações marcadas para em janeiro de 2019 e um sem data estipulada, cujo processo ainda está em andamento.

OUTRAS ATIVIDADES

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Por determinação regulamentar, compete à Seção de Aquisições Públicas o gerenciamento e fiscalização dos contratos de serviços de natureza continuada de publicação de matéria administrativa na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, assinatura da Revista Zênite e Periódicos da Editora – Banco de Preços.

Assim, esta Unidade, no decorrer do exercício de 2018, procedeu com eficiência, através do exame de conformidade, o acompanhamento e a fiscalização de matérias publicadas tanto nesta Seção quanto as demais que utilizam a Imprensa nacional para efetivar a Lei de Transparência e o princípio da publicidade.

Foram incluídos no Portal da Transparência todas as licitações, seu andamento, pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos, bem como as atas de registro de preços que tem este Egrégio Tribunal como Gerenciador.

O processo de contratação de empresa para publicação em jornal de grande circulação no Estado do Maranhão teve seu término no presente exercício, elaborado Estudos Preliminares e realizada nova licitação para efetivar a contratação respectiva.

ATIVIDADES AUXILIARES

Visando dá efetividade às atribuições essenciais de competência desta Seção, procederam-se outras atividades classificadas como complementares, a saber:

- Análise de processos, solicitação de orçamento, verificação da regularidade de empresas;
- Divulgação das licitações deste Regional através da internet na página do TRT da 16ª Região;
- Autenticação de documentos em empresas licitantes não participantes do SICAF;
- Elaboração de editais e encaminhamento dos mesmos aos interessados para análise e conhecimento de data de abertura das licitações;
- Pesquisa, junto às empresas Zênite e Fórum, de matérias relacionadas com procedimentos a serem adotados por esta Seção, bem como decisões do Tribunal de Contas da União;
- Fixação do resumo dos atos relativo à licitação, no quadro de aviso deste Tribunal, como forma de divulgação desses atos;
- Divulgação das licitações através de Jornal de grande circulação e no Diário Oficial da União, em cumprimento à Lei 8.666/93;
- Realização de consultas, via Internet, para verificação do cadastramento e habilitação parcial dos licitantes no SICAF, bem como, verificação da veracidade/autenticidade da documentação apresentada nas licitações e compras diretas;
- Realização de diligências ‘in loco’ quando necessário;

- Notificação a empresas sobre despachos, atos, esclarecimentos, audiências, adiantamentos, resultado de sorteio, diligências e reuniões de interesse deste Serviço;
- Exame de conformidade na documentação e propostas de preço, juntamente com os setores envolvidos;
- Realização de sorteios para definir o vencedor, como critério de desempate conforme edital;
- Sessões de licitações;
- Análise de recursos, pedidos de esclarecimento e impugnações;
- Análise de Termos de Referência;
- Análise de Estudos Preliminares;
- Auxiliar os setores requisitantes na elaboração de Termos de Referência;
- Auxiliar os setores requisitantes na elaboração de Termos de Referência;
- Elaboração das Atas de Registro de Preços das empresas vencedoras dos certames;
- Auxílio aos setores requisitantes na condução de atas de registro de preços, quando solicitado;
- Lançamento das Atas de SRP no Sistema de Ata de Registro de Preços para o acompanhamento dos gestores;
- Inserção as Atas de SRP no sistema SIASG no site do Compras governamentais para facilitar a as adesões de outros órgãos;
- Recebimento e concessão de adesão as atas de Registro de Preços, através do sistema SIASG.
- Estudo, adequação dos editais e execução das normas ditadas pela Lei Complementar nº 123/06.
- Participação em comissões para estudo de viabilidade para contratação com a elaboração dos termos necessários para contratação, com reuniões de ajustes e compartilhamento de texto através do e-mail.
- Consolidação do Plano de Contratação anual.
- Participação na Comissão do Plano de Logística Sustentável do TRT;

COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Outras atividades são desenvolvidas pela Seção de Aquisições Públicas com a elaboração e encaminhamento de atas de Registro de Preços, ofícios, memorandos, notificações, esclarecimentos, impugnações, informação sobre recursos, diligências, atestes em notas fiscais/faturas, despachos, entre outros.

Respostas aos questionamentos das auditorias realizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Tribunal de Contas da União (TCU) e Auditoria Interna.

Participação em 33 comissões para estudo de viabilidade para contratação com a elaboração dos termos necessários para contratação, com reuniões de ajustes.

Esta Seção auxiliou na elaboração do Plano anual de Contratação referente ao ano de 2018 e o consolidou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades executadas pela Seção de Aquisições Públicas, no exercício de 2018, viabilizaram resultados positivos em economia ao erário público totalizando um montante de **R\$ 2.810.250,42 (dois milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos).**

Nota-se que o valor estimado refletiu com maior acuidade o valor de mercado.

Em suma, certifica-se que as atribuições precípua em planejamento e licitação constituem um ferramenta norteadora de celeridade, transparência e economia imediata às ações da Administração, na busca incessante de cumprimento às metas estratégicas.

ASSESSORIA CONTÁBIL

APRESENTAÇÃO:

No exercício de 2018 o Setor de Assessoramento Contábil - SAC, Unidade integrante da estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, subordinada à Secretaria de Administração, cumpriu com diligência as atividades a ele atribuídas por meio da Resolução Administrativa n.º 175/2016, adotando métodos, técnicas e procedimentos de trabalho destinados à melhoria e eficiência de seus serviços.

O escopo do relatório compreende as atividades desenvolvidas no exercício de 2018, nomeadamente as análises e emissões de pareceres no âmbito do processo de contratações públicas, compreendendo a fase de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual, a fim de auxiliar a autoridade competente a execução de uma gestão administrativa efetiva e equilibrada, pautada nos princípios da legalidade, transparência, eficiência e economicidade, norteadores da administração pública.

Outrossim, com vistas a demonstrar o histórico do trabalho desenvolvido no Setor de Assessoramento Contábil, procedemos ao incremento deste documento com a inclusão de informações e gráficos comparativos relativamente aos exercícios de 2017 e 2018, com o intuito de comprovar também o crescimento da atuação deste Setor e sua importante atuação nos procedimentos licitatórios, bem como nas análises acerca da conta depósito vinculada das contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme veremos adiante.

OBJETIVO GERAL DO SETOR DE ASSESSORAMENTO CONTÁBIL:

Auxiliar na tomada de decisão da autoridade ordenadora, de forma a mitigar a incidência de erros relativos às contratações em todas as suas fases: desde o planejamento até o encerramento da execução contratual e suas conseqüências imediatas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO:

- Elaboração de pareceres acerca de:
 - a) Estimativa de valores a serem contratados;
 - b) Habilitação econômico-financeira de empresas licitantes;
 - c) Exame de aceitabilidade de proposta de preços com vistas a subsidiar a atividade do pregoeiro;
 - d) Escolha e justificativa de índices financeiros a serem adotados no procedimento licitatório na etapa do planejamento;
 - e) Escolha e justificativa de índices de correção monetária com vistas à aplicação dos critérios de reajustamento de preços no procedimento licitatório dos serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra;
 - f) Análise de recursos impetrados por empresas licitantes no bojo do procedimento licitatório;
 - g) Readequação de propostas de preço da empresa licitante parcialmente vencedora para fins de atendimento às exigências do certame;
 - h) Análise e apuração de valores para fins de repactuação contratual;
 - i) Análise e apuração de valores para fins de reajuste contratual;
 - j) Análise e apuração de valores para fins de revisão contratual;
 - k) Levantamento de valores retroativos relativamente a repactuações ou reajustes devidos e não concedidos;
 - l) Cálculo de multas e penalidades contratuais;
 - m) Procedimentos para inscrição de empresa devedora na Dívida Ativa da União;
 - n) Procedimentos para inscrição de empresa devedora no SICAF;
 - o) Cálculo de apuração de valores a serem retidos em Conta depósito Vinculada;
 - p) Cálculo de apuração de valores a serem liberados para a empresa retentora em conta depósito vinculada;
 - q) Cálculo de atualização de valores a serem retidos em Conta depósito Vinculada por ocasião de alteração contratual ou repactuação;
 - r) Outros cálculos.
- Elaboração de minutas de apostilas e apostilas por ocasião de reajustes e repactuações contratuais;

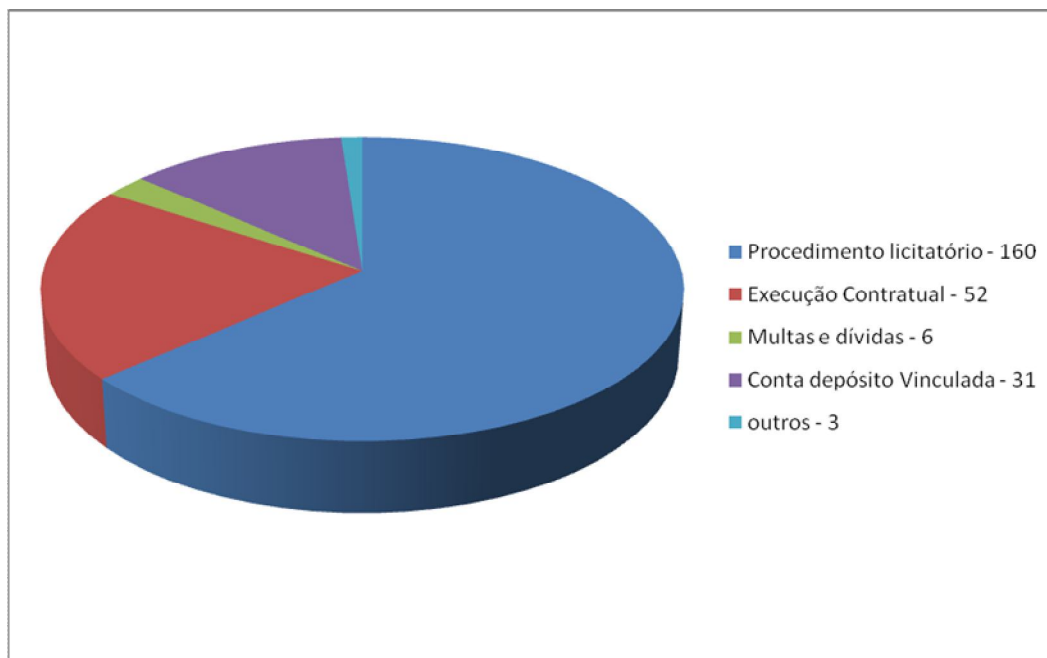
- Elaboração de planilhas de controles internos de pagamento e de execução contratual;
- Elaboração de minutas de estudos preliminares, mapeamento de risco e termo de referência em suas versões finais nos processos de terceirização e demais processos cuja demanda é a prestação de serviços continuados.

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

No exercício de 2018, este Setor de Assessoramento contábil elaborou **252 (duzentos e cinquenta e dois) pareceres técnicos**, que veicularam sugestões acerca dos itens constantes das alíneas “a” a “r” do Subitem 2.1 deste Relatório. Além disso, produziu **25 (vinte e cinco) Apostilas** cujos objetos se referiam a Repactuações e Reajustes contratuais. Reitera-se, oportunamente, que ainda ocorreram Repactuações e Reajustes juntamente com Revisões contratuais, motivo pelo qual se formalizaram por meio de Termo Aditivo, uma vez que este último instituto exige tal instrumento.

QUANTITATIVO DE PARECERES TÉCNICOS ELABORADOS

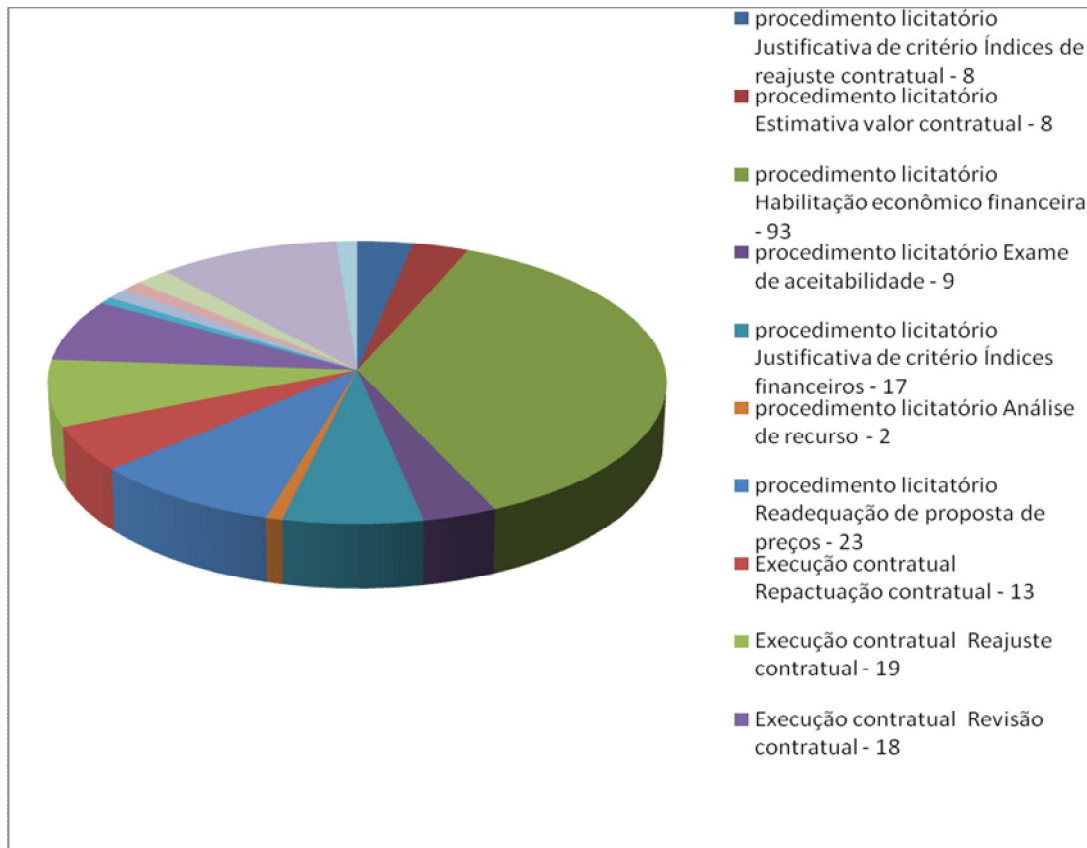
Este Setor de Assessoramento Contábil, durante o exercício de 2018, produziu 252 pareceres que, para fins de contabilização, dividiram-se em 05 (cinco) grandes temas, conforme exibido no gráfico abaixo:



Constata-se, quando da análise do gráfico acima, que as atividades relativas aos procedimentos licitatórios demandaram sobremaneira este Setor, correspondendo a mais da metade dos pareceres emitidos. Este fenômeno justifica-se pelo elevado volume de pareceres emitidos relativamente aos procedimentos licitatórios, nomeadamente as análises de econômico-financeira para fins de habilitação das empresas licitantes e aceitação de preços.

Insta conceder igual destaque para a atividade desempenhada neste Setor no âmbito da execução contratual, pois considerável volume de pareceres acerca deste tema foram emitidos durante o exercício de 2018, com destaque para as Revisões e reajustes contratuais.

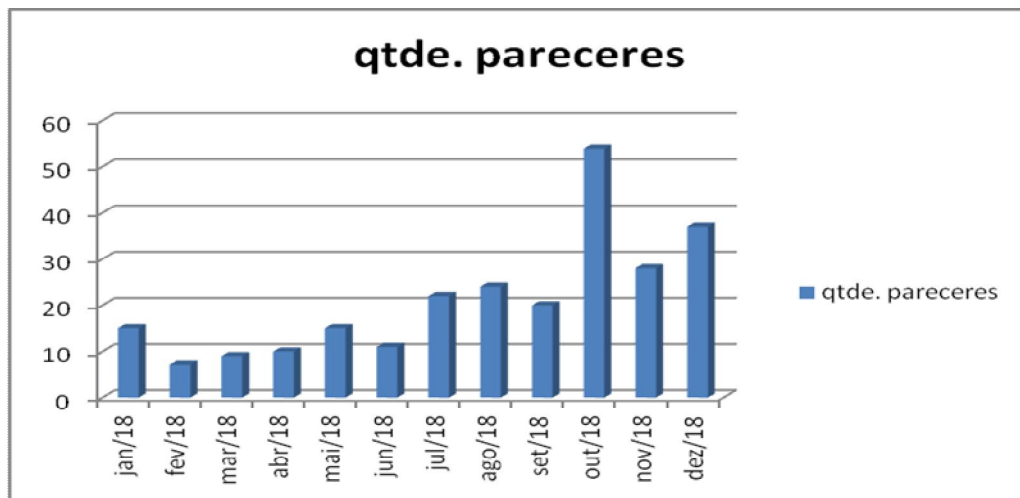
Para fins analíticos, o gráfico abaixo contempla o quantitativo de pareceres por assunto abordado:



Conforme já destacado, verifica-se mais uma vez, neste gráfico que agrupa os pareceres em assunto, que as manifestações relativas à Habilitação Econômico-financeira das empresas em sede de licitação demandaram sobremaneira as atividades deste Setor de Assessoramento Contábil. Tal fato justifica-se pelo considerável volume de licitações realizadas no exercício de 2018, especialmente porque muitos contratos de terceirização tiveram sua vigência finda no ano em questão, sendo necessárias as realizações de novos procedimentos licitatórios.

Outra relevante atividade do Setor é a realização de cálculo de valores referentes à retenção, atualização e liberação de Conta Depósito Vinculada. Somente no exercício de 2018 foram emitidos 26 (vinte e seis) pareceres sobre a liberação e movimentação de saldo retido, 05 (cinco) de atualização dos valores a serem recolhidos mensalmente.

Por fim, levantou-se a quantidade de pareceres emitidos por mês, de forma a destacar os períodos em que este Setor de Assessoramento Contábil é mais demandado, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

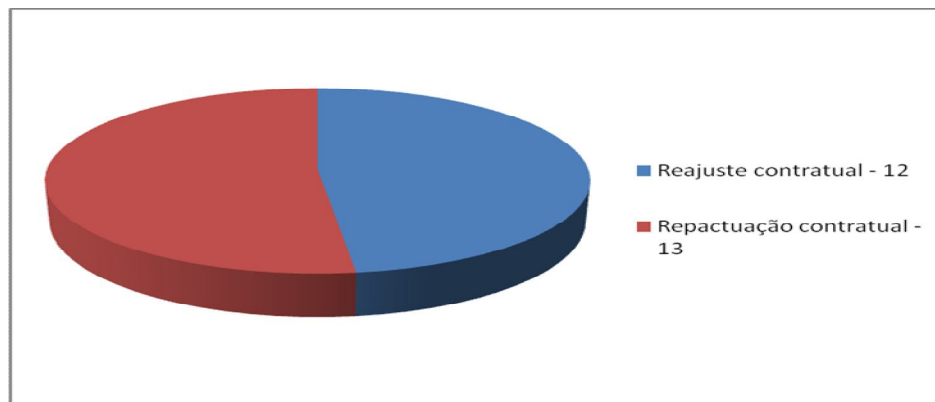


A ilustração revela uma maior produção e emissão de pareceres nos últimos três meses do ano, nomeadamente outubro a dezembro de 2017, demonstrando intensa atividade pelo setor no período. Destaque para o mês de outubro, ocasião em que se verifica elaboração de maior quantitativo de pareceres no ano.

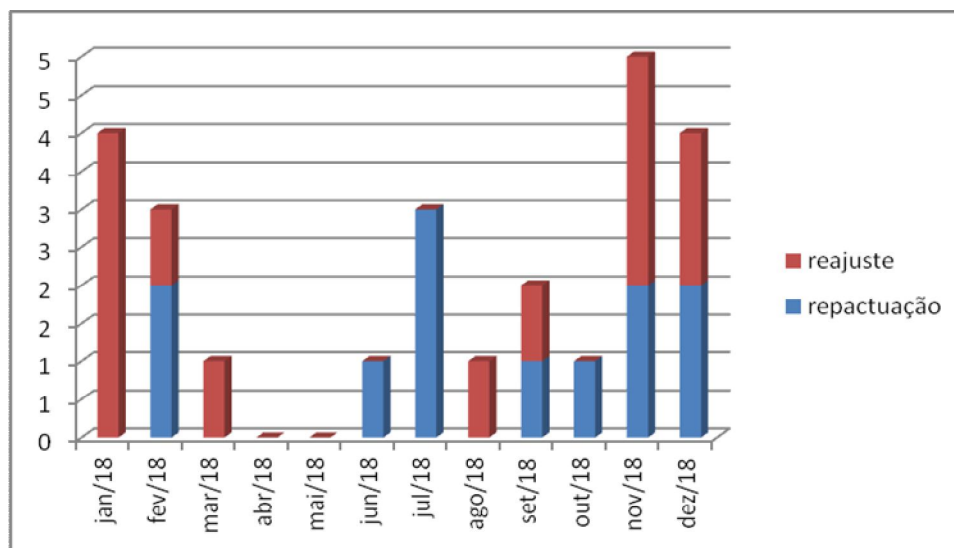
Finalmente, informa-se que este Setor produz uma média de 21 (vinte e um) pareceres por mês, sendo quase a metade dos mesmos destinados a viabilizar as Repactuações e Reajustes contratuais.

QUANTITATIVO DE APOSTILAS PRODUZIDAS:

Outra atividade desempenhada por este Setor, a elaboração de Apostilas, inicia-se com a produção de sua minuta e, posteriormente, o documento definitivo. Neste sentido, foram elaboradas, durante o exercício de 2018, 25 apostilas (vinte e cinco), sendo 12 (doze) delas relativas a Reajuste contratual e 13 (treze) referentes à Repactuação, conforme gráfico a seguir:



Em seguida, buscou-se levantar o quantitativo de apostilas produzidas por mês, para verificação dos períodos de maior atividade deste Setor para com a aludida atribuição:



O quantitativo de apostilas apresenta uma peculiaridade: os meses de maior produção de apostilas foram janeiro, novembro e dezembro. Isso se justifica pois são meses subsequentes aos da produção de grandes volumes de pareceres, pelo fato de que as apostilas são documentos que resultam de Reajustes e Repactuações contratuais, institutos invocados pelas empresas contratadas quando da renovação do instrumento.

COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

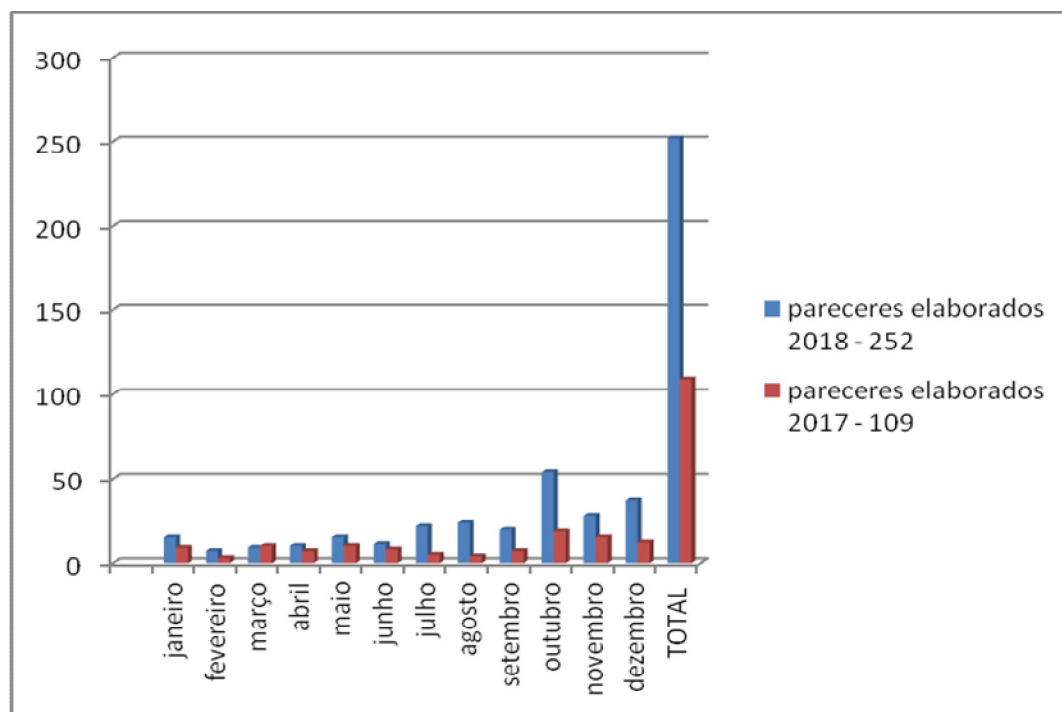
Outras atividades são desenvolvidas pelo Setor de Assessoramento Contábil, como a elaboração e encaminhamento de despachos, ofícios, memorandos, relatórios, diligências, pedidos de esclarecimentos, entre outros.

Relativamente à elaboração de despachos por este Setor, verificou-se a produção de 195 documentos durante o período de 2018.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS ATIVIDADES DO SETOR NOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2018

Considerando a necessidade de demonstrar o substancial aumento da elaboração de pareceres técnicos pelo Setor de Assessoramento Contábil em comparação ao ano anterior, elaborou-se este tópico com o intuito de ilustrar graficamente a comparação entre a produção dos anos de 2017 e 2018:

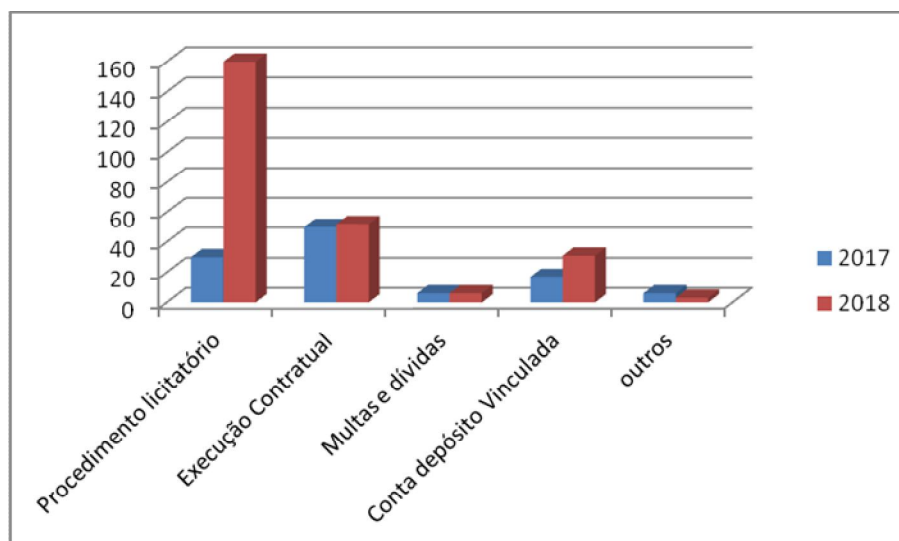
GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO DE PARECERES
NOS ANOS DE 2017 E 2018 POR MÊS



Verifica-se, quando da análise do gráfico acima, que a produção de pareceres em 2018 mais do que dobrou em relação ao ano anterior. Foram 252 (duzentos e cinquenta e dois) pareceres exarados no exercício de 2018 e 109 (cento e nove) pareceres no ano anterior, nomeadamente 2017. Na imagem, verifica-se que os meses de outubro, novembro e dezembro foram os mais demandados, com produção de 42% da totalidade anual dos pareceres em 2017 e 47% em 2018.

O sensível aumento na quantidade de pareceres produzidos no ano de 2018 deu-se especialmente pelo aumento na demanda de manifestação deste Setor acerca da habilitação econômico-financeira, uma vez que para cada procedimento licitatório, este setor é demandado no sentido de avaliar os índices contábeis apresentados pelas empresas inicialmente habilitadas. É o que apresenta o gráfico abaixo:

GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO DE PARECERES NOS ANOS DE 2017 E 2018 POR MÊS



Resta evidente, quando da análise do gráfico, o aumento substancial de manifestações elaboradas em sede de procedimento licitatório, com destaque especial para análise econômico-financeira das empresas. Como já foi dito, o aumento deve-se sobretudo ao aumento de procedimentos licitatórios, uma vez que no exercício de 2018 um elevado volume de contratos teve sua vigência extinta, sendo necessária a realização de certames para novas contratações.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, resta imprescindível a existência deste Setor de Assessoramento Contábil tanto para a realização de procedimento licitatório quanto para uma eficiente execução contratual, servindo de subsídio a administração em sua tomada de decisão de forma econômica, eficiente e eficaz.

Outrossim, fica evidente que nos dois anos de existência, o Setor de Assessoramento Contábil agregou relevante valor ao seu trabalho, estando presente em todas as fases do processo, no sentido de contribuir precipuamente no controle da despesa pública.

SETOR DE GESTÃO DE TERCEIROS

O Setor de Gestão de Terceiros, que dá apoio aos contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra, desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2018:

- Auxiliou no gerenciamento de 15 contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra
- Acompanhou, com o apoio dos fiscais, o processo de pagamento das faturas mensais das empresas e as repactuações solicitadas.
- Atualizou os dados nos sistemas de controle dos contratos terceirizados;

- Informou à Receita Federal os contratos de terceirização celebrados com este Regional;
- Expediu notificações às empresas para apresentação de garantia contratual, bem como alertando as inexecuções parciais do contrato;
- Controlou o prazo de vigência dos contratos terceirizados, verificando a necessidade de aditivo contratual;
- Gerenciou e acompanhou o processo de conta vinculada referente à abertura da conta, emissão de guias de retenção, depósitos e movimentações;
- Acompanhou as rescisões contratuais dos empregados da empresa Lima Verde.
- Elaborou minutas de contrato e de aditivo contratual.
- Enviou extratos para publicação de contratos e aditivos na Imprensa Nacional.
- Publicou, mensalmente, no Portal da Transparência a relação dos 177 empregados terceirizados alocados em contratos deste TRT. Em atendimento ao Anexo VI - Resolução CNJ nº 102, de 2009.

ESTÁGIO

- A Secretaria de Administração, como coordenadora do Programa de Estágio deste TRT, realiza as ações de planejamento, acompanhamento e controle do estágio não obrigatório e obrigatório, tendo como principais atividades desempenhadas em 2018:
- Acompanhar o serviço prestado pelo agente de integração para auxiliar no controle dos estágios não-obrigatórios neste Regional. O contrato nº 50/2013 com a empresa Super Estágios Ltda ME prevê a prestação dos serviços de recrutamento, seleção e administração de estágio, observando a Portaria GP nº 930/2013 que regulamenta estágio de estudantes no âmbito deste TRT. A prova do seletivo de estagiários foi realizada em 08/07/2018, com divulgação de resultado em 16/07/2018. As contratações são oriundas do cadastro reserva de estudantes de nível médio e de nível superior, relacionado por curso, sendo realizada a convocação pela ordem de classificação;
- Receber e analisar a documentação exigida quando do primeiro ingresso e semestralmente, a cada renovação do contrato de estágio;
- Providenciar a inclusão do estagiário contratado no banco interno de dados, Sistema de Controle de Estagiários – SCE;
- Manter atualizado o banco interno de dados;
- Providenciar a inclusão dos estagiários e o cadastro biométrico no sistema de ponto eletrônico;
- Providenciar, junto à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, confecção de crachá de identificação;

- Elaborar a folha de pagamento mensal, fazendo o levantamento da frequência dos estagiários no sistema de ponto, confeccionar a folha no sistema de estagiário deste Regional e enviar para o agente de integração Super Estágios lançar as informações em relatório apropriado;
- Recepcionar, avaliar e arquivar os relatórios semestrais e finais enviados pelos supervisores de estágio;
- Preparar e manter a pasta dos estagiários atualizada;
- Fornecer, sempre que solicitadas, todas as informações necessárias à realização de auditoria pela Coordenadoria de Controle Interno;
- Recepcionar alunos das Instituições conveniadas para realizar estágio obrigatório, efetuar a contratação através de Termo de Compromisso, cadastrá-los e encaminhá-los às unidades receptoras;
- Recepcionar os requerimentos de redução de carga horária, recesso de estagiários, participação em atividades e eventos escolares e lançar estes abonos no sistema de pontos;
- Lançar as licenças médicas homologadas dos estagiários, mensalmente no sistema de ponto, de acordo com a listagem enviada pela Seção de Saúde;
- Atender aos pedidos das unidades sobre o preenchimento de vaga de estágio de acordo com a distribuição constante no quadro do Anexo I, da Portaria GP nº 930/2013;
- Expedir certidão de conclusão de estágio;
- Orientar os estagiários sobre seus direitos e deveres;
- Observar o constante no Ato Regulamentar que disciplina a atividade de estágio de estudantes no âmbito deste TRT, através da Portaria GP nº 930/2013;
- Atualizar o sistema de estagiários deste TRT sempre que for feito um aditivo ao contrato de estagiário.
- Realizar processo licitatório para contratação de novo Agente de Integração, tendo em vista a proximidade com o término do contrato nº 50/2013 com a empresa Super Estágios, no início do ano de 2019.
- O Quadro abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura do órgão (na área fim ou na área meio):

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágios vigentes				Despesa no exercício
					(em R\$)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	70	76	101	110	
1.1 Área Fim	42	48	55	58	
1.2 Área Meio	28	28	46	52	
2. Nível Médio	31	35	38	39	
2.1 Área Fim	26	29	32	33	
2.2 Área Meio	5	6	6	6	
3. Total	101	111	139	149	848.734,16

CONTRATOS E CONVÊNIOS

O presente relatório tem por finalidade apresentar as atividades desenvolvidas por esta Secretaria de Administração/ Seção de Contratos e Convênios, ao longo de 2018 de forma a possibilitar a análise qualitativa e quantitativa dessas atividades.

As principais atividades desenvolvidas na unidade de Seção de Contratos e Convênios consistem na elaboração de contratos e respectivos termos aditivos, ai compreendendo todas as implicações decorrentes de um contrato, tais como sua prorrogação, reajustes, repactuação, alteração quantitativas e qualitativas. Todavia é de se destacar demandas por celebração de outros ajustes, diversos da seara contratual, a exemplo de convênios, termos de acordos de cooperação técnica, parcerias, adesão ao Programa de Habilitação de Descontos, instrução dos processos de penalidades elaborados a partir de informações extraídas do processo.

Ressalta-se que no exercício de suas atividades, esta Seção elabora diversos documentos, culminando com a elaboração de ajustes, despachos de mero expediente, ofícios, notificação, publicação na imprensa oficial, no prazo legal de: extratos dos contratos, dos termos aditivos, e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, bem como efetua a publicidade dos contratos no site deste Tribunal.

Além das publicações acima mencionadas, em observância ao disposto na Lei de Licitações e Contratos, mantém registro de todos os contratos administrativos a fim de verificar a execução do ajustes celebrados por este Regional.

No ano de 2018 foi marcado pela contratação em diversas áreas, sobressaiu-se, no entanto a área de informática com 27 (vinte e sete) **contratos** firmados por este Regional, objetivando a emissão de certificados, aquisição e manutenção de nobreaks, aquisição, serviços de suporte e garantia switches lan ou san, licenças de uso de software, aquisições de notebooks, webcam, impressoras, solução e comunicação computada em nuvem, como exemplificação.

Porém houve aquisição na área de transportes – (aquisição e seguro de veículos novos e usados), na área de telefonia foram elaborados 05 (cinco) contratos, sonorização 02 (dois) contratos.

Houve a formalização de contratação de Sistema de Gerenciamento das respectivas contas correntes e aplicações financeiras através do Sistema GovConta com a Caixa Econômica Federal /MA.

Foi realizado novo procedimento licitatório para a contratação de empresa para prestação de serviços de restaurante e lanchonete, através de cessão onerosa dos espaços públicos existentes no prédio sede deste TRT e nas dependências do Fórum Astolfo Serra, sagrando-se vencedora duas empresas, sendo elaborados **Termos de Cessão de Espaço** para exploração desses espaços, ressalta-se que desde 2016 os espaços físicos destinados ao restaurante/lanchonetes não estavam sendo utilizados em virtude de ausência de interessados em contratar com este Tribunal.

Ainda para cessão de espaço, novos Termos de Cessão de Uso de Espaço Físico para instalação de posto e agência bancária no Prédio Sede, Fórum Astolfo Serra e Fórum de Imperatriz tendo Concedente o Tribunal e Cessionária a Caixa Econômica Federal do Maranhão – Caixa Econômica (e Banco do Brasil) – dando continuidade aos serviços prestados por essas instituições nas áreas deste Regional.

Alguns **Convênios** foram efetuados juntos às diversas universidades de ensino superior objetivando a concessão de estágio obrigatório, em razão dos pleitos formulados a saber:: UNICEUMA, FACAM, UNISULMA, IFMA,CEST,UEMA, UNDB,FLORENCE, UNIASSELVI.

Um convênio inovador foi firmado com o Instituto Entre Rodas e Batom, que tem por objeto a arrecadação de lacres de latinhas metálicas visando a aquisição, pela ONG entre Rodas, de cadeiras de rodas para crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais.

Termo de Acordo de Intenções e Cooperação Técnica foi formalizado com a empresa H2Sol Aquecedores Ltda – ME, que tem por objeto estabelecer o compromisso para prestação de serviços técnicos específicos, tendo como escopo “Projeto de Eficientização Energética do TRT 16ª Região”, como forma de ser apresentado a CEMAR, concessionária de energia elétrica do Estado do Maranhão, projeto técnico para atendimento a chamada pública de projetos eficiência energética – CEMAR 001/2017, para execução de ações de eficientização nas instalações elétricas do TRT 16ª Região. Firmado com a empresa CEMAR o Termo de Cooperação Técnica para implementação de Projeto de Eficiência Energética em que as partes possuem interesses comuns em projetar e implementar ações com o objetivo de racionalizar o uso da energia elétrica. **Termo de Acordo** celebrado com o Tribunal Regional

do Trabalho da 13ª Região, objetivando a criação de condições para tramitação célere dos processos e disponibilização de servidores para implantação e treinamento do sistema – SAO-PJe.

Na área da saúde, objetivando a prestação de serviços na área de psiquiatria foram firmados **Credenciamentos** para compor junta médica, ao longo do exercício.

Terceiros aderiram ao **Programa de Habilitação para Desconto**, mediante assinatura do Termo de Adesão, com empresas/instituições/profissionais dos mais diversos ramos, no qual são oferecidos descontos ou condições vantajosas na aquisição de produtos e/ou serviços aos magistrados/servidores, podendo se estender aos seus respectivos dependente, em contrapartida, este Regional divulga em seu site os serviços oferecidos e descontos, a exemplo temos os firmados com o Colégio Educallis, empresas Ômega Radiologia, Alquimia e Wise UP.

Com vistas a garantir o cumprimento das cláusulas contratuais foram abertos processos autônomos para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidades ocasionada pela inexecução parcial ou total do contrato. Foram expedidas diversas notificações endereçadas às empresas parceiras.

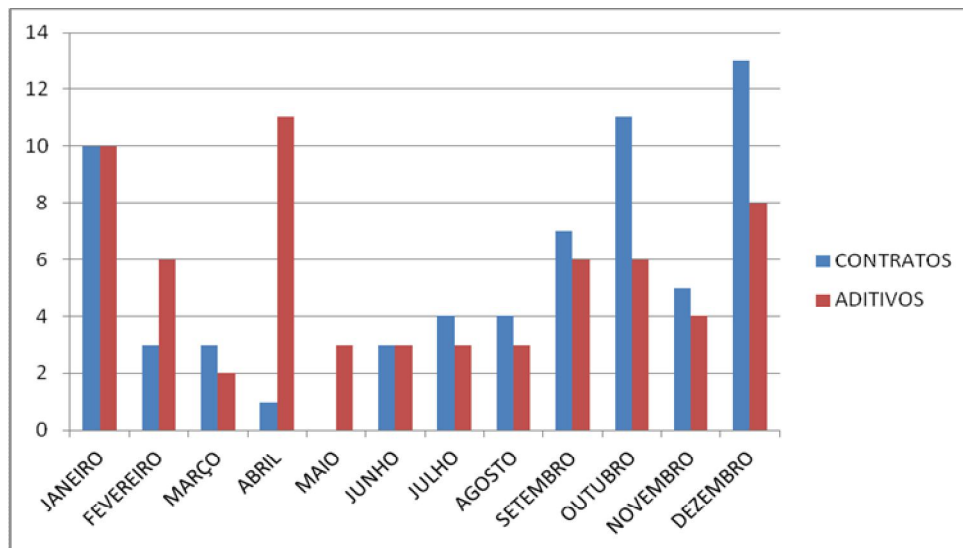
Esta Seção além da elaboração dos documentos acima mencionados auxilia os fiscais, contacta com contratadas, dando-lhes ciência de deferimentos, ou de indeferimentos de pleitos, de andamento na execução – cobrança de garantia, por exemplo, de aplicação de sanções administrativas, recepciona os recursos e os encaminha para análise da Jurídica ou da Assessoria Contábil, de acordo com o caso, emite Atestados de Capacidade Técnica, elabora termo de encerramento de contrato e de rescisão.

ATIVIDADES REALIZADAS AO LONGO DO EXERCÍCIO – 2018

Os gráficos abaixo demonstram os quantitativos de documentos elaborados ao longo do exercício de 2018, excluindo-se os despachos, e-mail, ofícios, memorando, uma vez que este visa dar andamento à execução contratual.

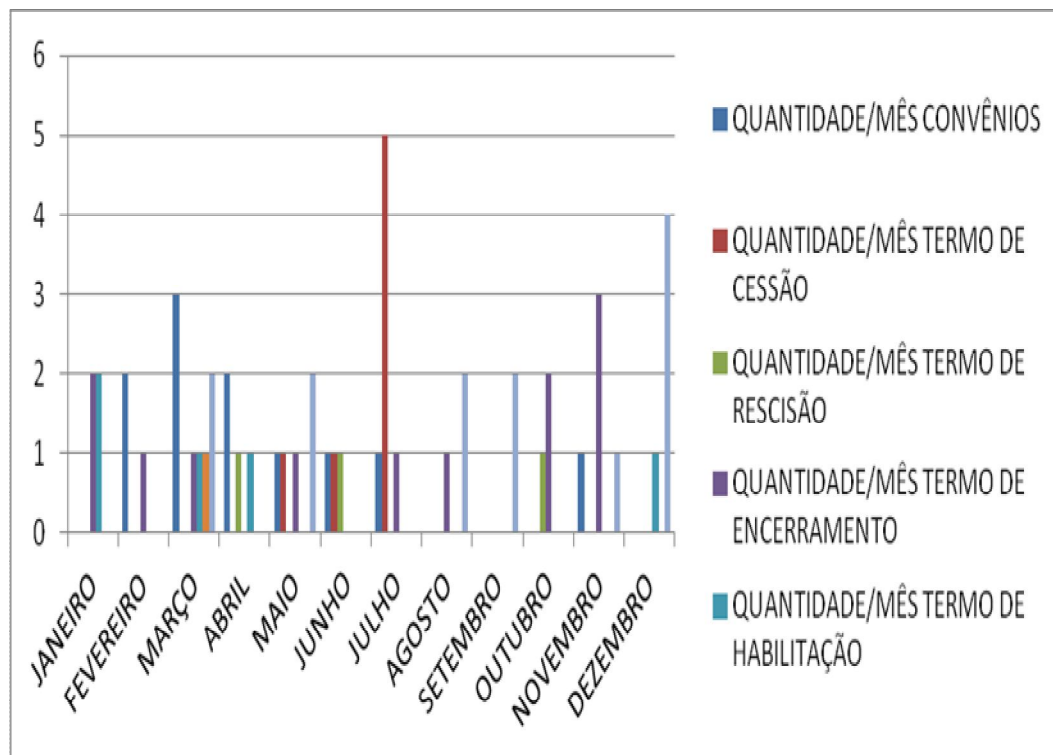
1º QUADRO

Durante o exercício de 2018, este Regional firmou 64 (sessenta e quatro) novos contratos, dos quais 56 (cinquenta e seis) contratos foram elaborados por esta Seção, buscando auxílio aos setores requisitantes ou junto aos fiscais, a fim de elucidar na emissão dos termos contratuais, efetuando o acompanhamento dos prazos de vigência.



2º QUADRO

Ao longo do ano, esta Seção elaborou convênios, termos de cessão de espaço, de rescisão, de encerramento contratual, de habilitação de descontos.



CAPACITAÇÃO

As servidoras participaram dos seguintes treinamentos:

- Semana da Contratação Pública de São Luís/MA – no período de 27 a 29/08/2018;
- XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo – período de 17 a 19/09/2018.

CONCLUSÃO

Considerando que a grande demanda de contrato, na maioria das vezes ocorre no final do ano, trabalha-se na implementação do Plano de Contratações, em observância ao ARGP nº 01/2015, a fim de que as demandas sejam planejadas com a devida antecedência, evitando-se acúmulo de processos nos últimos meses do ano, sugerindo-se procedimentos análogos para os contratos de prorrogação de vigência

5.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas deste Tribunal desenvolveu, durante o exercício de 2018, tarefas relacionadas a direitos e deveres de magistrados ativos e inativos, servidores ativos e inativos, pensionistas de magistrados e servidores, e de servidores que exerceram apenas cargo em comissão, requisitados e removidos, bem como a ex-servidores/magistrados com a estrutura abaixo, que deu suporte à execução de suas atribuições.

SEÇÃO/SETORES:

- Seção de Magistrados
- Setor de Legislação de Pessoal e Desenvolvimento de Pessoas
- Setor de Informações Funcionais

SEÇÃO DE MAGISTRADOS

- Recepcionou documentação e realizou o cadastramento, no Sistema de RH/Folha de Pagamento, de magistrados;
- Procedeu ao recadastramento anual de Desembargadores e Juízes inativos e pensionistas, migrando as informações para o Sistema Informatizado SRH/Folha de Pagamento;
- Acompanhou publicações de legislação, pareceres e atos administrativos de interesse dos Desembargadores e Juízes;
- Alimentou o sistema de RH/Folha de Pagamento com dados referentes a direitos de Desembargadores e Juízes;
- Atualizou a lista de antiguidade dos magistrados de 1º e 2º Graus;
- Atendeu às solicitações da Procuradoria da República no Maranhão (Advocacia Geral da União);
- Atendeu a todas as diligências e determinações do Tribunal de Contas da União;
- Atendeu as diligências e determinações do Conselho Nacional de Justiça;
- Atendeu as diligências e determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Atendeu a todas as determinações do Tribunal Superior do Trabalho;
- Atendeu à Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal;
- Atendeu às solicitações de outros TRT's;

- Expediu certidões de tempo de contribuição e demais certidões solicitadas pelos interessados, que totalizaram 02(duas) certidões/declarações de tempo de contribuição e 06(seis) certidões diversas;
- Instruiu 3(três) protocolos de averbação de tempo de contribuição;
- Efetuou o lançamento, no SISAC (TCU), de informações referentes a admissão e desligamento de magistrados;
- Registrou as admissões, aposentadorias e pensões aprovadas pelo Tribunal de Contas da União;
- Expediu carteiras funcionais dos magistrados;
- Expediu certidões e declarações com informações contidas nos assentamentos funcionais dos Desembargadores e Juízes;
- Instruiu protocolos referentes a afastamentos de magistrados, tais como licença maternidade, paternidade, casamento, falecimento de pessoa da família e doação de sangue;
- Instruiu protocolos de remoção;
- Elaborou, em conjunto com a Presidência, portarias de plantão judicial;
- Instruiu protocolos de concessão de folgas por plantão judicial;
- Instruiu protocolos referentes a ajuda de custo e auxílio moradia;
- Manteve, nos assentamentos dos magistrados, as autorizações de acesso às declarações de bens (formulário TCU relativa à IN nº 67/2011);
- Controlou o arquivo funcional dos Desembargadores e Juízes;
- Conferiu e consolidou a escala de férias dos magistrados;
- Lançou no Sistema de RH/Folha de Pagamento marcação/alteração de férias;
- Instruiu 54 (cinquenta e quatro) protocolos de concessão e de alteração de férias;
- Confeccionou minuta de portaria de concessão, alteração e suspensão de férias;
- Informou ao Núcleo de Folha de Pagamento sobre as férias a serem remuneradas;
- Controlou o cadastro dos Desembargadores e Juízes beneficiados com o Auxílio-Alimentação e Auxílio Pré-Escolar, no tocante à inclusão e exclusão;
- Forneceu à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações informações funcionais para a migração de dados para o SGRH/SIGEP, com a finalidade de implantação do referido Sistema neste Regional.

SETOR DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

- Executou tarefas referentes ao Regime Jurídico dos Servidores, elaborando e propondo a expedição de normas que facilitem a aplicação da legislação;
- Acompanhou publicações de Legislação, Pareceres e Atos Administrativos de interesse dos servidores;

- Executou tarefas referentes ao cumprimento do Regime Jurídico dos Servidores;
- Atendeu a solicitações do Conselho Nacional de Justiça;
- Atendeu a solicitações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Atendeu a solicitações do Tribunal Superior do Trabalho;
- Atendeu a solicitações de outros TRT's;
- Prestou informações à Procuradoria da República no Maranhão (AGU);
- Atendeu a diligências do Tribunal de Contas da União;
- Forneceu documentação referente a instrução de processos administrativos disciplinares;
- Instruiu protocolos referentes a indicações de servidores para substituições e exercício de cargo/funções comissionadas;
- Confeccionou minuta de portaria de substituição;
- Lançou no Sistema de RH informações para o registro/pagamento de substituição;
- Conferiu e consolidou a escala de férias dos servidores;
- Lançou no Sistema de RH/Folha de Pagamento marcação/alteração de férias;
- Informou ao Núcleo de Folha de Pagamento acerca de eventuais alterações que implicassem devolução de vantagens pecuniárias de férias;
- Instruiu protocolos de concessão e de alteração de férias;
- Instruiu protocolos sobre solicitação de Auxílio Pré-Escolar;
- Controlou o cadastro dos servidores beneficiados com o Auxílio-Alimentação, no tocante à inclusão e exclusão;
- Controlou o cadastro dos servidores beneficiados com o Auxílio-Transporte, no tocante à inclusão e exclusão;
- Controlou o cadastro de servidores beneficiados com o auxílio Pré-Escolar, no tocante à inclusão e exclusão;
- Enviou, mensalmente, dados estatísticos referentes aos benefícios concedidos por este Tribunal para a Secretaria de Orçamento e Finanças;
- Encaminhou às assessorias, diretorias e chefias, expedientes referentes a Avaliação de Estágio Probatório;
- Encaminhou às assessorias, diretorias e chefias, expedientes referentes a Avaliação de Desempenho Funcional;
- Recepcionou e analisou as fichas de avaliação de estágio probatório e funcional;
- Instruiu o protocolo referente à concessão de progressão e promoção funcionais;
- Instruiu protocolos referentes a estabilidade no cargo comissionado/função comissionada em decorrência de exoneração/dispensa de CJ/JC de servidora em estado de gravidez;
- Instruiu protocolos referentes a Auxílio-Moradia;

- Instruiu protocolos referentes a Auxílio-Funeral;
- Orientou os servidores recém-nomeados, além dos requisitados, sobre os benefícios concedidos por este Tribunal;
- Orientou os servidores acerca dos procedimentos para averbação de tempo de contribuição, para a concessão do abono de permanência, e para a concessão de aposentadoria e pensão por morte;
- Instruiu protocolos referentes a averbação de tempo de contribuição;
- Expediu certidões de tempo de contribuição e outras certidões solicitadas pelos interessados, que totalizaram 34(trinta e quatro) certidões/declarações de tempo de contribuição e 155(cento e cinquenta e cinco) certidões diversas;
- Instruiu protocolos sobre a cessão/reembolso de ônus de servidores requisitados;
- Instruiu protocolos referentes ao abono de permanência;
- Instruiu protocolos referentes a aposentadoria;
- Analisou protocolos referentes ao Adicional de Qualificação - AQ;
- Lançou no Sistema de RH o Adicional de Qualificação - AQ;
- Informou ao Núcleo de Folha de Pagamento a concessão de Adicional de Qualificação - AQ;
- Instruiu protocolo de afastamento para cursar mestrado e doutorado;
- Emitiu pareceres/informações para instrução de processos de sua competência;
- Lançou no SISAC (TCU) informações referentes a concessão de aposentadoria;
- Forneceu à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações informações funcionais para a migração de dados para o SGRH/SIGEP, com a finalidade de implantação do referido Sistema neste Regional;
- Disponibilizou no site oficial o resumo das matérias deferidas de competência da Coordenadoria.

SETOR DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

- Cadastrou os servidores recém-nomeados, removidos e requisitados no Sistema de SRH/Folha de Pagamento;
- Cadastrou servidores no PASEP;
- Controlou o arquivo funcional de servidores;
- Executou tarefas referentes ao Regime Jurídico dos Servidores;
- Informou processos referentes a direitos e deveres dos servidores;
- Lavrou 24(vinte e quatro) termos de posse de novos servidores e para o exercício em cargos em comissão;
- Atualizou os dados referentes ao quadro de pessoal;

- Recepcionou Formulário de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, nos moldes solicitados pelo Tribunal de Contas da União (IN nº 67/2011);
- Atualizou o arquivo funcional dos servidores;
- Recepcionou a documentação para posse de servidores;
- Controlou as renovações de disposições de servidores;
- Controlou as remoções e redistribuições de servidores;
- Atendeu a todas as diligências do Tribunal de Contas da União;
- Atendeu a todas as determinações do Tribunal Superior do Trabalho;
- Atendeu a diligências e determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Atendeu às diligências e determinações do Conselho Nacional de Justiça;
- Recepcionou, conferiu e controlou certidões/declarações para atender a determinação do CNJ/CSJT;
- Atendeu a consultas de outros TRT's;
- Instruiu protocolos referentes a exoneração/vacância de servidores;
- Instruiu o protocolo de nomeação dos candidatos habilitados no último concurso público para provimento de cargos efetivos;
- Confeccionou minutas de portarias de exoneração/vacância e nomeação de servidores;
- Confeccionou minutas de portarias referentes a dispensa/designação para função comissionada;
- Confeccionou minutas de portarias referentes a exoneração/nomeação para cargo em comissão;
- Instruiu protocolos de redistribuição;
- Instruiu protocolos de remoção;
- Instruiu protocolos de licença gestante, paternidade, casamento, falecimento, doação de sangue etc;
- Instruiu protocolos relativos à atualização cadastral de servidores;
- Disponibilizou no site oficial o resumo das matérias deferidas de competência da Coordenadoria;
- Instruiu protocolos referentes a Indenização de Transporte, conferindo os relatórios referentes ao relatório de atividades;
- Controlou o sistema de Ponto Eletrônico e a frequência de servidores deste TRT em exercício em outros Órgãos;
- Enviou a frequência de servidores requisitados e removidos para os respectivos órgãos de origem;

- Analisou protocolos sobre folgas e frequência, efetuando os lançamentos respectivos no sistema;
- Convocou e cadastrou servidores inativos e pensionistas;
- Instruiu protocolos referentes a ajuda de custo;
- Instruiu protocolos relativos a auxílios diversos (moradia, saúde, natalidade, etc.);
- Efetuou o lançamento da comprovação do plano de saúde externo para fins de manutenção do benefício auxílio saúde;
- Instruiu protocolos sobre exclusão de benefícios;
- Efetuou o lançamento de pensões alimentícias;
- Prestou informação mensal, para a Secretaria de Orçamento e Finanças, constando o Rol de Responsáveis;
- Atualizou, de forma constante, o banco de dados de servidores, visando obter informações fidedignas para instrução em processos administrativos e extração de relatórios, além de subsidiar preenchimento de tabelas enviadas à Secretaria de Orçamento e Finanças, ao CNJ e ao TST/CSJT;
- Confeccionou Carteiras Funcionais;
- Confeccionou Crachás Funcionais;
- Cadastrou servidores inativos e pensionistas.

A seguir, as tabelas dos quantitativos de Benefícios e Adicionais concedidos no exercício de 2018.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

MÊS	MAGISTRADOS/SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	631
FEVEREIRO	636
MARÇO	636
ABRIL	637
MAIO	635
JUNHO	630
JULHO	632
AGOSTO	637
SETEMBRO	634
OUTUBRO	630
NOVEMBRO	633
DEZEMBRO	631

AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR

MÊS	DEPENDENTES DE MAGISTRADOS E SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	214
FEVEREIRO	212
MARÇO	206
ABRIL	204
MAIO	204

JUNHO	212
JULHO	210
AGOSTO	112
SETEMBRO	106
OUTUBRO	112
NOVEMBRO	108
DEZEMBRO	106

AUXÍLIO-TRANSPORTE

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	01
FEVEREIRO	01
MARÇO	01
ABRIL	01
MAIO	01
JUNHO	01
JULHO	01
AGOSTO	01
SETEMBRO	01
OUTUBRO	01
NOVEMBRO	01
DEZEMBRO	01

AUXÍLIO NATALIDADE

MÊS	MAGISTRADOS E SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	04
FEVEREIRO	02
MARÇO	00
ABRIL	00
MAIO	02
JUNHO	03
JULHO	01
AGOSTO	03
SETEMBRO	02
OUTUBRO	01
NOVEMBRO	00
DEZEMBRO	00

INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	29
FEVEREIRO	51
MARÇO	38
ABRIL	39
MAIO	42
JUNHO	38
JULHO	35
AGOSTO	45
SETEMBRO	40
OUTUBRO	37
NOVEMBRO	38
DEZEMBRO	43

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - GRAU MÉDIO

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	09
FEVEREIRO	11
MARÇO	10
ABRIL	10
MAIO	10
JUNHO	10
JULHO	10
AGOSTO	10
SETEMBRO	09
OUTUBRO	09
NOVEMBRO	09
DEZEMBRO	09

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	02
FEVEREIRO	02
MARÇO	02
ABRIL	02
MAIO	02
JUNHO	02
JULHO	02
AGOSTO	02
SETEMBRO	02
OUTUBRO	02
NOVEMBRO	02
DEZEMBRO	02

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - DOUTORADO

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	00
FEVEREIRO	00
MARÇO	00
ABRIL	00
MAIO	01
JUNHO	01
JULHO	01
AGOSTO	01
SETEMBRO	02
OUTUBRO	02
NOVEMBRO	02
DEZEMBRO	02

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - MESTRADO

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	13
FEVEREIRO	13
MARÇO	13
ABRIL	13
MAIO	12
JUNHO	12
JULHO	12

AGOSTO	12
SETEMBRO	11
OUTUBRO	11
NOVEMBRO	11
DEZEMBRO	11

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - ESPECIALIZAÇÃO

MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	356
FEVEREIRO	357
MARÇO	358
ABRIL	356
MAIO	357
JUNHO	355
JULHO	356
AGOSTO	355
SETEMBRO	357
OUTUBRO	358
NOVEMBRO	359
DEZEMBRO	357

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - AÇÕES DE TREINAMENTO 1% A 3%

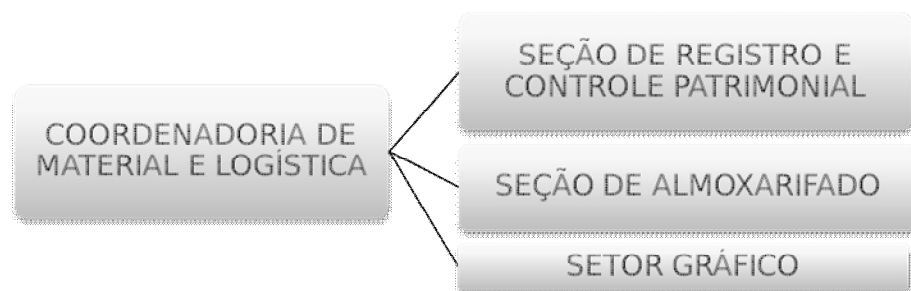
MÊS	SERVIDORES BENEFICIADOS
JANEIRO	377
FEVEREIRO	381
MARÇO	380
ABRIL	364
MAIO	390
JUNHO	385
JULHO	382
AGOSTO	383
SETEMBRO	380
OUTUBRO	402
NOVEMBRO	377
DEZEMBRO	373

5.2 Coordenadoria de Material e Logística

Em atenção ao Memorando Circular GP n°XXX, seguem informações referentes ao exercício 2018 dessa Coordenadoria de Material e Logística e unidades subordinadas.

A Coordenadoria de Material e Logística, CML, apresenta-se dentro da estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, como unidade subordinada diretamente à Secretaria de Administração, possuindo atribuições pertinentes a área de administração de material, atuando especificamente na execução de rotinas que objetivem o suprimento de material (consumo e permanente) a toda estrutura do TRT16ª,

responsabilizando-se pelo processo interno da contratação (aquisição), recebimento, guarda, controle e distribuição, através do Sistema Informatizado de Controle de Material e Patrimônio, SCMP, instituído pelo Ato GP nº 04 de 2016, atendendo determinação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que tem empreendido esforços através da elaboração de normas visando a padronização no funcionamento da Justiça Trabalhista em todo o Brasil, assim como pelo controle de bens imóveis, através do *SPIUnet* – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, além de coordenar atividades desenvolvidas pelas Seções de Almojarifado e de Registro e Controle Patrimonial, e do Setor Gráfico, os quais estão diretamente ligados a essa Coordenadoria:



Composição do Setor

- Luciana Cristina Gehlen (Coordenadora)
- Wagner Campos Santos (Coordenador Substituto e Chefe da Seção de Registro e Controle Patrimonial)
- Luis Henrique Pontes Franco
- Ludgard Santos Ricci (removido sem reciprocidade para o Tribunal Regional Eleitoral)

Dito isto, apresentamos a seguir as atividades desempenhadas pela CML no exercício de 2018:

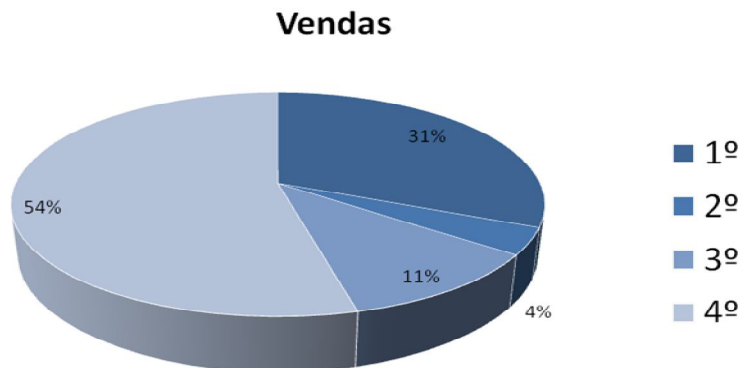
Em 2018, o Tribunal Regional da 16ª Região investiu **R\$ 6.967.158,63** (seis milhões e novecentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos) em aquisição de materiais diversos, como equipamentos de processamento de dados e comunicação, veículos, aparelhos de ar condicionado, mobiliário em geral equipamentos energéticos, dentre outros. Os investimentos realizados visam atender os objetivos estratégicos:

- Garantir a infraestrutura apropriada
- Aperfeiçoar a gestão de custos
- Garantir a infraestrutura apropriada

A gestão patrimonial dos materiais PERMANENTES e de CONSUMO, incluindo o inventário anual, ocorre no âmbito do Sistema de Controle de Material e Patrimônio – SCMP,

visando a padronização da Justiça do Trabalho. Foram realizadas 1.390 movimentações de material permanente.

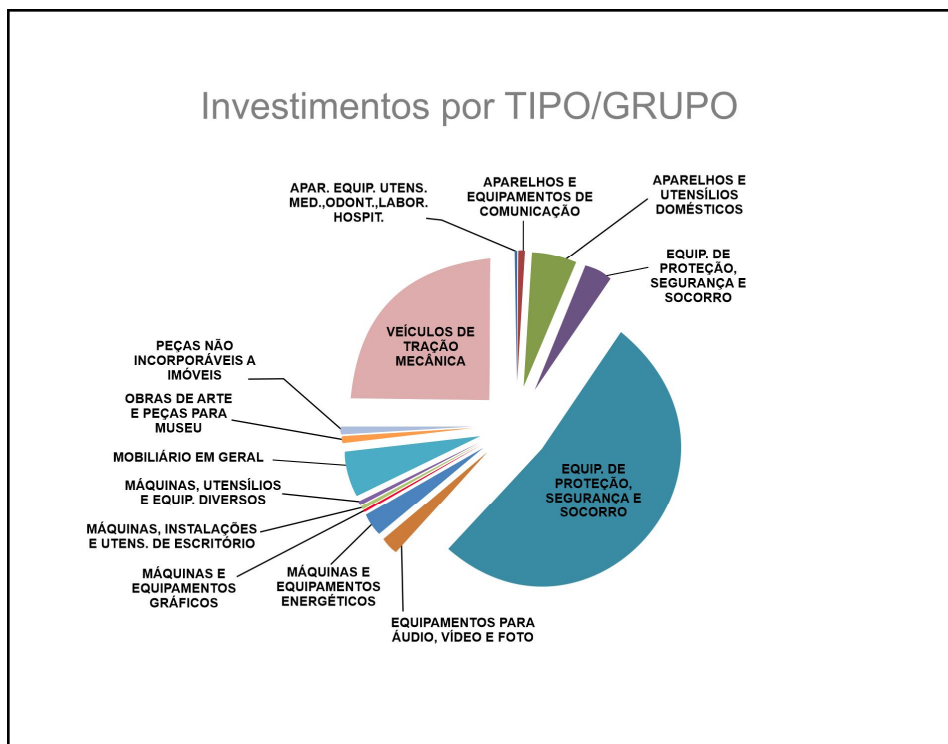
DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR TRIMESTRE



Do total investido, **R\$ 3.836.685,66** (três milhões, oitocentos e trinta e seis mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) entre recursos próprios e do **CNJ**, em **ativos de rede e equipamentos para ampliação e modernização do parque tecnológico**.

Foram gerenciadas **14 Atas de Registro de Preço**.

INVESTIMENTOS POR TIPO GRUPO



Procedeu a elaboração de *Relatórios Mensais* afeitos a esta Coordenadoria, em conformidade com o que determina a legislação vigente, qual sejam: RMA - Relatório Mensal de Almoarifado, que demonstra as entradas e saídas de todos os materiais recebidos neste TRT16^a, seja de consumo ou permanente, sendo que este é automaticamente repassado à Seção de Registro e Controle Patrimonial, e cuja elaboração está a cargo da Seção de Almoarifado. Além do RMA, efetivou-se também a elaboração do RMB que é o Relatório de Movimentação de Bens Móveis, evidenciando a movimentação de material permanente, este extraído pela Seção de Registro e Controle Patrimonial, sendo que ambos os relatórios são encaminhados mensalmente à Secretaria de Orçamento e Finanças deste Regional (Setor de Contabilidade Analítica) para a competente análise e avaliação, cujos dados estão consolidados no demonstrativo financeiro a seguir exposto:

Materiais	Saldo Remanescente 2017/2018	Entradas em 2018	Saídas em 2018	Saldo Remanescente para 2017
Consumo	R\$ 595.578,80	R\$ 494.848,15	R\$545.313,35	R\$ 545.113,60
Permanente	R\$23.865.528,52	R\$6.967.158,63	0	R\$30.832.687,15
Total	24.461.107,32	7.462.006,78	545.313,35	31.377.800,75

No tocante ao controle dos bens imóveis, feito em conjunto com a Superintendência de Patrimônio da União no **SPIUnet** – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, dos 22 imóveis em uso pelo Tribunal, na capital e no interior, 09 estão regularmente cadastrados no SPIUNET:



O TRT da 16ª Região:

- **NÃO** possui Imóveis Funcionais da União sob sua responsabilidade;
- Possui **01** imóvel locado de terceiros, na cidade de Imperatriz, para abrigar o Fórum Manuel Alfredo Martins e Rocha.

Acerca da **Cessão** de espaços físicos e imóveis a 05 São Luis órgãos e entidades públicas ou privadas:

	Banco do Brasil (Agência Bancária) Fórum Astolfo Serra
	Caixa Econômica Federal (Agência bancária) Prédio sede e Fórum Astolfo Serra
	A. de Q. Silva – ME – EXPRESSO SALADA Dias Alimento LTDA – FEIJÃO DE CORDA Prédio Sede e Fórum Astolfo Serra
	ANAJUSTRA (Associação de servidores) Prédio sede- Cessão encerrada no início do ano de 2018

*Adquirido por meio da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão, um imóvel/terreno no valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) para ampliar as instalações do prédio sede nessa capital.

SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

Responsável pelos processos de planejamento das aquisições, registro, guarda, controle e distribuição dos materiais de consumo, através dos sistemas eletrônicos de gestão e ainda de realizar o suprimento das necessidades de material de todos os setores do Tribunal, incluindo varas localizadas no interior no estado, levando em conta as metas de redução de consumo, conforme orientação do Ato GP 01/2016 e ainda incentivando o consumo consciente de recursos, conforme o Plano de Logística Sustentável instituído pela Portaria GP nº 1187/2015.

Composição do Setor

- Edvaldo Pereira de Sousa (Chefe do Setor)
- Alfredo Batista dos Santos Filho (Chefe substituto)
- José Pinto

Em 2018, o Almoxarifado passou por mudança física, passando a integrar o prédio do anexo C, ganhando espaço climatizado para melhor estocagem de diversos materiais de consumo, dentre os quais: café, açúcar, papel, insumos para impressão e demais suprimentos.



Informações relevantes

- 106 apropriações cadastradas no Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP;
- 1.481 requisições de material de consumo atendidas;
- 08 Processos Administrativos para viabilizar o abastecimento do Almoxarifado, com base no Controle de Estoque os Fatores de Ressuprimento definidos através da IN 205/88, subitem 7.6;
- Gerenciamento de 26 Atas de Registro de Preço de materiais de consumo variados.

SETOR GRÁFICO

O Setor Gráfico do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região tem como objetivo produzir o material de expediente do tipo impresso: cartazes, convites, folders, livretes, pastas para curso, material para concurso, bloco de anotações, crachás, panfletos, flyers, jornais, livros e apostilas encadernadas com espiral, certificados de curso, cartões de visita, cartões de cumprimento, cartões de natal e outros.

Em 2018, após profunda reforma o setor foi transferido, passando a integrar o prédio do anexo C. As novas instalações trouxeram mais organização e espaço para o maquinário e a realização das tarefas.



Composição do Setor

- José Vicente Araújo dos Santos (Chefe do Setor Gráfico)
- Margareth de Castro Morais (Chefe substituta)
-

O **Setor Gráfico** desempenhou no ano de 2018 as atividades a seguir relacionadas:

PRESIDÊNCIA	
Cartão de Visita	50
Encadernação 14 mm	02
SEÇÃO DE CERIMONIAL	
Cartão de aniversário virtual	17
Convite virtual	01
ESCOLA JUDICIAL	
Pasta para curso - tamanho personalizado	80
Flyers formato A4	70
Arte para banner eletrônico	02
DIRETORIA GERAL	
Encadernação 14 mm	01
Cartão de Visita	50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Placa de Sinalização tamanho A4	05
Placa de Sinalização tamanho A3	02
BIBLIOTECA	
Etiquetas Adesivas 50mm x 70mm	100
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	
Carteira funcional plastificada	10
Encadernação 20mm	01
SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	
Etiquetas Adesivas 21mm x 65mm	1599
3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	
Cartão de Visita	100
7ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	
Encadernação de 14mm	01
Encadernação de 20mm	01

Total de trabalhos gráficos realizados:

16.910 em 2017

18.013 em 2018

Com a crescente digitalização dos processos, diversos materiais caíram em desuso e por iniciativa do Setor Gráfico, realizou o reaproveitamento de:

- **416 CAPAS PLÁSTICAS** de processo, transformadas em material para cursos;

• **106 PASTAS** tipo AZ transformadas em blocos e agendas corporativas, juntamente com **850** folhas de papel Super-Bond 75G/m² e **600** folhas de cartolina colorida, usadas como miolo. Colocando-nos desde já a disposição para os esclarecimentos que porventura se fizerem necessários.

5.3 Coordenadoria de Serviços Gerais

A coordenadoria de serviços gerais, através dos setores de transporte, marcenaria, limpeza e conservação, eletricidade, manutenção (predial e hidráulico), eletrônica, refrigeração, desenvolveu mecanismos que permitiram atender às solicitações feitas pelas diversas unidades deste egrégio tribunal. Assim como, supervisionou serviços junto as empresas contratadas, possibilitando o andamento regular das atividades concernentes a esta corte, tais como:

Fornecimento de Água Mineral

N R SAMPAIO SOUSA – CONTRATO 42/2017

NE 116/2018.

Fornecimento de Água e Coleta Esgoto

CAEMA – COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO

NE 173/2018.

Fornecimento de Água e Coleta de Esgoto

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BACABAL

NE 163/2018.

Fornecimento de Água e Coleta de Esgoto

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BALSAS

NE 214/2018.

Fornecimento de Água e Coleta de Esgoto

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAXIAS

NE 159/2018.

Fornecimento de Água e Coleta de Esgoto

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ESTREITO

NE 167/2018.

Fornecimento de Água e Coleta de Esgoto

ÁGUAS DE TIMON SANEAMENTO S/A

NE 213/2018.

Auxiliar de Eletricidade

SERVAL SERVIÇOS E LIMPEZA LTDA

NE 096/2018. CONTRATO 24/2017

Fornecimento de Energia Elétrica

CEMAR-COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

NE 232/2018.

Manutenção de Grupos Geradores de Energia

3I COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CONTRATO 28/2017

NE 215/2018.

Manutenção Equipamento Refrigeração

ÁTRIOS COMÉRCIO, SERVIÇO e MANUTENÇÃO LTDA - CONTRATO 31/2015

ADITIVO Nº4

NE 117/2018.

Serviços de Recepção

GLOBAL SERVIÇOS e COMÉRCIO LTDA - CONTRATO 43/2013 – ADITIVO Nº 6

NE 1910/2018.

Serviços de Técnico em Eletrônica

START SERVIÇOS LTDA-ME – CONTRATO – 17/2013 - ADITIVO Nº 5

NE 65/2018.

Serviços de Manutenção Predial

START SERVIÇOS LTDA-ME – CONTRATO – 20/2013 – ADITIVO Nº6

NE 73/2018.

FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS – CONTRATO 57/2018

INÍCIO A PARTIR DE 26/12/2018. NE 246/2019.

Serviços de Bombeiro Hidráulico

START SERVIÇOS LTDA- ME – CONTRATO – 21/2013 – ADITIVO Nº7

NE 72/2018.

FUTURA SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS – CONTRATO 58/2018

INÍCIO A PARTIR DE 26/12/2018. NE 247/2019.

Serviços de Copeiragem

START SERVIÇOS LTDA – CONTRATO - 34/2013 - ADITIVO Nº 7

NE 70/2018.

OFFICE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - CONTRATO 25/2018 - NE 1228/2018.

Serviço de Limpeza e Conservação

LIMA VERDE & SILVA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES– LTDA – CONTRATO 37/2017

NE 202/2018.

CENTRALLIMP LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA - CONTRATO 26/2018 – A PARTIR DE

08/10/2018. NE 1398/2018

Serviço de Manutenção de Nobreaks do Datacenter

M DO C DA CONCEIÇÃO NETA COMÉRCIO E SERVIÇOS – CONTRATO 06/2018 – Aditivo 01 NE 450/2018

Serviço Telefônico Tipo 0800 - Ouvidoria

TELEMAR NORTE LESTE S/A – CONTRATO Nº16/2012 – ADITIVO Nº 5 NE 151/2018

Serviço de Telefonia Comutada Local (PABX) – TFCL no PABX

TELEMAR NORTE LESTE S/A – CONTRATO Nº 02/2013 – ADITIVO Nº 4 NE 149/2018.

Serviço de Telefonia Fixa Comutada Local – linhas diretas

TELEMAR NORTE LESTE S/A – CONTRATO Nº 31/2013 – ADITIVO Nº 7 NE 157/2018.

VIACOM NEXT GENERATION COMUNICAÇÃO LTDA -EP - CONTRATO 22/2018 NE – 289/2018

Serviço de Telefonia Fixa Comutada Longa Distância - Nacional e Internacional-troncos do PABX qto das linhas diretas

TELEMAR NORTE LESTE S/A – CONTRATO Nº35/2014 – ADITIVO Nº4 NE 122/2018

A Coordenadoria de Serviços Gerais, através da Seção de Transportes, conduziu os Oficiais de Justiça no cumprimento de mandados; fez entrega de correspondências; entrega de processos na Procuradoria do Trabalho; entrega de notas de empenho; entrega de documentos no SIOGE, etc.;

A Coordenadoria de Serviços Gerais também supervisionou os serviços realizados pelos Setores de Eletricidade (189 OS), Eletrônica (50 OS), Refrigeração Ambiental (198 OS), Marcenaria e Carpintaria (261), Manutenção Predial (136), Bombeiro Hidráulico (187) com atendimento para o TRT- sede, Fórum Astolfo Serra e Arquivo Geral.

5.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações

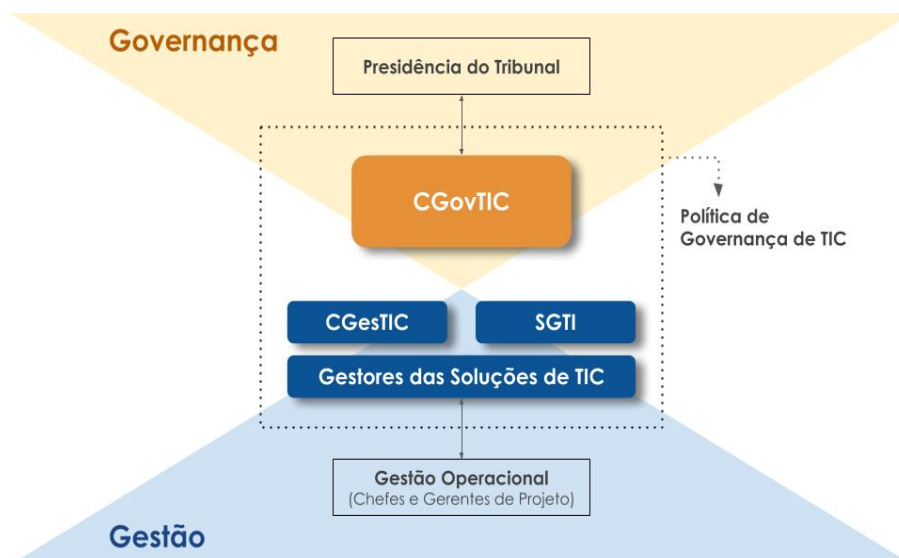
A gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do TRT16 observa e aplica um amplo conjunto de regras e diretrizes estabelecidas para Administração Pública Federal. Mais especificamente, a área de TIC tem suas atividades balizadas principalmente pelos **normativos** apresentados na tabela abaixo.

Normativo	Descrição
Resolução CNJ N° 211/2015	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2015-2020
Resolução CNJ N° 198/2014	Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020
Resolução CNJ N° 182/2013	Estabelece diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC)
Decreto N° 9.637/2018	Política Nacional de Segurança da Informação
Resolução CSJT N° 158/2015	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho (PETIC-JT) para o período de 2015 a 2020
Portaria GP n° 1254/2014	Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região 2015-2020
Resolução TRT16 N° 17/2016	Plano Estratégico de TIC de TIC (PETIC) do TRT16
Resolução TRT16 N° 244/2016	Estrutura organizacional e competências da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT16

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

O Modelo de Governança de TIC do TRT16 foi alterado em 2018 com a elaboração da **Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC)**, instituída pela Portaria GP N° 794/2018. Ele está alinhado às orientações do Conselho Nacional de Justiça acerca da Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário, estabelecidas mediante a Resolução n° 211 de 15 de dezembro de 2015.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o modelo do TRT16.



O modelo tem como principal instância o **Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT16 (CGovTIC)**, que é um órgão colegiado permanente voltada ao assessoramento da Presidência do Tribunal nos temas relacionados à **governança de TIC**. O CGovTIC tem como objetivos analisar e aprovar políticas, diretrizes, metas institucionais e objetivos estratégicos relativos à TIC; definir e acompanhar os planos estratégicos e táticos de TIC; definir e orientar demandas de investimentos tecnológicos; definir e comunicar as diretrizes para gestão do portfólio de projetos e de ações; definir e comunicar as diretrizes para as contratações de soluções de TIC; além de definir e comunicar diretrizes para avaliação do desempenho de TIC.

As demais estruturas envolvidas estão voltadas para o contexto de **gestão**, e são elas: **Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGesTIC)**; Unidade de Apoio à Governança de TIC (**Setor de Governança de TI – SGTI**); e **Gestores das Soluções de TIC**.

O CGesTIC é a instância **técnica** de apoio à área de Tecnologia da Informação e Comunicação na elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, e proposição de replanejamentos.

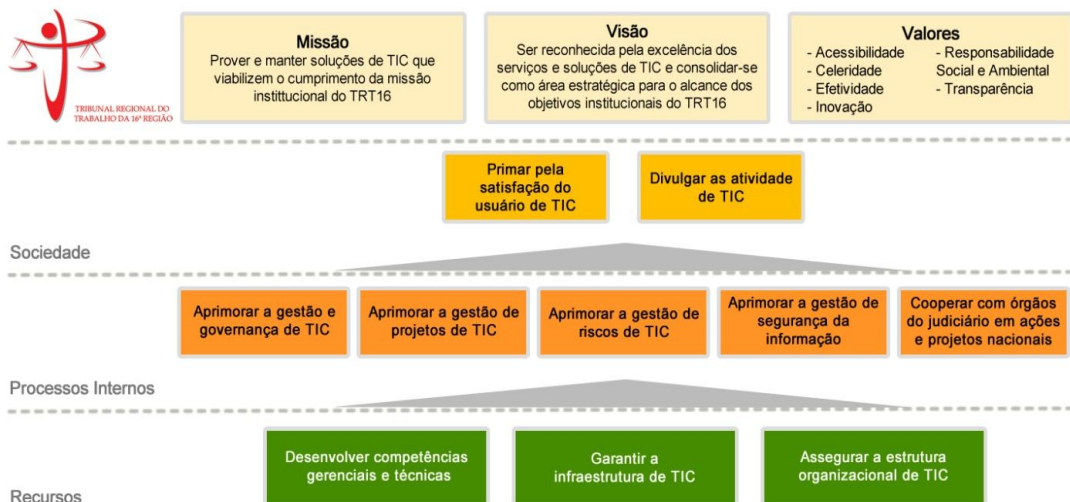
O SGTI tem por finalidade auxiliar nas atividades atinentes ao direcionamento e alinhamento das ações de TIC com as necessidades do TRT16, fornecendo às instâncias decisórias as informações necessárias para orientar a tomada de decisão em relação aos recursos de TIC.

No ano de 2018, os principais instrumentos utilizados para o direcionamento das ações de TIC foram: Plano Estratégico de TIC; Plano Diretor de TIC; Plano Anual de Contratações de Soluções de TIC; Portfólio de Projetos de TIC; Plano Anual de Capacitação de TIC.

Estes planos estão alinhados aos planos estratégicos, à estrutura hierárquica, à estrutura normativa do TRT16 e a outros normativos e diretrizes do Judiciário Federal, como a ENTIC-JUD, PETIC do CSJT e PETIC do TST.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TIC

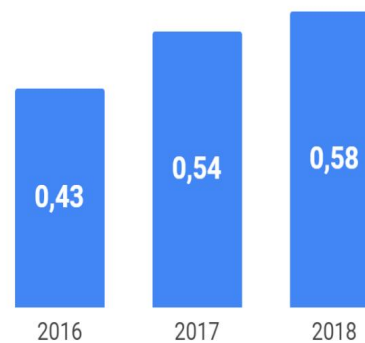
O Plano Estratégico de TIC (PETIC) do Tribunal foi instituído por meio da Resolução Administrativa Nº 230/2016 e tem vigência para o período de 2017-2020. É o principal instrumento de direcionamento das ações de TIC no âmbito do TRT16. A figura abaixo apresenta o **Mapa Estratégico de TIC** definido no PETIC.



MATURIDADE DE GOVERNANÇA DE TIC

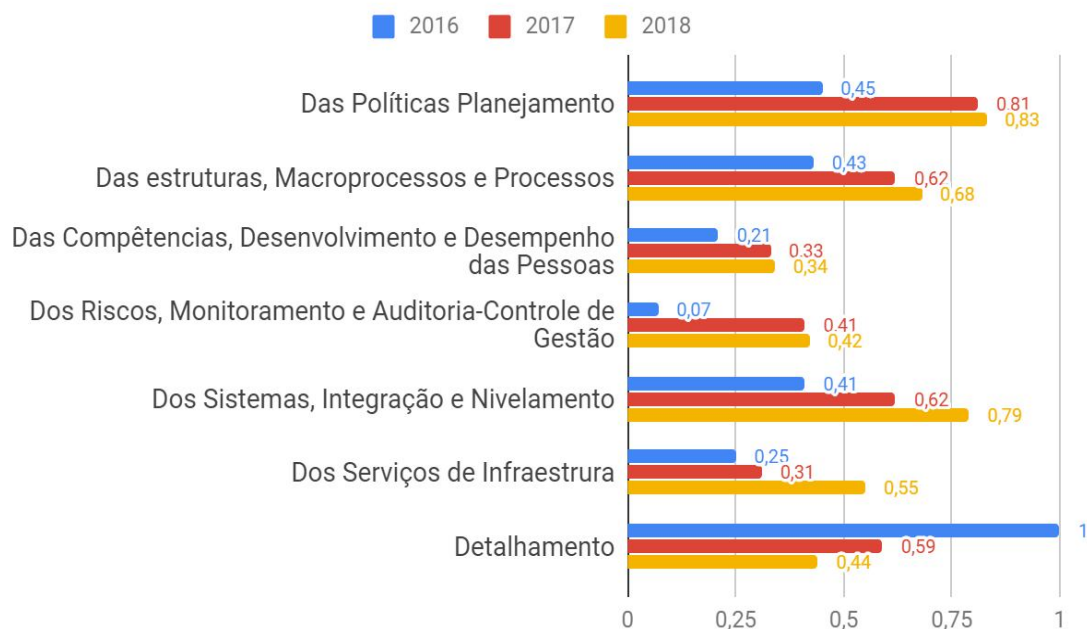
Em 2018, o TRT16 alcançou a pontuação **0,58** no nível de maturidade aferido pelo CNJ através do **iGovTIC-JUD**, que é o Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário, realizado anualmente, e tem o objetivo de aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento constantes da **Resolução nº 211/2015 do CNJ**, especialmente no que se refere aos domínios Governança e Gestão e Infraestrutura de TIC.

O Tribunal melhorou o seu desempenho nos últimos anos, saindo da pontuação 0,43 em 2016 para 0,58 em 2018, conforme gráfico ao lado, se enquadrando ainda no nível satisfatório definido pelo CNJ. A melhoria no índice decorre da implementação de boas práticas em TIC como a criação de estruturas de Governança de Gestão, criação de normas e formalização de processos.



Para os próximos anos, o objetivo é atacar as dimensões com pontuação mais baixa, especialmente “Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas” e “Riscos, Monitoramento e Auditoria-Controle de Gestão”, e assim evoluir o nível de maturidade para que o TRT16 seja capaz de atender às demandas da sociedade de uma melhor forma e de maneira mais ágil.

Dimensões do iGovTIC-JUD



Recursos aplicados em TIC

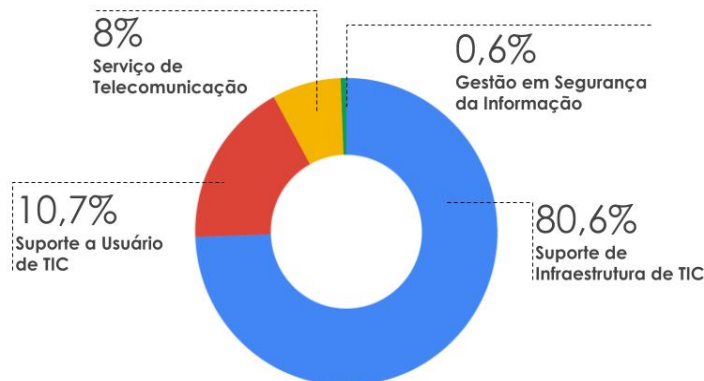
Para o exercício de 2018, o Tribunal planejou gastar em Tecnologia da Informação e Comunicação o valor de **R\$4.037.562,05** (valor incluído na Lei de Orçamento Anual - LOA).

Além do valor previsto na LOA, o TRT16 conseguiu a liberação de **R\$5.464.216,00** junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a fim de realizar ações de investimento na infraestrutura computacional do Tribunal. O valor total planejado, considerando o recurso adicional do CSJT, foi de **R\$9.501.778,05**.

Do orçamento previsto, o montante de R\$ 8.226.468,56 foi empenhado, sendo que R\$ 7.443.331,48 foi liquidado no exercício de 2018. A tabela abaixo apresenta o detalhamento do orçamento por natureza da despesa (custeio e investimento).

Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Despesas inscritas em RAP
Investimento	R\$ 5.423.189,09	R\$ 4.919.459,24	R\$ 503.729,85
Custeio	R\$ 2.803.279,47	R\$ 2.523.872,24	R\$ 279.407,23
TOTAL	R\$ 8.226.468,56	R\$ 7.443.331,48	R\$ 783.137,08

Do valor efetivamente utilizado no exercício (despesas liquidadas), verifica-se que a maior parte do recurso (80,6%) foi utilizado para a manutenção e expansão da infraestrutura computacional de TIC, conforme demonstra o gráfico a seguir, que detalha o gasto em TIC por área temática.

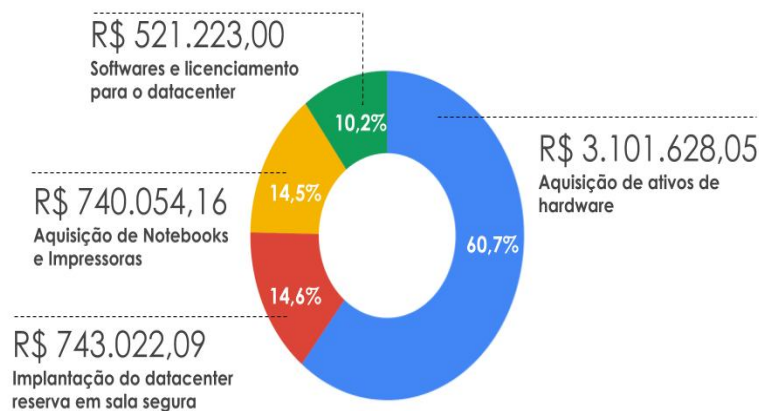


INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DE TIC

Em 2018, o TRT16 investiu **R\$5.105.927,30** em equipamentos e infraestrutura computacional, através de **aquisições de ativos de hardware, softwares e a implantação de um datacenter seguro reserva.**

Os investimentos realizados estão relacionados com os objetivos estratégicos do CNJ, CSJT e TRT16, respectivamente: Prover Infraestrutura Tecnológica apropriada às atividades judiciais e administrativas; Garantir a disponibilidade dos sistemas judiciais e administrativos; e Garantir a infraestrutura de TI apropriada às atividades administrativas e judiciais. Além disso, esses investimentos viabilizarão a implantação do **Plano de Continuidade de Negócio** do TRT16, instituído pela Portaria TRT16/GP N° 778/2017.

A figura abaixo apresenta a distribuição dos investimentos por categoria de contratações de TIC.



Dentre os **resultados** decorrentes dos investimentos, pode-se destacar:

- Garantir que os principais sistemas e serviços de tecnologia da informação permaneçam operantes, em função de qualquer incidente ou desastres de pequenas ou grandes proporções.
- Aumentar o tempo de disponibilidade dos sistemas de informação e o atendimento jurisdicional;
- Garantir alta disponibilidade dos serviços de TIC;
- Garantir a continuidade dos serviços do TRT16 em caso de sinistro;
- Proporcionar aos usuários condições adequadas para desenvolverem as atividades judiciais e administrativas.

Contratações de TIC mais relevantes

O **Processo de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT16 (PCSTIC-TRT16)** está disciplinado pela Resolução Administrativa nº 86/2016 e Resolução Administrativa nº 195/2017. O processo contempla todo ciclo de vida de qualquer contratação de solução de TIC do TRT16, desde o registro formal da demanda, passando pelo planejamento da contratação, os procedimentos da licitação, a contratação, até a execução e finalização do contrato.

Dentre as contratações de TIC realizadas em 2018, **as que consumiram maiores volumes financeiros do orçamento de TIC** destacam-se na tabela abaixo:

Nº Contrato	Contratação	Valor
29/2018	Aquisição de Switches LAN	R\$1.571.231,50
39/2018	Aquisição de Appliance Firewall	R\$649.000,00
43/2018	Aquisição de Switches SAN	R\$642.400,00
46/2018	Aquisição de Licenças do VMWare	R\$581.223,00
20/2015	Central de Atendimento de TI	R\$571.571,32
20/2018	Aquisição de Notebooks	R\$462.500,00
47/2018	Implantação do DataCenter Reserva	R\$411.285,98
49/2018	Suporte e Manutenção da Sala Cofre	R\$370.987,12
12/2018	Rede de Transmissão de Dados JT - Rede WAN	R\$320.914,53
04/2016	Suporte ao Banco de Dados PostGreSQL	R\$272.414,00

PLANO DIRETOR DE TIC

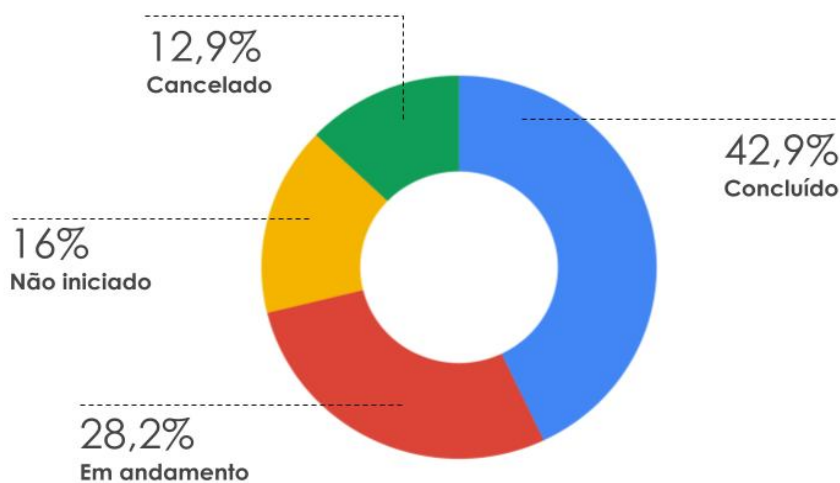
O **Plano Diretor de TIC (PDTIC) de 2018** foi instituído através da Portaria GP N° 294/2018. Ele previa **124 projetos, ações e contratações para o exercício de 2018**. Estes projetos visam atender objetivos como a melhoria da gestão, governança e processos internos da CTIC, a manutenção de serviços essenciais ao TRT16, e o desenvolvimento e implantação de sistemas nacionais.

Para o acompanhamento do plano, foram consideradas 4 situações possíveis para os projetos ao final do exercício:

- **Concluído** - projeto que foi concluído no exercício;
- **Em andamento** - projeto iniciado e que não teve sua conclusão;
- **Cancelado** - projeto que ao longo do ano foi cancelado pelo demandante;
- **Não iniciado** - projeto que não foi iniciado ou priorizado.

Ao longo do exercício de 2018, foram incluídos ainda **39 novos projetos não previstos**. As principais razões para estas inclusões são as demandas provenientes de determinações de órgãos superiores e de controle, e as demandas não mapeadas no processo de elaboração do PDTIC 2018.

O gráfico abaixo apresenta o resultado final dos projetos do plano agrupados pela situação ao fim de 2018.



Os projetos cancelados e não iniciados se devem a mudanças de prioridades pelo Comitê de Governança de TIC (CGovTIC), inviabilidade de pessoas para executá-los e metas não realistas no momento da elaboração do PDTIC. Percebe-se que a equipe de elaboração do PDTIC 2018 foi otimista quanto a capacidade de execução de projetos para a CTIC, o que resultou na inclusão de mais projetos que a capacidade de execução do setor.

O “Índice de precisão do planejamento de portfólio do PDTIC (IPPPDTI)” do “Objetivo 4: Aprimorar a Gestão de Projetos de TIC” do Planejamento Estratégico de TIC do TRT16 2017-2020 mede o percentual de acerto do planejamento dos projetos definidos do PDTIC. Este índice é calculado anualmente, e leva em consideração os projetos previstos, incluídos, cancelados e não concluídos. Aplicando a fórmula para o PDTIC de 2018, chega-se ao percentual de **19,02%**, estando, dessa maneira, abaixo da meta esperada para o ano de 2018, que era de 30%.

PRINCIPAIS INICIATIVAS DE TIC

Dentre as ações e projetos realizados na área de TIC no ano de 2018, destacam-se os elencados na tabela abaixo.

Tema	Iniciativas	Benefícios
Infraestrutura	Implantação Site Backup - Estrutura Física	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Garantir que os principais sistemas e serviços de Tecnologia da Informação permaneçam operantes mesmo após incidente ou desastres de pequenas ou grandes proporções ➤ Aumentar o tempo de disponibilidade dos sistemas de informação ➤ Garantir alta disponibilidade dos serviços de TIC
	Implantação de Rede Sem Fio	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Permitir ao jurisdicionado e aos operadores do direito consultar informações relevantes relacionadas aos serviços prestados pelo Tribunal
	Implantação Redundância no Link de Internet	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atender as conformidades de controles de Segurança da Informação ➤ Ampliar a disponibilidade dos serviços de TIC
Sistema judicial	Implantação do PJe-KZ (2.0)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorar o desempenho da aplicação ➤ Melhorar a usabilidade da aplicação com para os usuários (atualização da interface gráfica) ➤ Aumento da produtividade dos usuários com a redução do número de passos para executar uma tarefa

Gestão de Projetos	Implantação do Gerenciamento de Portfólio no Redmine	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorar os controles dos projetos de TIC ➤ Melhora a comunicação entre o Escritório de Projetos de TIC e os gerentes de projetos
Suporte ao usuário	Implantação da plataforma do Google G Suite	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disponibilizar uma ferramentas de troca de mensagem, e-mail, drive virtual, editores de documentos, de forma integrada e disponível na nuvem ➤ Possibilitar o trabalho integrado de equipes por meio das ferramentas de colaboração da plataforma ➤ Economia de recursos financeiros com a substituição da solução anteriormente utilizada pelo Tribunal
Políticas e processo	Instituir a Política de Governança de TIC	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Garantir que o uso dos recursos, ações e investimentos de TIC estejam alinhados aos objetivos institucionais ➤ Estabelecer um modelo de governança com a definição de estruturas, políticas, princípios e processos ➤ Melhorar a gestão e desempenho no uso dos recursos de TIC
	Implantação do Macroprocesso de Planejamento e Gestão do Plano de Contratações e Orçamentário de STIC	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhorar a gestão orçamentária dos recursos alocados na área de TIC ➤ Uso mais eficiente e eficaz dos recursos orçamentários
	Processo de cópia de Segurança e de Restauração de dados	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Assegurar a integridade e disponibilidade das informações dos usuários ➤ Garantir a recuperação das informações dos usuários em casos de incidentes de perda de dados
	Processo de Gerenciamento de Disponibilidade de TIC	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Garantir que os principais sistemas e serviços de tecnologia da informação permaneçam operantes mesmo após a ocorrência de incidentes

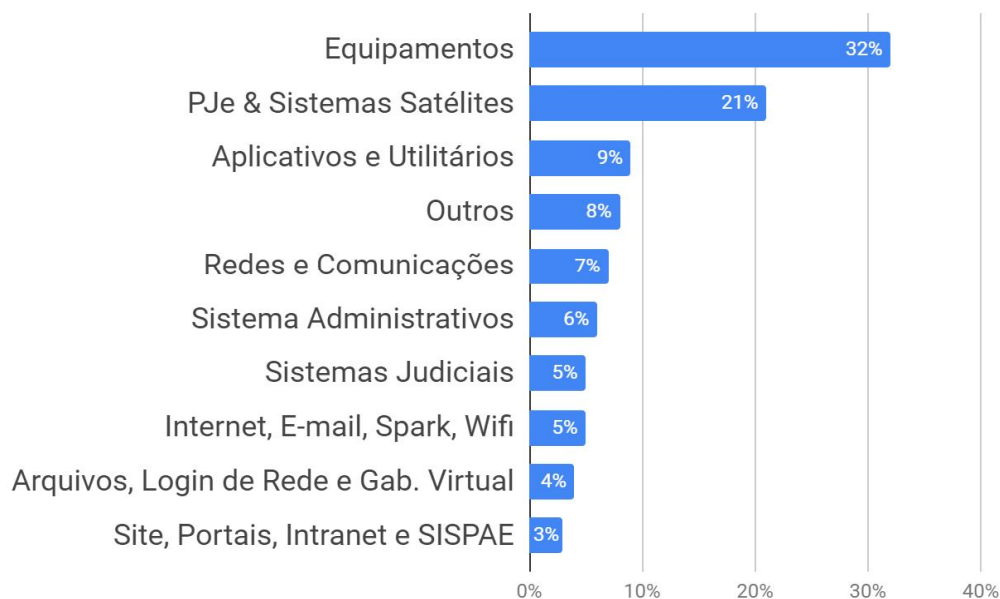
ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DE TIC

No suporte aos usuários de TIC, o Tribunal utiliza a função da **Central de Atendimento de TI (CATI)**, cuja papel principal é ser o **ponto de contato entre os usuário e a TIC**, registrando e dando tratamento inicial aos incidentes e requisições de serviço, além de gerenciar todo o ciclo de vida dos atendimentos. A CATI adota nas suas atividades os processos formalizados de **Gerenciamento de Incidentes e Cumprimento de Requisições de Serviços** (Portaria GP N° 246/2016).

Durante o ano de 2018, foram atendidos pela CTIC **14.806 chamados**, o que dá, em outros termos, uma **média mensal de 1.234 chamados** e uma **média diária de 53 chamados**.

Na figura abaixo é apresentada a distribuição dos chamados de 2018 por categoria de serviços de TIC.

Atendimentos por Categoria de Serviços



CAPACITAÇÕES DE TIC

As capacitações em TIC são planejadas e definidas no **Plano Anual de Capacitação do TRT16**, instituído pela Portaria EJUD16 N° 151/2018. Para o ano de 2018, foi disponibilizado um orçamento na ordem de **R\$90.000,00**, deste valor, a CTIC utilizou R\$ 89.176,51.

Foram utilizadas duas modalidades de capacitações, **EAD e Presencial**. No total foram capacitados **29 servidores**. Apesar do baixo orçamento, foi possível conseguir um número expressivo de capacitações, conforme mostrado na tabela abaixo, devido, principalmente, o uso do capacitação à distância, cerca de 95% do total.

A tabela a seguir apresenta os números gerais sobre a execução do **Plano Anual de Capacitação de TIC 2018**.

Descrição	Números
Quantidade de servidores capacitados	29 servidores
Carga horária cumprida	3.705 horas
Quantidade de cursos realizados	272 capacitações
Custo com cursos	R\$ 36.239,00
Custo com passagens	R\$ 26.814,55
Custo com diárias	R\$ 26.121,97
Total de investimentos	R\$ 89.176,51

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Na área de **Segurança da Informação**, as seguintes ações foram realizadas no ano de 2018:

Estabelecimento da **Estratégia de Conscientização, Treinamento e Educação em Segurança da Informação e Comunicação**.

Execução do **Plano Anual de Conscientização, Treinamento e Educação em Segurança da Informação e Comunicação do ano de 2018**, que abordou a conscientização em Segurança da Informação com foco na disseminação da Política de Segurança da Informação e Comunicação, engenharia social, proteção de dispositivos móveis, malwares e demais assunto, utilizando o Calendário Institucional, além das mídias sociais, dos boletins da CTIC, de e-mails e de notícias no site do Tribunal.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O principal desafio da área de TIC é realizar as suas atribuições com um número insuficiente de servidores na área de Tecnologia da Informação, o que expõe o Tribunal a uma série de riscos, tais como: o não cumprimento dos planos propostos, alongamento dos prazos na execução de projetos e não atendimento das demandas de TIC formuladas pelas unidades do Tribunal.

Outro desafio relacionado também à questão de recursos humanos é tentar atenuar os problemas decorrentes da alta rotatividade dos servidores da área de TIC e da dificuldade em criar mecanismo de seleção e retenção de talentos, a fim de minimizar os riscos resultantes da perda de conhecimento técnico e do retrabalho no treinamento de novos servidores.

Na área de Governança de TIC, buscar-se-á, para o ano de 2019, o desenvolvimento de estratégias para tornar ainda mais efetiva a atuação do Comitê de Governança de TIC. Isso passa por melhorar a qualidade das informações levadas ao comitê para a tomada de decisão, e também no aperfeiçoamento dos procedimentos para apreciação e priorização dos projetos.

Em relação às ações futuras, a área de TIC trabalhará, no ano de 2019, principalmente, nas seguintes linhas de atuação:

- Realização de ações voltadas para o aumento dos indicadores de maturidade de governança de TIC (IGOVTI do TCU e IGOVTIC-JUD do CSJT);
- Aprimoramento da Gestão Orçamentário de TIC;
- Realização de ações que visem o Desenvolvimento de Competências e Desempenho das Pessoas;
- Efetivação da Gestão de Riscos;
- Realização de ações para alcançar a conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Aumento na percepção positiva da CTIC pelo Tribunal com a criação de mais conteúdo voltado para os usuários, tais como: informativos, FAQs, tutoriais; e realização de acompanhamento mais efetivos dos serviços prestados antes, durante e após os atendimento.
- Participação no Desenvolvimento de módulos nacionais:
 - Desenvolvimento do PEC, módulo de correspondência do PJE;
 - Desenvolvimento da Notificação - PUSH, módulo do PJE;
 - Desenvolvimento do Sistema Integrado em Gestão de Saúde da JT (Módulo do SIGEP).
- Implantação do Datacenter Reserva;
- Implantação dos módulos FolhaWeb, Escola Judicial e SGRH do SIGEP.

5.5 Seção de Aquisições Públicas

As ações implementadas evidenciam o trabalho conjunto desenvolvido por uma equipe comprometidos com o trabalho e, acima de tudo, responsável pelo bom funcionamento de cada área desta Instituição.

O ano de 2018 foi marcante para a nossa Corte. A Seção de Aquisições Públicas, Unidade integrante da estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, subordinada atualmente à Secretaria Administrativa, procurou cumprir fielmente as atribuições que lhe foi consignada no Regulamento Geral deste Tribunal, com a utilização de modernos métodos e técnicas de trabalho destinado à melhoria e eficiência de seus serviços.

O escopo do relatório compreende todas as atividades desenvolvidas no exercício, relativo a auxílio a elaboração de estudos preliminares e termos de referência, elaboração, coordenação e publicação de atas de registro de preços, além da elaboração de editais, execução e publicação de licitações para contratações de bens e serviços de interesse deste Órgão, em ação planejada e transparente, a fim de possibilitar à sociedade o acesso a todos os

atos e procedimentos licitatórios aqui praticados, em estrita obediência aos princípios constitucionais norteadores da atividade administrativa.

Por fim, como instrumento de divulgação, no presente relatório está sintetizado os resultados alcançados em economia para o erário e a efetividade na tramitação de cada processo de aquisição e serviços destinados à contratação de bens e serviços, de forma a minimizar custos para a Administração Pública, constituindo assim mais uma forma de conferir a efetiva contribuição desta Unidade para o programa de redução de custos e modernização desta justiça.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

ATOS PRATICADOS POR PROCESSOS LICITATÓRIOS

No exercício em comento, procurou esta Seção, sob a coordenação de sua chefia, executar tarefas que envolvam, em regra, licitações, na busca de aquisição de bens e contratação de serviços de forma mais vantajosa para Administração, consubstanciada em normas e procedimentos legais e regulamentares.

Primeiramente dispomos sobre o auxílio aos setores requisitantes na elaboração dos estudos preliminares e a elaboração conjunta com os setores requisitantes dos Termos de Referência onde inicia o procedimento de compras ou contratação dos serviços. Além desses a análise dos Projetos Básicos com o intuito de licitar obras e serviços de engenharia.

Participamos, em comissões designadas, da aquisição e contratações próprias da Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação dentre as quais se encontra as licitações, prorrogações contratuais, além da participação em licitações de outros órgãos ou adesão a atas de Registro de Preços vigentes, com a elaboração dos Estudos Preliminares e Termos de Referência.

O ano de 2018 foi atípico em relação a contratação de empresas para terceirização de mão de obra, posto que muitos contratos encerraram no referido ano, necessitando de novas contratações.

Das atividades desenvolvidas, demonstramos abaixo em termos quantitativos, a evolução dos atos praticados, envolvendo licitação e contratação direta próprias do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, conferidos por espécie, de modo a evidenciar o volume desses serviços na situação, encerrada e em andamento, bem como o resultado da produção alcançada em nível adjudicado/ homologado, como também em deserto/fracassado e revogado/anulado, conforme abaixo:

**TABELA 1- PRODUÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS
LICITAÇÃO / CONTRATAÇÃO DIRETA- EXERCÍCIO - 2018**

LICITAÇÕES / PROCESSOS / CONTRATAÇÃO	SITUAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS					
	Encerrado (QT)	Andamento (QT)	Adjudicado /Homologado (QT)	Anulado (QT)	Revogado (QT)	Deserto /Fracassado (QT)
Adesões do TRT a ata de outros órgãos	05	-0-	05			
Adesão de outros órgãos a atas do TRT	21	-0-	20		01	
Dispensa de Licitação	11	-0-	11	-0-	-0-	-0-
Coleta Eletrônica	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Concurso	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
Concorrência (CC)	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
T.de Preço (TP)	01	-0-	01	-0-	-0-	-0-
Convite (CV)	-0-	-0-	-00-	-0-	-0-	-0-
Pregão presencial	03	-0-	03	-0-	-0-	-0-
Pregão eletrônico	39	05	28	00	-2-	-1-
Credenciamento	0	-0-	00	-0-	-0-	-0-
Leilão	0	-0-	00	-0-	-0-	-0-
TOTAL	80	05	68	00	-2-	01

Elaboração de Editais	49
Análise/Elaboração de Termo de Referência	58
Análise/elaboração de Estudos Preliminares	17
Elaboração, encaminhamento e publicação de Atas de Registro de Preços	59
Respostas a pedidos de esclarecimentos	19
Respostas a pedidos de impugnações	4
Respostas a recursos	8

RESULTADO DA ANÁLISE

Evidencia-se na **tabela 1** a quase totalidade dos processos encerrados por esta Unidade de Aquisições Públicas.

Dos **80 processos** encerrados foram **68 adjudicados e homologados** e os demais apresentaram a seguinte situação: 02 licitações revogadas, uma fracassada, 01 desistência em licitar pela administração, 01 transformada em PE 2019, 02 números não utilizados, 01 Pregão eletrônico transformado em presencial, 05 licitações em andamento.

Diante da impugnação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo a Tomada de Preços 01/18 e 06 pedidos de esclarecimento, referente ao Projeto Básico, eminentemente técnico, o processo foi encaminhado para o setor requisitante que, após o esclarecimento e resposta a impugnação se tornou necessária elaboração de novo edital.

Assim, da totalidade de processos encerrados, 85% tiveram resultados homologados.

DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

VALOR ECONOMIZADO NO EXERCÍCIO

Das compras e contratações efetuadas neste exercício, a Seção de Aquisições Públicas, em cumprimento às metas traçadas pela Administração, alcançou resultado substancial em economia efetiva ao erário.

Estatísticas revelam que esta Corte Trabalhista economizou no ano de 2018 um valor de **R\$ 2.810.250,42 (dois milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos)** nas contratações de bens e serviços. O custo estimado desses itens foi em torno de R\$ **10.081.456,33 (Dez milhões, oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos)** e o valor homologado importou em R\$ **7.302.203,42 (sete milhões, trezentos e dois mil, duzentos e três reais e quarenta e dois centavos)**; gerando uma **economia efetiva de 27,87%**, levando-se por base o valor estimado, conforme demonstrado na **Tabela 2**.

Atentamos que o Pregão Eletrônico 15/18 – Cessão de espaço para restaurante - não constou seu valor na listagem, pois a contratação se fez pelo maior lance e não o menor preço, seu cálculo foi realizado através de fórmula específica e será pago pelo licitante à União, não havendo dispêndio pelo erário.

A Seção de Aquisições Públicas atribui esse resultado, ao uso de pregões nas compras de bens e serviços comuns e a utilização da sistemática de Registro de Preço.

A adoção pela Administração dessas ações relacionadas à compra pelo Sistema de Registro de Preço, além da visível redução de custos pela redução do volume de licitação, desencadeou várias outras vantagens decorrentes do processo. Destaca-se a ausência da necessidade de dotação orçamentária para licitações, melhor otimização dos níveis de estoque, minimização dos impactos decorrentes da falta de materiais, racionalização de compras e contratações, não obrigatoriedade de aquisição, obtenção de parâmetros na análise de propostas e possibilidade de racionalização das compras que passam a ser planejadas com significativa antecedência.

TABELA 2 - DEMONSTRATIVO DE VALOR ECOMOMIZADO POR ESPÉCIE DE LICITAÇÃO- ANO 2018

ESPÉCIE DE LICITAÇÃO		VALOR (R\$) ESTIMADO	VALOR (R\$) ADJUDICADO/ HOMOLOGADO	VALOR (R\$) ECONOMIZADO	VALOR (%)
LICITAÇÃO	Concorrência	-0-	-0-	-0-	-
	Tomada de Preço	378.473,80	227.084,28	151.389,52	
	Convite	-0-	-0-	-0-	-
	Pregão Presencial	62.929,66	42.200,00	20.729,66	
	Pregão Eletrônico	9.640.052,67	7.032.919,61	2.638.131,24	
TOTAL		10.081.456,33	7.302.203,42	2.810.250,42	

RESULTADO DA ANÁLISE:

A **tabela 2** reflete as modalidades de licitações, bem como a evidente contribuição em economia efetiva alcançada por cada modalidade de contratação perfazendo um total de **R\$ 2.810.250,42 (dois milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos)**.

Vale ressaltar nesta análise a posição de destaque que a figura do **pregão eletrônico** tem alcançado em economia, em média chegou ao patamar de **30,47%** do valor estimado para essa modalidade.

Em suma, o valor economizado pela Seção de Aquisições Públicas elevou ao patamar de mais de **dois milhões** de reais aos cofres públicos.

Ainda restou cinco Pregões Eletrônico a serem licitados, sendo 04 com licitações marcadas para em janeiro de 2019 e um sem data estipulada, cujo processo ainda está em andamento.

OUTRAS ATIVIDADES

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

Por determinação regulamentar, compete à Seção de Aquisições Públicas o gerenciamento e fiscalização dos contratos de serviços de natureza continuada de publicação de matéria administrativa na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, assinatura da Revista Zênite e Periódicos da Editora – Banco de Preços.

Assim, esta Unidade, no decorrer do exercício de 2018, procedeu com eficiência, através do exame de conformidade, o acompanhamento e a fiscalização de matérias publicadas tanto nesta Seção quanto as demais que utilizam a Imprensa nacional para efetivar a Lei de Transparência e o princípio da publicidade.

Foram incluídos no Portal da Transparência todas as licitações, seu andamento, pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos, bem como as atas de registro de preços que tem este Egrégio Tribunal como Gerenciador.

O processo de contratação de empresa para publicação em jornal de grande circulação no Estado do Maranhão teve seu término no presente exercício, elaborado Estudos Preliminares e realizada nova licitação para efetivar a contratação respectiva.

ATIVIDADES AUXILIARES

Visando dá efetividade às atribuições essenciais de competência desta Seção, procederam-se outras atividades classificadas como complementares, a saber:

- Análise de processos, solicitação de orçamento, verificação da regularidade de empresas;
- Divulgação das licitações deste Regional através da internet na página do TRT da 16ª Região;

- Autenticação de documentos em empresas licitantes não participantes do SICAF;
- Elaboração de editais e encaminhamento dos mesmos aos interessados para análise e conhecimento de data de abertura das licitações;
- Pesquisa, junto às empresas Zênite e Fórum, de matérias relacionadas com procedimentos a serem adotados por esta Seção, bem como decisões do Tribunal de Contas da União;
- Fixação do resumo dos atos relativo à licitação, no quadro de aviso deste Tribunal, como forma de divulgação desses atos;
- Divulgação das licitações através de Jornal de grande circulação e no Diário Oficial da União, em cumprimento à Lei 8.666/93;
- Realização de consultas, via Internet, para verificação do cadastramento e habilitação parcial dos licitantes no SICAF, bem como, verificação da veracidade/autenticidade da documentação apresentada nas licitações e compras diretas;
- Realização de diligências 'in loco' quando necessário;
- Notificação a empresas sobre despachos, atos, esclarecimentos, audiências, adiantamentos, resultado de sorteio, diligências e reuniões de interesse deste Serviço;
- Exame de conformidade na documentação e propostas de preço, juntamente com os setores envolvidos;
- Realização de sorteios para definir o vencedor, como critério de desempate conforme edital;
- Sessões de licitações;
- Análise de recursos, pedidos de esclarecimento e impugnações;
- Análise de Termos de Referência;
- Análise de Estudos Preliminares;
- Auxiliar os setores requisitantes na elaboração de Termos de Referência;
- Auxiliar os setores requisitantes na elaboração de Termos de Referência;
- Elaboração das Atas de Registro de Preços das empresas vencedoras dos certames;
- Auxílio aos setores requisitantes na condução de atas de registro de preços, quando solicitado;
- Lançamento das Atas de SRP no Sistema de Ata de Registro de Preços para o acompanhamento dos gestores;
- Inserção as Atas de SRP no sistema SIASG no site do Comprasgovernamentais para facilitar a as adesões de outros órgãos;
- Recebimento e concessão de adesão as atas de Registro de Preços, através do sistema SIASG.
- Estudo, adequação dos editais e execução das normas ditadas pela Lei Complementar nº 123/06.

- Participação em comissões para estudo de viabilidade para contratação com a elaboração dos termos necessários para contratação, com reuniões de ajustes e compartilhamento de texto através do e-mail.
- Consolidação do Plano de Contratação anual.
- Participação na Comissão do Plano de Logística Sustentável do TRT;

COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Outras atividades são desenvolvidas pela Seção de Aquisições Públicas com a elaboração e encaminhamento de atas de Registro de Preços, ofícios, memorandos, notificações, esclarecimentos, impugnações, informação sobre recursos, diligências, atestes em notas fiscais/faturas, despachos, entre outros.

Respostas aos questionamentos das auditorias realizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Tribunal de Contas da União (TCU) e Auditoria Interna.

Participação em 33 comissões para estudo de viabilidade para contratação com a elaboração dos termos necessários para contratação, com reuniões de ajustes.

Esta Seção auxiliou na elaboração do Plano anual de Contratação referente ao ano de 2018 e o consolidou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades executadas pela Seção de Aquisições Públicas, no exercício de 2018, viabilizaram resultados positivos em economia ao erário público totalizando um montante de **R\$ 2.810.250,42 (dois milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos)**.

Nota-se que o valor estimado refletiu com maior acuidade o valor de mercado.

Em suma, certifica-se que as atribuições precípua em planejamento e licitação constituem um ferramenta norteadora de celeridade, transparência e economia imediata às ações da Administração, na busca incessante de cumprimento às metas estratégicas,

É o relatório.

5.6 Seção de Saúde

PRODUTIVIDADE DO SETOR MÉDICO

ATENDIMENTOS

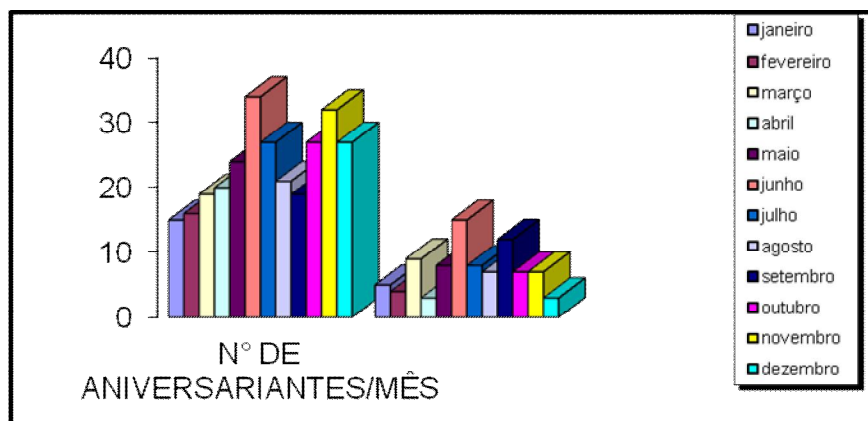
ATENDIMENTO	TOTAL
CONSULTAS MÉDICAS	1150
PERÍCIAS	208
JUNTA MÉDICA	13
ADMISSIONAL	14
PERIÓDICOS	104
TOTAL GERAL	1489

LICENÇAS HOMOLOGADAS E PROPOSTAS

REGISTRO DE ATESTADOS MÉDICOS													
ATENDIMENTO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
LICENÇAS HOMOLOGADAS	115	37	118	122	69	71	64	74	65	45	108	43	931
LICENÇAS PROPOSTAS	07	07	14	11	11	11	11	7	3	9	7	4	102
TOTAL GERAL	122	44	132	133	80	82	75	81	68	54	115	47	1033

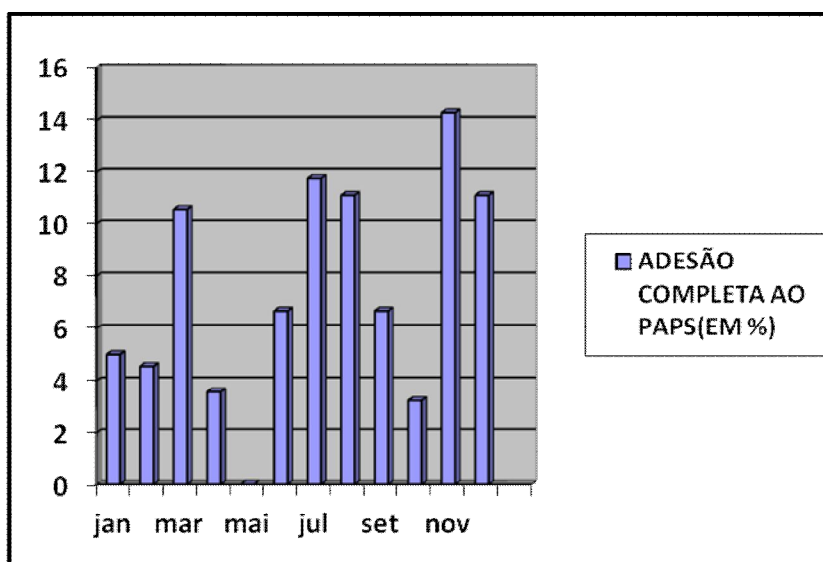
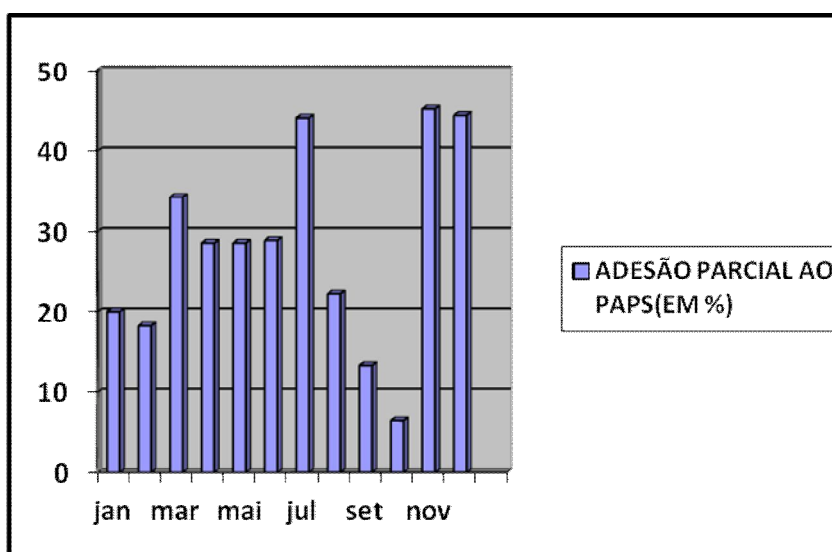
PROGRAMA SAÚDE DA MULHER

MÊS	Nº DE ANIVERSARIANTES/MÊS	Nº DE PARTICIPANTES	%
janeiro	15	05	33
fevereiro	16	04	19
março	19	09	37
abril	20	03	15
maio	24	08	30
junho	34	15	41
julho	27	08	30
MÊS	Nº DE ANIVERSARIANTES/MÊS	Nº DE PARTICIPANTES	%
agosto	21	07	28
setembro	19	12	37
outubro	27	07	11
novembro	32	07	21
dezembro	27	03	11
TOTAL	281	88	



PROGRAMA DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA EM SAÚDE (PAPS)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média Anual	T O T A L
Aniversariantes	20	22	38	28	21	45	34	18	30	31	42	27	30	356
Responderam questionário	4	4	13	8	6	13	15	4	4	2	19	12	9	104
Adesão parcial (em %)	20	18,18	34,21	28,57	28,57	28,89	44,12	22,22	13,33	6,45	45,24	44,44	25,47%	305,65
Concluíram periódico	1	1	4	1	0	03	4	2	2	1	6	3	2	28
Adesão completa (em %)	5	4,55	10,53	3,57	0	6,67	11,76	11,11	6,67	3,23	14,29	11,11	7,37%	



PRODUTIVIDADE DA ENFERMAGEM –SEDE e FORUM ASTOLFO SERRA

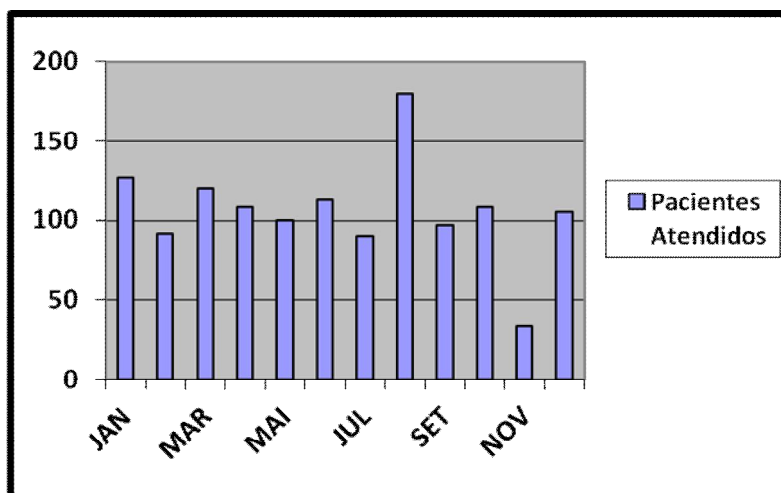
ATENDIMENTOS	PRÉDIO SEDE	FÓRUM ASTOLFO SERRA	TOTAL
MEDICAÇÕES ORAIS	305	74	379
MEDICAÇÕES PARENTERAIS	02	02	04
CURATIVO	25	13	38
VERIFICAÇÃO DE PA	149	304	453
VERIFICAÇÃO DE TEMPERATURA	4	00	04
VERIFICAÇÃO DE PESO	33	00	33
GLICEMIA	28	122	350
NEBULIZAÇÕES	5	01	06
BIOMETRIA	6	01	07
EXAMES ADMISSIONAIS	11	00	11
EXAMES PERIÓDICOS	18	00	18
RETIRADA DE PONTOS	2	00	02
OUTROS PROCEDIMENTOS*	151	06	157
TOTAL GERAL	497	523	1.020

Campanha Novembro Azul: Realizados 61 atendimentos com distribuição de carteirinha informativa e de acompanhamento, verificação de pressão arterial, glicemia capilar, peso, altura, imc, circunferência abdominal, além de testes rápidos para sífilis, hepatite B e C

PRODUTIVIDADE DO SETOR ODONTOLÓGICO

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Pacientes Atendidos	127	92	120	108	100	113	90	180	97	108	33	105	1273
PROCEDIMENTOS													
Exame clínico	99	67	100	86	81	87	79	155	69	91	28	87	1029
Profilaxia	07	03	02	04	10	05	08	10	01	04	00	04	58
Aplicação tópica de flúor	32	12	26	21	19	32	32	43	18	24	5	32	296
Raspagem p/ hemiarco	274	158	218	181	175	217	177	346	150	184	64	218	2362
Restauração de Resina	43	32	42	28	36	24	24	58	34	55	13	39	428
Exodontia	00	01	00	04	01	00	02	05	01	00	00	02	16
Aplicação de Selante	00	00	01	00	00	00	00	04	01	00	00	02	08
Curativo de Demora	02	04	05	03	04	04	03	09	03	05	00	01	43
Cimentação	03	02	01	00	00	01	00	03	00	03	00	00	13
Raio X	03	00	02	00	04	02	02	03	01	01	00	02	20
Instrução Higiene Bucal	71	42	67	65	57	72	45	89	48	56	17	55	684
Remoção de sutura	00	01	01	01	02	00	02	02	01	00	01	00	11
TOTAL	534	322	465	393	389	444	374	727	327	423	128	442	4968

PACIENTES ATENDIDO PELO SETOR ODONTOLÓGICO EM 2018



OUTRAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE SAÚDE

- Campanha de prevenção da Hipertensão
- Campanha de prevenção de Diabetes
- Campanha Carnaval Seguro
- Campanha do Setembro Amarelo (Programa de Saúde Mental)
- Campanha de Outubro Rosa
- Campanha do Novembro Azul (Saúde do Homem)
- Campanha Dezembro Vermelho (DST/AIDS)
- Campanha de vacinação contra a Gripe
- Programa de Bem-estar: Ginástica Laboral
- Programa de vacinação (controle e orientação com base na Carteira de Vacinação)
- Fiscalização de contratos
- Elaboração de estudos preliminares para compra de materiais e contratação de serviços
- Registro de atestados no prontuário eletrônico
- Publicação mensal da lista de licenças homologadas
- Protocolização de atestados enviados via Sispae
- Participação na construção do prontuário eletrônico junto com a CTIC